

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**O OLHAR, A DESCRIÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO SERTÃO DO NORDESTE
BRASILEIRO NOS RELATOS DE VIAGEM DO FINAL DO PERÍODO COLONIAL
(1783 - 1822)**



**CURITIBA
2010**

TIAGO BONATO

**O OLHAR, A DESCRIÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO SERTÃO DO NORDESTE
BRASILEIRO NOS RELATOS DE VIAGEM DO FINAL DO PERÍODO COLONIAL
(1783 - 1822)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História no programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades, sob orientação do Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira e co-orientação do Prof. Dr. José Roberto Braga Portella.

**CURITIBA
2010**

*Ao meu pai, um viajante que quis para mim
outras viagens*

AGRADECIMENTOS

Depois de todo esse tempo em busca do fim, mais do que agradecer, quero nesse o momento também fazer um pedido de desculpas. Assim, bem leve, sem muita solenidade, mas que, de alguma maneira, mostre às pessoas mais queridas que esses dois anos de afastamento, chateação, angústias e distanciamento acabaram e, se olharmos esse trabalho pronto, quase valeram a pena.

Pai e mãe, mesmo já não morando na mesma casa sofreram as conseqüências de uma dissertação nas inúmeras vezes em que eu não aparecia, não podia, não conseguia. Minhas sinceras desculpas e meu muitíssimo obrigado pelo apoio de sempre, que nunca diminuiu durante toda minha formação acadêmica. É de incrível importância o que um incentivo não faz, mesmo que ele seja na forma de um *não* desestímulo. Vale também lembrar meus irmãos, Jessica, que brincando, brincando, já é adulta e talvez até se torne bióloga: foi mal aí pelas vezes que não fiz alguma coisa... Geninho, que cresce incrivelmente e vem se tornando uma pessoa realmente bacana. Ainda temos muito o que conversar e se divertir. Vó Ines, uma das pessoas mais incríveis que já vi. Se eu conseguisse aprender só um pouquinho de tudo o que você sabe, seria muito mais feliz. Saber sobre o clima, as épocas de plantar, os remédios, as lendas, tudo isso é impagável. Agradeço por tudo o que você me ensinou até hoje.

Tenho que agradecer aqui também diversos professores que estiveram presente nesse caminho. Magnus, apesar de alguns desentendimentos, muito me auxiliou e seria hipocrisia de minha parte esquecer desses quase 05 anos de trabalho. Ensinou muito do que sei e lhe sou muito agradecido. E, o mais importante – aqui posso começar frases com “E” – me ajudou no fim, a pior parte. Ao Peninha, que para além das questões de orientação, me mostrou o que considero uma das coisas mais importantes que já aprendi até hoje: a história é uma mentira, os documentos também e, se brincar um pouco, até nós somos de mentira. Certamente a percepção de que não fazemos ciência estritamente falando me fez ver as coisas de modo diferente – talvez até exagerando nas críticas a meu próprio método. Ao professor Sérgio Nadalin, meu primeiro orientador e pelo qual tenho um carinho especial. Seu jeito de ser me ensinou um jeito de levar a vida, tratar as pessoas e analisar trabalhos. Tenho muito a agradecer também à professora Andrea Doré: primeiro, por ter me apresentado um Império Português do Oriente, coisa que antes não existia para mim. Depois, por ter passado três dos quatro semestres do mestrado comigo em sala de aula. Além de fazer parte da banca de qualificação, auxiliou muito essa pesquisa desde as primeiras discussões do projeto até a sua finalização. Além de tudo é mais uma daquelas pessoas incríveis, difíceis de se encontrar no ambiente acadêmico, simples e sempre com dicas e textos para indicar. Será em breve uma grande viticultora, e faremos vinho amassado com os pés, como manda a tradição.

No mais, não posso esquecer de quem auxiliou também na pesquisa, mesmo não me conhecendo – e algumas vezes ainda sem conhecer. Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho, do Departamento de Geografia da UFPR, pelas referências e pela conversa sobre paisagem. Àquela altura aquilo era completamente desconhecido para mim. Agora, estou quase pronto para saber a respeito. Agradeço também ao Prof. Jorn Seemann, da Universidade do Cariri, pela prontidão e gentileza com que tem me ajudado. Mesmo estando longe – não no Cariri, mas longe, na Louisiana – sempre respondeu minhas indagações. Infelizmente é realmente difícil encontrar pessoas assim no meio acadêmico.

Agradeço também ao CNPq, pelo financiamento não apenas dessa, mas das pesquisas que fiz na graduação. Sem o auxílio da bolsa, dificilmente eu teria condições financeiras de me dedicar apenas aos estudos.

Os amigos... os amigos são muitos, dos mais variados tipos e afetados de diferentes formas por esse trabalho. Foram desde adversários no vídeo game até conselheiros psicológicos quando a crise andava em passos mais largos que o trabalho. Agradeço

especialmente ao Nelson, pelas discussões e pelo jeito de pensar que sempre me ajudaram muito, seja com o sertão, com a Floresta Ombrófila Mista ou com a viola. Ao Cadu, bastante presente nesse tempo e ótimo companheiro. Aos meus inseparáveis amigos, antes da universidade, agora da vida. Marcos, pelas horas assistindo X-men – versão antiga – e estudando na varanda ouvindo Janis e Jonhny Cash; Ivan por tantas derrotas no WE e pelos grandes papos sobre o mundo – realmente um cara incrível; Vito, sobre a orientação com os aquários e tantos risos com as definições mais incríveis do mundo para palavras estranhas – e aí entra também a Fer; Thiago, agora o mais acadêmico de todos, pelas discussões de metodologia e fontes, teorias e bibliografias, ou seja, fizemos um pouco do que deveríamos ter feito sempre. Mas tá bom, não se pode ter tudo. Ainda pela amizade contínua, longa e duradoura, mesmo a gente tendo tantas diferenças; Fernando e Maíra, nem me atrevo a tentar dizer o quanto vocês se tornaram importantes na minha vida. Amigos assim, de todo dia, todo FINDI, sexta, sábado ou domingo, é realmente difícil de encontrar. Desde banhos de cachoeiras até Crepúsculo na TV, estamos juntos. E tomara que continuemos. Só digo mais um muito obrigado e espero as horas matinais de leitura nas castanheiras. Não posso esquecer também de citar a família – que pompa – mais legal que eu conheço: Marcelo, Tati e meu grande amigo Rafa. Vocês são, verdadeiramente, um exemplo pra mim. Amigos, vocês são mesmo parte importante.

Sei que é sempre no fim, sei também que é previsível. Mas você realmente merece: meu amor à minha mestrandia favorita, Marina. Certamente foi ela quem mais sofreu com minhas Tensões Pré-Mestrado, a cada entrega dos trechos mensais. Era cíclico, todos os meses, semanas de leitura e preparação para os dias fatídicos: a escrita. A você sim, devo talvez mais desculpas que agradecimentos. E olha que você ajudou incomensuravelmente. Não sei se mais sendo debatedora dos capítulos, revisando ou simplesmente me amando. Por cada saída que recusei, por cada favor que não fiz, por cada noite que não dormi abraçado em você – inclusive essa, que tomara seja a última – minhas sinceras desculpas. Parece impossível, mas tenho certeza que todo mestrando pode ser um bom marido... depois que vira mestre! Amor, não tenho como expressar tudo isso aqui. Só digo que ainda vamos discutir bastante a epistemologia das ciências, o preço da lentilha, as fronteiras entre história e a lingüística, a limpeza da casa, a cristalização das metáforas e as expressões idiomáticas e os cuidados com as plantas. Ou mesmo não discutir nada, sentar na varanda e olhar pra rua. Sabe, acho que isso que constrói nossa vida, e é por isso que compartilho ela com você.

Pois o trem está chegando, na chegando na estação. É o trem das sete horas, é o último do sertão

Raul Seixas

O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo o mundo... Eu quase nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.

João Guimarães Rosa

O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano em que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho ou negro. E também vermelho, em lugares, que é cor de barro ou sangue sangrado. (...) Tanta paisagem. Um homem pode andar por cá uma vida toda e nunca se achar, se nasceu perdido

José Saramago

O sertão é do tamanho do mundo

**João Guimarães
Rosa**

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
EPÍGRAFE.....	iv
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii

PARTE INICIAL

A LITERATURA DE VIAGEM NA CONSTRUÇÃO DO SERTÃO: MÉTODOS E ESCOLHAS DESSA PESQUISA.....	1
--	---

PRIMEIRA PARTE

UMA BREVE HISTÓRIA DO <i>SERTÃO</i> (OU O <i>SERTÃO</i> CONSTRUÍDO PELOS HISTORIADORES).....	8
1.1. O sertão, uma introdução.....	8
1.2. Os viajantes do <i>sertão</i>	9
1.3. O <i>sertão</i> do Império português.....	16
1.4. <i>Sertão: uma categoria complexa</i>	19

SEGUNDA PARTE

OLHARES DIFERENCIADOS, SERTÕES VARIADOS.....	34
2.1. Considerações a respeito da Ilustração portuguesa e das <i>viagens filosóficas</i>	34
2.1.1. <i>Sapere aude !</i>	34
2.1.2. A <i>escolha</i> de Portugal.....	37
2.1.3. As instruções e as viagens.....	47
2.2. A sensibilidade, a razão; o sublime, o científico: a natureza brasileira vista por naturalistas estrangeiros no século XIX.....	58
2.3. A paisagem enquanto representação: signos e imagens nos relatos de viagem.....	75

TERCEIRA PARTE

OS DIFERENTES SERTÕES CONSTRUÍDOS NOS RELATOS DE VIAGEM.....	99
3.1. O sertão do clima.....	102
3.2. <i>O sertão das doenças</i>	111
3.3. <i>O sertão das matérias primas estratégicas</i>	116
3.3.1 – O salitre natural.....	118
3.3.2 – As plantas medicinais e a quina.....	122
3.4 – O <i>sertão</i> dos habitantes.....	128

PARTE FINAL

PAISAGEM SELECIONADA, SERTÃO CONSTRUÍDO.....	151
---	------------

REFERÊNCIAS

FONTES.....	156
BIBLIOGRAFIA.....	157

ANEXOS

Anexo 1 - Mappa Geral Itinerario no actual Servisso do Principe Regente N.S. Relativo aos annos de 1799 1800 e 1804. Pelo Padre Joaquim José Pereira.....	163
Anexo 2 - Viagem Filozofica que por ordem e despeza do II ^{mo} e Ex ^{mo} Snr' Joze Telles da Silva fes João Machado Gaio na Serra da Ipiapaba Capitania do Siara Grande termo da Villa Viçozza Real, desde 13 de julho de 1784 the 6 de agosto do d. ^o anno.....	166
Anexo 3 - Memoria Sobre as Produccoens Nativas. Memorias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, emais Produccoens Nativas Inventas na Capitania de Piauhy e Maranhão Pelo P. Joaquim Joze Pereira, Vigario de Valença natural de Carnoza Correa. Anno de 1803.....	171
Anexo 4 – Memoria Sobre as Nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhy por Vicente Jorge Dias Cabral B. ^{el} Formado em Filozofia Dirt. ^o Civil, Opp. ^{os} aos lugares de Letras Anno de 1801.....	174
Anexo 5 – Relassam dos Índios abitantes da Vila Vissoza Real no ano de 1784.....	176
Anexo 6 – Mapa das Viagens.....	178

RESUMO

A região nordeste do território brasileiro carrega na atribuição do seu termo, atualmente, um conjunto de caracterizações bem estabelecidas, reforçado e reproduzido por diversos meios de comunicação. O *sertão*, como é conhecida a parte interior da região, aparece normalmente árido, seco, com sertanejos em busca do gado pela caatinga. Essa região foi percorrida no período colonial por diversos viajantes com objetivos e olhares diferentes, mas que tinham uma tarefa em comum: descrevê-la. Como eram homens de diferentes formações e de épocas marcadamente diferentes no que diz respeito à concepção de ciência, esses viajantes produziram resultados diferenciados. A hipótese dessa pesquisa é que os relatos deixados pelos viajantes tenham iniciado a construção do imaginário do sertão nordestino, que posteriormente seria reforçado no século XIX e chega até a atualidade. As bases principais desse imaginário – a seca, a aridez, o pouco desenvolvimento, o gado, as doenças e os sertanejos – já haviam sido iniciadas pelos viajantes do final do período colonial. A pesquisa utiliza os relatos produzidos por sete viajantes que percorreram a região no final do período colonial (1783 - 1822) e pretende mostrar, através da análise das imagens textuais, qual era a concepção de *sertão* de cada viajante.

Palavras-Chave: *sertão; viagens filosóficas; relatos de viagem; paisagem; naturalistas.*

ABSTRACT

The northeastern region of Brazil carries, nowadays, in the assignment of its term, a number of characterizations well established, strengthened and reproduced by various media. It's 'sertão', as the inner region is known, usually appears dry, arid, with inhabitants in search of cattle by 'caatinga'. This region was covered on the colonial period by several travelers with different looks and goals, but they had a common task: to describe it. How they were men of different backgrounds and eras markedly different with regard to the conception of science, these travelers have produced different results. The hypothesis of this research is that the journals left by travelers have started the imagination of the Northeast 'sertão', later reinforced in the nineteenth century and until the present. The main foundations of this imaginary - drought, aridity, low development, livestock, diseases and the inhabitants - had already been initiated by travelers of the late colonial period. This research uses the reports produced by seven travelers who visited the area in the late colonial period (1783 - 1822) and aims to show, through textual analysis of the images, what was the conception of "sertão" of each traveler.

Keywords: *philosophical travels, travel journals, landscape, naturalists, sertão.*

PARTE INICIAL

A LITERATURA DE VIAGEM NA CONSTRUÇÃO DO SERTÃO: MÉTODOS E ESCOLHAS

O interior do nordeste da América portuguesa foi pouco visitado por europeus até o século XVIII. Raros foram os conquistadores, tanto espanhóis quanto portugueses, que enfrentaram a longa jornada até o coração do sertão americano. Muitas viagens exploraram apenas os litorais e, as que se aventuravam território adentro, normalmente partiam da foz do rio da Prata, na atual Argentina, em busca das terras e das riquezas do reino do Rei Branco, supostamente na região dos Andes.

Esse panorama mudou na segunda metade do século XVIII. Com um grande incentivo da Coroa portuguesa, muitos naturalistas e curiosos percorreram praticamente todo o grande e esperso território português. Dessa forma, somente nas últimas décadas do período colonial é que a metrópole lusa conheceu um pouco o interior do Brasil. Mesmo em fins do século XIX, com a República do Brasil já constituída, muitos eram os relatos, notícias e descrições de viagens que mostravam regiões ainda praticamente desconhecidas do imenso e novo país.

É nesse contexto que essa pesquisa se insere, não buscando traçar um inventário de todos os viajantes que percorreram a região desde o descobrimento até o fim do período colonial, nem mesmo esgotar as fontes dentro do período escolhido, o que seria uma tarefa impossível. O que buscamos é entender como um grupo de viajantes específico estava percebendo, filtrando, analisando e descrevendo a região do nordeste da América portuguesa.

A utilização que faço aqui do termo *nordeste* é apenas como uma coordenada geográfica direcional, mesmo que, enquanto o trabalho se desenrola, mostro que isso não é possível atualmente. Quando falamos da região *nordeste* do Brasil, estamos longe apenas de se referir a uma direção. O peso dos muitos significados atribuídos a esse signo não deixa que ele seja neutro ou livre de um juízo de valores. A palavra *nordeste* representa muito mais que um ponto colateral, entre o leste e o norte. No Brasil, se refere a uma região estereotipada como seca, árida, com uma economia pouco desenvolvida, que vive basicamente do trabalho do sertanejo vaqueiro, que com

suas roupas de couro enfrenta o gado e a vida dura daquela região. Obviamente não partimos disso para a construção dessa pesquisa, mesmo porque esses estereótipos não são recentes. Tanto a TV, o cinema, teatro e literatura retratam, reforçam e reproduzem essas imagens há mais de um século.

Voltamos um pouco na produção de imagens sobre a região até o século XVIII por entender que foi justamente aí que se começou a conhecer de fato a região. Antes disso, os relatos se omitiam e os mapas traziam de vazios, a descrições de tribos e a representar monstros e seres extraordinários na região para preencher o espaço em branco. Muito desse desconhecimento se deveu às estratégias das Coroas ibéricas – que se assemelham nas suas políticas coloniais – de *esconder* o novo mundo das outras potências européias, principalmente a partir do século XVII, quando França, Holanda e Inglaterra emergiam no cenário marítimo mundial, enquanto Portugal e Espanha viviam uma ressaca dos grandes descobrimentos e conquistas dos séculos anteriores.

Poucos poderiam viajar pela América portuguesa e, entre os que o faziam, poucos chegavam até o *sertão*. Os bandeirantes paulistas, grandes viajantes do sertão no século XVII, alcançaram os confins do território português na América. Entretanto, com o objetivo imediato da captura de nativos, pouco produziram a respeito do território que percorriam e de seu mapeamento. Além disso, como eram fruto de iniciativas privadas isoladas, as bandeiras não se inseriam dentro de um projeto pensado a partir da metrópole e com grande alcance no território ultramarino português.

Portanto, apenas no século XVIII surge um conjunto de viagens organizadas e patrocinadas pela Coroa portuguesa, a partir de uma política de caráter imperial que mobilizou homens da ciência em todas as partes do império português. Com a realização dessas *viagens filosóficas* – nome pelo qual ficaram conhecidas na historiografia – muitas partes do imenso território ultramarino português foram percorridas, mapeadas, tabeladas e descritas. A natureza era objeto de interesse tanto do saber científico quanto da economia imperial. Muitas produções naturais dos trópicos poderiam ter alguma utilidade na balança comercial metropolitana.

O resultado dessa política foi um grande volume de relatos de viagens dos mais variados tipos. Diários, descrições, memórias, memoriais, cartas, notícias e relações eram enviadas constantemente às autoridades portuguesas. Várias são as discussões em torno desse conjunto documental produzido por cronistas, funcionários, religiosos, militares e naturalistas, desde os primeiros descobrimentos portugueses. Segundo Carmen Radulet, existe na historiografia, uma

dificuldade em “escolher uma definição para os textos resultantes directa ou indirectamente da experiência de navegação, descobrimento e expansão empreendida pelos países ibéricos a partir do século XV”¹. O termo comumente usado para designar essa documentação é *literatura de viagens*. Entretanto, mesmo com o conceito amplamente utilizado, alguns pontos ainda geram discussão. A relevância da viagem propriamente dita, o deslocamento físico é um dos principais pontos de embate. Para alguns autores, os percursos imaginários poderiam também produzir uma literatura de viagem e, segundo outros, a viagem deve ser o eixo de estruturação dos documentos².

João Rocha Pinto constrói um diagrama com os diferentes tipos de documentação, classificando as *literaturas de viagem*. O autor utiliza como referência na construção do diagrama as características de *tempo e narração* de um lado, e *espaço e descrição* de outro. Inversamente proporcionais, à medida que um par das características é mais presente na obra, o outro par necessariamente diminui. Dessa forma, ele classifica as *crônicas* como extremo máximo da narração e da temporalidade, e extremo mínimo do espaço e da descrição. Por outro lado, os *guias náuticos* apresentam fortes características de descrição e espacialidade, e pouca narrativa e temporalidade³. Os relatos de viagem se inserem, segundo essa classificação, ainda como *Fontes Narrativas*, já que possuem narração e temporalidade. Entretanto, também possuem um forte componente descritivo e espacial, características que as afasta das crônicas.

Para analisar os relatos utilizados, a principal questão da discussão que segue é a apropriação e influência de algumas idéias do pensamento iluminista do século XVII e do romântico oitocentista, por parte dos naturalistas que estiveram no Brasil no último quarto do século das Luzes e nas primeiras duas décadas do século XIX. Entretanto, a divisão e posterior classificação dos relatos temporalmente – em século XVIII e XIX –, podem trazer alguns problemas. Se, por um lado, grande parte dos relatos de viagem analisados nessa pesquisa ultrapassa a barreira do limiar do século XVIII e adentra temporalmente o século XIX, não se pode deixar de considerar que esses relatos são fruto de uma conjuntura e de um pensamento

¹ RADULET, Carmen M. *Os descobrimentos portugueses e a Itália*. Vega : Lisboa, 1991, p.19.

² Para uma discussão completa sobre o conceito *literaturas de viagens*, ver PORTELLA, José Roberto Braga, *Descrições, memórias, notícias e relações. Administração e Ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do século XVIII*. Curitiba, 2006. Tese de Doutorado defendida na UFPR. Mais especificamente, ver capítulo 1.5.

³ PINTO, João Rocha. *A Viagem. Memória e espaço*. Livraria Sá da Costa Editora : Lisboa, 1989, p.57.

característicos do século XVIII. São relatos com uma profunda raiz setecentista.

É necessário, também, organizar alguns pontos. A baliza temporal dessa pesquisa pretende ser limitada, de um lado, pela viagem de Jozé Machado Gaio à “Serra da Ipiapaba Capitania do Siara Grande termo da Villa Viçosa Real”⁴ no ano de 1784 e, de outro, pela expedição de Spix e Martius, no final da década de 1810. Quanto à Jozé Machado Gaio, torna-se importante por ser um dos primeiros *coimbrões* a visitar a região – chamada aqui descuidadamente apenas de *sertão*, nomenclatura que será problematizada mais adiante. Além disso, a viagem foi uma iniciativa do governador do Ceará, à altura José Telles da Silva.

Esse fomento às viagens locais estava de acordo com as medidas da Coroa portuguesa de incentivar todos os funcionários a se dedicarem aos estudos e observações de cunho naturalista, como nos mostra Ângela Domingues em artigo sobre a constituição de redes de naturalistas no Império português. A autora traça um panorama de como a história natural e a administração do vasto império ultramarino português se entrelaçam e se tornam indispensáveis. Domingues ainda faz a reflexão sobre o naturalista que também exercia papel de funcionário da Coroa portuguesa. Na prática, esse acúmulo de funções era essencial para a “rede de circulação de informações”, conceito trabalhado pela própria Ângela Domingues e também pela historiadora Lorelai Kury⁵.

Na outra ponta do fio está a viagem realizada sob as ordens de D. Leopoldina d’Austria, com a presença de inúmeros cientistas, entre os quais se destacam os naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Frederich Martius. Essa expedição é, antes de tudo, uma expedição característica de outro momento: um século XIX já com a família real e toda corte portuguesa no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, um Brasil aberto às expedições estrangeiras.

Dessa forma, optei aqui, em primeiro lugar, apenas por expedições realizadas no período colonial, por trazerem a possibilidade de análise das ações da Coroa portuguesa enviando ou permitindo expedições; segundo, expedições de naturalistas de formação, militares e religiosos. No caso das viagens filosóficas do século XVIII, o viajante é sempre naturalista. Entretanto, outros

⁴ GAIO, João Machado. *Viagem Filosófica na Serra de Ibiapaba, capitania do Siara Grande*. AHU. Maranhão. Caixa 64, doc. 5719.

⁵ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português, em finais do setecentos. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. 8 (suplemento), p. 823-838, 2001, p. 827 e KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1), p. 109-129, 2004.

personagens também viajaram pela América portuguesa, principalmente depois da abertura das portas brasileiras para estrangeiros. Chegam às terras luso-brasileiras, a partir daí, variados tipos de viajantes, desde naturalistas, até os conhecidos aventureiros, comerciantes e curiosos em geral. A multiplicidade da formação dos viajantes fez com que fossem produzidos relatos diferenciados, resultado interessante para se explorar a construção da paisagem. Segundo Flora Süssekind, “se ao viajante cabe narrar, fixar tipos e quadros locais, ao naturalista caberia classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho”⁶. A separação e classificação dos viajantes do século XVIII e XIX, portanto, não é nenhuma novidade metodológica.

Segundo Elizabeth Mendes, os viajantes que aportaram no país entre 1808 e 1822 podem ser classificados em cinco tipos: *naturalistas*, assim como Auguste de Saint-Hilaire, Edward Pohl e Johann von Spix e Carl von Martius; *artistas*, como Jean Debret e os membros da comissão artística francesa; *militares*, como os prussianos Leithold e Raugo; *especialistas*, contratados pela Coroa para um serviço específico, como o mineralogista Eschwegw; e *viajantes renomados*, membros de uma burguesia comercial inglesa e francesa, como John Luccock, Henry Koster e Tollenare, interessados na maioria das vezes em verificar assuntos de importância econômica. Obviamente os que mais se debruçaram sobre o estudo da natureza foram mesmo os viajantes naturalistas⁷.

Optei ainda, em terceiro lugar, apenas por viagens que cobrissem a mesma região geográfica, a saber os interiores dos atuais estados do Piauí, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. Grande parte das expedições estrangeiras mais conhecidas do período – como de Koster, Saint-Hilaire, Langsdorff, Mawe ou Wied-Neuwied – que são amplamente retratadas pela historiografia interessada, ou foram realizadas próximas da metade do século ou entram numa análise que as aproxima dessa conjuntura. Sendo assim, quando se fala de expedições do século XIX, automaticamente se pensa nas expedições de estrangeiros, extasiados com a beleza exuberante

⁶ Mesmo na ficção, como será tratado adiante, existem esses pressupostos. Para Süssekind, preocupada com o surgimento do narrador de ficção e mesmo de um Brasil, nas décadas de 30 e 40 do século XIX, as primeiras *novelas* brasileiras mostram exatamente isso. Na análise de uma dessas novelas, falando sobre o personagem principal, também viajante e naturalista, a autora afirma: “Cabe então, a Julio, na volta, um novo papel: organizar a paisagem segundo a lógica e os modelos de classificação ensinados a ele pelos europeus”. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 45 e 46.

⁷ MENDES, Elizabeth. *apud LAHUERTA, F. Medeiros. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822)*. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (64). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>> [ISSN: 1138-9788].

do Brasil e movidos por um espírito dito *romântico*, descrevendo paisagens pitorescas e exóticas.

Olhando as fontes selecionadas para esse trabalho, só podemos colocar na categoria ou rótulo *século XIX romântico* a expedição de Spix e Martius. As outras fontes, do final do século XVIII, são colocadas sempre, pela historiografia, na *gaveta do século XVIII iluminista*. Torna-se assim um problema classificar e rotular as viagens realizadas por luso-brasileiros na primeira década do século XIX e que tem um caráter empírico e racional, próximo do que se diz ser a característica do século das Luzes. Alguns viajantes são de origens muitas vezes desconhecidas, cujos relatos foram publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em meados do século XIX e, mesmo assim foram parcamente utilizados posteriormente pela historiografia. Por diferentes motivos são importantes para o estudo da construção do sertão nordestino e serão tratados adiante.

A extensa baliza temporal propositalmente escolhida pretende dar conta de um imaginário e de uma construção que avançou de um olhar mais *prático* – iluminista e de funcionários da Coroa – para um olhar mais *admirado* – marcado pela sensibilidade de estrangeiros que chegaram aqui pela primeira vez – e verificar o processo entre esses olhares, cujas nuances não mostram rupturas, mas sim uma tênue linha limítrofe, muitas vezes atravessada de um lado ou de outro.

No primeiro capítulo do trabalho serão apresentados os viajantes e o território por eles percorrido. O *sertão* será problematizado não apenas como o território ou a região geográfica, mas como categoria complexa, construído e reconstruído de diferentes maneiras ao longo dos séculos.

Apresentados os personagens e os itinerários da viagem, será a vez de acompanharmos a conjuntura na qual estavam inseridos os viajantes. Para isso, o segundo capítulo será dividido em três tópicos, que pretendem mostrar as diferentes lentes usadas pelos autores no momento de descrever o sertão. Os pressupostos da conjuntura mais racional do século XVIII e da sensibilidade do XIX serão discutidos. Além disso, o conceito de paisagem em geral – tido como complexo e multidisciplinar – é discutido com a pretensão de entender o significado da construção de uma paisagem em particular: o sertão nordestino.

Apoiado na discussão conceitual e metodológica feita nos capítulos anteriores, o terceiro e último capítulo pretende mostrar, com base nos relatos, como o sertão era observado, descrito e construído pelos viajantes: tarefa que passa por vários filtros, desde a percepção até a reprodução da

paisagem. Com a leitura dos relatos, saltam à vista algumas características recorrentes nas descrições: o clima – seja pelas secas ou pelas inundações, as doenças, o gado e os habitantes. Esses são os pilares centrais sobre os quais a paisagem do sertão é construída no século XVIII e sobre os quais repousa grande parte do imaginário sertanejo até os dias atuais.

Todorov propõe uma discussão sobre a veracidade das crônicas enquanto fontes, partindo da análise de textos da conquista do México. A seu ver, pouco importa se os escritos dos conquistadores contêm o que ele chama de “falsidades”, pois podem ser analisados enquanto atos e não simplesmente como descrições. Sua proposta metodológica considera que a melhor forma de trabalhar as crônicas da conquista é, em primeiro lugar, buscar as circunstâncias de sua produção, ou seja, o momento, a forma e o objetivo com que foram escritas. Em segundo lugar, é preciso buscar a recepção do discurso, pois esta é tão reveladora da sociedade e o momento histórico em questão quanto sua produção. Nessa perspectiva, importante para o historiador é saber se autor e público acreditavam no texto, e não se este traz “mentiras” ou “verdades”. Assim, “um fato pode não ter acontecido, contrariamente às alegações de um cronista. Mas o fato de ele ter podido afirmá-lo, de ter podido contar com a sua aceitação pelo público contemporâneo, é pelo menos tão revelador quanto a simples ocorrência de um evento, a qual, finalmente, deve-se ao acaso”.⁸

A esse respeito, vale lembrar que a análise do *sertão* feita aqui parte da perspectiva de quem o visitou, no final do período colonial. As páginas que seguem não mostram o *sertão* como ele era no século XVIII, mas como os viajantes que o percorreram o viam e descreviam.

⁸ SILVA, Kalina V. *O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII)*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 2, p. 43-63, dezembro 2006, p. 47.

PRIMEIRA PARTE

UMA BREVE HISTÓRIA DO *SERTÃO* (OU O *SERTÃO* CONSTRUÍDO PELOS HISTORIADORES)

1.1. O *SERTÃO*, UMA INTRODUÇÃO

“O mato que crescia a dois ou três quilômetros das paliçadas dos seus fortins, era como uma muralha. Por detrás deles o sertão espiava, fechado e misterioso, do alto adarvado das serras que não tinham nome. Ali começava o mundo dos animais fantásticos, das riquezas fabulosas, das mortes sem história.”⁹. Assim o eminente intelectual e cronista Câmara Cascudo definia o sertão em seu trabalho *Geografia do Brasil Holandês*, publicado em 1956. Tratando do período da invasão holandesa do nordeste brasileiro, na primeira metade do século XVII, a citação do autor coloca a problemática do imaginário do sertão das terras portuguesas na América: ao mesmo tempo em que trata da percepção do sertão no período colonial, objeto de seu estudo, Câmara Cascudo deixa transparecer, enquanto sujeito da enunciação, uma idéia do sertão que permaneceu até meados do século passado e ainda permanece no imaginário a respeito da região.

Segundo o historiador, para os holandeses, estrangeiros em terras pouco conhecidas, o território em torno dos fortes, além de limitá-los, os intimidava. O sertão fechado e misterioso era bastante povoado por animais fantásticos e, em maior ou menor escala, os soldados partilhavam desse imaginário. Um grande volume de documentação, das origens mais variadas, mostra o interesse – e talvez quase a crença – dos portugueses, desde os primeiros contatos com o Novo Mundo, de encontrar nos sertões desconhecidos as *riquezas fabulosas* aludidas por Câmara Cascudo. Ao mesmo tempo, o sertão das mortes sem história e, de alguma maneira, intimidante,

⁹ A citação de Câmara Cascudo foi retirada de: **STUDART FILHO**, Carlos - *A capitania do Piauí*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. Tomo 68, ano 63, 1954, p. 87.

permaneceu e se modificou durante os séculos, chegando até o XX nos escritos de Câmara Cascudo. Ao escrever essas linhas a respeito do sertão, mesmo estando preocupado com uma tentativa de entender como esse território era apreendido pelos holandeses, o historiador reforça suas características, e a relação dialética entre o objeto e sua construção representacional é perpetuada.

Essa pequena passagem do texto de Câmara Cascudo nos coloca frente ao complexo e variado termo *sertão* e, ainda mais, como ele foi e ainda é largamente utilizado pela historiografia que trata de uma história brasileira. O estudo aqui desenvolvido busca entender os dois problemas que podem ser retirados do trecho apresentado, e imprescindíveis para se traçar algo que possa ser chamado de uma *história do sertão*: por um lado o emprego do termo e sua caracterização durante o período de colonização da América Portuguesa, desde os primeiros cronistas que relataram as terras do novo mundo até o século XIX e, segundo, mas de forma alguma menos importante, a significação mais específica que o termo possui atualmente.

Se, nos primeiros séculos de colonização, o termo aparece nos relatos de viajantes e cronistas e também na documentação oficial com o significado de *longe do oceano*, oposto a ‘litoral’, a partir sobretudo do início do século XX o *sertão* remete quase unicamente ao interior dos estados que compõe a atual região nordeste do Brasil. Mais do que simplesmente uma categoria geográfica, o *sertão* deve ser tomado como signo para se referir a um universo particular, ao qual foram atribuídas inúmeras características – muitas delas de caráter depreciativo, como veremos – que hoje ajudam a compor, de maneira indissociável, seu significado.

1.2. OS VIAJANTES DO SERTÃO

Para tentar resolver esses problemas, tomaremos como fonte para a presente pesquisa os relatos de sete viagens ao interior do território que hoje constitui o sertão nordestino brasileiro. O conjunto de relatos utilizado conta com memórias, diários de viagens, correspondências, tabelas e

pranchas. Essa grande diversidade também é encontrada nos autores naturalistas, padres, funcionários régios, militares e advogados. Alguns desses tiveram notoriedade já na época em que escreveram e continuaram conhecidos posteriormente. Sobre esses, vários dados estão disponíveis na bibliografia pertinente. Outros, porém, estão perto do anonimato e, além do nome e profissão, pouco mais se sabe sobre suas trajetórias dentro da colônia ou do Império em geral.

O personagem mais instigante desse leque de viajantes é, sem dúvida, o padre Joaquim José Pereira. O vigário de Valença – como também era conhecido em referência a sua residência como pároco do termo da cidade de Valença do Piauí – tinha um profundo conhecimento sobre aqueles sertões. Como ele mesmo narra em seus relatos, cruzou os sertões de Pernambuco e Maranhão, “vivendo por elles mais de doze annos”¹⁰. Pelas memórias de viagem que escreveu, supomos também que o padre viveu alguns anos na Vila de Apody, no atual Rio Grande do Norte, e, partindo daí, percorreu o sertão do Piauí. Dessa forma, mesmo sem mencionar em suas memórias conhecidas, o religioso também viajou por todo o sertão do Ceará para chegar até seu destino, no Piauí.

Sua trajetória de vida é pouco conhecida, apesar de seus inúmeros trabalhos. O padre fala em uma de suas memórias sobre seu local de nascimento, Carnoza Correa. A falta de informações impede que saibamos se o nome se refere a uma vila, região ou fazenda. O certo é que, ao que parece, nenhuma localidade hoje no sertão leva esse nome ou suas variações. Ele ficou famoso nas vilas onde morou. Na Ribeira do Apody, Joaquim José, chamado de “celebre chronista”, teria fundado, em 1783 um colégio de latim¹¹. É verdade que a maioria dos religiosos recebia uma formação erudita nas ordens, entretanto, é surpreendente o fato de Joaquim ter fundado a escola de latim no meio do sertão norte-rio-grandense.

Foi na última década do século XVIII, precisamente quando ele se achava em Valença do Piauí, que ele produziu suas memórias e estudos. Um de seus artigos foi enviado para ser publicado na Academia de Ciências de Lisboa, à época o local onde se divulgava a ciência praticada pelos

¹⁰ **PEREIRA**, Joaquim José. *Memória que contém a descripção e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, conselheiro, ministro e secretario de estado dos negócios da marinha, e domínios ultramarinos, etc., etc., etc.* RIHGB, v. 20, p. 165-169, 1904, p.165.

¹¹ **GUERRA**, Philipe. *Notas sobre a Ribeira do Apody*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, v. XVIII e XIX, 1920 e 1921.

naturalistas do Império português. Mesmo que não tenha sido aceito para publicação, o fato de o artigo ser enviado para Lisboa mostra alguém em busca de reconhecimento por seus méritos científicos. Nesse artigo o padre versa sobre o ácido nitroso, ou nitro, espécie de sal descoberta por ele¹².

Sob as ordens do ministro dos negócios de ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho, o padre realizou pelo menos três viagens na última década do século¹³. Uma pelo sertão da Ribeira do Apody, nos anos de 1792 e 1793, da qual resultou a *Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody*. O relato gira em torno das secas que assolaram aqueles sertões nos anos anteriores a viagem do padre. É provável que as observações sobre o Apody tenham sido feitas quando o padre morava naquela localidade.

No ano de 1792, em outra expedição, o padre partiu da vila de Portalegre, no sertão do atual estado de Rio Grande do Norte – todo ele parte integrante da então capitania de Pernambuco. De Portalegre, Joaquim José seguiu até São Luiz do Maranhão e dali para a exploração dos sertões dessa capitania entre 1794 e 1797¹⁴. Dessa viagem resultou a *Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, conselheiro, ministro e secretario de estado dos negócios da marinha*.

Em 1799, o padre iniciou outra grande viagem, desta vez pelos sertões do Maranhão e do Piauí. Mais uma vez o ponto de partida foi a capital, São Luiz. Depois de subir o Rio Muni em direção ao leste da capitania, e visitar algumas vilas durante os primeiros meses da viagem, ele

¹² **PEREIRA**, Joaquim José. *Memória sobre o Nitro*. In: Memórias Economicas e Físicas que não tiveram lugar nas Collecções da Academia. Tomo 1.p.175-180. (A.C.L, Azul 17).

¹³ Além das três viagens de que temos conhecimento, Joaquim José Pereira ainda cita outra *Observação* feita por ele. Trata-se do estabelecimento da “nitreiras de Crasso de Prata, que frequentei no serviço de V. Alteza Real por Aviso de 1798.” **PEREIRA**, Joaquim José. *Observações deste diário ou Memória sobre as Produções naturaes*. 1799. AHU, Maranhão, Cx.127, doc. 9556.

¹⁴ O padre relata que “Nessa infeliz jornada cruzei já de pé, e já de cavalo caminhos muitos e varios pelo continente o mais interior do sertão de Pernambuco, mas não em paralelo de concentração pelo do Maranhão, o que vim a fazer no anno de 1794 até 1797, assistindo e caminhando, e observando a sua diferença, e desigualdade de clima, sua posição, e costumes de seus habitantes”. Tendo em mãos a grande produção do padre a respeito da capitania do Maranhão, supõe –se que a concentração de observações sem paralelo, como ele mesmo escreve, diz respeito a falta de descrições dos sertões de Pernambuco. **PEREIRA**, Joaquim José. *Memória que contém a descrição e problemática*, p.167.

chegou à cidade de Aldeias Altas, onde, em doze de abril de 1800, encontrou o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, que o acompanhou no restante da viagem. Os detalhes são comunicados ao padre em carta do governador D. Diogo de Souza, reproduzindo, provavelmente, as palavras de D. Rodrigo de Souza Coutinho:

Tendo V.M. recebido os cem mil reis que Sua Majestade foi servida Mandar dar-lhe pela Junta da Fazenda Real deste Estado para empreender o descobrimento do Salitre (...) durante aquela diligencia deverá V.M. partir em companhia do B.^{el} Vicente Jorge Dias Cabral que está também por mim encarregado dos exame circunstanciados das Nitreiras Naturais e outros objetos que metem sido recomendados de Ordem da Mesma Senhora com a qual procurará trabalhar de acordo e boa inteligência¹⁵

A viagem durou cerca de três anos e a produção dos cientistas inclui diários de viagem, memórias, ofícios, análises botânicas e remessas de produtos naturais para Lisboa. Os escritos do padre impressionam pela grande erudição apresentada: ele cita, seguidamente em sua narrativa, químicos, naturalistas e outros cientistas célebres do século XIII. Além disso, seus escritos são precedidos de fórmulas de legitimação, que buscam dar veracidade às suas observações. Um bom exemplo é o início da *Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão...* já citada. Nela, o padre refuta a narrativa dos *antigos* e de alguns *modernos* escritores, exaltando a sua forma de escrita:

Como o costume dos antigos escritores, e ainda muitos dos modernos, é querer persuadir sem a menor averiguação as cousas duvidosas por verdadeiras; as incertas por certas; as pequenas por grandes; a teoria por prática; a verbosidade por ciência; é o motivo por que se difundem e fazem crescer os volumes nada proveitosos á verdade dos fatos, mas que entretêm assim mesmo as atenções dos sábios.¹⁶

Vicente Jorge Dias Cabral, companheiro de viagem do padre, tem uma trajetória um pouco mais conhecida. Nascido em Tejuco – atual Diamantina – Minas Gerais, Cabral foi estudar advocacia na Universidade de Coimbra reformada. Lá estudou direito, matemática e filosofia natural, formando-se bacharel e naturalista. Vicente fez parte da segunda leva de brasileiros coimbrões mobilizada pela coroa portuguesa¹⁷.

Depois de formado, Dias Cabral foi para São Luiz do Maranhão trabalhar como advogado. Durante os dez meses que assim permaneceu, o naturalista também foi o encarregado do

¹⁵ PEREIRA, Joaquim José *Documentos diversos*. AHU, Maranhão, Cx.127, doc.9556.

¹⁶ PEREIRA, Joaquim José. *Memória que contém a descrição e problemática*, p.165.

¹⁷ Além dele foram enviados em viagens filosóficas neste período Hipólito da Costa (Território do atual EUA), Manuel Arruda da Câmara (Ceará) João da Silva Feijó (Cabo Verde) e Francisco José de Lacerda e Almeida (enviado à África com a missão de atravessar o continente, de Moçambique a Angola).

Horto botânico da cidade. No final de 1799, foi enviado, juntamente com o padre, para explorar os sertões nordestinos em busca de salitre natural e da quina do Piauí, conhecida planta medicinal.

Na documentação consultada ainda é possível encontrar Vicente Jorge residindo na capital São Luís no ano de 1807, ocupando o cargo de professor de Retórica da cidade¹⁸. Ele aparece também na preparação da viagem de demarcação e fixação das fronteiras entre o Maranhão e Goiás, na região do atual Tocantins, em 1815. Entretanto, o naturalista não pode acompanhar a comissão demarcatória, já que veio a falecer em meio aos preparativos da viagem. Em seu lugar foi recrutado Francisco de Paula Ribeiro, militar cujos relatos também serão utilizados nesse trabalho¹⁹.

Outro naturalista brasileiro formado em Coimbra e viajante da região foi José Machado Gaio. Aluno da primeira turma formada em História Natural depois da Reforma Universitária, Gaio não fez parte das expedições organizadas pelo naturalista italiano Vandelli. Entretanto, ainda na década de 1780, foi mandado pelo governador José Teles da Silva para uma expedição científica na Serra do Ipiapaba, divisa da capitania do Ceará com o Maranhão²⁰. A memória resultante de sua pequena expedição é emblemática tanto em forma quanto em conteúdo, reunindo as principais características dos relatos das *viagens filosóficas* portuguesas.

O militar Francisco de Paula Ribeiro, apesar de pouco conhecido e parcamente explorado pela historiografia brasileira, foi um dos maiores viajantes da região nordeste. Seus dois principais trabalhos²¹, originalmente publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foram reunidos, juntamente a uma memória sobre os índios do Maranhão, em um livro publicado em 2002, pelo governo do Maranhão. A introdução da obra, feita por Manoel de Jesus Barros Martins, nos dá algumas pistas da sua trajetória.

Francisco de Paula Ribeiro era um militar luso-brasileiro que viajou pelo sertão na

¹⁸ Carta do governador e capitão-general da capitania do Maranhão, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, para o príncipe regente D. João sobre os ofícios dirigidos ao presidente do Real Erário, pela Junta da Real Fazenda, a respeito do vencimento do professor de Retórica da cidade de São Luís do Maranhão, Vicente Jorge Dias Cabral. 1807, AHU, Cx. 152, doc.10935.

¹⁹ **RIBEIRO**, Francisco de Paula. *Memórias dos sertões maranhenses, reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros Martins*. Siciliano : São Paulo, 2002, p.11.

²⁰ **GAIO**, op cit. .

²¹ **RIBEIRO**, Francisco de Paula. *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815; e também Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão, propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*. In.: _____, *Memórias dos sertões maranhenses*.

segunda década do século XIX, inclusive em expedições demarcatórias nas divisas das províncias do Maranhão e Goiás, nas quais assumiu o lugar deixado por Vicente Jorge Dias Cabral. Além dessas, chefiou inúmeros expedições militares contra os índios que habitavam o interior do Maranhão. Também não se tem notícias de que Ribeiro tenha estudado Filosofia natural em Coimbra e, portanto, seus escritos são fruto de uma formação militar e sua atuação estava voltada para a demarcação e consolidação das fronteiras da colônia portuguesa. Mesmo assim, o viajante reserva vários trechos de sua obra para versar sobre o mundo natural, tratando das plantas e dos animais da região.

Além dos relatos deixados pelos quatro viajantes já mencionados, encontramos mais duas narrativas sobre o sertão do nordeste na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os relatos são praticamente inexplorados, escritos por Antônio Bernardino do Lago e Francisco Xavier Machado²².

O primeiro era Coronel do Real Corpo de Engenheiros, provavelmente do Rio de Janeiro, local de onde escreve seu relato. Seu itinerário de viagem segue a direção do extremo noroeste da capitania do Maranhão, próximo da fronteira com a capitania do Pará. Francisco Xavier Machado, por sua vez, é arrolado no *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*, (de autoria do professor e escritor piauiense Cláudio de Albuquerque Bastos), porém sem maiores detalhes. Além disso, sua pequena obra não apresenta quaisquer dados biográficos, o que nos impossibilita ter maiores informações.

Por fim, restam ainda os naturalistas alemães Johann Baptist von Spix e Carl Frederich Martius. Ambos são célebres na historiografia brasileira e mundial e seus relatos são muito divulgados e analisados. O pouco caso da historiografia brasileira para com o grande número de naturalistas luso-brasileiros que percorreu o território do Brasil no século XVIII e a supervalorização da produção de estrangeiros do século XIX já foi devidamente caracterizado pelos historiadores Magnus Pereira e Ana Lúcia Cruz²³.

²² **LAGO**, Antonio Bernardino. *Itinerário da província do Maranhão por Antonio Bernardino Lago, coronel do real corpo de engenheiros começado em janeiro de 1820*. RIHGB, v. 44-45, p. 385-422, 1872; e **MACHADO**, Francisco Xavier. *Memória relativa às capitanias do Piauí e Maranhão por Francisco Xavier Machado*. RIHGB, n. 17, p. 56-69, 1854.

²³ **PEREIRA**, Magnus R. M. e **CRUZ**, Ana L. R. B. A história de uma ausência; os colonos cientistas na historiografia brasileira. In: **FRAGOSO**, João, et ali. (orgs.) *Nas rotas do Império*. Vitória: Edufes, 2007. p.357-390.

As narrativas dos naturalistas de diferentes nações da Europa que estiveram no Brasil no oitocentos são consideradas mais rebuscadas, fluidas, frente à aridez e simplicidade dos relatos de luso-brasileiros. O que não se leva em conta na maioria das análises, entretanto, é a diferença de finalidade dos relatos. Os naturalistas enviados pela Coroa a todos os cantos do imenso império ultramarino português produziram, via de regra, uma narrativa de informação. Os relatos das viagens filosóficas são para informação da Coroa e não deleite do público europeu. Aliados à necessidade de informação imediata, o pequeno mercado editorial português do período e a política da Coroa portuguesa de não divulgar o Brasil aos demais países da Europa fizeram desse o tipo de narrativa mais usual para os objetivos portugueses.

Por outro lado, grande parte dos relatos produzidos pelos viajantes estrangeiros foi publicada com ampla tiragem na Europa. A leitura de relatos de viagem, aventuras, crônicas e navegações pelo Novo Mundo ainda era comum no oitocentos. O que se lê, portanto, das memórias desses naturalistas é um trabalho feita com intuito de atingir grandes públicos interessados nesse tipo de literatura. A parte *árida* também era alvo de relatos, porém não era divulgada. La Condamine, naturalista da missão francesa de medição da terra em uma das primeiras viagens científicas do XVIII, por exemplo, escreveu um relato com uma versão de uso interno, para os museus de historia natural da França e depois, uma versão para o público. Assim, podemos dizer que, entre outras coisas, o que diferencia os relatos é, sobretudo, sua finalidade, e não apenas o momento histórico da virada do século XVIII/XIX e nem mesmo a naturalidade dos viajantes.

De qualquer forma, mais ou menos valorizado e utilizado pela historiografia, o relato de viagem de Spix e Martius é também importante para a construção do imaginário do sertão. A missão científica com destino ao Brasil foi iniciada no ano de 1817, depois de organizada pela Academia de Ciências de Munique e do Gabinete Imperial de Minerais de Berlim²⁴. A comitiva acompanhou a arquiduquesa Leopoldina da Áustria na ocasião de seu casamento com o príncipe dom Pedro de Alcântara. Os dois naturalistas integraram a expedição por parte da Baviera: Spix como zoólogo e Martius como botânico. Além deles, por parte da Áustria vieram J.C. Mikan, como botânico e entomologista e seus auxiliares H. Schott para coletar plantas e Johann Buchberger como

²⁴ Salvo citação contrária, as informações sobre a viagem de Spix e Martius foram retiradas de SALLAS, Ana Luisa Fayet. *Ciência do homem e sentimento da natureza. Viajantes alemães no Brasil do século XIX*. Curitiba, UFPR, 1997. Tese de Doutorado defendida na UFPR, página 97 e seguintes.

pintor de plantas, Jahann Pohl, como botânico e mineralogista, Johann Natterer, como zoólogo, Thomas Ender, como pintor de paisagens e o botânico italiano Giuseppe Raddi.

A grande comitiva científica partiu do Rio de Janeiro e percorreu as capitanias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Dos relatos, o capítulo V do livro II da *Viagem ao Brasil* refere-se à viagem feita *pelo sertão até o rio São Francisco*²⁵, e será o trecho utilizado nessa pesquisa.

Como já comentado na introdução, o conjunto de textos selecionados dá conta de um amplo espaço temporal, que possibilita a análise dos relatos tanto dos primeiros cientistas vindos à região, na década de 1780, quanto dos que a percorreram já nos anos 1820. Além disso, espacialmente, esse grupo de viagens cobre praticamente toda a região que hoje é conhecida como *sertão*.

1.3. O SERTÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

A história do sertão na América portuguesa começa, se tomarmos como base o aparecimento do termo na documentação, com os primeiros relatos a respeito do novo mundo. No primeiro relato das terras americanas, a carta de Pero Vaz de Caminha, o termo já aparece: “Todavia, como os arvoredos são numerosos e grandes – de infinitas espécies – não duvido que por esse sertão haja muitas aves!”. Em outro trecho, o cronista escreve: “Pelo sertão nos pareceu, visto do mar, muito grande, porque a estender d’olhos não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa”²⁶.

Além de Pero Vaz de Caminha, outros importantes cronistas portugueses utilizaram o termo *sertão* em suas obras. Diogo do Couto e João de Barros falam dos *sertões* nas *Décadas da Ásia*, obra que relata os feitos portugueses no Oriente. A idéia de *sertão* esteve presente, portanto,

²⁵ SPIX e MARTIUS. Viagem pelo Brasil (vol. II). Belo Horizonte : Ed. Itatiaia. São Paulo : Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

²⁶ Faço referência ao trabalho de Emanuel Araújo, que também se remete a carta de Caminha e aos trechos supracitados. ARAÚJO, Emanuel. *Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais*. In. DEL PRIORE, Mary (org.) *Revisão do Paraíso. Os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro : Campus, 2001, p. 45-93.

tanto nos descobrimentos portugueses, nos territórios do ocidente ou do oriente.

O capítulo XXII da Década Nona, de Diogo do Couto, *Das terras que possui o Manomotapa: dos lugares a que os portugueses vão fazer suas feiras, por commutação de roupas, e conta com ouro*, por exemplo, versa sobre o imenso território do soberano das terras de Moçambique. Segundo o cronista, “pressume-se que vai a passar muito mais avante até confinar com os reinos do Sertão do Preste João da Abassia”²⁷. Outro exemplo pode ser encontrado na obra *Arquivo Português Oriental*. Tratando dos territórios portugueses na Ásia, o autor diz que “Esta cidade de Mascate he do Reyno de Ormuz, e o sertão de hum Rey”²⁸. Aqui o termo não carrega apenas a noção de distância, mas também de um vasto território.

O termo faz parte do imaginário desde o século XVI, conforme aponta Kalina Vanderlei Silva,

A idéia de sertão existia no imaginário dessa sociedade desde o século XVI, construída a partir de uma oposição entre as regiões colonizadas do litoral da América portuguesa e aquelas não inseridas na jurisdição metropolitana. Esse imaginário criou uma dicotomia entre o espaço considerado *civilizado* e aquele considerado *selvagem*.²⁹

Segundo a análise da autora, a passagem do significado apenas geográfico para uma conotação que envolvia também a *civilidade* do litoral – sempre pensada a partir do modelo europeu – e a *barbárie* do sertão, deve ser pensada na perspectiva da sociedade barroca do século XVI: a dualidade inerente ao pensamento barroco necessitava de um contraponto ao litoral já colonizado³⁰. Assim, o território que antes era só distante do litoral, passa gradativamente a ser uma região inóspita e sem lei. Ainda segundo a mesma autora,

a partir do final do século XVI, o imaginário barroco começou a se consolidar, juntamente com as estruturas sociais das vilas açucareiras. Nele foram gestadas imagens sobre as áreas continentais para além

²⁷ Décadas da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras, e mares do oriente. Decada Nona. Lisboa : Régia Officina Typografica, 1786. Disponível em: http://books.google.com/books?id=UsB1IRj9VCUC&pg=PA54&dq=d%C3%A9cadas+da+ais&lr=&as_brr=3&hl=pt-BR&cd=1#v=onepage&q=d%C3%A9cadas%20da%20ais&f=false. Acessada no dia 13 de fevereiro de 2010.

²⁸ Arquivo português Oriental, volume 4. Disponível em: http://books.google.com/books?id=OGwNAQAIAAJ&q=sert%C3%A3o+mascate&dq=sert%C3%A3o+mascate&lr=&as_drrb_is=b&as_minm_is=0&as_miny_is=1600&as_maxm_is=0&as_maxy_is=1800&as_brr=0&hl=pt-BR&cd=1. Acessado em 13 de fevereiro de 2010.

²⁹ SILVA, op cit. , p. 44.

³⁰ Devo alertar aqui que estamos analisando o trabalho da autora e as suas suposições a respeito de um pensamento barroco ainda no século XVI. Para a maioria dos autores que estuda o tema, o barroco é um fenômeno artístico – e cultural – do século XVII apenas.

das fronteiras canavieiras. Ou seja, construía-se, dentro dessas estruturas mentais e sociais, um conjunto de representações sobre o sertão que é visível nas obras dos escritores do período.³¹

O caráter literário, tratado pela autora como um barroco precoce, pode ser percebido ainda em outras significações do *sertão*. Para Janaína Amado, o sertão ao mesmo tempo em que era inóspito, hostil para a maioria, era também, sob alguns aspectos o lugar da esperança e da liberdade para os perseguidos das autoridades. Dessa forma temos a inversão: inferno ou paraíso, depende do lugar de quem fala³². Francisco de Paula Ribeiro retrata a face do *sertão* refúgio em seu relato:

Um considerável número dos homens que vivem ali mais à ligeira, sem modo algum de estabelecimento, consta daqueles vadios e malfeitores, que, como temos dito, fogem das outras capitanias, e especialmente de Pernambuco, e vêm entranhar-se nestes sertões como um seguro asilo seu, onde falta quem por obrigação de seu cargo se intrometa com averiguação dos motivos daquela emigração³³

A barbárie do sertão, representada através de seus habitantes, é também retratada por Spix e Martius. Ao iniciar seu relato, os naturalistas apresentam a região:

Atravessamos o rio em porto dos angicos, que corri aqui sobre xisto quartzítico, e achamo-nos agora no *sertão*, como denominam os mineiros a vastidão deserta, na sua linguagem usual. Consideramos de bom agouro, à entrada do tão mal afamado território, o encontro com um francês das belas margens do Garona, um digno ancião, barqueiro da passagem, e que amavelmente nos deu hospedagem.³⁴

Em um tão mão afamado território, o encontro com um europeu alegre e tranqüiliza os viajantes vindos da Europa. A estrutura social e seus moradores aparecem também como um dos pilares da construção do sertão enquanto oposto à civilização. No período, a sociedade açucareira é inteiramente – com exceção da Vila de Piratininga – litorânea, com os limites dificilmente ultrapassando algumas dezenas de léguas do oceano. Na análise de Angel Rama, a cidade colonial aparece como baluarte da civilização. A partir delas se daria a conquistas dos vazios de território, dos desertos, dos sertões. Além desse aspecto missionário de levar a civilidade aos sertões, as cidades coloniais tomam lugar privilegiado na construção do imaginário do sertão na medida em que saíram desse espaço os personagens e as idéias que fundaram o sertão, seja enquanto território

³¹ SILVA, op cit., p. 45.

³² AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 145-151, p. 151.

³³ RIBEIRO.. *Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão*, p.146.

³⁴ SPIX e MARTIUS. *op cit.*. O texto utilizado nesse capítulo refere-se, salvo outra intervenção, ao capítulo IV, *Viagem através do sertão até o Rio São Francisco*.

agora civilizado propriamente dito, seja enquanto conceito complexo.³⁵

Dessa forma, o conceito de sertão extrapola qualquer delimitação espacial precisa. Para Erivaldo Fagundes, ”a idéia de distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores seria denominador comum dos vários significados atribuídos à palavra sertão, integrando o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista”³⁶. O imaginário do sertão, construído e re-construído por cronistas, missionários, padres, intelectuais e, sobretudo, viajantes, passa a ter um caráter além de simples oposição ao litoral, de “contraste com a idéia de região colonial”³⁷. De um lado está a civilização que a colonização trouxe, de outro, o sertão. Segundo Fagundes, as concepções de sertão se misturam, formando um conceito espacial e também social:

Nota-se que essa concepção dual associou o termo *sertão* a conceitos, geográfico (semi-árido) e econômico (pecuária), apresentando o seu sentido numa percepção espacial (interior) e noutra social (região pouco povoada), ambas categorias da geografia, mas trazendo implícitas a noção de ação humana ou a concepção de espaço social historicamente construído, um pressuposto da idéia de região³⁸.

1.4. SERTÃO: UMA CATEGORIA COMPLEXA

A etimologia da palavra *sertão* é incerta, de modo que os autores que tratam do tema não entram em consenso a respeito. Para Erivaldo Fagundes, a gênese da palavra *sertão* vem do vocábulo *muceltão*, corrompido para *celtão* e, depois, *certão*. Entretanto o autor não discute sobre o significado dos termos antecedentes. Há também a tentativa de ligação com o termo *desertão*, de onde teria vindo o *sertão* como forma contraída. Para alguns filólogos contemporâneos, há ainda a especulação que *sertão* deriva do vocábulo latino *desertanu*, de etimologia pouco conhecida. O que todos concordam, entretanto é a significação: *região agreste, despovoada, lugar recôndito, distante*

³⁵ RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 26 e seguintes.

³⁶Nesse trecho o autor faz uso das idéias de LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro : Revan / Iuperj-Ucam, 1999. A citação encontra-se em NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural*, *Politéia: História e Sociedade, Vitória da Conquista*. V. 3, n. 1, p. 153-162, 2003, p. 156.

³⁷NEVES, Op cit., p. 156.

³⁸NEVES, Op cit. , p. 156.

*do litoral, mas não necessariamente árido; terra e povoação do interior; enfim, o interior do país*³⁹.

Na América portuguesa o termo sofreu algumas modificações. Para Emanuel Araújo, para além do significado de longe da costa, o *sertão* passou também a retratar, no período colonial, os grandes vazios incultos e desabitados – e com isso, a construção de oposição a civilização⁴⁰. No caso brasileiro, a oposição cultural do termo foi transferida para uma oposição geográfica: de um lado o litoral, civilizado e de outro, o sertão. Janaína Amado, em artigo já citado, afirma que “como adquiriu uma significação nova (...) à localização onde se encontrava o enunciante ao emitir o conceito, o sertão foi construído a partir do litoral, por diferenciação entre categorias opostas e complementares”⁴¹.

A complementaridade das duas regiões, tal como colocada pela autora, é muito importante para entender a relação. Para ela, *sertão* e *litoral* se constroem num jogo de espelhos, onde um reflete o outro de forma invertida. Portanto, há uma construção dialética entre ambos. Sem seu principal referente, o litoral, o *sertão* esvaziava-se de sentido, tornando-se ininteligível, e vice-versa.

Sertão é certamente uma das categorias mais utilizadas pelo conjunto de autores que tratam da história do Brasil, além de ser utilizado na sociologia, na geografia e amplamente na literatura. Ela foi utilizada, até o início do século XIX, em relatos de viagens, crônicas, documentação oficial e nas primeiras tentativas de se sintetizar uma história do Brasil. Na maioria das vezes, o termo era usado para mostrar a necessidade de colonização dessa região deserta e inóspita. A partir de meados do século XIX, notadamente com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, o *sertão* foi invocado em todas as tentativas de se apresentar o Brasil enquanto nação, mesmo considerado inúmeras vezes como categoria rejeitada⁴².

³⁹ NEVES, op cit. ., p. 154. Vale lembrar que qualquer especulação etimológica sempre soa duvidosa, uma vez que não há como mapear exatamente quando e como certas palavras surgem e são incorporadas ao léxico da população. A forma mais comum é estabelecer associações entre línguas do mesmo ramo linguístico, embora nunca se saiba ao certo se o termo surgiu primeiro em uma e depois em outra ou se, simplesmente, existiam concomitantemente. É importante ressaltar, também, que não há uma implicação direta entre as origens da palavra e a forma como é utilizada corriqueiramente, ou seja, um falante que utiliza um termo no seu dia a dia não está preocupado com a significação que ele tinha na origem, o que dá à língua uma certa criatividade e uma proliferação de sentidos possíveis.

⁴⁰ ARAÚJO, op cit., p. 80.

⁴¹ AMADO, op cit.,p. 150.

⁴² AMADO, op cit., p. 147.

No século seguinte, segundo análise de Janaína Amado, os historiadores reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e identificados com a historiografia ali produzida, como Varnhagen, Capistrano de Abreu (1975 e 1988) e Oliveira Vianna (1991), utilizaram e refinaram o conceito. Posteriormente outros historiadores importantes do período, como Euclides da Cunha (1954) e Nelson Werneck Sodré (1941), e ainda Sérgio Buarque de Holanda (1957 e 1986) e Cassiano Ricardo (1940), trabalharam, de diferentes formas, com a categoria⁴³.

Depois de mais de quatro décadas de relativo desuso por parte de historiadores – mesmo que muito utilizado em análises sociológicas⁴⁴ - o *sertão* volta a ser pensado por historiadores a partir da década de 90, ainda fortemente vinculado à problemática da construção do Brasil enquanto nação.

Deixando de lado o *sertão* enquanto categoria, dedicaremos algumas páginas para tratar do *sertão* enquanto território – mesmo que uma idéia não se desvincule completamente da outra. O objeto desse trabalho é o território do interior dos estados da região nordeste da divisão política atual do Brasil, notadamente os estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Pernambuco. A intenção é mostrar aqui um pouco da história tida como *oficial* a respeito da descoberta, ocupação e desenvolvimento desse território conhecido como *sertão*. Entendemos que essa proposta não está isenta de também reforçar a construção do imaginário vigente da região, mas a análise é válida para a compreensão da sua dinâmica histórica, processo fundamental na construção do real e do imaginário do local.

Um dos primeiros e mais importantes autores a se debruçarem sobre o *sertão* foi Capistrano de Abreu. Em sua obra *Capítulos da História Colonial*, publicado originalmente em 1907, Capistrano dedica um longo capítulo sobre o tema. O autor coloca, logo no início de seu texto, a importância que o *sertão* tem no povoamento da América portuguesa. Segundo ele, “o povoamento do *sertão*, iniciado em épocas diversas”, tem uma dinâmica que vai desde “pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue rio

⁴³ AMADO, op cit., p. 147.

⁴⁴ “A partir da década de 50, o tema não foi mais tão candente entre os historiadores. Permaneceu, entretanto, importante na análise de sociólogos, como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Douglas Teixeira Monteiro e Maurício Vinhas de Queiroz, e de alguns poucos antropólogos, como Neide Esterci (1972) e Otávio Velho (1976). AMADO, op cit.,p. 147.

litorâneo”⁴⁵. Tomando como baliza geográfica o sertão enquanto região do interior da América portuguesa, Capistrano faz uma análise do desenvolvimento de diferentes regiões denominadas *sertões*, desde a Capitania de São Vicente, passando depois pelo sertão da região norte, nordeste e, por fim, a região das Minas Gerais.

O sertão da capitania de São Vicente apresenta importantes particularidades. Além de ser a única capitania que, no século XVI, apresentava uma vila para além da Serra do Mar, a Vila de Piratininga – posteriormente São Paulo – a capitania também demarcava os limites do território português na América. Dessa forma, além dos vastos sertões território português adentro, os aventureiros de São Vicente deveriam ainda proteger – e explorar – os territórios ao sul, àquela época ainda pertencentes a Coroa espanhola. O caráter desbravador e aventureiro dos bandeirantes é sempre lembrado quando se traça uma análise da capitania. O *sertão* recebe grande importância nas abordagens sobre a vida dos bandeirantes. Para Alcântara Machado, o sertão era como um

centro solar do mundo colonial porque gravitavam-lhe em torno escravizados à sua influência e vivendo de sua luz e de seu calor, todos os interesses e aspirações. (...) Para ele se voltava constantemente a alma coletiva, como agulha imantada para o pólo magnético⁴⁶.

Capistrano também trata do pioneirismo desses personagens que, passando a maior tempo dentro das matas, mais se pareciam com nativos da América do que com europeus. Seu objetivo maior era a captura de índios para o trabalho cativo em diferentes regiões da América portuguesa. A devastação das comunidades nativas foi grande e, segundo Capistrano, “com o tempo foram-se alargando os raios do despovoamento e depredação, característica essencial e inseparável das bandeiras”⁴⁷. Ainda sobre a análise desse movimento, Capistrano utiliza a descrição detalhada sobre a invasão e destruição da Redução de Jesús Maria, no rio Pardo, feita pelo jesuíta Montoya. As reduções eram o principal alvo dos bandeirantes: os índios, além de reunidos em aldeias e não dispersos pela mata, já tinham seu caráter bravio atenuado pelo trabalho dos religiosos. Ao fim da descrição, Capistrano coloca a questão: “Compensará tais horrores a consideração de que por favor

⁴⁵ ABREU, Capistrano de. *O sertão*. In. _____.; *Capítulos da História Colonial e Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1982. p. 113-168.

⁴⁶ MACHADO, A. *Morte e vida do bandeirante*. In.: SANTIAGO, S. (Coord.). *Intérprete do Brasil*. v.1. Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 2002. P. 1188-1366. *Apud* NEVES, op cit.,, p. 156.

⁴⁷ ABREU, Capistrano de. *O sertão*, p. 115.

dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?”⁴⁸.

O retrato do sertão da Capitania de São Vicente é o retrato das bandeiras paulistas. Além da importância dada a esses personagens na conquista dos sertões da Vila de Piratininga, os bandeirantes foram ainda chamados, devido sua experiência em combater indígenas e fazer expedições mata adentro, para *pacificar* os sertões da capitania da Bahia. No século XVII, os nativos eram um problema constante às autoridades baianas com ataques aos engenhos e às fazendas de gado. Depois de vencida a guerra, alguns paulistas inclusive se fixaram nas terras que lhes foram dadas como prêmio e pagamento pelas batalhas:

Muitos paulistas empregados nas guerras do norte não tornaram mais a São Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos (...) Nas ribeiras do rio das Velhas e do São Francisco havia mais de cem famílias paulistas, entregues à criação de gado.⁴⁹

A luta contra os índios esteve sempre associada ao *desbravamento* e *pacificação* das terras, um controle maior do território e conseqüentemente sua colonização. Essa perspectiva aparece tanto nos documentos do período colonial, como também na historiografia mais tradicional que trata do período. No prefácio de *Memórias dos sertões maranhenses* – obra onde se encontram compilados a maior parte dos relatos de viagem feitos pelo militar Francisco de Paula Ribeiro, utilizados como fonte para essa pesquisa – o autor Manoel de Jesus Barros Martins utiliza a mesma fórmula. Paula Ribeiro é considerado “um dos mais ardorosos defensores dos interesses portugueses na América” e a maioria de suas expedições objetivava “fazer frente às contínuas investidas de nativos Timbiras e Canelas contra os colonizadores da região, ‘de sorte que o gentio incursor desses lugares [ficassem] arrependido e escarmentado sempre que [comettesse] novas incursões’⁵⁰. A questão indígena era um problema a ser combatido numa sociedade em que as poucas vilas fundadas no interior do território – ou seja, no sertão – eram rodeadas de matas, nas quais os índios viviam.

O mesmo movimento de desbravamento do sertão ocorreu também na região norte da América portuguesa. Em menor número e escala, as expedições ficaram conhecidas como entradas.

⁴⁸ ABREU, op cit., p. 115.

⁴⁹ ABREU, op cit., p. 118.

⁵⁰ RIBEIRO, *Memórias dos sertões maranhenses*, p.09.

As grandes questões da parte norte do território eram a tentativa de pacificação em relação aos índios e, mais importante para esse trabalho, a tentativa de abrir um caminho que ligasse as capitanias do norte – entre as quais o Maranhão era a mais oriental – ao litoral de Pernambuco, principal mercado do país. O caminho deveria levar ao fim a dependência das monções, única oportunidade de se viajar por mar até Pernambuco, uma vez por ano; ou ainda a viagem terrestre pela costa, na tentativa de desviar o sertão, mas essa, segundo Capistrano, “poderia servir apenas à passagem de escravos”⁵¹.

As vias de comunicação entre as capitanias do norte e o restante do território da América portuguesa eram tão insipientes que a medida paliativa encontrada pela Coroa portuguesa foi a separação do Estado do Grão-Pará e Maranhão do Estado do Brasil. Por esse motivo, grande parte dos trabalhos historiográficos a respeito do Maranhão são ligados a uma análise da região do Rio Negro, atual Amazônia. O que buscamos aqui, entretanto, é entender a construção do sertão maranhense, a leste do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Dessa forma, trataremos aqui o Maranhão enquanto território ligado à região nordeste – mesmo porque a capitania depois recebeu o nome de Maranhão e Piauí.

Aos sertões das capitanias do Maranhão, Piauí, Bahia e Ceará as análises sempre guardam características e problemas diferentes do restante dos sertões. Para o próprio Capistrano, as dificuldades em sua exploração eram maiores:

Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. Fazê-lo seria fácil em São Paulo, onde a caçada humana atraía e ocupava a atividade geral, na Amazônia toda cortada de rios caudalosos e desimpedidos, com preciosos produtos vegetais extraídos sem cultura. Nas outras zonas interiores o problema pedia solução diversa⁵²

Somente no início do século XVII foram promovidas as primeiras incursões ao atual território piauiense. Nesse momento, o que se buscava era um caminho que ligasse as capitanias do norte por terra, principalmente o Ceará ao Maranhão. As expedições continuaram no decorrer do século, porém, sem muitas iniciativas de se povoar, de fato, a região. Basta lembrar que em finais do século XVIII a Coroa portuguesa comandava uma intensa política de envio de naturalistas para a região, a fim de conhecer, de fato, tanto natural como economicamente, esses sertões.

⁵¹ ABREU, op cit., p. 121.

⁵² ABREU, op cit., p. 131.

Institucionalmente falando, o território do Piauí esteve sob a bandeira de Pernambuco até a virada do século XVII / XVIII, até que ordens reais foram dadas ao governador de Pernambuco anexando o Piauí ao Maranhão. A autonomia veio em 1761. A Vila do Mocha ascendia à condição de cidade e posteriormente seria a capital, chamada de Oeiras. Mais oito povoados foram alçados a condição de Vila⁵³.

O Maranhão tem, em sua história institucional, a formação do Estado do Maranhão, na segunda década do século XVII, que compreendia as capitanias de Maranhão, Pará, Piauí e Ceará. Entretanto, não faremos aqui uma discussão a respeito dessa divisão mas, a título de situar o *sertão* estudado, algumas outras informações são necessárias. Em meados do século XVIII, o Estado do Maranhão passou a intitular-se Estado do Grão-Pará e Maranhão. Posteriormente, já em 1772, aconteceu uma nova divisão em dois Estados: o Estado do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís, e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém.

Historiadores que tratam do período são unânimes em afirmar o motivo da real exploração e posterior povoação dos interiores do nordeste. Nas palavras de Capistrano de Abreu, “a solução foi o gado vacum”. Segundo o autor

O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distancias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões⁵⁴

Capistrano coloca a criação de gado como a solução, talvez única, para a colonização efetiva dos sertões nordestinos: viável, a curto prazo e utilizada pelos colonos. Emanuel Araújo foi feliz em utilizar a metáfora das boiadas na ocupação do sertão: “menos heróica, mas tampouco menos eficaz na expansão e ocupação desse vasto e ermo interior, foi a marcha lenta e irreversível das boiadas”⁵⁵.

O desenvolvimento da pecuária na região deveu-se, sem sombra de dúvidas, a partir das propriedades dos D’Ávila, uma das famílias mais poderosas da região e quiçá de toda colônia

⁵³ **STUDART FILHO**, Carlos - *A capitania do Piauí*, p. 85-122.

⁵⁴ **ABREU**, op cit., p. 131

⁵⁵ **ARAÚJO**, op cit., p. 58.

americana. Durante gerações, a família concentrou, sob seu poderio, extensões imensas de terras doadas como sesmarias e, em quase todo seu território, adotou o arrendamento e a criação de gado como atividade principal. Luiz Alberto Moniz Bandeira dedica uma extensa análise à propriedade dos D'Ávila. O trabalho de fôlego, com uma abordagem demasiadamente economicista, leva no título o principal argumento do autor: *O feudo. A casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Segundo o autor

A casa da torre constituiu um caso emblemático, no qual a feudalidade essencial da colonização do nordeste mais claramente se manifestou. Sucessivas gerações dos senhores da Torre de Garcia D'Ávila não apenas conquistaram os sertões como, por três séculos, detiveram o domínio econômico, político, militar sobre uma extensão territorial mais vasta do que a de muitos reinos da Europa: cerca de 300.000 km² de extensão.(...) Estendia-se por mais de 400 léguas, isto é, por mais de 2640 km, da Bahia à divisa do Piauí com o Maranhão⁵⁶

Deixando de lado os argumentos do autor, que discute a existência de um *feudalismo* no Brasil colonial, o que mais nos interessa na obra é a extensão e atividade da Casa da Torre⁵⁷. Grande parte das terras da família era arrendada a sesmeiros e, admitindo o argumento de Capistrano, a solução para ocupar a terra era o gado *vacum*. Daí remonta grande parte da tradição de vaqueiro que o sertanejo adquiriu com o passar dos séculos. Segundo Vicente Jorge Dias Cabral, naturalista que viajou os sertões a serviço da Coroa portuguesa em fins do século XVIII, o costume já estava enraizado na população quando Dias Cabral percorreu a região. Segundo ele, “só o trabalho a cavalo em perseguição dos gados fazem de boa vontade não sendo aturado por muito tempo outro qualquer trabalho, dizem elles he proprio dos escravos cativos”⁵⁸. Antes de caracterizar o trabalho a cavalo, entretanto, o naturalista faz uma descrição da falta de apreço dos habitantes pelo trabalho:

A mão d'aobra aqui he muito cara quero dizer os jornaes dos trabalhadores. Não há q.^m queira trabalhar nem por bons modos nem sendo obrigados. Se algum se rezolve atura poucos dias e não mais enunca sem o interesse da comida (...). No decurso das minhas jornadas vi em todas as fazendas homens ociozos cheos de nudez e de miseria que senão rezolvião a plantar algodão p.^a vestir, e o pão para matar afome. Eu os convidava p.^a me ajudar no trabalho prometendo-lhes fartura seg.^a que o Serviço Real os livraria da recluta

⁵⁶ **BANDEIRA**, Luiz Alberto Moniz. *O feudo. A casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro, 2000, p. 25.

⁵⁷ O nome como ficou conhecida a propriedade deve-se a um “baluarte em taipa e madeira, rebocadas com cal de marisco, por dentro e por fora”, situada “de 13 a 14 léguas ao norte da Bahia de Todos os Santos, teria a função de casa de residência e ao mesmo tempo atalaia fortificada”. Quem a construiu foi Gárcia D'Ávila – possivelmente filho de Tomé de Souza e descendente direto de Diogo Álvares, o Caramuru. **BANDEIRA**, op cit., p. 543.

⁵⁸ **CABRAL**, Vicente Jorge Dias. *Memória sobre as nitreiras naturais da parte inferior da Capitania do Piauhý*. 1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

(do que no Certão há grande horror) não forão suficientes os meios lembrados.

A pecuária perdurou como atividade ligada ao imaginário do sertão até fins do século XIX. Evivaldo Fagundes vê dois sentidos do sertão nordestino nesse período: um ligado à idéia de semi-árido e outro articulado à pecuária⁵⁹.

Além de construído por historiadores, o *sertão* – aqui já definido, na maioria dos casos, especificamente como sertão nordestino e, no limite, o sertão central do Brasil, nos estados de Goiás, Minas e Bahia – foi também construído e re-construído nas obras de literatura, tanto no sentido de reforçar um regionalismo, como corroborando a idéia de uma nação brasileira. Não podemos deixar de lado a construção do *sertão* a partir da literatura. Segundo Janaína Amado, o sertão enquanto categoria cultural

ocupa ainda lugar extremamente importante na literatura brasileira, representando tema central na literatura popular, especialmente na oral e de cordel, além de correntes e obras literárias cultas (...) “sertão” freqüenta com assiduidade a literatura brasileira desde a poesia romântica do século XIX (Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Castro Alves, etc.), passando pela prosa romântica (Bernardo Guimarães e, principalmente, José de Alencar, em *O sertanejo*), atingindo enorme importância na literatura realista, em autores como Franklin Távora, Coelho Neto e Afonso Arinos.⁶⁰

Além disso, a literatura regionalista da chamada *geração de 30* fez do sertão o universo de seus romances. Só para citar alguns nomes, temos Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Jorge Amado, Ariano Suassuna e João Ubaldo Ribeiro. Entretanto, talvez o maior, mais completo e importante autor relacionado ao tema tenha sido João Guimarães Rosa, “o evocador dos sertões misteriosos, míticos, ambíguos, situados ao mesmo tempo em espaços externos e internos”⁶¹. Além desses, na fronteira entre a história e a literatura figura um dos grandes fundadores do *sertão* nordestino que povoa o imaginário atual: Euclides da Cunha com *Os sertões*.

Faz-se necessária também uma busca na literatura, para melhor entender como o *sertão* é uma construção complexa e interdisciplinar que requer alguns cuidados. De certa maneira, o pensar histórico é uma infundável busca, ora por aproximações e semelhanças, ora por distanciamentos e particularidades, tanto com outras áreas do conhecimento quanto dentro da própria história. Quase ao mesmo tempo em que se buscam afinidades para explicar diferentes processos históricos e reuni-los sobre uma mesma metodologia, se percebem características idiossincráticas que demandam

⁵⁹ NEVES, op cit., p. 155.

⁶⁰ AMADO, op cit., p. 148.

⁶¹ AMADO, op cit., p. 148.

maiores cuidados na análise.

Assim, na análise da construção do *sertão*, percorremos essa linha em uma região fronteiriça de aproximações e particularidades entre história e literatura. Esses dois campos do conhecimento “de longa data compartilham a narrativa e o contar, escrever e descrever ou melhor, (re)construir e (re)interpretar por meio da escrita eventos ‘reais’ e/ou ‘imaginários’, na perspectiva da garantia do seu registro e perpetuidade”⁶². Fazendo o percurso dessa relação entre a história e a literatura dentro da epistemologia histórica, mesmo que de maneira rápida e por isso mesmo com o risco de superficialidade, já começamos a visualizar a complexidade dessa interface. Na antiga tradição grega, mesmo que houvesse diferentes musas – Clio era a da história e, na literatura, Melpômene e Tália representavam a tragédia e a comédia, respectivamente –, na prática as disciplinas se misturavam de maneira indissociável. A história de determinado povo ou tradição era contada e não se fazia, na verdade, a distinção entre o que hoje denominamos *real* e o *ficção*. A tradição oral já dispunha de estratégias para obter o que Naxara chamou acima de “registro e perpetuidade”. Segundo Alfred Döblin, a tradição oral “facilita e empobrece o conteúdo, resultando num abreviamento da narrativa, para que as principais coisas sejam mais facilmente retidas. Assim, só o que era mais digno de nota era guardado”⁶³. Ainda segundo Döblin, as antigas narrativas épicas foram uma etapa no desenvolvimento dos romances modernos. Essa arte de narrativa relatava fenômenos que efetivamente haviam acontecido e era uma forma de comunicar, preservar e divulgar esses fenômenos⁶⁴.

A intrincada relação história/literatura ganha ainda mais complexidade quando se trabalha com *relatos de viagem*, que são considerados, de alguma maneira, como uma manifestação literária; e, de outro lado, como um romance extremamente naturalista e histórico, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, muitas vezes é até mesmo catalogado como *história do Brasil*. Dessa forma ocorre uma inversão das fontes: o documento histórico – visto até pouco tempo como *legítimo* – é visto como literatura e o romance literário como fonte histórica. E aqui temos mais uma vez o

⁶² NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Historiadores e texto literário: alguns apontamentos*. História : Questões & Debates, Curitiba, n.44, p.37-48, 2006. Editora UFPR, p. 38.

⁶³ DÖBLIN, Alfred. *O romance histórico e nós*. Tradução: Marionilde Brepohl Magalhães. História : Questões & Debates, Curitiba, n.44, p.13-36, 2006. Editora UFPR, p.19.

⁶⁴ DÖBLIN, op cit., p. 16.

infindável ir e vir do fazer historiográfico. Se, de um lado, procura-se tomar o romance como fonte para a pesquisa histórica, depois que esse uso é legitimado, busca-se o oposto.

Alfred Döblin, em artigo já citado, alerta o leitor para os cuidados que devem ser tomados ao analisar um romance como fonte histórica. Os subtítulos de seu artigo vão nessa direção, uma vez que primeiro o autor fala sobre a pertinência da utilização desse tipo de fonte na história, para em seguida escrever o subcapítulo: *O romance histórico é, antes de tudo, romance e não história*.⁶⁵ O mesmo cuidado metodológico deve ser tomado no que diz respeito ao documento. As reflexões acerca da legitimidade do documento certamente tiveram grande alcance a partir do conceito de *documento-monumento* de Jacques Le Goff.⁶⁶ Entretanto, mesmo com o aprofundamento das discussões, muito ainda se produz no campo historiográfico na perspectiva da total legitimidade da documentação. A reflexão continua válida. Lacapra afirma que

com certeza haverá mesmo dificuldades no tratamento de qualquer documento tomado pura e simplesmente como fonte para fatos do passado, em vez de considerá-lo um texto que também suplementa ou reconstrói o que ele ‘representa’.⁶⁷

Peter Burke também discute a questão dos documentos, quando usados como fonte na construção de um imaginário. No capítulo *Estereótipos do Outro*, de seu trabalho *Testemunha Ocular*, Burke vai ainda mais longe, afirmando que mesmo documentos produzidos por um jornalismo etnográfico, considerados objetivos e verossímeis, mostram, na verdade, imagens de tipos e não indivíduos, no sentido de que apenas determinados aspectos típicos de certa sociedade são mostrados, desprezando os indivíduos em si: “Aquilo que é considerado típico de uma determinada cultura pode ser o resultado de anos de observação, mas também pode ser fruto de uma leitura apressada ou de puro preconceito”⁶⁸.

Voltando para a literatura sobre o sertão, Márcia Naxara considera que *Os sertões* se

⁶⁵Os dois primeiros subtítulos, na tradução de Marion Brepohl de Magalhães são, respectivamente: *Todo romance necessita de um fundo de verdade e a universidade da verdade no romance*. O que interessa é o cuidado metodológico contrário: primeiro em testar o romance como fonte para a história e depois, em retomá-lo como romance para o restante da pesquisa. **DÖBLIN**, op cit.

⁶⁶ **LE GOFF**, Jacques. *Documento / Monumento*. In.: _____. *História e Memória*. 4.ed. Campinas:Unicamp, 1996.

⁶⁷ **LACAPRA**, Dominick. *História e Romance*. Dossiê História – Narrativa. Revista de História Unicamp, IFCH, Campinas, 1991, p.116.

⁶⁸ **BURKE**, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru, EDUSC, 2004, p.163.

insere no que ela chama de *romances de formação* ou *fundação*, os quais inauguraram uma “linha de interpretação que buscou dotar a nação não somente de mitos fundadores, mas reter hábitos, costumes, vivências, histórias”⁶⁹. A autora está pensando no seu problema de pesquisa, expresso também em sua tese de doutoramento, sobre um sentido explicativo para o Brasil do século XIX.⁷⁰ Entretanto, sua reflexão serve quando tomamos o relato de Euclides como fator construtivo de um imaginário a respeito da região, no caso, do sertão nordestino. Essa mesma linha de *romances de formação*, ou *construtores de imaginário*, se pudermos chamar assim, vai, segundo Naxara, desde *Os sertões* até o *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa.

A literatura certamente é um grande instrumento de reforço para o imaginário do *sertão*. Enquanto *categoria cultural*, para retomar a expressão de Janaína Amado, o sertão está amplamente presente no trabalho dos escritores brasileiros. Para a mesma autora, “A literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro”⁷¹.

Todas as construções analisadas aqui fazem parte do imaginário do *sertão* atual. Dessa forma o termo ultrapassou seus significados originais e se modificou. Ao mesmo tempo em que o significado expandiu, a região delimitada pelo termo delimitou-se. Eviraldo Fagundes Neves, em artigo já citado, conclui que

Generalizou-se o conceito de “sertão” para vasta área do interior brasileiro que expressa pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, equiparando-se à idéia de “região”, exposta como especialização destacada num continente, país ou subunidade setorial de poder, caracterizada pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais, recursos ambientais, natureza do que produz, espécies de bens comercializados, formação étnica, manifestações culturais. Como categoria analítica da divisão espacial, “sertão” exprime condições de território interior de uma região ou unidade administrativa interna – sertão nordestino, sertão da Bahia – ou de zoneamento dessas especializações – Alto sertão da Bahia, sertão de Canudos, Sertão de São Francisco – ou ainda o sertão do Bandeirante, que inclui o interior de outras unidades da federação, fora do “polígono das secas”⁷²

Durante todo o período da ocupação portuguesa do território brasileiro, o *sertão* marcava a fronteira da colonização, em todas as regiões. Segundo Eviraldo Neves, era também “lugar onde

⁶⁹ NAXARA, . *Historiadores e texto literário*, p. 42.

⁷⁰ Essa passagem refere-se ao subtítulo do livro publicado pela autora, a partir de sua tese de doutoramento. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília : Editora UnB, 2004.

⁷¹ AMADO, *op cit.*, p. 148.

⁷² NEVES, *op cit*, p. 157.

se procuravam minérios e guerreavam-se contra os índios, degolando os homens e escravizando mulheres e crianças”. Diferentemente da acepção de *sertão* enquanto interior, como era tomado pela maior parte dos autores e cronistas, Câmara Cascudo considerou o *sertão* como “anterior, ligado à pecuária e à permanência de antigos costumes e tradições, fixando-se mais no Nordeste e Norte que em outras regiões”⁷³. Dessa maneira, Câmara Cascudo foi também responsável pelo recorte espacial que o *sertão* passou a receber, intimamente ligado ao nordeste brasileiro. Esse interessante recorte geográfico específico, que o termo recebeu no processo histórico brasileiro, motiva também a escolha do objeto de pesquisa. Desde os primeiros contatos dos viajantes portugueses com o território que hoje compõe o Brasil, o termo *sertão* era utilizado para designar toda porção de terra longe da costa. No *Vocabulário Portuguez e Latino* de D. Raphael Bluteau, publicado em 1712, o verbete *sertão* é designado por “região, apartada do mar e por todas as partes metidas entre terras”. Definido como território longe da costa, o *sertão*, no caso brasileiro, correspondia à maior parte do imenso território da América portuguesa.

⁷³ NEVES, *op cit*, p. 154

Integrantes	Período	Itinerário resumido	Organizador	Produção	Publicação	Obs
José Machado Gaio	1774	Serra da Ibiapaba. Vila de Viçosa Real /CE	José Telles da Silva, governador do Maranhão	Viagem Filozofica que por ordem e despeza do Ilmo e Exmo Snr' Joze Telles da Silva fes João Machado Gaio na Serra da Ipiapaba Capitania do Siara Grande termo da Villa Viçosa Real, desde 13 de julho de 1784 the 6 de agosto do d.o anno.	Inédito	
Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira	1798 - 1803	S. Luis do Maranhão/ MA, Aldeas Altas/PI, Oeiras/PI, Valença do Piauí, Marvão/PI, Campo Maior/PI, Parnaíba/PI e retorno pelas mesmas vilas.	Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos	Memórias, diários, correspondências e pranchas botânicas	Inédito	Vicente é nauralista e bacharel, formado em Coimbra. Joaquim é padre e naturalista, de formação desconhecida.
Joaquim José Pereira	1792- 1793	Ribeira do Apodi / RN	Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos	Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody	RIHGB, 1857	
Joaquim José Pereira	1792 - 1797	Portalegre/RN, Marvão/PI, Campo Maior, São João da Parnaíba, Aldeas Altas, Pastos Bons	Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos	Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania	RIHGB, 1904	

Francisco Xavier Machado	1810	O autor faz uma descrição geral das capitâneas do MA e PI, mas não menciona seu itinerário de viagem	Não consta	Memória relativa as capitâneas do Maranhão e Piauí, Rio de Janeiro 1810.	RIHGB, 1854	
Antonio Bernardino Pereira do Lago	1820	S. Luis do Maranhão, Alcantara, Santa Helena, Pinheiro, Vianna, Monção e Mearim	Não consta	Itinerário da Província do Maranhão, Rio de Janeiro 1820	RIHGB, 1872	Coronel do Real Corpo de Engenheiros
Johann Baptist von Spix e Carl Frederich Martius	1817-1820	Trecho utilizado: São Luiz do Maranhão/MA, Caxias /MA, Oeiras/PI e Rio São Francisco.	Imperatriz Leopoldina	Viagem ao Brasil, Vol. II	1823, 1828 e 1931, na Alemanha.	No Brasil, a primeira edição parcial data de 1916 e a tradução integral, feita pelo IHGB, de 1938. Spix

SEGUNDA PARTE

OLHARES DIFERENCIADOS, SERTÕES VARIADOS

2.1. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E DAS VIAGENS FILOSÓFICAS

2.1.1. Sapere aude!

Sapere aude! Com essas palavras Kant respondeu a indagação, *was ist aufklärung*, no século XVIII⁷⁴. A resposta do filósofo alemão viria a ser o mote do Iluminismo europeu nesse mesmo século. O caminho que a expressão percorreu até ser reescrita por Kant é longo. Sua origem remonta à antiguidade clássica, às cartas de Horácio. *Sapere aude* é uma expressão utilizada pelo poeta latino em uma epístola a Lollio. Seu significado literal é *ousa saber*. Horácio utiliza essas palavras como mensagem a um tolo que hesita em atravessar um rio, pois espera que a água pare de correr⁷⁵.

Um primeiro ponto a ser realçado é a relação entre uma expressão simbólica do Iluminismo e sua raiz clássica. Para Franco Venturi “a tentação de dirigir para trás o olhar é evidentemente forte, e não é fácil de a ela resistir”⁷⁶. O historiador se refere à faceta iluminista

⁷⁴ Ao responder a questão *o que é o Iluminismo*, Kant remete à citação de Horácio, *sê sábio*. GINZBURG, Carlo. *O alto e o baixo. O tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII*. In.: _____, *Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo : Cia das Letras, 2007, p. 114 e 117.

⁷⁵ GINZBURG, *op cit*, p. 114. A tradução na íntegra da carta de Horácio se encontra no livro *Poetas e prosadores latinos. Idéias da antiguidade*. Tradução de Leopoldo Pereira. Ediouro : São Paulo, 2000. O trecho a que se refere a passagem encontra-se na página 90: “Já tem feito metade da obra o que bem a começou: *decide-te a ter siso*, começa. Quem procrastina o tempo de bem viver, é como o rústico a esperar que o rio passe, enquanto ele vai correndo e correrá para sempre”.

⁷⁶ VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. EDUSC : Bauru, 2003, p.31. Há uma tradição de histórias, desde a antiguidade clássica, sobre a tentação de se olhar para trás e suas conseqüências. Para citar dois exemplos paradigmáticos, temos o Mito de Orfeu, que perde pela segunda vez a esposa, Eurídice,

que pregava a crença no progresso e a ironia de se ter uma expressão clássica como chave do movimento. Ele reitera seu argumento quando fala de Gaetano Salvemini, um autor iluminista:

Como podia ele, Salvemini, um homem de caráter tão independente e franco, de idéias políticas tão livres, de consciência social tão aguda e moderna, como podia um iluminista do seu porte amar Horácio, o poeta da era de Augusto, um homem política e socialmente dele tão diferente, ou antes o seu contrário. Magia da poesia?⁷⁷

A expressão, todavia, começa a tomar um sentido diferente quando contraposto à concepção cristã e teológica. *Sapere aude* foi contrastado com as palavras de São Paulo “*Noli altum sapere, sed time*”⁷⁸. A tradução para as palavras de Paulo pode ser *não pretendas saber muito, mas ousa*⁷⁹. Para Ginzburg, a frase também tem em seu significado a premissa: *não conhecer aquilo que está no alto*⁸⁰. A partir de então, as expressões se confundiram e, segundo o mesmo autor, o trecho foi muitas vezes mal entendido no Ocidente. A partir do século IV, “*sapere* foi entendido não como um verbo de significado moral (*sê sábio*), mas como um verbo de significado intelectual (*conhecer*); a expressão adverbial *altum*, por outro lado, foi entendida por um substantivo que designa *aquilo que está no alto*”⁸¹. Assim, as palavras de Paulo foram constantemente utilizadas como aviso aos homens que buscassem saber as coisas do alto, as coisas de Deus.

A tradição acabou por fazer da expressão usada por Kant – *sapere aude!* – um mote

ao voltar-se para olhá-la depois de tê-la recuperado das mãos de Hades dias antes de seu casamento, e a narração da destruição de Sodoma e Gomorra, no livro do Gênesis da Bíblia. No capítulo 19, versículo 17, um dos os anjos do senhor está tentando tirar Ló e sua família da cidade: “E aconteceu que, tirando-os fora, disse: Escapa-te por tua vida; não olhes para trás de ti, e não pares em toda esta campina; escapa lá para o monte, para que não pereças” (Gn 19: 17). No caminho, entretanto, a mulher de Ló não resistiu, o voltou os olhos para as cidades que estavam sendo destruídas: “E destruiu aquelas cidades e toda aquela campina, e todos os moradores daquelas cidades, e o que nascia da terra. E a mulher de Ló olhou para trás e ficou convertida numa estátua de sal.” (Gn 19: 25-26).

⁷⁷ VENTURI, *op cit*, p.34.

⁷⁸ Trecho retirado da *Epístola aos Romanos*, capítulo 11, versículo 20. O texto original encontra-se disponível em thelatinlibrary.com/bible/romans.html#11. Acessado em 11 de agosto de 2009.

⁷⁹ VENTURI, *op cit*, p.35. A tradução mais convencional dessa passagem é: “não queiras saber muito, mas teme”.

⁸⁰ Segundo ele, no grego a expressão se aproxima de “não te ensoberbeça, mas teme”.GINZBURG, *op cit.*, p.95.

⁸¹ GINZBURG, *op cit*, p.95

iluminista, num momento histórico em que a razão foi privilegiada e o funcionamento do mundo poderia e deveria ser desvendado pelos homens. Rompeu-se, nesse momento, o instável equilíbrio entre “não conhecer aquilo que está no alto” e “ousa conhecer”⁸². Os mecanismos da natureza e seus mistérios pareciam propícios aos estudos. A discussão entre os antigos valores medievais e os novos sistemas explicativos do século XVIII gerou conflitos entre intelectuais. Para a historiadora Ana Lúcia Barbalho da Cruz,

Deve-se levar em conta que este é um período em que as experiências científicas se multiplicavam por toda a Europa e, a rigor, ainda não se tinha muita clareza acerca da explicação dos fenômenos da natureza. O que estava em jogo era, principalmente, a questão do método de apreensão da realidade. Nesse sentido, eram tidos como antigos os que tentavam ajustar os fenômenos observáveis da Natureza a princípios tidos como imutáveis; por outro lado, e em oposição a estes, designavam-se modernos aqueles que propugnavam a valorização do método experimental.⁸³

O método experimental dos intelectuais iluministas se propunha a explicar todos os fenômenos e reações da natureza. A tentativa de desvendar objetivamente o mundo natural transformava em objeto de estudo os mistérios da criação divina. A perspectiva de que a natureza deveria estar a serviço do homem transformou a idéia de mundo natural. A partir dali, os mistérios da natureza, que estavam ocultos ao homem, deveriam ser descobertos e resolvidos. Todavia, havia séculos que a idéia de um Deus criador e causador de todos os fenômenos era, de certa forma, unânime. Nas palavras de José Luis Cardoso,

O fascínio pelo mundo natural leva mesmo a considerar que o seu poder não está dependente do poder de Deus, a partir do momento em que o homem se entrega à descoberta dos mistérios que a natureza encerra. Por outras palavras, sem se questionar o poder criador de Deus, limita-se esse poder à suposição do acto da criação, passando então a natureza a deter vida própria e capacidade plena. Assimila-se, assim, uma teodiceia naturalista em que a existência e a vontade de Deus se consubstanciam no movimento próprio que a natureza adquire e que o discurso científico procura compreender através da descoberta de princípios universais.⁸⁴

Em Portugal, a discussão aparece principalmente pela forte presença da Igreja. Desvendar os segredos de uma natureza gerada e guiada pela mão de um Criador causava polémica. Entretanto, a historiadora Lorelai Kury nos convida a aceitar a proposta de que

⁸² GINZBURG, *op cit*, p.117.

⁸³ CRUZ, Ana Lúcia Barbalho da. *Verdades por mim vistas e observadas, Oxalá foram fábulas sonhadas*. Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba : Universidade Federal do Paraná, 2004 (Tese de Doutorado), p. 68.

⁸⁴ VANDELLI, Domingos. *Memórias de História Natural*. Porto: Porto Editora, 2003, p. 10.

“ilustração e religião não são campos excludentes”⁸⁵. Além disso,

estabeleceu-se em Portugal um Iluminismo fortemente vinculado à idéia de providência, seja ela divina ou naturalizada. Em outros países europeus, como França e Inglaterra, diversos grupos de homens de letras e de ciências poderiam ser identificados como pertencentes à tendência filosófica e científica que Jacques Roger (1993) qualificou de utilitarismo devoto. O caso clássico é o do abade Pluche, para quem o Criador dispôs, na natureza, elementos capazes de solucionar os problemas da humanidade, bastando, para tanto, estudar os três reinos da natureza e extrair deles sua utilidade latente.⁸⁶

2.1.2. A escolha de Portugal

Regressar alguns séculos na história do Império português e entender sua configuração não só é importante, mas necessário, para uma melhor análise do século XVIII e da Ilustração portuguesa. Um importante viés para se olhar o iluminismo ibérico é o cultural, trabalhado por Richard Morse, em seu livro *O espelho de próspero*. Segundo o autor, foi ainda no século XVI que a Ibéria fez sua *escolha* política e cultural.

Para Morse, a *opção ibérica* teve profundos reflexos na ilustração da península, sempre tomada como *atrasada* ou, no mínimo *peculiar* para a historiografia. Mesmo que se tome cuidado para não utilizar o *Iluminismo* como expressão para designar o pensamento europeu no século XVIII de maneira geral, mesmo resguardando suas especificidades, a questão é complexa. Morse, preocupado particularmente com o problema da península, conclui que “o pensamento ilustrado ibérico (...) apresentava o aspecto de um mosaico, não de um sistema”⁸⁷.

A análise do autor foca, na maior parte do tempo, a Espanha. Entretanto, seu objetivo é o estudo das especificidades da península, nas quais também enquadra-se Portugal, segundo Morse. A escolha do pensamento *tomista* frente ao *maquiavelismo* que no período era a vanguarda das revoluções posteriores na Europa – científica e religiosa – deriva do fato que “a filosofia de Tomás de Aquino, com três séculos de existência e recentemente retocada,

⁸⁵ KURY, *op cit*, p.110.

⁸⁶ KURY, Lorelai. *op cit*, p.110.

⁸⁷ MORSE, Richard. *O espelho de próspero*. Companhia das Letras : São Paulo, 1991, p. 73.

se ajustou às necessidades do caso espanhol”⁸⁸ de modo que “na metade do século XVI a Espanha encarava um programa nacional estabelecido com muito mais clareza do que o fizeram outros povos europeus na época e possuía instituições religiosas-políticas melhor legitimadas para fazê-lo cumprir”⁸⁹.

A escolha ibérica, vista dessa perspectiva, deixa de se tornar um *atraso* – tanto cultural como politicamente falando – para ser uma opção válida e que se ajustava perfeitamente às concepções das nações da península. A única passagem exclusivamente dedicada a Portugal, no texto de Morse, indica que

o caso de Portugal era similar ao da Espanha. Tinha contatos eruditos com a Europa desde meados do século XV e, no XVI, gozou de uma limitada primavera humanista. Mas o campo que oferecia para a especulação moral e filosófica era mais restrito. A maior homogeneidade do país, sua consolidação mais antiga, a monarquia mais centralizada e as aventuras “civilizadoras” menos ambiciosas no ultramar combinavam-se para limitar os horizontes efetivos da atividade intelectual⁹⁰

A perspectiva do autor tende a mostrar uma Península Ibérica em conformidade com os avanços culturais do restante da Europa. Entretanto, retrata um Portugal de certa maneira *atrasado* em relação à vizinha Espanha. Não sei até que ponto, por exemplo, podemos chamar a expansão portuguesa de uma *aventura civilizadora menos ambiciosa*. O avanço proporcionado pela *opção ibérica*, no entanto, não foi suficiente a longo prazo. O pensamento ibérico, muito ligado a religião e ao tomismo, não acompanhou a elaboração lógica das escolhas feitas pela Europa depois das revoluções científica e religiosa: “se, no começo do século XVII a Ibéria ainda podia propor fórmulas alternativas plausíveis do Grande Desígnio Ocidental, no XVIII isso já lhe era impossível: havia se tornado uma consumidora intelectual⁹¹”.

A idéia de uma ilustração portuguesa *atrasada* ou de *segunda linha* frente a outras nações da Europa também é questionável quando observamos a formação, organização, envio de naturalistas e toda a conjuntura das *viagens filosóficas* portuguesas. Ana Lúcia Cruz,

⁸⁸ MORSE, *op cit*, p.41.

⁸⁹ MORSE, *op cit*, p. 42.

⁹⁰ MORSE, *op cit*, p.43

⁹¹ MORSE, *op cit*, p. 32.

tratando sobre o a ciência em Portugal na segunda metade do século XVIII, ressalta que

O que a Reforma [de Coimbra] acabou por fazer, em última instância, foi abrir, tardia, mas oficialmente, as portas da Universidade de Coimbra para que aí pudessem penetrar as luzes das ciências experimentais, sob pena de tornar irrecuperável o atraso acumulado por anos de isolamento forçado e obstrução estatutária.⁹²

Outro argumento sempre presente na historiografia para corroborar a hipótese de um atraso português perante o restante da Europa é o *pragmatismo* luso. Tratando do assunto, Lorelai Kury afirma que

Em primeiro lugar, creio que o pragmatismo não é um atributo exclusivo das luzes luso-brasileiras. Pelo contrário; a história natural europeia firmou-se, a partir de meados do século XVIII, exatamente com a crítica do conhecimento diletante. Novos museus, jardins botânicos e coleções tomaram o lugar dos gabinetes de curiosidades e dos jardins consagrados exclusivamente ao deleite aristocrático⁹³

Em Portugal as reformas iluministas estão indiscutivelmente ligadas à pessoa de Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro do rei D. José I. Com os títulos de Conde de Oeiras e, depois, de Marquês de Pombal, o ministro esteve à frente das reformas ilustradas portuguesas no período do reinado de D. José, de 1750 a 1777. O título de Marquês lhe foi concedido em 1769, quando Pombal contava com 71 anos de idade. É importante ressaltar, porém, que esse título não lhe foi dado como herança, mas como recompensa pelos serviços prestados a Portugal, dentro do circuito de dádivas e mercês que permeia toda a administração do Antigo Regime.

A controversa figura do Marquês de Pombal ainda causa muita discussão na historiografia. Segundo Kenneth Maxwell, “para todos os efeitos, Pombal governou Portugal nesse período”⁹⁴, já que D. José era um monarca que “preferiu a ópera e a caça ao governo”⁹⁵. A afirmação não é nada consensual. Para muitos autores, D. José apenas preferia uma vida mais privada e longe dos olhares públicos e, portanto, executava suas ordens através do ministro. Como não é objetivo desse trabalho analisar a relação de Pombal com D. José, deixo

⁹² CRUZ, *Verdades por mim vistas e observadas*, p.99.

⁹³ KURY, *op cit*, p.110.

⁹⁴ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz & Terra, 1997, p.01.

⁹⁵ MAXWELL, *op cit*, p.04.

de lado traços biográficos do ministro, a fim de analisar apenas aspectos de sua atuação política.

Pombal teve o grande momento para tomar pé na administração de Portugal em 1755, quando um terremoto, seguido de um incêndio que durou seis dias, praticamente arrasou a capital do reino, Lisboa. Incumbido da tarefa de reconstruí-la,

em pouco tempo, Carvalho e Melo havia conseguido arrecadar os fundos internacionais necessários para financiar a reconstrução da cidade, estabelecer penas pesadas para prevenir as fugas, os latrocínios e os saques, assim como combater a especulação com os preços dos produtos de primeira necessidade. Entre dezembro de 1755 e abril de 1756, foram elaborados os relatórios dos estragos e o planejamento da restauração da cidade.⁹⁶

Além de reconstruir o que o terremoto havia arrasado, o ministro também mandou que fossem derrubados os edifícios que haviam resistido, para que não destoassem dos novos padrões arquitetônicos e urbanísticos. Depois de reedificada, Lisboa transformou-se num símbolo do espírito setecentista, racional e científico:

a nova cidade pombalina se caracteriza pela austeridade, equilíbrio e funcionalidade. Ao longo do traçado geométrico das ruas constroem-se edifícios orientados pela disciplina e pelo utilitarismo, sem variações ou caprichos fantasiosos, os quais pudessem denunciar a condição social dos proprietários.⁹⁷

Para o presente trabalho, a ação mais importante do período pombalino é a reforma educacional que o ministro implementou na metrópole e nas colônias. A educação em Portugal esteve, até a metade do século XVIII, sob os cuidados dos religiosos da Companhia de Jesus. Os jesuítas iniciaram suas atividades em Portugal no século XVI, ainda como “um pequeno grupo inofensivo mas animado de projectos ambiciosos”, mas em menos de dois séculos os filhos espirituais de Inácio de Loyola “se tornaram os orientadores da mentalidade portuguesa” e “dominaram quase que totalmente o nosso ensino”⁹⁸. Além disso, os missionários da Companhia de Jesus haviam se tornado a mais forte e organizada presença européia nas colônias da América, tanto portuguesas quanto espanholas. Pombal iniciou uma campanha cerrada contra a ordem religiosa, inclusive com a escrita e publicação de textos-

⁹⁶ PORTELLA, *op cit*, p.10.

⁹⁷ PORTELLA, *op cit*, p.10.

⁹⁸ CARVALHO, *A física experimental em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982, p.34.

propaganda. Esses “libelos anti-jesuíticos foram editados em vários idiomas e distribuídos no mercado europeu, visando sensibilizar a opinião pública para os propósitos regalistas”⁹⁹. A campanha anti-jesuítica culminou em 1759 quando os jesuítas foram expulsos de todo o Reino de Portugal e seus bens foram confiscados pela Coroa.

A crítica ao ensino escolástico com bases em Aristóteles e São Tomás de Aquino, que era praticado pela Companhia de Jesus, não era nova. Já na primeira metade do século, foram publicadas algumas obras a respeito da reforma pedagógica que se pretendia. Muitos autores, antigos alunos dos jesuítas, discordavam veementemente do método. Em 1746, Luis Antonio Verney lançou o polemico *Verdadeiro Método de Estudar*, obra na qual se enfatiza o valor da procura e da busca na investigação científica¹⁰⁰. A obra, colocando os pressupostos científicos como base pedagógica, acentua a querela entre os antigos e os modernos. Segundo Rômulo de Carvalho, sua divulgação em Lisboa provocou uma série de publicações de folhetos e livros, “sarcásticos e provocadores, com respostas e contra-respostas de adeptos e de contrários”¹⁰¹.

O processo de secularização do saber em Portugal estava muito ligado aos pressupostos de progresso e desenvolvimento do reino, já que, para Pombal as ordens religiosas eram o seu atraso. Tanto mais no que diz respeito aos jesuítas que, além de controlarem a educação – peça chave para o desenvolvimento –, representavam uma grande força política, principalmente nas colônias.

Para Rômulo de Carvalho, as reformas que se seguiram nos dois primeiros graus de educação – primário e secundário – surgiram como necessidade inadiável em consequência da expulsão dos professores jesuítas¹⁰². O vazio deixado pelos padres ainda trouxe outra questão: os novos professores, que assumiram as cadeiras das escolas portuguesas, também tinham formação jesuítica, já que aprenderam com eles. Sendo assim, possivelmente a

⁹⁹ CRUZ, *Verdades por mim vistas e observadas*, p.94.

¹⁰⁰ CARVALHO, Rômulo de. *A História Natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 27.

¹⁰¹ CARVALHO, *A física experimental em Portugal no Século XVIII*, p.42.

¹⁰² CARVALHO, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, p.39.

reforma não trouxe, num primeiro momento, as mudanças radicais que Pombal propunha.

Ainda no ensino secundário, uma importante iniciativa do ministro foi a criação do Colégio dos Nobres. Baseado em uma instituição francesa de mesmo nome, o colégio serviria para ensinar principalmente administração aos nobres de Portugal. A proposta visava introduzir disciplinas mais científicas e racionais, acompanhando o espírito iluminista, em contrapartida ao ensino de teologia e direito, até então as únicas opções para os jovens nobres¹⁰³. O Colégio Real dos Nobres foi criado por legislação de 1761, porém só começou a funcionar cinco anos mais tarde, em 1766¹⁰⁴. Para lecionar no novo colégio foram trazidos professores de outros países europeus, principalmente italianos, acompanhando o cosmopolismo ilustrado.

Mas afinal, porque os professores, não só de Portugal, mas de outras nações européias eram *importados* da Itália? A resposta a essa pergunta não é simplesmente a tradição italiana, bastante apontada na historiografia, que senão desde Roma, pelo menos desde o Renascimento é tida como o berço da cultura e das artes por excelência. Existem, além dessa, outras especulações que servem de resposta à essa questão. A religião poderia ser uma hipótese, já que Itália e Portugal eram duas bases bem fundadas do catolicismo – enquanto na França e na Inglaterra a reforma protestante havia trazido profundas mudanças. Já foi discutida aqui a importância que a religião tinha para o Estado português, que não pode ser deixada de lado. A questão central, entretanto, parece mesmo ser a concorrência colonial. Se fosse somente o obstáculo religioso, a Espanha católica estava ao lado. Porém, uma Itália não expansionista não representava perigo às colônias portuguesas. Dessa forma os mestres italianos circularam por várias nações no século XVIII, reproduzindo seus ensinamentos em várias universidades européias.

Dentre os italianos que foram a Portugal estava Domenico Vandelli, principal figura das *viagens filosóficas* portuguesas. Vandelli foi primeiramente chamado para o cargo

¹⁰³ As únicas carreiras acadêmicas a serem seguidas por jovens da nobreza portuguesa eram advocacia, teologia e, com menor frequência, medicina. O primogênito ficava com a herança da família e os outros irmãos freqüentemente viravam padres ou advogados.

¹⁰⁴ CARVALHO, A *História Natural em Portugal no Século XVIII*, p.49.

de professor de História Natural e Química¹⁰⁵, disciplinas que inicialmente fizeram parte do programa educacional da instituição. Além dessas, o programa centrou-se também nas “disciplinas das humanidades, das ciências e das línguas estrangeiras, complementadas por aulas de dança e de esgrima”. Entretanto,

A conjunção de uma série de motivos teria levado ao malogro do ambicioso projeto. A considerar o diminuto número de alunos, de imediato percebe-se o desinteresse generalizado dos nobres em encaminharem seus filhos para a instituição. A indisciplina e arrogância dos meninos nobres aliada à desorganização dos cursos e da administração institucional teriam também contribuído para o insucesso do projeto.¹⁰⁶

O Real Colégio não correspondeu às expectativas de Pombal no que diz respeito ao ensino científico e o ministro mandou encerrá-lo em 1772, com apenas seis anos de vida.¹⁰⁷ Logo após o insucesso do colégio, Pombal empreendeu a ação mais importante de seu ministério: a reforma da Universidade de Coimbra. Para além de reformar os Estatutos da instituição, o ministro reformulou o conceito de universidade. O reitor nomeado da Coimbra reformada partilhava da mesma opinião de Pombal a respeito:

Para Lemos, a universidade não deveria ser um corpo isolado do Estado ou da sociedade. Pelo contrário, deveria constituir-se no coração do Estado, pois através de seus professores seriam criadas e promovidas as luzes do saber, as quais, posteriormente, seriam difundidas por todo o reino com a finalidade de revitalizar a administração pública e promover a felicidade dos homens, tal como imaginavam os iluministas.¹⁰⁸

Vandelli, que havia ficado em Portugal, foi mais uma vez chamado: agora para lecionar em Coimbra. O naturalista seria peça fundamental nas viagens de exploração organizadas pela Coroa. Em 11 de setembro de 1772, foi nomeado lente de História Natural e de Química para a Universidade reformada. O processo de reforma da universidade durou de

¹⁰⁵ Sobre a efetiva contratação do naturalista italiano, Ana Lúcia Cruz afirma que o nome de Vandelli não aparece na lista de docentes de 1865, quando se iniciaram as atividades. Segundo a historiadora, Vandelli foi chamado para assumir o projeto do Real Jardim Botânico, no museu da Ajuda. Rômulo de Carvalho concorda que o naturalista nunca lecionou no Colégio, entretanto é certo que foi chamado para o plantel de professores. Há uma de uma carta, de 16 de maio de 1764, em que o cônsul português em Gênova, Nicolau Piaggio, informa que o portador da mesma é o Doutor Domenico Vandelli que parte para Lisboa com destino ao Real Colégio. **CARVALHO**, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, p.48; e **CRUZ**, *Verdades por mim vistas e observadas*, p.91.

¹⁰⁶ **CRUZ**, *Verdades por mim vistas e observadas*, p.91.

¹⁰⁷ **CARVALHO**, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, p.49.

¹⁰⁸ **PORTELLA**, *op cit*, p.36.

1772 a 1785¹⁰⁹. Seu intuito era o mesmo que levava à criação do Real Colégio dos Nobres. As matérias científicas passaram a ser obrigatórias: entre elas a de História Natural, cuja obrigatoriedade estendia-se a todos os cursos. Além disto, foi implementado um curso destinado somente ao ensino das Ciências Naturais e das Ciências Físico-Químicas: a Faculdade de Filosofia. É válido lembrar que, no século XVIII, pretendia-se que a Filosofia abandonasse o caráter metafísico que até então a caracterizara, passando a concentrar em si a própria produção do conhecimento experimental. Assim, ela englobou, entre outros ramos do conhecimento, a física, a química, a astronomia e as ciências biológicas em geral, que passaram a ser parte desta Filosofia Natural, ou seja, o conhecimento da natureza nos seus diversos aspectos.¹¹⁰

O novo curso tinha duração de quatro anos e era dividido em quatro disciplinas, uma a cada ano: Filosofia Racional e Moral, História Natural, Física Experimental e Química¹¹¹. Era permitido o ingresso na Universidade com quatorze anos completos, desde que o candidato soubesse entender e escrever de forma correta e desembaraçada a língua latina e ainda dominasse o necessário da língua grega para entendê-la quando escrita. O estatuto pombalino sobre as regras da Universidade não se estendem apenas à descrição dos requisitos para o ingresso na Universidade, mas, de forma rígida e minuciosa, dita regras a mestres, funcionários e alunos, acabando com iniciativas pessoais por parte dos professores e confirmando o aspecto do autoritarismo iluminado acima citado. Nesse ponto, a figura do Marquês de Pombal e o momento histórico no qual Portugal estava imerso se confundem no que diz respeito ao verdadeiro responsável pela reforma da Universidade de Coimbra.

A reforma seguiu com a criação de uma Faculdade de Matemática, e dentro dessa uma cadeira de Astronomia. Segundo os estatutos, uma astronomia moderna seria ensinada,

¹⁰⁹ MAXWELL, Kenneth. *A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro*. In.: _____. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz & Terra, 1999, p.158.

¹¹⁰ CARVALHO, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, p.40.

¹¹¹ Os estudantes filósofos teriam que frequentar também, durante o segundo ano, juntamente com a disciplina de História Natural, a de Geometria na Faculdade de Matemática para aí adquirirem os conhecimentos necessários que lhes permitissem seguir o curso de Física Experimental no seu terceiro ano. (CARVALHO, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, p.40). Para mais informações sobre a Física Experimental e o curso, ver CARVALHO, *A física Experimental em Portugal no Século XVIII*.

construída sobre a doutrina de Copérnico, com a declaração expressa de que o Sol era o centro dos movimentos planetários. O responsável pela estruturação e programação da Faculdade de Matemática foi o professor José Monteiro da Rocha. Curiosamente o professor fora da Companhia de Jesus e exerceu sua missão na Bahia.¹¹²

Além dos novos cursos, foi implementado ainda um novo currículo para os cursos de teologia e advocacia: os futuros padres e advogados deveriam freqüentar primeiramente, como um pré-requisito – além dos básicos já citados – as disciplinas do curso de filosofia natural, formando-se assim como padres ou advogados naturalistas¹¹³. Essa medida vinha ao encontro das intenções de Pombal, de Vandelli e de outros naturalistas, de expandir o conhecimento natural a todos os domínios do Império português.

Porém, a longa duração dos cursos em consequência das novas disciplinas – o curso de Medicina, que em outras Universidades como Montpellier, na França, durava dois anos em média, passou a ter duração de oito anos na Coimbra reformada – fez com que muitos jovens preferissem partir para outras nações em busca de um curso mais rápido. Nesse momento apareceu uma nova relação da metrópole Portugal com a colônia Brasil. No século XVIII o Brasil era a colônia mais importante de Portugal, já que o comércio das rotas do Oriente foi muito abalado, tanto pela concorrência de outras nações, como pelos territórios perdidos por Portugal. Com uma política de fácil acesso à Universidade, os filhos da elite colonial brasileira são chamados a estudar em Coimbra.

Para Ana Lúcia Cruz, esse acesso de luso-brasileiros à Coimbra foi fundamental, não só pelas alternativas profissionais para os jovens da elite colonial – já que nesse momento a ausência de instituições de ensino superior na colônia Brasil é total –, mas também para estreitamento dos laços entre essas importantes famílias coloniais e Portugal. O envio de estudantes é visto na metrópole como uma oportunidade: “a sede de um Império em crise que, temendo perder seus domínios no ultramar, procura cooptar as elites coloniais para seu

¹¹²CARVALHO, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, p.40.

¹¹³CARVALHO, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, p.42.

projeto de reformas e modernização”¹¹⁴. Além disso, sabendo que a colônia brasileira constituía a melhor parte do Império e receosa de que as idéias revolucionárias que se espalhavam com a independência dos Estados Unidos e eclodiam também pela Europa pudessem contaminar seus “homens bons”¹¹⁵, nada mais sensato para a Coroa portuguesa que educá-los na própria metrópole, vigiando e censurando, de certa forma, suas idéias.

O número de alunos brasileiros em terras lusitanas mostra o sucesso de tais medidas. Entre 1772 e 1822, período limitado pelo início da reforma pombalina no ensino superior e pelo fim do período colonial, 866 brasileiros matricularam-se na Coimbra reformada, grande parte deles optando pela formação naturalista¹¹⁶. É importante frisar que o termo *brasileiro* já era recorrente no século XVIII. Todavia, apresentava duas acepções: designava aquele que era oriundo do Brasil ou aquele português que veio até a América e voltou rico. Essa segunda acepção foi reforçada no decorrer do século XIX. Obviamente *brasileiro* representava um regionalismo e não uma idéia de nação. O termo traz a noção de uma *pátria chica*, a pequena pátria onde o indivíduo nasce e seus arredores. Mais que *brasileiros* os estudantes que foram até Coimbra eram *mineiros*, *paulistas*, *baianos*, *fazendeiros* e por aí afora¹¹⁷.

A participação dos naturalistas luso-brasileiros seria essencial nas viagens promovidas pela coroa portuguesa. Além da política de cooptação das elites coloniais, Magnus Pereira cita ainda, como motivo da grande participação de naturalistas brasileiros nas viagens, a maior resistência dos brasileiros “às agruras do clima africano”. Para muitos europeus, qualquer cargo administrativo nas colônias era como uma sentença de morte,

¹¹⁴ CRUZ, Ana Lúcia R. B. da. *As viagens são os viajantes. Dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII*. História: Questões & Debates, Curitiba, n.36, pp. 61-98, 2002. Editora UFPR.

¹¹⁵ CRUZ, *As viagens são os viajantes*, p.66.

¹¹⁶ CRUZ, *As viagens são os viajantes*, p.66.

¹¹⁷ Para acompanhar a discussão a respeito dos jovens luso-brasileiros em Coimbra, ver PEREIRA, Magnus R. de Mello e CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, no século XVIII*. Revista de História da Sociedade e da Cultura, Coimbra, n.9, p.205-228, 2009.. Para a questão das identidades dos brasileiros e posteriormente dos viajantes, ver o artigo já citado da mesma autora, CRUZ, *As viagens são os viajantes*.

devido ao choque microbiano. Isso é facilmente observado na documentação da época e, portanto não deveria passar despercebido aos “olhares atentos dos altos escalões administrativos”¹¹⁸.

2.1.3. As instruções e as viagens

Acompanhando os pressupostos iluministas, a História Natural se fortaleceu e se popularizou em Portugal na segunda metade do século XVIII. É interessante notar que, além da racionalidade, da prática empírica, da observação e experiência, a História natural se aproxima do pensamento iluminista noutro ponto, visível em sua definição:

A história natural abrange todo universo, sendo seu objeto tão extenso quanto a natureza – os astros, o ar, animais, vegetais e minerais do globo terrestre, em sua superfície e profundidade. Essas partes são objeto de muitas ciências que derivam da história tronco¹¹⁹.

A definição é o verbete sobre a história natural na *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné*, de Diderot e D’Alembert. Ela nos permite vislumbrar o projeto iluminista para a natureza: desvendar todos os seus segredos e funcionamentos, além de catalogar e categorizar todo o mundo natural.

Para esse propósito foram utilizadas viagens de exploração científica tanto no reino como nos territórios ultramarinos portugueses. O modelo paradigmático dessas explorações foram as *viagens filosóficas*, expedições de cunho científico realizadas por um ou uma equipe de naturalistas a fim desvendar o vastíssimo mundo natural do império luso. Mesmo com uma reforma universitária tardia, Portugal foi, portanto, a primeira nação européia a homogeneizar o processo de recolha e estudo de espécies do mundo natural, processo muito importante para o desenvolvimento da ciência. Segundo Magnus Pereira e Ana Lúcia Cruz, “uma vez que, na península Ibérica, a recolha científica de produtos da natureza já nascera centralizada e conduzida pelo estado, é natural que a preocupação em homogeneizar o

¹¹⁸ PEREIRA, Magnus R. de Mello. *Um jovem naturalista num ninho de cobras. A trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde em finais do século XVIII*. História: Questões & Debates, Curitiba, n.36, p. 29-60, 2002. Editora UFPR.

¹¹⁹ LEITE, Miriam L. Moreira. *Naturalistas viajantes*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, v. 1, n.2, 1995, p.07.

processo tivesse ocorrido mais precocemente do que na França ¹²⁰.

Esse processo passava pela elaboração de instruções de viagem detalhadas, pela preparação e envio de naturalistas e também por ordens para que todos os funcionários régios passassem a observar mais atentamente o mundo natural à sua volta.

As viagens foram, portanto, frutos de um programa de nível imperial, empreendido pela Coroa portuguesa e executado pelo naturalista Domenico Vandelli. Ele elaborou e organizou o projeto das primeiras *viagens filosóficas* portuguesas. Para auxiliá-lo, contava com o apoio dos alunos egressos das primeiras turmas da nova Universidade de Coimbra. O grupo de estudantes foi reunido no Museu de História Natural do Palácio da Ajuda, para que terminassem sua formação antes de partir às expedições científicas. A formação desse grupo de cientistas coincidiu com a criação da Academia de Ciências de Lisboa, em 1779. Faziam parte do grupo o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira como chefe da equipe, Manoel Galvão da Silva, Joaquim José da Silva e José da Silva Feijó.

A idéia inicial de Vandelli era mandá-los juntos em uma grande expedição pela Amazônia brasileira. Entretanto, a expedição foi dividida: Alexandre Rodrigues seguiu sozinho para o Brasil; Feijó foi mandado para as ilhas de Cabo Verde; Manoel e Joaquim da Silva seguiram para a África, onde acumularam os cargos de naturalistas e secretários de Estado de Angola e Moçambique, respectivamente. Apesar de não se ter certeza dos motivos que levaram ao desmembramento da equipe, costuma-se atribuir a decisão ao então secretário dos Negócios da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Por questões de racionamento de gastos, tanto o secretário quanto Vandelli preferiram dividir a expedição, enviando os naturalistas para assumirem cargos burocráticos nas colônias e não apenas para realizar a viagem exploratória. Magnus Pereira aponta ainda a "corrida pela classificação de novas espécies" minerais, animais e vegetais como motivadora da mudança de planos:

O desmembramento da equipe pode ter sido uma forma de apressar a recolha de "produtos da natureza" das diversas partes do Império, de maneira a catalogá-los o mais breve possível, o que renderia muitos dividendos acadêmicos e políticos, nesta corrida científica que se estabelecera entre as nações européias. Recolher e dar a conhecer o maior número possível de espécies era uma questão

¹²⁰ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Instructio peregrinatoris. Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII*. Texto policopiado pelos autores, p. 07.

de orgulho nacional ¹²¹.

Exemplos da rivalidade entre os estados europeus quando se trata do mundo natural se multiplicam nas fontes. Vicente Jorge Dias Cabral fala das reservas salinas encontradas em solo americano: “Por estas razões a Vargem da Samambaia excede em sal a do Iguará e não nos deixa ter inveja dos Lagos da Sibéria. A análise confirmou ter mais sal do que a do Iguará” ¹²². O naturalista faz questão de comparar a produção portuguesa com os “Lagos do Sibéria”. Em outro momento, a comparação é com o salitre francês. Entretanto, a tentativa é apreender com o exemplo estrangeiro:

É bem verdade que o grande Príncipe Luiz 14 de França por motivo de Guerras continuadas no seu dilatado Reino, viu-se obrigado a fazer dobrar, e triplicar as fabricas dos Salitres de sorte que em lugar de 1500 milheiros que se fabricavam 6 anos antes do ano de 1690 tem visto anos em que se tem fabricado até 4500 libras (...) Quando não há necessidade maior que a de uma qualidade medíocre de salitre não se trabalha mais do que nas terras que o produzem facilmente o que então diminui a despesa ¹²³

O naturalista Joaquim José Pereira cita em alguns momentos de sua memória o exemplo espanhol, ora para mostrar a superioridade lusa, ora para indicar uma forma de superar os vizinhos ibéricos. O caso da árvore quina é o mais emblemático: “Presentemente não deve ter a quina do Peru maior merecimento que a nossa quina piauiense” ¹²⁴.

Os naturalistas em viagem remetiam à Lisboa, como produto final de suas expedições, uma série de relatos que contavam com diários, memórias, desenhos, tabelas e remessas de espécies naturais. A natureza desses relatos era das mais diversas, como já discutido na introdução. Os objetivos dos cientistas iluministas eram entender o mecanismo de funcionamento da natureza. Isso levou ao aperfeiçoamento de técnicas e métodos, muitos dos quais são utilizados ainda hoje para nomear e classificar as espécies. No caso do mundo

¹²¹ PEREIRA, *Um jovem naturalista num ninho de cobras*, p.30.

¹²² CABRAL, Vicente Jorge Dias. *Memória sobre as nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhj*. 1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

¹²³ PEREIRA, Joaquim José. *Memoria Sobre as Produçoens Nativas. Memorias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, emais Produçoens Nativas Inventas na Capitania de Piauhy e Maranhão de baixo dos Auspicios e de Ordem de sua Alteza Real e Principe Regente Nosso Senhor*. AHU, Maranhão, caixa 127, doc. 9556.

¹²⁴ Pereira faz uma longa narração das qualidades da quina do Piauí, que será tratada no último capítulo. PEREIRA, Joaquim José *Memoria ou addendo, á continuação do Diário em credito da quina quina do Piauhj*. 1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.

vegetal, era preciso conhecer todas as partes da planta. Dessa forma, os *riscadores* – desenhistas com formação naturalista que acompanhavam as expedições – colocavam no papel ilustrações detalhadas do funcionamento geral da planta desde o florescimento, passando pelo crescimento da flor, posteriormente do fruto, até seu amadurecimento e produção de novas sementes (Fig.1).

Além do uso da imagem pictórica para a descrição botânica das plantas, os naturalistas utilizavam também o texto para o mesmo fim:

O velame grande ou Marmeleiro Branco é uma árvore de tamanho ordinário, que cresce em grande quantidade na Capitania do Piauí nas partes mimosas no mesmo terreno, que o velame preto (*Administer Rodericus*) com o qual se assemelha muito no hábito externo. As flores masculinas são incompletas sem pétalas. As flores femininas têm hum só pistilo, partido os muitos fios reunidos na base formando como um pequeno copo – o fruto é uma cápsula curiosa guarnecida de [ileg.] verde [ileg.] de cinco fios, cobertas de pelos uncluzos, e compridos, inferior ao germe. As folhas desta planta são serradas, ligeiramente tomentosas, e mais verdes que os do velame preto. Não usam desta planta na Medicina, apesar do cheiro e sabor ser semelhante ao da primeira espécie.¹²⁵

A descrição acima, do Velame Grande, foi escrita por Vicente Jorge Dias Cabral em sua viagem pelo Piauí. Naturalista de formação, como já citado, o viajante utiliza seus conhecimentos de botânica e descreve as flores da planta, contando a quantidade de pistilos e pétalas. Da mesma maneira, o autor da prancha da *Castanha do Piriquito* desenha, separadamente, cada parte da planta. O desenho, não assinado, é atribuído a um dos *riscadores* da viagem que Alexandre Rodrigues Ferreira fez para a Amazônia. José Joaquim Codina e Joaquim José Freire produziram toda a iconografia da longa viagem de Alexandre Rodrigues, desenhando *in loco* aproximadamente 1000 desenhos e aquarelas¹²⁶.

¹²⁵ CABRAL, Vicente Jorge Dias *Análise botânica da planta denominada velame grande*. 1803. AHU. Maranhão. Caixa 108, doc. 8487. No original: “O velame grande ou Marmeleiro Branco hé huma arvore detamanho ordinario, que cresce emgrande quantidade na Capitania do Piaui naspartes mimosas em o mesmo terreno, que o velame preto (Administer Rodericus) com o qual se asemelha muito no habito externo. As flores masculinas são in completas sem petalas. As flores femininas tem hum so pistilo, partido osmuitos fios reonidos na baze formando como hum pequeno corpo – o fruto hé h~ua capsula corioza guarmedida de calis verde perzuilente de cinco fios, cobertas depelos uncluzos, ecompridos, inferior ao germe. As folhas desta planta são serradas, ligeiramente tomentozas, emais verdes que os do velame preto. Não uzão desta planta na Medecina, apezar do cheiro esabor ser similhante aoda primeira espécie”

¹²⁶ RAMINELLI, R. *Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 969-92, 2001, p. 971.

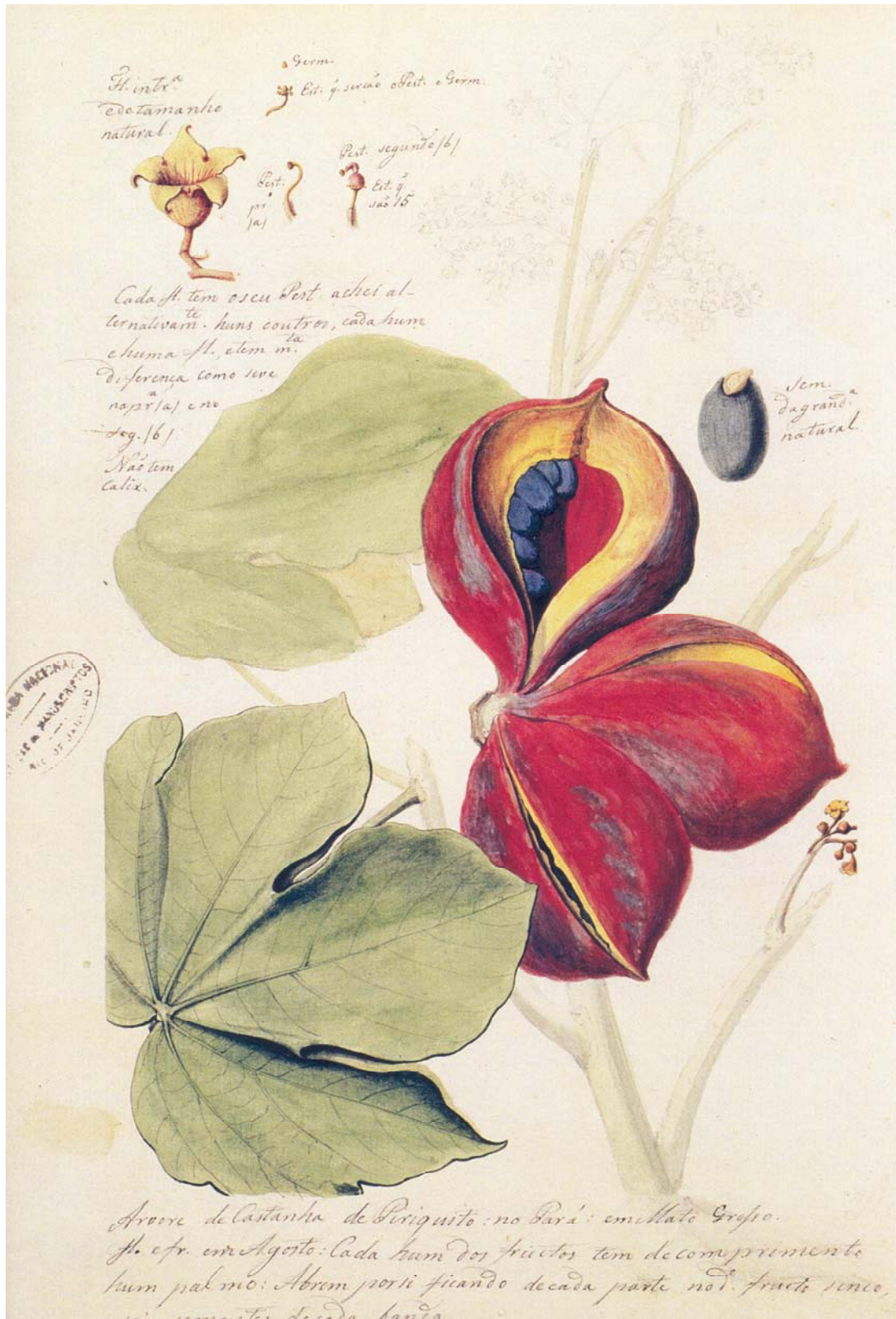


Figura 01.: Arvore da castanha de Periquito do Pará, em Mato Grosso (manduvi). Desenho aquarelado sobre papel, não assinado, pertencente ao espólio da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783 – 1792). Fundação Biblioteca Nacional – Divisão de Manuscritos, Rio de Janeiro, Brasil.

Partindo do galho com o fruto, o desenhista separa a flor e com os pistilos, sépalas e pétalas e coloca no papel o ciclo completo da planta. Dessa forma o observador vê

instantaneamente na figura o que levaria meses para observar na natureza.

Os dois exemplos de descrição colocados acima nos levam a vários pressupostos da ciência do século XVIII e de como ela foi praticada pelos naturalistas luso-brasileiros. A ilustração de uma planta, específica, detalhada, analisada já difere esse tipo de produção científica da que seria feita no século seguinte. O objetivo aqui era conhecer detalhadamente o mundo natural e repassar os resultados de exploração diretamente à Coroa portuguesa, ou seja, o uso dos relatos era de caráter administrativo e imediato. Esse fator possivelmente é um dos responsáveis pelas diferenças observadas aqui entre os relatos das viagens filosóficas portuguesas e as viagens realizadas por estrangeiros no século XIX.

A nomenclatura das partes da planta também remete a um ponto crucial do desenvolvimento científico que a Europa viveu no século XVIII: a padronização da ciência. Mais que apenas conhecer o mundo natural, era preciso dividi-lo, separá-lo e dar-lhe nome. Entretanto, com vários padrões de nomenclatura, a mesma espécie poderia apresentar diversos nomes e impossibilitar um diálogo entre os cientistas.

O problema foi solucionado, em parte, com a publicação do *Systema Naturae*, obra do sueco Carl Linné. O autor buscava, a partir de uma visão estática da natureza, catalogar e organizar todo o mundo natural com um sistema binomial, em latim, para nomear as espécies. Os problemas de nomenclatura, embora atenuados, continuaram, principalmente porque a obra possivelmente levou muitos anos para ser divulgada através do mundo e chegar às mãos de todos os naturalistas. Além disso, o grande volume de novas espécies descobertas incitava a constante atualização do manual. A primeira publicação, de 1735, contava com apenas 12 páginas. Na última edição publicada ainda em vida por Lineu, já constavam na obra mais de mil e quinhentas páginas¹²⁷.

A padronização da ciência passava ainda, além do problema da nomenclatura, pelas normas de viajar, observar, recolher e enviar os produtos da natureza. A busca pelo saber natural crescia e ultrapassava a barreira da ciência¹²⁸. A história natural precisava ser padronizada, de modo que os trabalhos circulassem e fornecessem informações precisas aos

¹²⁷ CARVALHO, A *física experimental em Portugal no Século XVIII*, p.34. . Segundo Paul Hazard, “à medida que a busca se alarga, o número das espécies vegetais e animais cresce desmesuradamente, já não é possível contá-las, os números apontados hoje tornar-se-ão falsos amanhã: as pessoas sentem-se como que soterradas por este aluvião incessante; a vida, a vida imensa, destrói as noções que dela se possuía”. HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1989, p.130.

¹²⁸ Sobre o tema, ver a interessante análise do papel da ciência enquanto status político e intelectual das nações européias do período feita por BOURGUET, Marie Noëlle. *O Explorador*. In. VOVELLE, M. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

novos cientistas. Segundo as historiadoras Ermelinda Moutinho Pataca e Rachel Pinheiro,

a demanda por instruções de viagens tornou-se evidente no século XVIII, devido à ausência de observações sistematizadas feitas pelos naturalistas nas expedições. Tentou-se excluir o fator subjetivo que tornava pessoal o relato de viagem, deixando-o vulnerável a interpretações diversas, como consequência de uma padronização que as instruções passariam a exigir, em um esforço para homogeneizar o olhar do naturalista.¹²⁹

As instruções de viagem do final do setecentos vinham de uma tradição que remonta ao século XVII, na Inglaterra. As transformações da tradição geral de instruções – *ars peregrinati* – até a especialização dos manuais exclusivos para o uso de naturalistas ocorreu concomitantemente na Europa. Portugal produziu uma série de instruções a partir dos estudantes recém egressos de Coimbra, a Academia de Ciências de Lisboa e o complexo da Ajuda. As instruções antecederam as viagens, em uma fase preparatória. Além da elaboração das instruções – que de certa forma moldavam o olhar do viajante, ajudando a reproduzir um padrão textual – a preparação dos naturalistas contava também com viagens locais, nos limites do reino¹³⁰. Dessa forma as instruções e a preparação se davam em dois níveis: o olhar do viajante e sua formação e a viagem propriamente dita – recursos, itinerários, hospedagem etc.

Nas instruções fica claro o caráter utópico da catalogação de todo mundo natural. A instrução denominada *Viagens Filosóficas ou Dissertação Sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar*, escrita por Vandelli em 1779, coloca os assuntos que devem constar no diário dos naturalistas. Para Vandelli, os viajantes deveriam escrever sobre o conhecimento físico e moral dos povos, o ar, os lugares a beira mar, a mineralogia, os rios, fontes minerais e lagoas, o reino das plantas, o reino animal e os insetos¹³¹. Segundo Pereira & Cruz, o documento é um “verdadeiro manual de campo do naturalista aprendiz, provavelmente utilizado em suas aulas e nas viagens de formação dos naturalistas de Coimbra”. Além disso, “a elaboração em Portugal deste guia geral destinado

¹²⁹ **PATACA**, Ermelinda Moutinho; **PINHEIRO**, Rachel. *Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro*. Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.58-79, jan/jun 2005, p. 62.

¹³⁰ Ver os artigos de PATACA e PINHEIRO, Op. cit. e de LEITE, op. cit. , já mencionados.

¹³¹ **VANDELLI**, Domingos. *Viagens Filosóficas ou Dissertação Sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar*. 1779. Academia de Ciências de Lisboa, série vermelha, 405. A transcrição completa do documento se encontra em **CRUZ**, *Verdades por mim vistas e observadas*, Anexos.

aos viajantes filósofos estava em perfeita sincronia com o que se passava no restante da Europa”¹³².

Vandelli cita também a importância dos diários de viagem para os naturalistas. Nas palavras do italiano,

Mui pouca seria a utilidade das peregrinações Filosóficas, se o Naturalista fiando-se na sua memoria, quizesse fazer as suas relações e discripções, sem ter notado antecedentemente com a penna todos os objectos, que fosse encontrando no seu descobrimento. Não há hoje uma só pessoa, que não esteja persuadida da necessidade dos Diarios. Não basta que o Naturalista conheça os produtos da Natureza, tambem he necessario que elle assine os diversos lugares do seu nascimento, os caminhos e jornadas que fez nas suas peregrinações; e outras muitas circunstancias que bem mostraõ esta necessidade.¹³³

Em contrapartida, em alguns diários e relatos é visível a utilização das instruções e normas de Vandelli. A memória da *Viagem Filosófica na Serra de Ibiapaba, capitania do Siara Grande*, realizada pelo naturalista José Machado Gaio, é paradigmática nesse sentido. Gaio escreve em seu relato:

Passo agora a História Natural das suas produções e ligando-me as regras que nos prescreve Lineu, explicadas e em parte corrigidas pelo Sapientíssimo D. Vandelli dividirei o meu escrito em quatro partes – ou – Reinos da Natureza: Hidrologia, Zoologia, Botânica e Mineralogia.¹³⁴

Seguindo as mesmas instruções, além de Gaio e das primeiras expedições organizadas por Vandelli na década de 1770, houve esforços no sentido de explorar a região do Rio de Janeiro. Para a capitania foram enviados os naturalistas Luis de Vasconcelos e Sousa e o frei José Mariano da Conceição Vellozo. Da viagem denominada *Expedição botânica* resultou a *Flora fluminensis* obra de grande importância na qual foram descritas mais de 1400 espécies botânicas pelo Frei Vellozo.

No ano de 1796, D. Rodrigo de Sousa Coutinho assume a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1803). Esse período, que coincide com o reinado de D. Maria, ficou conhecido na historiografia como *Viradeira*, apontando para as mudanças de

¹³² PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Instructio peregrinatoris*. p. 08.

¹³³ VANDELLI, *Viagens Filosóficas*, op. cit.. Foi conservada a grafia original do documento.

¹³⁴ No original, “Paso agora a historaNatural das suas produçoens e legandome as regras q’. nos prescreve Lineo explicadas eim parte corregidas pello Sapienticimo D. Vandelio dividirey o meu hiscritio em quatro partes – ou – Reinos da natureza: Hidrologia, Zoologia, Botanica e Minarologia”. GAIO, op. cit.

orientação na forma de administração do Império em relação ao período anterior. Entretanto, a historiografia já abandonou a idéia de uma dicotomia e se percebe muito mais um período de continuidades: se no período pombalino há a introdução das ciências da natureza e de projetos de exploração, com Souza Coutinho há o engajamento definitivo dos naturalistas nos projetos da Coroa¹³⁵.

Souza Coutinho organizou, já em fins do século XVIII, um novo conjunto de expedições exploratórias, contando com naturalistas de uma segunda geração de formados na Universidade de Coimbra. A política do novo momento seria renovar a agricultura e introduzir novas técnicas rurais entre os agricultores brasileiros. Souza Coutinho também solicitou aos governadores de capitanias a elaboração de relatórios sobre os processos empregados no preparo e cultivo dos gêneros exportáveis¹³⁶.

Na segunda fase das viagens filosóficas portuguesas, portanto, Hipólito da Costa foi enviado aos Estados Unidos da América. Em outra viagem bastante divulgada pela historiografia, o paulista Francisco José de Lacerda e Almeida foi incumbido de fazer a travessia do continente africano por terra, entre Moçambique e Angola. João da Silva Feijó foi encarregado de estabelecer a produção de salitre – mineral salino utilizado como matéria prima da pólvora – no Ceará. No mesmo período, Manuel Arruda da Câmara atuou pelo nordeste brasileiro, realizando uma *Viagem Mineralógica* entre as capitanias de Pernambuco e Piauí. É interessante observar, nas expedições de Câmara, a questão do controle das viagens: quem o enviou e auxiliou, inclusive com instruções de viagem exclusivas foi um viajante da *primeira geração* de Coimbra, Frei Vellozo.

O naturalista escreveu ao religioso, em uma de suas correspondências: “Não me enfado nunca de ler e reler sua carta, em que ajunta a bela exposição a sábios documentos, que devem servir de guia ao Naturalista Viajante: eu nunca os perderei de vista e desejo já ter

¹³⁵ CRUZ, *Verdades por mim vistas e observadas*, p.117.

¹³⁶ PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. *Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro*, p.66.

inteiro descanso para os cumprir à risca”¹³⁷. Segundo as historiadoras Ermelinda Pataca e Rachel Pinheiro, Frei Vellozo desempenhou um importante papel na execução das expedições da segunda fase, orientando outros naturalistas que partiram para as colônias portuguesas. O próprio Arruda da Câmara escreve, em outra correspondência ao religioso, sobre a movimentação de naturalistas luso-brasileiros em terras da América Portuguesa e dá pistas sobre o importante papel de Vellozo: “Alegro-me infinitamente com a notícia que me dá dos que estão empregados nos exames de produções naturais de outras capitanias”. O naturalista se refere à José de Sá Bittencourt e Accioli, que foram encarregados nos últimos anos do século de investigar as produções naturais da Bahia e a João Manso Pereira, empregado na descoberta do salitre natural nas vilas de Sorocaba, Itu e Curitiba¹³⁸.

Também foram recrutados para uma expedição filosófica um bacharel formado em Coimbra, Vicente Jorge Dias Cabral, e o Vigário de Valença, padre Joaquim José Pereira. O destino desses naturalistas seriam os sertões das províncias do Maranhão e do Piauí, onde viajariam em busca de quina do Piauí e de salitre natural. O padre já havia realizado outras viagens a mando do ministro. Seus relatos encontram-se publicados na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e serão analisadas no decorrer dessa pesquisa¹³⁹. Nos relatos dessa expedição não aparecem referências diretas às instruções, tanto gerais como específicas. No entanto, em carta datada de 19 de junho de 1801, o padre solicita ao Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá Melo e Soto Maior, secretário de estado da Marinha e Ultramar, uma lista de livros a serem utilizados na viagem¹⁴⁰. Os mesmos livros aparecem nas notas de rodapé dos relatos do padre, servindo para corroborar, legitimar, justificar ou consultar alguma hipótese. Entre os livros, lêem-se títulos famosos à altura como o manual de química

¹³⁷ O trecho da carta de Manuel Arruda da Câmara foi retirado de **PATACA e PINHEIRO**, Op. cit., p.67.

¹³⁸ **PATACA, e PINHEIRO**, *Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro*, p.67 e 68.

¹³⁹ **PEREIRA**, Joaquim José. *Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão*, e ainda _____. *Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody*. RIHGB, v. 20, p. 175-185, 1857.

¹⁴⁰ **AHU**, Piauí, caixa 24, doc. 1262.

prática de Baume e de Fourcroy, sobre mineralogia de Kirwan, o dicionário de Língua Francesa da Academia de Paris e de Língua Portuguesa de Antônio Moraes além do Sistema da Natureza de Lineu e das Memórias da Academia de Lisboa sobre Agricultura, Economia e Literatura¹⁴¹.

A lista nos dá um panorama do saber cosmopolita que se buscava nos círculos iluministas, pois as publicações dos naturalistas circulavam entre os países da Europa. Para Lorelai Kury, “o Iluminismo não foi apenas um movimento no campo das idéias e da filosofia, mas um conjunto de transformações na esfera das sociabilidades e da circulação de textos impressos”¹⁴².

As instruções e sistemas que percorriam a Europa, sobretudo na segunda metade do século XVIII, serviram como base para a homogeneização do olhar, parte necessária de um projeto maior, a catalogação do mundo natural. Portugal não ficou alheio a esse processo e os naturalistas e viajantes aqui estudados passaram pela mesma *educação do olhar* e, grande parte deles, quando desciam das naus portuguesas em terras americanas, já sabia o que e onde procurar seus objetos de estudo.

Não podemos separar esses personagens do contexto europeu do século XVIII. Os naturalistas portugueses, compartilhando de uma mentalidade maior, *ousaram saber*, para remeter ao mote iluminista. A crença no progresso através da razão, a mudança do olhar para a natureza e as tentativas de entender o funcionamento do mundo são os pressupostos filosóficos que serviram de base para o advento da ciência setecentista. Buscar as regras de funcionamento do mundo significava, mais que apenas curiosidade, legitimar a crença de que o homem era um indivíduo livre para estudar e compreender as *coisas do alto*. O homem estava na terra e – esse pensamento vinha se desenvolvendo desde a Renascença – era o centro. Pensava e utilizava a razão para entender e se apropriar do mundo natural, colocando-o a sua disposição.

¹⁴¹ AHU, Piauí, caixa 24, doc. 1262.

¹⁴² KURY, op. cit., p.110.

2.2. A SENSIBILIDADE, A RAZÃO; O SUBLIME, O CIENTÍFICO: A NATUREZA BRASILEIRA VISTA POR NATURALISTAS ESTRANGEIROS NO SÉCULO XIX

A partir da primeira década do século XIX, um grupo de naturalistas estrangeiros passou a viajar pelo interior do Brasil e descrever o sertão em seus relatos de viagem. Essas viagens são, na maioria das vezes, guiadas pelas mesmas instruções e pressupostos correntes na Europa e que nortearam as expedições do século das Luzes. Algumas finalidades diferenciadas, entretanto, fazem com que os resultados também se mostrem diferentes. As descrições dos cientistas luso-brasileiros eram de uso interno, uma maneira da Coroa conhecer e administrar os territórios ultramarinos, além de melhor explorá-los. Dessa forma, esses relatos seguem um padrão mais rígido e objetivo do que os relatos destinados à publicação. Grande parte dos relatos de viagem dos estrangeiros que visitaram a América portuguesa no século XIX tinha uma dupla finalidade: além do uso interno das narrativas – um relatório da natureza e da sociedade luso-brasileira entregue aos organizadores da viagem –, os relatos tinham, ainda, como finalidade, levar ao público europeu a realidade do novo mundo. Os

ávidos leitores buscavam participar das aventuras de marinheiros, cientistas, e outros personagens que partiam do Velho Mundo oceano adentro.

Assim, para se analisar esses relatos, vale abordá-los de uma maneira particular, discutindo suas singularidades e semelhanças em relação a outras viagens e outros períodos. A discussão é ferramenta para entender, em geral, a conjuntura das expedições naturalistas estrangeiras do início do século XIX e, em particular, para analisar a viagem de Spix e Martius através do Brasil. Sendo assim, nada melhor que iniciar passando a palavra aos naturalistas:

Quando, à tarde, espreitávamos uma dessas lagoas, que espetáculo estranho se apresentou aos nossos olhos! Centenas de róseos colhereiros (*Platalea ajaja* L.) perfilavam-se reunidos ao longo da margem e vadeavam lentos, revolvendo ativamente a lama com o bico. Em água mais funda, andam comidos ali ao redor alguns grandes jaburus e tuiuiús (*Ciconia mycteria* Temm., *Tantalus loculator* L.), perseguindo os peixes, com os compridos bicos (...). Ressoam aqui, na mais alvoroçada celeuma grasnada, chiados e gorjeios sem fim dos mais diversos gêneros de aves, e, quanto mais observávamos o raro espetáculo, em que os animais, com a inata independência e vivacidade, sozinhos representavam os papéis no espetáculo da natureza, tanto menos vontade sentíamos de perturbar, com os mortíferos tiros, aquele cenário pacífico da natureza. Vimos mais de 10.000 animais reunidos, cada um dos quais ocupado, segundo o natural instinto de conservação própria. Parecia-nos ter-se renovado o quadro da criação do mundo diante dos nossos olhos, e esse maravilhoso espetáculo nos teria ainda mais agradavelmente impressionado, se não nos ocorresse o pensamento de que a guerra, a eterna guerra, era a lei e misteriosa condição de toda existência animal¹⁴³

A descrição acima se refere à famosa Lagoa das Aves, encontrada pelos naturalistas quando viajavam pelas margens do Rio São Francisco. É interessante notar que a lagoa já não pertencia ao sertão. Quando se aproximaram da margem dos rios, Spix e Martius julgavam ter sido “transportados a um país completamente diverso” já que “em vez das matas secas, desfolhadas ou dos campos do alto sertão” o que se via agora eram “matas virentes, que orlavam extensas lagoas piscosas”¹⁴⁴. No *sertão* dos naturalistas, sempre construído de forma árida e pouco sublime, não caberia uma paisagem tão idílica quanto a Lagoa das Aves. Mesmo estando no mesmo espaço geográfico, a lagoa está fora do *sertão*, já que para os viajantes, não cabe nessa categoria. Fora dele, a lagoa forma a paisagem da exuberante

¹⁴³ SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Frederich, p.88 e 89. A parte utilizada nessa pesquisa é o capítulo IV, do livro V, da “Viagem pelo Brasil” intitulado “Viagem, através do sertão até o rio São Francisco”.

¹⁴⁴ SPIX e MARTIUS, op. cit, p. 88.

margem do São Francisco¹⁴⁵.

Da descrição acima podem ser retirados trechos marcantes desse que pode ser chamado de um naturalismo do século XIX. Primeiramente, notamos que a descrição da Lagoa não é simplesmente a descrição de uma espécie, ou mesmo de várias espécies, animais ou vegetais. O que se constrói é uma cena, dinâmica e idealizada. Entretanto, não se perde, em momento algum, o caráter científico da descrição. Uma maneira de mostrar que o relato é *verdadeiro* e válido cientificamente é a utilização da nomenclatura binominal de Carl Lineu, para a descrição e nomeação das espécies. Essa categorização tinha sendo utilizada desde a publicação do *Systema Naturae*, obra célebre do naturalista sueco, em meados do século XVIII. O objetivo era também uniformizar a nomeação de espécie dos três reinos naturais – vegetal, animal e mineral. Antes disso – e mesmo depois da publicação da obra de Lineu –, a mesma espécie era nomeada por diferentes naturalistas com diferentes nomes, tornando impossível e caótica a comunicação científica da época.

Portanto, “centenas de róseos colhereiros (*Platalea ajaja* L.)” e ainda “alguns grandes jaburus e tuiuiús (*Ciconia mycteria* Temm., *Tantalus loculator* L.)”, mostram que a descrição do mundo natural continua sendo peça chave nas expedições do início do oitocentos.

É passível de observação, nos relatos de viagem desse período, uma ampliação do uso de uma narrativa mais rebuscada nas descrições. A descrição mais detalhada e bem construída deveria dar conta, como dito, não só do objeto em si, mas da cena que ele compõe no espetáculo da natureza. Entretanto, essa ampliação não pode ser tomada como norma geral. Flora Süssekind, preocupada com os relatos já de meados do século XIX, fala sobre essas narrativas:

Razão de ser descritiva para o narrativo, de um lado; hipertrofia da voz do narrador exatamente onde o descritivo deveria ser o dominante, de outro. Mas se, nesses contra-relatos, há uma ampliação do discurso narratorial, não foi essa a norma geral nos exercícios românticos no gênero. Nada mais

¹⁴⁵ Tamanha foi a admiração dos naturalistas que a Lagoa das Aves figura numa das pranchas da expedição. O desenho, bastante conhecido, mostra também várias características do desenho científico do momento. Entretanto, análises pictóricas não serão feitas nesse trabalho. Para essa análise, ver as discussões feitas por Ana Luiza Fayet Sallas, op. cit, notadamente *Capítulo 3: Estética da Natureza e Ciência da Paisagem*. A dita prancha se encontra na página 186.

breve, objetivo, por exemplo, do que o *Diário da Viagem ao Rio Negro*, de Gonçalves Dias.¹⁴⁶

A mesma objetividade extrema pode ser percebida através das listas e índices. Tanto nos relatos do XVIII como do XIX, esse recurso é sempre utilizado. A lista é tida como a forma mais simples do descritivo¹⁴⁷. Nos relatos, todas as remessas, itinerários e distâncias eram colocadas em listas ou quadros¹⁴⁸.

Isso mostra, mais uma vez, as aproximações entre as viagens da primeira metade do XIX e as *viagens filosóficas* do século XVIII. Na verdade, longe de ser uma contradição, essa aproximação fazia parte do pensamento romântico que concebia o pensamento científico não como errado, mas como insuficiente. Vale lembrar que as instruções de viagem que circulavam pela Europa desde o final do século XVII, mas com intensidade muito maior no século XVIII, continuaram a fazer parte da lista de livros e manuais dos viajantes do século XIX. A escrita dos relatos, mesmo seguindo caminhos narrativos variados, ainda ia na mesma direção: a descrição do mundo natural. A tão discutida utopia setecentista de reduzir todo o mundo natural a descrições e categorias racionais continuaria em vigor ainda século XIX adentro, inclusive para um dos maiores representantes do *naturalismo romântico* da metade desse século:

Tengo la disparatada idea de plasmar en una sola obra todo el universo material, todo lo que sabemos sobre los fenómenos del cielo y de la tierra, desde las nebulosas estelares hasta la geografía de los musgos y las rocas de granito, con un estilo vigoroso que excitará y cautivará la sensibilidad.¹⁴⁹

O trecho da carta de Humboldt a Karl August Varnhagen von Ense, datada de 1834, define, segundo Antonio González Bueno, o pensamento de um já maduro Humboldt,

¹⁴⁶ SÜSSEKIND, Flora. *Palavras loucas, orelhas moucas. Os relatos de viagem dos românticos brasileiros*. In. REVISTA USP, Dossiê Brasil dos viajantes. n.30, 1996, p. 100.

¹⁴⁷ SÜSSEKIND, *Palavras loucas*, p.101.

¹⁴⁸ É notável, por exemplo, o resumo da viagem de Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira. Todas as distâncias, datas e vilas visitadas durante os três anos de expedição estão resumidos no “Mappa Geral Itinerário”, anexado ao final desse trabalho. (PEREIRA, Joaquim José. *Diário ou Memória*. 1799. AHU, Maranhão, Cx.127, doc.9556) O mesmo viajantes, Joaquim José Pereira, constrói em outra viagem o “Mappa Geral do sertão da capitania de S. Luiz do Maranhão”, anexado ao seu relato *Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody*, já citado.

¹⁴⁹ GONZÁLES BUENO, Antonio, *Alexander von Humboldt (1769-1859). Una nueva vision del mundo natural*. Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/cesima/textoAGB3.htm>.

que dedicou a vida para entender o mundo natural¹⁵⁰. O objetivo do naturalista alemão, colocar em uma só obra tudo que se sabe sobre os fenômenos da terra e do céu, em muito se assemelha a projetos iluministas do século XVIII. Paul Hazard qualifica de “desmesurado”, por exemplo, o projeto em que se empenhou a Academia de Bordéus em 1719. Os intuitos do projeto eram escrever “a história da terra e de todas as modificações que nela se produziram, tanto gerais como particulares, quer por tremores de terra e inundações, quer por outras causas”. Além disso, pensava-se em fazer

uma descrição exacta das modificações da terra e do mar, da formação ou desaparecimento de ilhas, rios, montanhas, vales, lagos, golfos, estreitos, cabos (...) e também das obras feitas pela mão do homem que deram à terra um novo aspecto.¹⁵¹

O ímpeto de classificar, catalogar e nomear todo a natureza tinha como objetivo o conhecimento universal do mundo natural. Entretanto, inserida na noção de *conhecimento* está presente também a noção de *apropriação*, já que o ato de nomear tornava-se uma forma de possuir, de fazer que a natureza desconhecida fosse transformada em familiar¹⁵².

Humboldt também pode ser usado como chave para entrarmos em outra discussão que já aparecia no século XVIII, mas que ganhou força ao longo do oitocentos: afinal, viajar e observar o mundo natural empiricamente, mesmo que de forma limitada aos caminhos da viagem ou ver o mundo de dentro do laboratório com todas as coleções e livros necessários para comparações e conclusões? Nos laboratórios, os cientistas “entregam-se a operações misteriosas, cortam, dissecam, observam por microscópios, agitam frascos onde se encerraram estranhas substâncias”¹⁵³, analisando e organizando o material remetido das viagens, e muitos preferiam isso ao deslocamento físico. Segundo a pesquisadora Lorelai Kury:

Os naturalistas que vieram ao Brasil haviam tomado a difícil decisão de viajar. Difícil não apenas por causa dos perigos físicos que corriam durante suas aventuras, mas também porque a comunidade científica não era unânime quanto à valorização do trabalho do viajante. Muitos dos mais célebres

¹⁵⁰ GONZÁLES BUENO., *Alexander von Humboldt (1769-1859)*.

¹⁵¹ HAZARD, Op. cit., p.131.

¹⁵² LAHUERTA, F. Op. cit.

¹⁵³ HAZARD, op. cit., p.130.

naturalistas europeus nunca viajaram. Essa tarefa era muitas vezes realizada por naturalistas mais jovens, oficiais da Marinha, nobres em busca de entretenimento filantrópico ou aventureiros em geral¹⁵⁴

As publicações de pesquisas e descobertas também alimentavam o gosto pelo laboratório. Para Flora Süssekind, “cabia não só a essas enciclopédias sob forma de periódicos trazer ‘a terra inteira’ aos gabinetes de leitura local, também à produção literária cumprir *instruir*, servir de mapa e manual histórico e científico”¹⁵⁵.

De outra parte, as viagens, que já no setecentos exerciam fascínio tanto nos exploradores quanto no público em geral, ganham ainda, no XIX, outra razão de ser: a sensibilidade. E, nesse ponto, a influência de Humboldt é mais uma vez digna de nota. O naturalista é exemplo dos que consideravam a viagem como uma experiência insubstituível. Ele não deixa de lado a sistemática e a cientificidade, todavia considera que “impressões estéticas experimentadas pelo viajante em cada região fazem parte da própria atividade científica e não podem ser substituídas por descrições ou amostras destacadas dos lugares onde foram coletadas”¹⁵⁶. Süssekind vê também em Rousseau esse espírito empírico. Nas palavras de *Emílio*, Rousseau deixa clara sua posição: “Quereis ensinar-lhe geografia e ides procurar globos, esferas, mapas: quanta história! Por que todas essas representações? Por que não começais mostrando-lhe o próprio objeto, a fim de que ele saiba, ao menos, de que lhe falais”¹⁵⁷. Para a autora, Rousseau enaltecia um contato estreito e direto com a natureza, um exame pessoal e intransferível. Não se trata apenas de ver o mundo natural, mas de sentir tudo o que há na natureza.

Os olhos de Spix e Martius, mais do que apenas ver, contemplam a paisagem da Lagoa das Aves, descrição com a qual iniciamos essa discussão: “Quando, à tarde, espreitávamos uma dessas lagoas, que espetáculo estranho se apresentou aos nossos olhos!”;

¹⁵⁴ KURY, Lorelai. *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 863-880, 2001, p. 863.

¹⁵⁵ SÜSSEKIND, *O Brasil não é longe daqui*, p. 82. Ainda segundo a autora, “E, a cada nova avaliação estrangeira negativa sobre o ensino e os conhecimentos da população brasileira, parecia aumentar a urgência de a literatura e a imprensa se fazerem viagem ilustrada, *encyclopédie*.”

¹⁵⁶ KURY, *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista*, p. 865.

¹⁵⁷ ROUSSEAU. *Emílio*. apud SÜSSEKIND, *O Brasil não é longe daqui*, p.77.

ou então: “tanto menos vontade sentíamos de perturbar, com os mortíferos tiros, aquele cenário pacífico da natureza”; e ainda “esse maravilhoso espetáculo nos teria ainda mais agradavelmente impressionado, se não nos ocorresse o pensamento de que a guerra, a eterna guerra, era a lei e misteriosa condição de toda existência animal”¹⁵⁸. Mais do que simplesmente descrever a cena, mostram que a experiência da viagem, nesse caso, realmente foi insubstituível. Deve-se levar em conta, ainda, que, no caso exemplificado, os naturalistas descreveram as emoções no relato e essas podem, de alguma maneira, ser re-vividas no leitor quando a memória é lida.

As viagens são ainda consideradas parte do processo de transformação da natureza em ciência. Depois da observação, catalogação, recolha e envio, segue-se com a análise e sistematização dos dados, para então o conhecimento ser passado aos livros. Mais uma vez voltamos ao ponto de partida: às instruções. Já que não era necessário ver – com os próprios olhos, como no caso dos cientistas de laboratório – eram, em contrapartida, imprescindíveis instruções bem detalhadas do quê e de como fazer ¹⁵⁹. A passagem dos dados de quem recolhe para quem sistematiza deveria ser uniformizada e organizada por uma norma rígida e amplamente difundida.

Por isso mesmo ainda no oitocentos circulavam instruções de viagem. Para Lorelai Kury,

As instruções de viagem do século XIX insinuam que, para a ciência, pouco deveria importar quem era o viajante. Suas anotações e registros deveriam ser publicados e passíveis de serem compreendidos por outros naturalistas. O viajante-naturalista do século XIX parece não ter hesitado entre considerar a irreprodutibilidade de sua experiência e entre fornecer registros fiéis do que viu, ouviu e sentiu. Nesse sentido, o estilo pitoresco das representações iconográficas das paisagens e costumes dos lugares visitados poderia ser considerado um estilo científico¹⁶⁰

A questão da experiência de viagem como estilo científico é talvez a maior inovação em relação à descrição científica do mundo natural. No século XIX, buscava-se descrever de modo profundo todos os elementos que compunham a cena de cada lugar

¹⁵⁸ SPIX, e MARTIUS, Op. cit., p.88 e 89. A parte utilizada nessa pesquisa é o capítulo IV, do livro V, da “Viagem pelo Brasil” intitulado “Viagem, através do sertão até o rio São Francisco”.

¹⁵⁹ KURY, *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista*, p. 865.

¹⁶⁰ KURY, *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista*, p. 879.

visitado. Kury também afirma que esse aspecto da ciência do século XIX pode parecer, ao leitor, *romântico* ou ainda *meramente pitoresco*, no sentido pejorativo que o termo adquiriu. Atualmente, “para rejeitar os possíveis anacronismos interpretativos, é preciso compreender que, para os naturalistas do século XIX, a ciência devia buscar descrever a totalidade de elementos que atuavam em um fenômeno local”¹⁶¹.

Um outro tipo de instrução de viagem circulou entre os naturalistas no século XIX: as instruções escritas pelos próprios exploradores, posteriormente às suas viagens. É o caso do apêndice *Sobre a maneira de se empreenderem no Brasil viagens relativas à História Natural*, escrito por Maximiliano, o Príncipe de Wied-Neuwied, e publicado junto ao relato de sua *Viagem ao Brasil*. Maximiliano teria um lugar delicado na classificação proposta por Elizabeth Mendes, já discutida – e talvez por isso mesmo tenha sido deixado de fora do rol. Naturalista de formação, o príncipe estudou anatomia comparada, zooquímica, fitoquímica, história, geografia e botânica na Universidade de Göttingen, entre os anos de 1811 e 1812¹⁶².

Antes disso, porém, sua trajetória esteve ligada a atividades no exército prussiano, com o qual participou de várias batalhas no período das guerras napoleônicas¹⁶³. Seus interesses pelas terras brasileiras estão ligados, de maneira geral, aos seus encontros com Humboldt e, de maneira específica, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil. Para além dos trâmites burocráticos da permissão de viagens de estrangeiros pela colônia americana, sempre apontados pela historiografia, o que há é um interesse dos intelectuais europeus por esse Novo Mundo desconhecido e que agora é, de certa forma, uma extensão de fato dos reinos europeus, como nunca havia sido antes.

Mesmo que as despesas da viagem tenham sido financiadas pela casa de Wied e não pelo próprio príncipe, Maximiliano

caracterizou-se como o primeiro viajante em terras brasileiras, tendo por objetivo estudos de História Natural, em um empreendimento pessoal. A autonomia de Wied-Neuwied verifica-se pelo fato dele

¹⁶¹ KURY, *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista*, p. 870.

¹⁶² SALLAS, *Op. cit.*, p. 82. A autora traz ainda a noção, emprestada de um trabalho de Câmara Cascudo, de uma *viagem do olhar* feita pelo príncipe, através da leitura incansável e de sua determinação a chegar em terras brasileiras.

¹⁶³ SALLAS, *Op. cit.*, p. 81.

ter planejado seus percursos, procedido à aquisição de equipamentos e víveres e remunerado os participantes¹⁶⁴

Ao retornar a Europa em 1817, depois de dois anos viajando pelo Brasil – quase só pelo litoral, entrando no *sertão* apenas para explorar as Minas Gerais –, Wied-Neuwied publica suas memórias, como grande parte dos naturalistas europeus do período. Nas instruções anexadas ao relato, observamos, primeiramente, o caráter de *conselheiro* ou *tutor* que o naturalista se propõe a ser aos outros viajantes. O início do apêndice é nesse sentido:

Espero que não serão mal recebidos pelos naturalistas os resultados da experiência de um viajante sobre a maneira mais conveniente de fazer coleções nos climas em questão, podendo, pelo que lhes vou dizer, avaliar os obstáculos que se deparam na execução desse gênero de projetos¹⁶⁵

Dessa mesma maneira, todas as instruções são precedidas de um *recomendo aos viajantes* ou outro conselho. Ademais, a memória é clara quanto à posição civilizadora da Europa, que desde as primeiras viagens ao Novo Mundo tem a missão de civilizar as novas terras descobertas. Se

Na Europa, uma viagem é motivo de prazer e distração, porque nela se encontra com facilidade tudo quanto pode ser útil e agradável ao viajante (...) o Brasil, pelo contrário, tem permanecido até agora no mais baixo grau de civilização; só possui até agora um pequeno número de caminhos e nenhum que se possa considerar uma grande estrada. O viajante, só em poucos lugares pode encontrar teto em que se abrigue, pontes para as travessias dos rios e dos ribeirões, e até mesmo o alimento mais estritamente indispensável¹⁶⁶

O Brasil é retratado como um país em estado selvagem, e que apresenta “grandes dificuldades para o naturalista, pois nele nunca se pensou na comodidade daqueles que o percorrem”¹⁶⁷. Não apenas pelo quase ausente *desenvolvimento* o Brasil é considerado selvagem e inóspito pelo viajante, mas também pelo clima. Wied-Neuwied finaliza suas instruções tratando do assunto. A chamada, já bastante usada – “Enfim, recomendo aos viajantes que queiram percorrer o Brasil” –, é seguida de instruções sobre como acondicionar as remessas nas caixas, uma vez que a umidade do ar “faz mofar com muita facilidade o

¹⁶⁴ SALLAS, Op. cit., p. 82.

¹⁶⁵ WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Sobre a maneira de se empreenderem no Brasil viagens relativas à História Natural*. IN.: _____; *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p.489.

¹⁶⁶ WIED-NEUWIED, Op. cit., p.489.

¹⁶⁷ WIED-NEUWIED, Op. cit., p.489.

material de história natural”¹⁶⁸. O naturalista dá também instruções de como proceder com chuvas, comuns nas viagens. E adverte: “é aconselhável nas épocas de chuvas seguidas suspender a viagem”¹⁶⁹. Assim, espera ainda que suas instruções sejam difundidas não apenas por viajantes que visitarem o Brasil:

Embora todos os países situados na zona tórrida se pareçam geralmente sob esse ponto de vista [da dificuldade da viagem] cada qual, entretanto, se distingue por certas particularidades (...) Todavia, os conselhos que vou dar poderão, com algumas modificações, ser aproveitados em todas as regiões da zona tropical.¹⁷⁰

Com a difusão desse tipo de manuais de instrução, os viajantes naturalistas da ciência do século XIX, muitas vezes reconhecidos como aventureiros, seguiam normas e instruções pré-determinadas, além de conhecerem de antemão, por meio da literatura, seus destinos. As instruções seguiam fazendo com que os naturalistas saíssem às viagens com um roteiro já feito e com uma bagagem do *que* e de *como* ver já preparada antes da partida. Assim, mesmo considerado como um herói clássico, desbravador de terras selvagens e desconhecidas em prol da erudição e do avanço da ciência, os viajantes do oitocentos tinham objetivos bem definidos:

A imagem do viajante em terras desconhecidas evoca a figura do herói intrépido, que faz parte do imaginário romântico. No entanto, o viajante é esclarecido, pois sua viagem está ligada a uma missão organizada e comandada por um príncipe, uma companhia comercial ou uma instituição científica, de acordo com objetivos bem definidos. A bagagem que o viajante leva consigo não é somente seu equipamento e instrumentos, mas é, sobretudo, uma bagagem cultural, com questões, projetos, anseios, que expressam seu sistema de pensamento e representação do mundo¹⁷¹

A *Lagoa das Aves* traz ainda outro ponto marcante a partir do complemento de sua descrição, a prancha que representa pictoricamente a paisagem. A análise das pranchas é um caminho possível e amplamente percorrido quando se busca estudar as concepções e construções nos relatos de viagem. Entretanto, foram deixadas de lado nesse trabalho, cuja escolha metodológica optou pela construção de paisagens nas *imagens textuais*, como será discutido em breve. Todavia não podemos ignorar o auxílio que os estudos pictóricos podem

¹⁶⁸ WIED-NEUWIED, Op. cit., p.496.

¹⁶⁹ WIED-NEUWIED, Op. cit., p.496.

¹⁷⁰ WIED-NEUWIED, Op. cit., p.489.

¹⁷¹ SALLAS, Op. cit., p.79.

trazer. A prancha da Lagoa das Aves, atribuída a Martius, mostra, nas palavras de Flora Medeiros Lahuerta, uma *erudição*,

implícita nos trajes europeus dos observadores, que indicam que a observação da natureza era reservada aos eruditos, o que se soma, ainda, à posição de poder reservada a estes homens cultos materializadas nas armas. Ainda, essa ilustração é emblemática para demonstrar o conflito entre a contemplação romântica e a necessidade de realizar registros científicos, com se lê na descrição dos autores¹⁷²

Ana Luisa Sallas problematiza a questão da auto-representação nas pranchas que acompanham os relatos. As gravuras passam a ser a auto-representação dos naturalistas, como meio de legitimação. Nesse sentido, o relato de Maximiliano também é emblemático, com desenhos que acompanham, complementam e legitimam o relato escrito. Para Sallas,

Esse gênero de representação inscreve-se ativamente no processo de conhecimento como forma de lhe instituir credibilidade (...). Não bastava contar que se ‘*esteve lá*’, era preciso dar visibilidade à experiência vivida. Esse tipo de estratégia de figuração deve ser entendido como parte fundamental de tradução da experiência da viagem, bem como de construção da *pintura etnográfica* enquanto expressão do vivido. A *pintura etnográfica* pode ser compreendida como uma invenção do século XIX, quando os viajantes alemães, não só viviam uma história de descobertas, mas, e principalmente, tornavam-se agentes criadores da possibilidade de história e da civilização nos trópicos.¹⁷³

Uma estratégia de legitimação, por um lado, e a tentativa de criação de uma história de civilidade nos trópicos, por outro. Com essas funções a auto-representação era utilizada pelos naturalistas. O segundo aspecto, evidenciado no final da citação de Sallas, mostra a preocupação com a criação de um Brasil aos olhos europeus. A obra da autora tem essa direção: a preocupação com a criação de uma história dos trópicos, construída pelos naturalistas alemães do século XIX. Recorrendo novamente às reflexões de Lahuerta,

as observações *in loco* realizadas por esses viajantes, com seu espírito cientificista, ajudaram a desmistificar a visão negativa da natureza americana, e brasileira, construindo, por sua vez, uma idéia de fecundidade e pureza, além da freqüente idéia de grandeza. A partir desses relatos, passa a ser inegável que as matas brasileiras continham uma enorme diversidade e conseqüente potencial para a pesquisa (...) Estes e outros viajantes contribuem para a imagem que se fazia das terras abaixo da linha do equador, chegando muitas vezes a afirmara superioridade desta natureza em relação à européia.¹⁷⁴

¹⁷² LAHUERTA, *Op. cit.*,

¹⁷³ SALLAS, *Op. cit.*, p. 87.

¹⁷⁴ LAHUERTA, *Op. cit.*



Figura 02. Lagoa de Aves às Margens do Rio São Francisco. In. Spix und Martius, 1967. Vale notar também, na representação pictórica, a diferença entre a exuberante margem do Rio São Francisco e a paisagem do sertão do Piauí (figura 2). Embora dentro do mesmo espaço geográfico, a lagoa está fora do *sertão*.

Fica claro que a questão é a construção de uma paisagem – a natureza brasileira – a um determinado público – europeu. E, depois da independência, a construção passa a ser da nação nos trópicos. Não é o intuito desse trabalho analisar a construção do Brasil enquanto nação homogênea e unificada nos relatos de viagem do século XIX. Entretanto, trabalhamos com a construção de uma paisagem específica: o sertão do nordeste brasileiro. Dessa forma, vale recorrer aos recursos dessa fundamentação, por vezes forjada, e da criação de um Brasil buscada pelos primeiros autores de ficção e fortemente amarrada aos relatos de viajantes, sobretudo de meados do século XIX.



Figura 03. Landschaft in Piauí. In. Spix und Martius, 1967.

Para Flora Süssekind, cuja preocupação principal é o processo de *invenção* do Brasil pelos primeiros autores de ficção em meados do XIX, o que importa nesse processo é “o fato de o viajante ensinar a ver, organizar para olhos nativos a própria paisagem e definir maneiras de descrevê-la”¹⁷⁵ Além disso, a autora percebe que tanto na literatura como nos relatos de viagem, tidos como uma primeira literatura brasileira, se revela não à Europa, mas ao Brasil “as belezas de nossa pátria”¹⁷⁶. A noção de que os viajantes construíam um Brasil até mesmo para os que aqui viviam, é significativa. Estrangeiros construíam a paisagem que cotidianamente nativos viam e viviam. Essa noção é compartilhada por Maria Belluzzo: “o olhar dos viajantes espelha, também, a condição de nos vermos pelos olhos deles”¹⁷⁷.

Entretanto, mesmo que os relatos de viagem participem da construção da nação Brasil na primeira metade do século XIX, essa tradição não começa aí. O presente trabalho se insere na perspectiva de que os relatos de viagem do século XIX são muito semelhantes, na

¹⁷⁵ SÜSSEKIND, *O Brasil não é longe daqui*, p. 39.

¹⁷⁶ SÜSSEKIND, *O Brasil não é longe daqui*, p. 45.

¹⁷⁷ BELLUZZO, Ana Maria. *A propósito do Brasil dos viajantes*. In REVISTA USP, Dossiê Brasil dos viajantes. n.30, 1996, p.09.

maioria dos casos, com os relatos de luso-brasileiros do século XVIII. Assim, podemos buscar a construção do Brasil, ou mais especificamente do sertão nordestino, ainda nos relatos do século das luzes. Flora Süssekind faz menção a esses relatos, entretanto descarta-os, colocando em destaque os escritos de estrangeiros que viajaram pelas terras brasileiras. Essa ausência dos luso-brasileiros em trabalhos sobre o tema, seja no âmbito da historiografia ou da história da literatura, já foi notada e discutida em outros artigos¹⁷⁸.

Além disso, a própria Süssekind também salienta que não era unânime a legitimidade dos viajantes enquanto relatores das origens do Brasil. Segundo ela, muitas vezes “o visitante estrangeiro era convertia, na comédia de costumes brasileiros do século passado [XIX], no exemplo mesmo de trapaceiro, espoliador, da figura pouco confiável”¹⁷⁹. Essa figura satirizada é construída em algumas obras de escritores importantes do período, como *A estátua amazônica* de Manuel de Araújo Porto-alegre.

De qualquer maneira, os estrangeiros do século XIX também *construíam* o Brasil, seja de maneira direta – como para o público europeu ou mesmo para os ávidos leitores de história natural aqui mesmo no Brasil¹⁸⁰ – ou ainda indiretamente, quando eram usados como fonte e quiçá inspiração para a literatura ficcional. Além disso, qualquer dúvida a respeito do papel dos naturalistas na formação do Brasil acaba quando lembramos que Spix, o mesmo naturalista tratado como paradigmático do período estudado escreveu o artigo *Como se deve escrever a História do Brasil* e a publicou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição recentemente inaugurada também com o propósito de resgatar – ou mesmo *forjar* – uma história legítima e oficial da nova nação¹⁸¹.

A totalidade dos primeiros trabalhos ficcionais brasileiros, nas décadas de 30 e 40

¹⁷⁸ Ver, especialmente, **PEREIRA**, Magnus R. de Mello; **CRUZ**, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *A história de uma ausência*, já citado. Nesse artigo os autores fazem uma revisão de grande parte da historiografia luso-brasileira, focando justamente na ausência dos cientistas setecentistas na maioria dos trabalhos.

¹⁷⁹ **SÜSSEKIND**, *O Brasil não é longe daqui*, p. 50.

¹⁸⁰ “Aliás, a julgar pelos periódicos e revistas literárias do tempo, sobretudo os das primeiras décadas do século [XIX], nada parecia interessá-lo [público leitor] tanto quanto as viagens. E viagens de todo tipo”. **SÜSSEKIND**, *O Brasil não é longe daqui*, p. 74.

¹⁸¹ **MARTIUS**, C.F. von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, t.6, n.24, p.381-403, jan.1845.

do século XIX utilizava naturalistas entre seus personagens. Tanto a história natural como a viagem faziam parte do roteiro ficcional. Nesse período, os narradores de ficção estreita seus laços com o narrador de viagens. Porém, mais perto do viajante aventureiro do que do científico. Segundo Sússekind se buscava “dar substancia singular e intransferível ao nome Brasil”¹⁸². Além disso,

Aprendida a cartografia e a ‘ciência da viagem’ com esses viajantes-professores, [necessitava-se] produzir novos mapas políticos literários em que se retorne às ‘origens’, ‘essências nacionais’ e se figure um Brasil-nação pitoresco e unificado. *Figuração que ao mesmo tempo que significa o ‘começo histórico’ de uma imagem, precisa negar que é algo que se ‘funda’*.¹⁸³

Ana Luisa Sallas trabalha com o conceito de *afinidade eletiva*, talvez essencial para concluirmos o espírito dos viajantes do século XIX. O conceito serve para explicar que razão e sensibilidade caminharão junto durante o período. Seu uso “revela-se adequado por apresentar uma correspondência efetiva na relação entre pensamento científico e a estética romântica”¹⁸⁴. O termo foi emprestado da obra de Michael Löwy, *Redenção e Utopia : O judaísmo libertário na Europa Central* e refere-se

a um tipo particular de relação dialética entre duas configurações sociais ou culturais, não podendo ser reduzido à determinação causal direta ou a ‘*influência*’. Ocorre sob a forma de uma analogia estrutural, de um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação que pode chegar a fusão. (...) A *afinidade eletiva* não pode ser reduzida a seu sentido ideológico, nem pode referir-se a idéias de “*correlação*” ou mesmo de “*influência*”, à medida que aponta para o caráter ativo e dinâmico da relação entre os termos, (...) entre pensamento científico e estética romântica¹⁸⁵

O conceito é formulado originalmente por Goethe, que o coloca como título de sua obra. *As Afinidades eletivas* foi publicada originalmente em 1809. Goethe utiliza a química para explicar o conceito. A afinidade eletiva dos elementos rege a atração entre eles que podem se fundir ou separar-se, mantendo suas propriedades.¹⁸⁶ Talvez o maior expoente da

¹⁸² SÜSSEKIND, *O Brasil não é longe daqui*, p. 38.

¹⁸³ SÜSSEKIND, *O Brasil não é longe daqui*, p. 61.

¹⁸⁴ SALLAS, Op. cit., p. 11.

¹⁸⁵ SALLAS, Op. cit., p. 12.

¹⁸⁶ Na obra Goethe utiliza a expressão para dar conta da história de um casal que tem seu cotidiano transformado pela chegada de outras duas pessoas na propriedade. A sugestão desse quadrilátero amoroso gerou polêmica e foi considerada imoral na época. Outras aproximações ainda podem ser feitas entre esse trabalho e a obra de Goethe. Um dos protagonistas da obra, o nobre Eduard, além de cultivar jardins em suas propriedades, é

afinidade eletiva, além de influência para maioria dos viajantes, seja mesmo Humboldt. Mary Louise Pratt, em seu conhecido artigo *Humboldt e a invenção da América*, tratando da obra do naturalista aponta que “*Quadros da natureza* é um livro inovador no qual Humboldt trata de misturar a descrição científica com o discurso romântico do sublime produzindo o que ele chamou ‘a maneira estética de tratar temas de História Natural’ ”¹⁸⁷.

A questão do *sublime* é de extrema importância para o estudo dos naturalistas do XIX. A passagem de um discurso científico para o discurso pitoresco leva consigo o maravilhamento com o *sublime*. Um dos melhores exemplos disso é a *Viagem Pitoresca* de Rugendas. A viagem expressa uma conjunção da estética do sublime com a do pitoresco¹⁸⁸. A discussão do *sublime* enquanto reflexão filosófica vem sendo feita desde Edmund Burke e Emmanuel Kant, no século XVIII. Quando delimitados esses campos, verificou-se “a não correspondência entre o mundo da estética (e da reação emotiva) e o da razão (do entendimento)”. O sentido do *sublime* vai no sentido da “diminuição da distância estética entre o observador e o objeto, à medida que se encontra emoção na contemplação dos espetáculos da natureza”¹⁸⁹.

Dessa forma, com a razão e o científico de uma lado, e a sensibilidade e o sublime de outro, os viajantes trilharam os caminhos do território brasileiro no início do século XIX. Suas descrições e relatos, mais detalhados e completos muitas vezes participaram da formação de um Brasil e da natureza dos trópicos, tanto para europeus como para nativos brasileiros. Além disso, como mostrado na discussão, há muito mais aproximações do que rupturas entre a mentalidade dos naturalistas do século XVIII e do século XIX. Os cientistas do século XIX viam e sentiam a natureza. Para grande parte dos naturalistas, a multiplicidade de sensações

erudito, naturalista, e viajante no decorrer do romance. GOETHE, Johann Wolfgang von (1749-1832). *As afinidades eletivas* (Tradução: Erlon José Paschoal) São Paulo : Nova Alexandria, 1992.

¹⁸⁷ PRATT, Mary Louise. *Humboldt e a invenção da América*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4. n. 8, 1991, p. 151-165, p. 155.

¹⁸⁸ SALLAS, Op. cit., p. 124.

¹⁸⁹ SALLAS, Op. cit., p. 125. Ainda para uma discussão mais profunda sobre a questão do *sublime* e do *belo*, ver o trabalho de Sallas, aqui citado, páginas 124-127.

que envolvem o naturalista em sua viagem poderia e deveria ser descrita pela ciência¹⁹⁰. Para Humboldt, o mundo vegetal atuava sobre a imaginação dos naturalistas pela sua imobilidade e magnitude¹⁹¹. Do mesmo modo, as descrições da natureza, segundo Sallas, impressionam tanto mais vivamente quanto mais se acham em harmonia com as necessidades da sensibilidade do homem¹⁹². A experiência da viagem passa, dessa forma, a ser insubstituível. E a visão que se passa a ter da natureza é de completude. De uma maneira próxima a utopia setecentista de catalogar e reunir em livros todo o mundo natural, os viajantes oitocentistas também buscavam conhecer toda a natureza. Entretanto, o detalhe que diferencia, é evidenciado por Lorelai Kury

para os naturalistas do século XIX, a ciência devia buscar descrever a totalidade de elementos que atuavam em um fenômeno local. É como se cada parte contivesse o todo. Uma fisionomia particular seguiria a mesma lógica de relações harmônicas e de simpatias que supunha-se, regiam a vida cósmica¹⁹³

¹⁹⁰ KURY, *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista*, p. 871.

¹⁹¹ HUMBOLDT, *apud* SALLAS, *Op. cit.*, p. 146.

¹⁹² SALLAS, *Op. cit.*, p. 146.

¹⁹³ KURY, *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista*, p. 870.

2.3. A PAISAGEM ENQUANTO REPRESENTAÇÃO: SIGNOS E IMAGENS NOS RELATOS DE VIAGEM

Segundo a definição do Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro, publicado em meados da década de 1980, *paisagem* é “espaço de território que se abrange num lance de vista; pintura que representa uma paisagem; gênero literário que descreve ou representa o campo ou cenas campestres”¹⁹⁴. Esses significados provavelmente abrangem todas as definições mais comumente utilizadas quanto se fala de *paisagem*. Para o senso comum, o significado de paisagem é fortemente carregado de uma característica de percepção visual à distância, na qual o observador sente-se fora do “objeto” contemplado.¹⁹⁵ Paisagem traz a noção de amplitude, distanciamento, observação.

Acredita-se que o termo *paisagem* deriva do termo latino *pagus*, que, segundo o Dicionário Latino-Português de Francisco Torrinha significa: 1. *marco ou baliza metida na terra*; 2. *território rural delimitado por marcos*; e 3. *aldeia; povoação*¹⁹⁶. O termo latino

¹⁹⁴ **Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro**, Curitiba : Editora Educacional Brasileira S. A., 1983.

¹⁹⁵ Propositadamente serão utilizados nesse sub-capítulo textos tanto da área de História, como da geografia e arquitetura, como uma tentativa, primeiramente, de um diálogo entre as áreas que pode ser muito produtivo e, em segundo lugar, para uma compreensão mais completa do conceito de *paisagem*. **SANDEVILLE JUNIOR**, Euler . PAISAGEM. Paisagem e Ambiente, São Paulo, v. 20, p. 47-60, 2005, p.02.

¹⁹⁶ **TORRINHA**, Francisco. Dicionário Latino Português. 8.ª Edição, Gráficos Reunidos Lda : Porto, 1942.

estava muito mais ligado a demarcação da terra. *Pagus* era um distrito rural composto de várias fazendas, que não possuía poder político direto, sendo uma jurisprudência da unidade administrativa maior, a *civitas*. Para Jörn Seemann, os habitantes de um *pagus*, em geral, eram diferentes dos habitantes das cidades romanas. Eram camponeses e agricultores que veneravam os deuses locais: o espírito das florestas, das matas, dos campos e dos lares. Segundo o autor, vem daí a ligação do termo com a palavra *pagão*¹⁹⁷. A questão da territorialidade está assim ligada ao termo paisagem. A demarcação das terras, a posse efetiva de cada pedaço da natureza está presente na significação do termo.

A territorialidade está também intimamente ligada ao fenômeno estudado dessa pesquisa, a rede de naturalistas espalhados pelos territórios do além-mar português com a finalidade de conhecer detalhadamente as potencialidades econômicas dos espaços lusitanos. Esse movimento está associado à posse efetiva dos territórios, que, de uma maneira geral, eram pouco conhecidos ainda no século XVIII. No mais, apenas uma estreita faixa litorânea era explorada pelos portugueses, enquanto o imenso *sertão* – que no Brasil, o principal espaço português no século XVIII – era desconhecido. *Conhecer* os interiores dos territórios era importante também pela nova ciência política vigente no século XVIII. Além do claro status que o conhecimento científico dos territórios trazia, a estatística das populações e um conhecimento detalhado das paisagens interioranas eram essenciais para a ciência política da época¹⁹⁸.

Essa faceta da paisagem pode ser observada também quando utilizamos a mesma análise para o termo alemão correspondente, *Landschaft*. O termo alemão, por vir de outro tronco linguístico, traz outras acepções, de certa forma complementares ao sentido latino. *Landschaft* se refere a uma associação entre sítio e seus habitantes, uma associação

¹⁹⁷ SEEMANN, Jörn. *Geografia, geografia e a poética do espaço: Patativa do Assaré e as paisagens da região do Cariri (Ceará)*. Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v.1, n.1. setembro 2007, pp.50-73, p.52.

¹⁹⁸ Ver, entre outros, FOUCAULT, Michel. *A governamentalidade*. in.: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 24.ª Edição. Rio de Janeiro : GRAAL, 2007.

morfológica e cultural¹⁹⁹. O termo pode ser dividido em dois elementos, *land* e *schaft*. O primeiro pode significar território, terra, solo, campo arável. A segunda parte, *schaft* está mais ligada ao cultivo, a dar forma, formatar a terra, criar. Tem-se assim, uma associação entre os aspectos físicos e culturais²⁰⁰. Dessa maneira o termo alemão não tem correspondente imediato em outras línguas, “comportando um conjunto de significados e visões de mundo que fornecem ao conceito uma gama de interpretações e utilizações muitas mais amplas que das demais escolas de geografia. (...) A paisagem alemã compreende um complexo natural total, representado, de forma integrada, pela natureza e pela ação humana”²⁰¹. Entretanto, a circulação do termo e principalmente do conceito de paisagem entre as diferentes áreas do conhecimento fez com que todos esses significados fossem levados em conta e associados ao que hoje se conceitua como *paisagem*.

Derivado do termo francês *paysage*, a *paisagem* chegou até a língua portuguesa fortemente ligada à noção de país (região, território, pátria), entre os séculos XVI e XVII ²⁰². Para alguns autores, o termo nas línguas latinas está muito relacionado ao Renascimento e a arte, e

aproxima-se da palavra italiana *paesaggio*, que surge na pintura durante o Renascimento. Essa se refere ao que o olho abarca, ou capta, num único golpe de vista, o campo do olhar. A paisagem é,

¹⁹⁹ CASTRO, Demian Garcia. *Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da geografia*. Disponível em: <http://www.pucsp.br/~diamantino/PAISAGEM.htm>. Acessado em 07 de fevereiro de 2009.

²⁰⁰ Essa associação entre significados físicos e culturais é interessante para as discussões atuais da geografia em torno do termo, que serão expostas em seguida. SEEMANN, Op. cit., p. 53.

²⁰¹ CASTRO, Op. cit., p.04.

²⁰² Segundo o autor, a ideia de *paisagem* é uma construção moderna, mesmo que suas origens etimológicas possam remontar às línguas indo-européias. O novo mundo tem intensa participação nesse processo. Mesmo que o termo tenha nascido com o Renascimento e o Barroco, “não se trata apenas de uma vinculação com as artes, que de fato se estabelece, mas de reconhecer um novo olhar que se forma no contexto de grandes transformações que incluem a constituição de um “novo mundo””. Entretanto, algumas afirmações do autor devem ser refletidas com cuidado, já que oferecem algumas controvérsias. Segundo ele, “é necessário distinguir, definitivamente, paisagem da representação pictórica ou figurativa da paisagem. Ou seja, aquilo que na pintura corresponde a uma representação, domínio do imaginário e uma inequívoca problemática cultural, conduziria a uma percepção na maioria das vezes estática e não-essencial”. Isso vai contra a proposta colocada no início do texto, de manter uma abordagem conceitual e ampla de paisagem. Além disso, a representação está intimamente ligada à significação de paisagem, de modo que não pode ser alterada sem afetar outras significações. Para Sandeville, essa abordagem representacional é válida como discussão do imaginário apenas. Não podemos negar que o imaginário está presente em qualquer atribuição de significado ao significante, inclusive da *paisagem*. SANDEVILLE JUNIOR, Op. cit., p. 03

neste sentido, uma aparência e uma representação de objetos vistos e percebidos conforme o sujeito que os olham.²⁰³

No *Vocabulário Portuguez e Latino* de D. Raphael Bluteau, publicado em 1712, *paisagem* é designada como “Villa de que representão os painéis de boas pastagens”, além de uma indicação “Vide paiz”. No verbete *paiz* a primeira definição é “termo do pintor. Painéis em que estão representados arvoredos, prados, fontes e outros aprazíveis objetos do câpo”²⁰⁴. A questão da paisagem enquanto representação da natureza está presente também no termo inglês *landscape*, derivada diretamente do seu par holandês *landschap*, que continha o significado de uma “arte de imitação da natureza”²⁰⁵. Segundo Simon Schama, o termo holandês também deriva do alemão e significa tanto uma unidade de ocupação humana — uma jurisdição, na verdade — quanto qualquer coisa que pudesse ser o aprazível objeto de uma pintura.²⁰⁶ A questão da estética da paisagem está muito ligada a outro conceito, de *imagem*. A paisagem não se refere apenas ao espaço físico, mas a apropriação desse espaço, à construção do território e, por fim, pode se tornar a imagem desse território²⁰⁷.

Através das definições do termo, percebemos que a *paisagem* carrega consigo três concepções distintas e indissociáveis: ao mesmo tempo em que *paisagem* é a natureza em si — ou uma parte dela, um território, um espaço — é também a visualização desse espaço através de um observador e, ainda, a representação do mesmo espaço, seja pela pintura ou pela escrita. Essa associação de significados indica a natureza do problema em que o termo e, conseqüentemente, o conceito *paisagem* estão inseridos.

Daí também a importância dessa discussão para o presente trabalho. Os relatos de viagem trazem a construção de uma paisagem, ou, uma paisagem representada. A

²⁰³ SILVA, Vicente de Paulo da. *Paisagem: concepções, aspectos morfológicos e significados*. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19 (1): 199-215, jun. 2007

²⁰⁴ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra : Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712.

²⁰⁵ SANDEVILLE JUNIOR, Op. cit., p. 03

²⁰⁶ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996, p. 20.

²⁰⁷ SANDEVILLE JUNIOR, Op. cit., p.03. O conceito de *imagem* será abordado no decorrer desse capítulo.

representação é feita por naturalistas que percorreram a paisagem enquanto espaço físico e a visualizaram enquanto observadores. Quando escreviam seus diários, esses naturalistas construía a paisagem que viam. Os relatos de viagem que deixaram mostram, aos olhos contemporâneos, como a paisagem do sertão nordestino era descrita no final do século XVIII e início do XIX.

Outro ponto a ser brevemente tratado são as diferentes dimensões da paisagem dentro da geografia. Segundo Corrêa e Rosendahl, a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões, que cada matriz epistemológica privilegia. A análise dos autores leva em conta aspectos culturais e simbólicos do conceito de paisagem, produtos de uma nova perspectiva da geografia. Para eles a paisagem

tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica²⁰⁸

A breve análise que será feita nesse trabalho a respeito da paisagem, tem como objetivo mostrar como o esse conceito se comporta dentro das ciências, principalmente na região de fronteira entre história e geografia. Evidentemente não se espera com isso a composição de uma definição para *paisagem*. Uma abordagem conceitual certamente é mais interessante, já que pode conservar a complexidade e fertilidade do tema, sem que se recorra a uma simplificação ou reducionismo.

A discussão a respeito do conceito de paisagem traz uma grande diversidade de abordagens para o tema: da pintura de paisagens (história da arte) e do paisagismo (conceito da arquitetura e urbanismo), o tema vai até a geografia (seja física ou humana), à ecologia (derivada das preocupações ambientais) e continua pela história, para os estudos de cinema e também turismo e literatura²⁰⁹. Dentro da geografia a discussão vem ganhando fôlego novo

²⁰⁸ CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. *Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura*. In: _____. (orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1925/1998, p. 08.

²⁰⁹ VIEIRA, Daniel de Souza L. *Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Setembro 2006. Vol 3, Ano III. Disponível em www.revistafenix.pro.br.

nas últimas décadas, devido principalmente à chamada Nova Geografia Cultural, que a partir da década de 70 lança um olhar sobre a cultura e as relações entre os elementos da paisagem.

Antes disso, a importância do conceito dentro da geografia variava historicamente. Durante alguns períodos o conceito foi mesmo relegado e suplantado pela ênfase nos conceitos de *região, espaço, território e lugar*²¹⁰. Além das novas abordagens e produções que vêm sendo feitas atualmente, alguns textos clássicos foram revisitados. É o caso do texto de Carl Sauer, publicado originalmente em 1925, *A morfologia da paisagem*. Apesar de antigo, o texto é pioneiro em uma abordagem cultural da paisagem, legado de uma geografia norte-americana que só chegou ao Brasil recentemente. Roberto Corrêa e Zeny Rosendahl, organizadores do volume que traduziu o texto de Sauer, afirmam que *A morfologia da paisagem* “representa uma contestação à visão determinista da geografia norte-americana e, ao mesmo tempo, uma antecipação da geografia cultural que Sauer em breve estabeleceria”. Para Sauer, a paisagem se apresenta com vistas a definir outro conceito: o de unidade da geografia. Ela é definida aí como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais.

Outro aspecto importante da teoria de Sauer é a questão das relações entre os elementos da paisagem. A inovação é justamente considerar a cultura também como peça chave da construção da paisagem. Segundo a análise feita por Jörn Seemann, Sauer considerava que as paisagens poderiam ser naturais, isto é, áreas anteriores às atividades humanas, ou culturais, modificação da paisagem natural por meio da ação e das obras do homem; as paisagens seriam modeladas por um grupo cultural a partir de paisagens naturais sendo que “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado”²¹¹. Em Sauer, portanto, temos uma paisagem natural, anterior ao homem, e, depois da ação do sujeito sobre o espaço natural, uma paisagem cultural.²¹² Além disso, para o autor, a paisagem

²¹⁰ CORRÊA, ROSENDAHL, *Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura*, p. 07.

²¹¹ SEEMANN, Op. cit., p. 55.

²¹² SAUER, C.O. *A morfologia da paisagem*. In: CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z.(orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1925/1998. p. 12-74, p. 43. Essa abordagem traz certo determinismo cultural. Para o autor, “as ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão de culturas. Elas se derivam em cada caso da

é um todo composto de partes que, todavia, não podem ser entendidas separadamente²¹³.

Outro ponto colocado por Sauer no interior da discussão diz respeito à estética da paisagem. Muito importante do ponto de vista da geografia atual, Sauer levava em conta as qualidades estéticas da paisagem, para a qual “não conhecemos outra abordagem a não ser a subjetiva (...) todas [as abordagens subjetivas] estão além da ciência”²¹⁴

O pioneirismo do texto de Sauer deve ser ressaltado, principalmente por ter sido revisitado mais de meio século depois pelas novas abordagens da geografia. Segundo Demian Garcia Castro,

Depois de ser um tema central da Geografia no início do século XX, o conceito de paisagem teve sua importância reduzida no contexto de contestação que a geografia clássica passou com a incorporação de outras bases epistemológicas ao pensamento desta ciência, como as relacionadas ao positivismo lógico. Porém, o conceito está novamente em debate, mas o problema de seu significado permanece em aberto. Retomada com a emergência de uma Nova Geografia Cultural, a discussão sobre paisagem passou a ser revestida de novos conteúdos, devido a ampliação dos horizontes explicativos da disciplina com a incorporação de noções como percepção, representação, imaginário e simbolismo.²¹⁵

No Brasil, uma abordagem *humanista* da geografia ainda é pouco difundida. Por muito tempo – e ainda hoje se vêem os ecos dessa tradição – uma perspectiva economicista e determinista baseou a produção científica. Denis Cosgrove faz uma crítica a essa análise falando sobre as suposições, ou, os modelos que os geógrafos utilizam como paradigmas da sua ciência. Para o autor, os modelos utilizados acompanham o movimento das ciências em geral: objetividade extrema e mítica, racionalismo e utilitarismo²¹⁶. A nova abordagem da geografia tende a se aproximar das humanidades, levando em conta o papel da cultura, já

paisagem natural, com o homem expressando seu lugar na natureza como um agente distinto de modificação. De especial importância é aquele clímax de cultura a que chamamos civilização”. (p. 43). Além disso, como veremos a seguir, vários estudos tem ido na direção oposta a essa perspectiva, no que diz respeito a essa contraposição entre paisagem natural e cultural. Para muitos autores, é impensável a idéia de uma paisagem natural, interior ao homem e sem a influencia dele, seja diretamente ou apenas no nível cognitivo e de interpretação. Entre eles destacam-se Simon Schama, com seu importante trabalho *Paisagem e Memória*, já citado.

²¹³ SAUER, Op. cit., p. 23.

²¹⁴ SAUER, Op. cit., p. 61.

²¹⁵ CASTRO, Op. cit.

²¹⁶ COSGROVE, Denis. *A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas*. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123 p.92-123, p.94.

frisado por Sauer. O agente é visto como ativo e não passivo na paisagem e a cultura vista em sua relação dialética com o homem: “a cultura é, ao mesmo tempo, determinada e determinante da consciência e das práticas humanas”.²¹⁷

Depois de Sauer, os estudos sobre a cultura se desenvolveram muito, principalmente na perspectiva da antropologia cultural. Algumas premissas de Sauer podem até ser colocadas em discussão à luz dos novos estudos. A dialética da cultura proposta pelo autor, entretanto, coloca em primeiro plano um dos problemas centrais do trabalho de Clifford Geertz, *A interpretação das Culturas*. A proposta de Geertz é a perspectiva da cultura enquanto *mecanismo de controle* do comportamento humano:

A cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos –, como tem sido o caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chamam “programas” – para governar o comportamento. (...) O homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos”.²¹⁸

Para Geertz, somente entendendo a cultura enquanto controladora das ações é possível ter uma definição satisfatória de homem. Assim, “um dos fatos mais significativos a nosso respeito pode ser, finalmente, que todos nós começamos com o equipamento natural para viver milhares de espécies de vidas, mas terminamos por viver apenas uma espécie”.²¹⁹

A relação dialética da cultura pode ser transportada também para a geografia. De acordo com Augustin Berque,

a paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas também é uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação.²²⁰

Para Berque, há um modo de ver e apreender (uma paisagem-matriz, em sua concepção) a natureza (uma paisagem-marca) em determinada sociedade. Esse modo de ver

²¹⁷ COSGROVE, Op. cit., p. 102.

²¹⁸ GEERTZ, Clifford. *O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem*. In.: _____, *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1989, p. 56.

²¹⁹ GEERTZ, Op. cit., p. 57.

²²⁰ BERQUE, Augustin. *Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural*. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123 p.84-91, p. 85.

influencia, como uma paisagem-matriz, outra paisagem marca. Nessa dialética a soma nunca é zero. Berque vai mais longe, dizendo que “esse jogo, impregnado de sentido, é a cultura” ²²¹.

Outra importante abordagem cultural da paisagem, de muita utilidade para essa pesquisa, é feita por Denis Cosgrove. Seu conhecido artigo traz, já no título, a essência do trabalho e a direção dos seus esforços. *A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas*, coloca a questão da interpretação hermenêutica da paisagem. Cosgrove propõe a aplicação de algumas *habilidades interpretativas* para a leitura do “texto cultural” que é a paisagem. Essas habilidades seriam as mesmas de que dispomos

ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro, de tratá-la [a paisagem] como uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados (...) sugerindo maneiras de tratar a geografia como uma *humanidade* e como uma ciência social.²²²

O simbolismo é peça chave para interpretação da paisagem segundo Cosgrove. Sua teoria está muito ligada ao legado de Sauer, tanto no que diz respeito ao papel da cultura não material na paisagem, que é essencial para uma análise simbólica, quanto nos métodos subjetivos que Sauer chama de “além da ciência”²²³. Por isso uma geografia cultural renovada poderia considerar a paisagem como um *texto cultural*, reconhecendo que “os textos têm muitas dimensões, oferecendo possibilidades de leituras diferentes, simultâneas e igualmente válidas” ²²⁴.

Cosgrove insiste também no caráter da paisagem como representação da natureza. Para o autor, o surgimento da *paisagem* vem de uma nova relação entre o homem e o ambiente, no Renascimento: “ao mesmo tempo, a cartografia, a astronomia, a arquitetura, os levantamentos terrestres, a pintura e muitas outras artes e ciências estavam sendo revolucionadas pela aplicação de regras formas matemáticas e geométricas derivadas de Euclides” ²²⁵. Nesse momento surgiu também a pintura de paisagens, motivada principalmente

²²¹ BERQUE, Augustin. *Op. cit.*, p.86.

²²² COSGROVE, *Op. cit.*, p. 97.

²²³ SAUER, *Op. cit.*, p. 61.

²²⁴ COSGROVE, *Op. cit.*, p. 101.

²²⁵ COSGROVE, *Op. cit.*, p. 98.

pela invenção da perspectiva linear, capaz de produzir, em duas dimensões, a ilusão realista de um espaço físico de três dimensões.

Dessa maneira, o surgimento da idéia de paisagem está ligado a uma forma mais racional de ver o mundo, um novo olhar sobre a natureza. Esse aspecto era parte da bagagem dos naturalistas que viajaram pelo sertão da América portuguesa nos séculos XVIII e XIX. Seja um olhar racional e sistemático que em geral regia as observações dos viajantes de Coimbra, seja o olhar externo, de estranhamento e exotismo dos extasiados viajantes estrangeiros do século do romantismo. Tratados como uma representação simbólica do que o autor viu no decorrer de sua expedição, os relatos e os diários mostram sempre a construção de uma determinada paisagem pelos viajantes. Sejam os cronistas medievais, os primeiros portugueses em viagens ao oriente, ou os cientistas dos séculos XVIII e XIX que visitaram o Brasil, a escrita dos relatos remonta sempre a uma seleção de fatos e torna o todo da paisagem redutível à escrita. Para isso, certamente, há vários recortes e seleções, reduzindo a paisagem e tornando sua descrição subjetiva. A interpretação simbólica da paisagem, como proposta por Cosgrove, traz em si a impossibilidade da neutralidade:

O texto de uma interpretação geográfica da paisagem é o meio através do qual transmitimos seu significado simbólico, através dos quais *re-presentamos* esses significados. Inevitavelmente, nossa compreensão é informada por nossos próprios valores, crenças e teorias²²⁶

A subjetividade e a neutralidade mítica percorrem o trabalho de Cosgrove, desde sua crítica aos paradigmas geográficos, passando pela concordância com as idéias de Sauer e chegando a análise das várias possibilidades de interpretação hermenêutica da paisagem geográfica.

Nos relatos de viagem, a descrição das paisagens está ligada indissociavelmente aos interesses e objetivos da viagem. Os elementos que compõe a paisagem registrada não são a totalidade dela, mas apenas as características que mais interessam ou preocupam os viajantes. Além disso, a paisagem tendia sempre a ser descrita do ponto de vista de sua utilidade imediata.

Quando olha para água e para os rios, por exemplo, o naturalista José Machado

²²⁶ COSGROVE, Op. cit., p. 98.

Gaio vê apenas rios navegáveis ou não, ignorando, na construção dos relatos quaisquer outras observações a respeito do ambiente, da fauna ou da flora:

Observei em todo o seu termo quarenta e tantos rios, uns, precipitando-se do alto da montanha, encontram outros que levam as suas águas através, e formam em diversos lugares um só rio navegável, pela insuficiência, e direção. Observando as suas áreas conheci indícios de algumas produções de Reino Mineral, de que tratarei em seu lugar.²²⁷

Ainda no mesmo relato, os recursos vegetais igualmente são vistos a partir da constatação de alguma utilidade específica. Escreve Gaio:

Observei abundância de Yrucú cujo escarlata se deve apreciar como da Cochonilha. Observei Toncena, cujo amarelo tão vivo, e tão fino, q. deve preferir àqueles que os químicos costumam tirar dos seus laboriosos processos e resoluções. (...) Notei atentamente o copioso numero de palmeiras de cujo pericarpo costumam os americanos extrair óleo com que fazem algum negocio de Comutação necessário a satisfação das primeiras necessidade. Observei madeiras, que podem ministrar a construção dos navios, outras que podem ter diferentes usos depois de modificadas pelo artífice; entre estas notei por mais densa, de melhor cor, e duração o Gonçalo Flz'. (...) Sam inumeráveis as plantas que tem uso na Medicina dos Americanos, cujo conhecimento conservam no mais obstinado silencio no qual consideram grande parte da sua felicidade.²²⁸

A abordagem simbólica das paisagens enquanto texto cultural se aproxima das abordagens da dimensão histórica das paisagens. Dessa maneira podemos voltar a pisar no terreno da história. A multiplicidade das variáveis que devem ser levadas em conta no estudo das paisagens também é peça chave para sua interpretação. Para Francisco Carlos Teixeira da Silva, a paisagem aparece como resultado de variados fatores. Isso quando ela é abordada de forma não reducionista e não funcionalista – visão que recebem a crítica na história tanto quanto na geografia²²⁹.

Em primeiro lugar, são levados em conta os dados da geografia física, que são a condição inicial, porém, segundo Teixeira da Silva, incapazes, sozinhos, de determinar qualquer processo de evolução dentro da paisagem. A interdisciplinaridade recebeu ainda os

²²⁷ “Observei em todo o seu termo quarenta e tantos rios, uns, precipitando-se do alto da montanha, encontram outros que levam as suas águas através e formam em diversos lugares um só rio navegável, pela insuficiência, e direção. Observando as suas áreas conheci indícios de algumas produções do Reino Mineral, de que tratarei em seu lugar.”. **GAIO**, *Op. cit.*

²²⁸ **GAIO**, *Op. cit.*

²²⁹ **SILVA**, Francisco Carlos Teixeira da. *História das Paisagens*. In.: **VAINFAS**, Ronaldo e **CARDOSO**, Ciro Flamarion. *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Elsevier: Rio de Janeiro, 1997, p. 211. O fato de um capítulo da conhecida coletânea de Ronaldo Vainfas, *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, ser dedicado a História das paisagens mostra a pertinência que o tema conquistou também no campo historiográfico.

dados do direito. Esse conjunto abrange as regras que evitavam o uso predatório das florestas e permitiam que cada sociedade ou grupo pudesse usar a sua parte. É interessante que essas leis eram, na maioria das vezes, senhoriais e pensadas para o próprio benefício dessa camada social – proibição de caça, coleta de lenhas ou frutos em determinadas propriedades, por exemplo – mas que, todavia, influenciaram não só na modificação e manejo da paisagem, como na sua preservação²³⁰. Além disso, “a paisagem urbana aparece como um espaço construído a partir de normas²³¹. Outra variável apontada pelo autor é a tecnologia disponível nas diferentes sociedades como formadora de diferentes paisagens. Os dados anteriores definem contornos, porém, mutáveis pela tecnologia. Talvez a principal tecnologia modificadora tenha sido, durante muito tempo o fogo. Hoje as técnicas de urbanização certamente modificam e constroem muito mais veloz e intensamente diferentes tipos de paisagens. Sobre o desenvolvimento de tecnologias, Marc Bloch destaca “o fato de que a adoção de determinadas técnicas não é uma conquista social. Na maioria das vezes a introdução de uma nova tecnologia é feita através de um grupo ou de uma instituição restrita, aprofundando diferenças e acirrando antagonismos”²³². Finalmente, Teixeira da Silva ainda leva em conta os dados da demografia e da sociologia, dando grande ênfase a influência humana na construção e modificação de paisagens.

A paisagem enquanto um processo de longa duração é essencial na abordagem do autor. Processo esse que impõe limites ao registro histórico e dificulta o acesso a fontes sobre o tema. Em seu artigo, Silva afirma que

devemos entender a natureza (...) não mais como um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade humana (...) O diferencial importante que devemos reter na percepção da história da paisagem é a noção de conjunto, sistêmica, marcada por padrões, passíveis de comparação (...) Trata-se de uma visão de conjunto, do enlace de múltiplas variáveis, em uma duração sempre longa²³³

²³⁰ A influência dessas legislações como peça-chave para entender o processo não só físico, mas simbólico da paisagem é minuciosamente trabalhada no já citado trabalho de Simon Schama, *Paisagem e Memória*.

²³¹ SILVA, op. cit., p. 213.

²³² BLOCK, Marc. *apud* SILVA, op. cit., p. 214

²³³ SILVA, op. cit., p. 204.

Nessa citação fica evidente outra premissa do autor ao tratar de paisagens. Não existem paisagens naturais. Todos os espaços naturais já foram modificados pelo homem: “a natureza virgem não é mais do que um mito criado pela ideologia de civilizados sonhadores de um mundo diferente do seu”²³⁴. A multiplicidade de variáveis que formam a percepção da paisagem abarca também a interferência humana no espaço natural. Aliás, a noção de espaço natural é em si uma utopia, já que

tudo somado [as pequenas atividades humanas dentro de uma floresta] implicava que a floresta já não era, desde há muito, *natural*. Assim, a distinção formal entre paisagem natural e paisagem cultural mostra-se agora, bastante prejudicial a um amplo entendimento da relação homem/natureza²³⁵.

À história da paisagem deve ser empregada uma visão de um processo de longa duração justamente por ser influenciada por cada pequena atividade humana no território. Por um lado, temos a impressão que essa negação vai contra a forma clássica de Sauer, que acreditava existir uma paisagem natural, anterior ao homem, e, depois da ação do sujeito sobre o espaço natural, uma paisagem cultural²³⁶. Todavia, quando afirma que as pequenas atividades humanas sempre exerceram o papel de modificador cultural dentro de uma floresta, Teixeira da Silva deixa claro que partilha a idéia de uma paisagem natural anterior ao homem. Só depois da ação humana é que a paisagem deixa de ser natural.

A desconfiança quanto à existência de paisagens naturais – mesmo que com uma abordagem diferente da utilizada por Francisco Alves Teixeira da Silva – é também o tema central do trabalho de Simon Schama. Em *Paisagem e Memória*, o autor deixa claro que

paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo de imaginação projetado sobre mata, água, rocha. Tal é o argumento desse livro. No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada ideia de paisagem, um mito, uma visão se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário²³⁷

²³⁴ SILVA, op. cit., p. 204.

²³⁵ SILVA, op. cit., p. 209.

²³⁶ SAUER, op. cit., p. 43.

²³⁷ SCHAMA, op. cit.. A questão da polaridade natureza e cultura pode ser aplicada, além do conceito de *paisagem*, ao próprio conceito do homem. Voltando ao trabalho de Clifford Geertz, “isso sugere não existir o que chamamos de natureza humana independente da cultura. Os homens sem cultura não seriam os selvagens inteligentes de *Lord of the Flies*, de Golding, atirados a sabedoria cruel dos seus instintos animais; nem seriam eles os bons selvagens do primitivismo iluminista, ou até mesmo, como a antropologia insinua, os

A argumentação de Schama não passa, entretanto, somente pela negação de uma paisagem natural enquanto intocada pelas ações do homem em seu meio. Paisagem é posterior à cultura, para o autor, no sentido de apreendida pelo homem. Não se pode afirmar a existência da natureza antes de cultura, uma vez que a concepção de um espaço dito *natureza* passa pela percepção do homem em relação a seu referente, e dessa forma, já está sujeita a cultura. O referente está tão colado ao signo devido ao uso constante e histórico, que já não é possível separá-los. Mais do que isso, as categorias se misturam, conforme o trecho acima citado. A floresta germânica de Teutoburger Wald foi vista como um refúgio para os exércitos germanos nas primeiras batalhas frente aos romanos. Posteriormente, com as vitórias obtidas, a metáfora da *floresta fortaleza* foi se tornando cada vez mais real e assim, referente e metáfora se misturam, e, de alguma maneira a floresta vira de fato uma fortaleza para gerações de germanos que lutam contra seus inimigos sob a densa floresta. Os mitos da floresta fortaleza, assim como quaisquer mitos da sociedade em questão, são de extrema importância para se compreender a percepção de paisagem de cada um. Para o autor, ignorar o mito equivale a empobrecer a compreensão de mundo – torna a sociedade desencantada²³⁸.

Segundo Schama, desde Roma temos a dicotomia entre natureza e cultura, em duas perspectivas. Por um lado, a paisagem era construída e formada pela civilidade humana, pela cultura. O estado de natureza era a barbárie. Por outro lado, todavia, também entre os romanos havia a diferenciação de uma Roma arcaica, mítica e simples, coberta de árvores, onde o senado não passava de uma cabana rústica e uma Roma que os moralistas designavam como a dourada decadência do Império²³⁹. A questão de uma Arcádia idealizada seguiu no imaginário das sociedades até os tempos modernos. A oposição entre uma natureza selvagem e outra domesticada faz parte dessa dicotomia:

Os dois tipos de arcádia – a idílica e a agreste – são fruto da imaginação urbana, conquanto respondam claramente a necessidades distintas. É tentador ver as duas arcádias definidas para sempre em oposição recíproca; da idéia do parque (selvagem ou pastoril) à filosofia do gramado

macacos intrinsicamente talentosos que, por algum motivo, deixaram de se encontrar. Eles seriam monstruosidades incontrolláveis, com muito poucos instintos úteis, menos sentimentos reconhecíveis e nenhum intelecto: verdadeiros casos psiquiátricos”. **GEERTZ**, op. cit., p. 61.

²³⁸ **SCHAMA**, op. cit., p. 143.

²³⁹ **SCHAMA**, op. cit., p. 104.

doméstico (industrialmente organizado ou cheio de trevos e ranúnculos); civilidade e harmonia ou integridade e indisciplina?²⁴⁰

Segundo Raymond Williams, o homem sempre observou rios, montanhas, matas, mas, em dado momento, houve a consciência de que se viam tais elementos²⁴¹. Entretanto, a questão pode estar mais ligada à concepção do signo, do que da consciência humana do olhar. Todos os elementos naturais descritos pelo autor – rios, montanhas matas – existiam de alguma forma, mas não enquanto *rios, montanhas e matas*, já que essa é uma concepção do homem a respeito. Só a partir do momento em que a cultura humana interpretou o espaço, é que a paisagem passou a existir. Isso vai de acordo com Schama, que analisa como cada sociedade percebe, de maneira diferente – como a fortaleza de Teutoburger Wald – uma mesma *paisagem*. O conceito de paisagem abarca também a perspectiva de uma forma de ver o espaço. Segundo Francisco Faria,

A paisagem é uma construção mental, e sempre é uma forma de ver, uma forma (que se aprendeu) de organizar o espaço observado com relação a um sistema interpretativo. Uma forma de diálogo esperado. Mas um tipo essencial de diálogo, em que a paisagem, um ardil, fala qualquer língua e a qualquer olhar²⁴²

E, se a concepção de uma paisagem é parte de um processo, que passa pela cultura e civilidade humana, pelos sistemas interpretativos de cada um, a *representação* da paisagem, mais ainda, pode ser considerada como parte desse processo. Aqui entramos numa outra concepção de paisagem, indispensável para os caminhos que esse trabalho pretende percorrer. Uma concepção indissociável até mesmo no uso cotidiano e na definição dos dicionários: a *paisagem* enquanto representação do espaço observado. A própria dialética que existe entre as duas mostra a interdependência do processo. Concebe-se e se representa a paisagem, representação que interfere na concepção, e assim por diante. A representação da paisagem é feita a partir da tríade real-percebido-imaginário, ou, pode-se pensar ainda, através da experiência, percepção e representação. A paisagem é o processo perceptivo que se opera no olhar. Não é a mão que pinta, mas o olho que seleciona, enquadra, foca, edita, que transforma

²⁴⁰ SCHAMA, op. cit., p. 520.

²⁴¹ WILLIAMS, Raymond, *apud* VIEIRA, op. cit., p. 07.

²⁴² FARIA, Francisco. *Significado da paisagem das Américas*, Edição Policopiada, p. 09.

“*land into landscape*”²⁴³

A construção da paisagem, para alguns autores, é dependente da arte. Nesse caso a paisagem só existiria quando um artista pinta ou descreve um território, que assim se transforma em *paisagem*. A paisagem passa, dessa forma, a ser um processo, no qual os artistas aparecem como operadores de sua evolução²⁴⁴. É na Holanda, no século XVI, que é criada de fato a arte da paisagem. Na interpretação de Vicente de Paulo da Silva, o renascimento é um marco de uma concepção estética da paisagem. Entretanto, “anunciada timidamente no século XV a representação da paisagem cede lugar ainda a figurações simbólicas, alegóricas”²⁴⁵. Só dois séculos mais tarde a concepção estética da paisagem passa a uma arte paisagística. Da Holanda, a arte de representar paisagens através da pintura espalhou-se pela Inglaterra, França e Estados Unidos. A representação pictórica exige que a paisagem seja enquadrada com o olhar. Ana Luiza Fayat Sallas, completa essa concepção de *paisagem* dizendo que ela “apresenta-se como uma delimitação, a captura visual momentânea de um pedaço isolado da natureza. Pode ser considerada ainda natureza, nela representada”. A limitação da paisagem opera um afastamento da noção de natureza. A própria representação traz, de alguma forma, esse mesmo afastamento. O momento exato da captura da paisagem pelo pintor nos é passado através das telas: “nada permanecerá por muito tempo tal como naqueles instantes que as imagens destas pinturas nos propõem: a tela retém o momento errante e fugaz que a imaginação julga ter conhecido”²⁴⁶. Quando vemos uma paisagem representada em um quadro, é como se a imagem escapasse do enquadramento e o quadro torna-se apenas uma referência episódica de um mundo maior do que aquele ali representado

²⁴³ VIEIRA, op. cit., p.09.

²⁴⁴ A ideia da dependência da arte pela paisagem é classificada, por Daniel de Souza Leão Vieira, como aspecto bi-dimensional da paisagem. Baseada no pictórico, essa classe é portadora do processo de transformação da *paisagem* em *paisagem*. O aspecto tri-dimensional da paisagem, para o autor, é o aspecto físico, a parte visível de determinada região como construtora da paisagem: “a paisagem é como o espaço se mostra”. VIEIRA, op. cit.

²⁴⁵ SILVA, op. cit., p. 210.

²⁴⁶ FARIA, op. cit., p. 03.

247.

A representação da paisagem remonta ao problema amplamente discutido no interior das ciências humanas sobre a *totalidade* de reconstrução do objeto de estudo, seja ele qual for. Uma história, assim como uma geografia ou uma ciência qualquer que se pretenda total é irrealizável do ponto de vista metodológico e mesmo prático. Seu resultado estaria próximo do caos desmensurado. Esse problema foi muito bem representado em uma pequena história contada pelo autor argentino Jorge Luis Borges, chamada *Del Rigor de La Ciencia*:

En aquel Imperio, el arte de la cartografía logró tal perfección que el mapa de una sola provincia ocupaba toda una Ciudad, y el mapa del imperio toda una Provincia. Con el tiempo, esos mapas Desmesurados no satisficieron y los Colegios de Cartógrafos levantaron un Mapa del Imperio que tenía el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos Adictas Al Estudio de la cartografía, las Generaciones Sigüientes entendieron que ese dilatado Mapa era Inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Inviernos. En los desiertos del Oeste perduran despedazadas Ruinas del Mapa, habitadas por Animales y por Mendigos; en todo el País no hay otra reliquia de las Disciplina Geográficas.²⁴⁸

A representação precisa de uma paisagem, exatamente como vista pelo observador, assim como o mapa de Borges, teria as mesmas dimensões que a própria paisagem. Nesse caso, não apenas dimensões espaciais, mas também temporais – já que a paisagem é um processo histórico – sociais, ambientais e assim por diante. A representação total, seja de uma paisagem ou de um mapa, é impossível.

A paisagem, quando representada, torna-se uma imagem. O todo do espaço físico é compilado em uma representação – seja ela pictórica, descrita oralmente, textual ou quaisquer outros meios. A imagem está longe de ser o espaço real. Por definição, é apenas uma representação. Segundo Sallas,

A paisagem é uma imagem cultural, um meio pictórico de representar, estruturar ou simbolizar o mundo. Ela pode ser representada através de vários tipos de materiais, pela pintura ou através da escrita. Assim, o significado verbal, visual ou construído da paisagem possui uma história de trocas complexas entre esses elementos²⁴⁹.

Para tentar perceber a paisagem construída pelos viajantes dos séculos XVIII e XIX, particularmente a construção de um *sertão*, que é o objetivo principal do presente

²⁴⁷ FARIA, op. cit., p. 05.

²⁴⁸ BORGES, J. L. *Obras Completas*. Buenos Aires : Emecé, 1974, p.847.

²⁴⁹ SALLAS, op. cit., p. 136.

trabalho, é necessário levar em conta as imagens obtidas através da representação pictórica das regiões visitadas pelos viajantes. Observar as pranchas pintadas pelos viajantes ou pelos *riscadores* que acompanhavam a expedição é um importante caminho para se analisar como esses naturalistas estavam vendo a paisagem.

O estudo da representação pictórica certamente é um caminho possível – e amplamente utilizado – para se compreender a construção da paisagem²⁵⁰. O que proponho aqui, no entanto, é o estudo das *imagens textuais*, expressas na forma de escrita nos diários e memórias. A partir de uma correspondência com as *imagens pictóricas*, pode-se obter uma base teórica mais sólida e uma análise mais completa.

Segundo a socióloga Ana Luiza Fayat Sallas, a correspondência ou não entre imagem e texto é um problema antigo no interior das ciências humanas: “tanto na filosofia, quanto na teoria da percepção, na semiologia, na psicologia, na estética e na história da arte, existem variantes significativas referentes aos limites da interpretação e à relação entre imagem e texto”²⁵¹. A história pode fazer uso dos dois tipos de fonte, segundo a autora, pois ambos são “portadores de uma determinada verdade pelo fato nos dizer algo a respeito de um determinado momento histórico” e só existem a partir de experiências do homem.

O problema começa pela definição de *imagem*. O conceito contempla de pinturas a descrições, mapas, diagramas, sonhos, projeções, memórias etc. Obviamente isso não significa que essas definições tenham algo em comum. Para elucidar a questão, Sallas utiliza o trabalho de W. J. T. Mitchell, “Iconology: Image, Text, Ideology”²⁵². Para Mitchell, é equivocada a distinção que se estabelece entre as imagens gráficas (como sendo imagens próprias) e as imagens verbais ou mentais (como sendo ilegítimas). Ambas envolvem

²⁵⁰ Além de servirem como fontes a trabalhos preocupados com a construção da paisagem, as imagens pictóricas são largamente utilizadas em trabalhos de representação em geral. Sem sair do tema proposto, *viagens e narrativas*, temos por exemplo: SALLAS, op. cit.; GINCANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. *Do Apolo de Belvedere ao Guerreiro tupinambá: etnografia e convenções renascentistas*. História. São Paulo, v.25, n.2, p. 15-47, 2006.; e ainda RAMINELLI, Ronald. *Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol VIII (suplemento), 969-92, 2001.

²⁵¹ SALLAS, op. cit., p. 140.

²⁵² MITCHELL, W. J. T. *Iconology: Image, Text, Ideology*. Chicago and London : The University of Chicago Press, 1986. *apud* SALLAS, op. cit., p. 14.

mecanismos de apreensão e interpretação multissensoriais. O que acontece – e o autor critica esse panorama – é que, em geral, se tem a imagem como um signo que não se pretende como tal, “mascarado como presença natural e imediata”.

No já citado artigo de Francisco Faria, *Significado da paisagem das Américas*, encontramos a mesma inquietação com o problema entre palavras e pinturas: “É digno de contraste que algumas narrativas literárias sobre o novo mundo tenham adquirido, por vezes, um grau intenso de fantasia, e os apontamentos de nossa paisagem tenham sido feitos com tal exatidão pelos holandeses”²⁵³. Aqui, mais uma vez, a palavra, a imagem verbal, é tida como o *outro*, no sentido de que é uma produção humana artificial e arbitrária, criada a partir das emoções, sentidos e interpretações de quem escreve e por isso mesmo sujeita a *um grau intenso de fantasia*. Se de um lado as palavras são signos arbitrários, do outro lado encontramos a imagem pictórica, representação exata do espaço, muito próxima da *realidade*. A perspectiva contrária é encontrada no texto de Carlo Ginzburg, *De A. Warburg a E. Gombrich: notas sobre um problema de método*, republicado em 1989, em sua coletânea de ensaios *Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história*²⁵⁴. Preocupado com a metodologia dos seguidores de Warburg, Ginzburg passa pelo problema da legitimidade das imagens pictóricas e textuais utilizadas como fonte. Existe o pressuposto, segundo o autor, natural na “confiança em que as obras de arte, em sentido lato, fornecem uma mina de informações em primeira mão, interpretáveis *sem mediações* (este é o ponto), sobre a mentalidade e a vida efetiva de uma época talvez remota”²⁵⁵. Entretanto, quando Carl Saxl – um dos discípulos mais notáveis de Warburg e portanto objeto de estudo de Ginzburg –, chega a conclusões a respeito de algumas xilogravuras do século XVI, o autor afirma que

o modo como Saxl chega a essa primeira conclusão não é muito convincente. É sempre arriscado comparar uma xilogravura ao registro de uma declaração verbal: uma imagem é inevitavelmente mais ambígua, aberta a diferentes interpretações – e suas nuances (...) não são transponíveis para um

²⁵³ FARIA, op. cit., p. 09.

²⁵⁴ GINZBURG, Carlo. *De A. Warburg a E. Gombrich: notas sobre um problema de método*. In.: _____. *Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo : Cia das Letras, 2007.

²⁵⁵ GINZBURG, De A. Warburg a E. Gombrich, p. 63.

plano articulado, racional (...), senão a preço de se forçar um pouco²⁵⁶

No caso do estudo de relatos de viagem, a imagem representada da paisagem é encontrada na narração da viagem. Essa metodologia traz à tona o problema do narrador, nesse caso, o próprio sujeito da ação, o viajante. Vale aqui trazer de volta a discussão a respeito do narrador, não mais se preocupando com a formação de um Brasil – como visto no primeiro capítulo – mas com a representação da realidade feita por ele; Para Marie Noeile Bourguet, a forma e o conteúdo da narrativa tendem a ser influenciados, já que há, por parte do viajante, um abandono do mundo e a existência apenas da paisagem onde se desloca²⁵⁷. Uma narrativa nunca é neutra, para Tzvetan Todorov. Para o autor, as viagens trazem em si uma espécie de vaidade, que incide também sobre a própria narrativa: “A verdade é que a própria existência de uma narrativa implica necessariamente a valorização do seu objecto (já que esse merece ser evocado) e, portanto, uma certa satisfação do seu narrador”²⁵⁸.

José Roberto Braga Portella, tratando do assunto, aponta que

o narrador constrói a si mesmo como figura de sujeito de enunciação, isto é, atribui-se um duplo papel: o de mediador e o de operador. Sua consciência age em dois níveis, no da interpretação da realidade e no da produção de um novo real, isto é, de um real só concebível enquanto transcrição do que teria sido percebido pelos sentidos²⁵⁹.

O narrador seleciona e tem o controle, mesmo que não conscientemente, do que será escrito e, conseqüentemente, do que será lido e apreendido pelos leitores. A leitura das narrativas de viagem constrói, no leitor, o itinerário e as aventuras vividas pelo viajante, mas não de maneira total ou real²⁶⁰. A leitura dos relatos de viagem, tão difundida na Europa desde

²⁵⁶ GINZBURG, De A. Warburg a E. Gombrich, p. 59.

²⁵⁷ BOURGUET, op. cit.

²⁵⁸ TODOROV, Tzvetan. *As morais da história*. Portugal, Publicações Europa – América LTDA, 1991, p. 97.

²⁵⁹ PORTELLA, De como se pode pensar uma literatura de viagens sobre Moçambique na segunda metade do século XVIII no bojo da construção do Iluminismo português. In.: _____, *Descrições, memórias, notícias e relações. Administração e Ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do século XVIII*.

²⁶⁰ Brincando mais uma vez com a literatura, temos o marinheiro Marlow, de Joseph Conrad. A tentativa de narrar sua expedição ao *Coração das Trevas* não conseguirá passar o real vivido por ele: “Tenho a impressão de que estou tentando contar um sonho – uma tentativa vã, porque nenhum relato é capaz de transmitir a sensação onírica, onde aflora essa mistura de absurdo, surpresa e encantamento, num frêmito de emoção e revolta, essa impressão de ser capturado pelo inacreditável em que consiste a própria essência dos sonhos”. O

as primeiras viagens ultramarinas, era a oportunidade das pessoas, que por inúmeros motivos não se aventuravam a desbravar territórios d'além-mar, participarem da viagem. "O processo de leitura imita, em certa medida, o conteúdo da narrativa: é uma viagem pelo livro"²⁶¹.

Bourguet também aponta para o fato de que o diário, onde deveriam ser descritas todas as atividades do dia, simultaneamente à própria viagem, já é um primeiro seletor de fatos. O viajante descreve o que vê, o que faz, o que encontra e o que sente. Mesmo que pareça tão plausível, essa afirmação deve ser tomada com cautela. Obviamente é impossível que o viajante consiga transmitir todas as atividades do dia para o papel. A tarefa fica ainda mais complicada quando se tratam das sensações, medos, alegrias e relações. O que, afinal, é descrito pelo viajante?

Se a correspondência entre *imagem textual* e *imagem pictórica* é legítima, podemos utilizar de forma proveitosa as reflexões de E. H. Gombrich. No livro *Arte e Ilusão, um estudo da psicologia da representação pictórica*, o autor trata de vários elementos – pensando na representação pictórica – que podem ser transferidos para a representação a partir de relatos de viagem. Para o autor a observação e construção de uma paisagem passam pelo crivo seletor do que ele denomina *schemata*. Não há naturalismo neutro. "O artista, não menos que o escritor, precisa ter um vocabulário antes de poder aventurar-se a uma "cópia" da realidade"²⁶². O vocabulário, no caso do artista, é sua *schemata*. O artista se deixa atrair por motivos que possam ser traduzidos em seu idioma. Tudo o que lhe é familiar salta aos olhos. Ele não pode *transcrever* o que vê. Apenas *traduzir*. Todas as pinturas partem de modelos já preexistentes na mente do artista, que acaba sempre utilizando e re-utilizando o mesmo modelo para pintar o mesmo objeto em essência, mesmo que os detalhes sejam diferentes. O retrato bem feito, por exemplo, não é aquele que o artista registra fielmente sua experiência visual, mas onde constrói fielmente um modelo relacional:

quantas pessoas viram seu governante em carne e osso, ou viram-no tão de perto a ponto de poderem

trecho vale para mostrar a consciência do narrador sobre a impossibilidade, em última análise, de sua narrativa. **CONRAD**, Joseph. *Coração das Trevas*. Porto Alegre : L&PM, 2002.

²⁶¹ **TODOROV**, *As morais da história*, p. 103.

²⁶² **GOMBRICH**, E. H. *Arte e Ilusão, um estudo da psicologia da representação pictórica*. Martins Fontes: São Paulo, 1986, p.74.

reconhecê-lo? Quantas viajaram tanto, a ponto de poderem distinguir as cidades umas das outras? (...) A estampa vendida no mercado como retrato do rei era apenas ligeiramente alterada para representar seu sucessor ou rival²⁶³.

Sua bagagem de experiências funciona, portanto, como mais um crivo seletor, que admite apenas os aspectos que existem em sua *schemata*. “O familiar será, sempre, o ponto de partida para a representação do desconhecido; uma representação já existente exerce sempre certo fascínio sobre o artista, mesmo quando ele se esforça para registrar a verdade”²⁶⁴.

A descrição do *outro*, do *desconhecido* passa então pelo filtro do que é conhecido, familiar, próximo ao autor – que nesse caso são os viajantes. Algumas vezes sob um disfarce conhecido, os naturalistas tentam explicar o desconhecido. Grande parte dos relatos de viagem, principalmente dos Novos Mundos trazem essa aproximação. Nas viagens filosóficas dos luso-brasileiros não é diferente. Tentando explicar aos seus superiores o que era de fato a Serra Grande, Vicente Jorge Dias Cabral lança mão do recurso: “A Serra Grande é a divisão natural da Capitania do Piuí da do Ceará como o são os Alpes entre a França e Itália e os Pirineus entre a França e Espanha a Serra de S. Pedro é a mesma que toma esse nome da Povoação dos Índios”²⁶⁵. Explicar o que é uma cadeia de montanhas na América portuguesa fica mais fácil quando uma conhecida cadeia montanhosa da Europa – os Alpes – é invocada.

Esse artifício de narrativa atravessa a virado do século e chega até as páginas de Spix e Martius, no fim da década de 1820. Os naturalistas alemães tentam traduzir ao público europeu as grutas vistas no sertão. Na tentativa de entender a paisagem que estão observando, os viajantes fazem questão de frisar que o *desconhecido* tem paralelo com algum *conhecido*, porém, inferiorizado: “Em vez da hera, que atapeta suavemente as rochas na Alemanha, aqui surgiam Cissus altos e espinhosos; em vez das graciosas moitas e lilás, de jasmims silvestres e de madressilvas, cercavam-nos filas de enormes troncos de Cactos densamente armados de espinhos”²⁶⁶. O sertão se mostra duro, inóspito e a natureza alemã, em contrapartida, se torna

²⁶³ GOMBRICH, op. cit., p. 59.

²⁶⁴ GOMBRICH, op. cit., p. 60.

²⁶⁵ CABRAL, Vicente Jorge Dias. *Continuação das Observações feitas sobre diversos saes na parte inferior do Piauí desde Junho de 1800 até Março de 1801*. AHU, Maranhão, caixa 127, doc. 9555.

²⁶⁶ SPIX.; MARTIUS, op. cit., p. 79.

ainda mais atraente, como um ideal distante das terras americanas.

As comparações, entretanto, não ficam apenas no plano direto, físico – como uma cadeia de montanhas comparada com outra, grutas ou os crimes de um povo *estranho* remetidos a outro. A comparação passa também pelo viés cultural. Grande parte dos elementos que são observados nas viagens, notadamente os costumes das populações nativas, são colocados nas categorias culturais européias, como veremos adiante. É evidente que essas categorias não dão conta de organizar todo o mundo cultural, social ou simbólico dos territórios europeus, tamanha é a diversidade entre a Europa e os novos mundos África, Ásia e América, por exemplo.

As reflexões a respeito da psicologia e da cognição nas imagens pictóricas é extremamente útil para entendermos a construção da paisagem pelos viajantes. Munidos da análise de Gombrich, podemos agora retornar para o campo das imagens textuais, que é a principal fonte desse trabalho. Da mesma forma que os motivos pintados pelo artista devem fazer parte do que Gombrich chama de *schemata*, no caso das narrativas a construção textual também remete a um referente previamente conhecido. A própria comunicação se dá através de um sistema de signos e referentes aceitos por uma determinada comunidade que é reproduzido e reatualizado constantemente: “Não só a “novidade” de uma mensagem é apreciável apenas se referida a uma tradição como também a sua própria decodificação pressupõe a existência de um âmbito circunscrito de escolhas – do contrário, (...) a comunicação seria impossível”²⁶⁷. O sistema de comunicação, regido pela semiótica e pela lingüística, é utilizado por Gombrich em suas teorias de *schemata*. Para Ginzburg, Gombrich se aproxima das teorias lingüísticas de Wolf. Assim, “a língua não tanto nomeia coisas ou conceitos preexistentes, quanto, pelo contrário, articula o mundo das nossas experiências” e ainda,

a informação que nos chega pelo mundo visível é tão complexa que nenhuma figuração jamais poderá vertê-la integralmente. Isso não se deve à subjetividade da visão, mas à sua riqueza. Não se trata da documentação de uma experiência visual, mas da fiel construção de um modelo

²⁶⁷ GINZBURG, De A. Warburg a E. Gombrich, p. 85.

relacional.²⁶⁸

É através desse problema que Gombrich passa de uma teoria linguística à uma teoria pictórica. É também através dele que podemos fazer a ponte do caminho de volta e utilizar tanto as reflexões da linguística quando as de Gombrich e seus seguidores para a análise dos relatos de viagem. Qualquer que seja a narrativa em questão, ela deve remeter a algum referente preexistente, para que a compreensão ocorra.

A partir dessas reflexões se pode pensar: realmente o artista pinta o que vê, no sentido de que olha a paisagem a sua volta e a interpreta numa tela, ou ele só identifica alguns aspectos – que já lhe são familiares, que podem ser traduzidos, que existem em sua *schemata* –, só vê o que pinta? Ou, para a análise dos diários e das memórias dos viajantes, volta-se a questão já proposta: o que, afinal é descrito pelos viajantes? A indagação correta seria então: se descreve, ou, se constrói a paisagem que se vê ou só são visíveis aos olhos dos cientistas alguns aspectos familiares, que são passados para o papel?

²⁶⁸ GINZBURG, *De A. Warburg a E. Gombrich*, p. 84.

TERCEIRA PARTE

OS DIFERENTES SERTÕES CONSTRUÍDOS NOS RELATOS DE VIAGEM

A região do interior do nordeste da América portuguesa permaneceu praticamente desconhecida da metrópole até a segunda metade do século XVIII. Nesse período, um expressivo número de viajantes percorreu a região, relatando suas explorações. Não só os naturalistas das *viagens filosóficas* organizadas e patrocinadas pela Coroa portuguesa desbravaram aqueles sertões. Como já visto, a política lusa de exploração de seus territórios coloniais contava com uma grande rede de funcionários, desde governadores de província, passando por militares e religiosos, chegando mesmo a personagens que deixaram relatos sem sequer descrever quem eram, sua ocupação ou procedência, de modo que suas referências são hoje desconhecidas. Todos esses escritos trouxeram um conhecimento da região que, mesmo somado com os relatos escritos no século XIX, continuou sendo parcial. Não apenas porque os viajantes percorriam apenas suas rotas, finas e tênues veredas frente ao grande mar de território desconhecido, mas porque, o que era descrito, não tinha o intuito – nem poderia – retratar o *sertão* como um todo.

Não somos ingênuos para crer que o *sertão* percorrido era composto apenas dos elementos que aparecem nos relatos: alguns escassos habitantes, pedras, rochas, montanhas, potenciais nitreiras artificiais ou alguns pés de quina do Piauí. Entretanto, mesmo refutando essa hipótese de antemão, as narrativas mostram outros *sertões*. Esses, quando explorados e narrados, formam um universo muito mais complexo e quase inatingível, a não ser pelas lacunas e entrelinhas dos relatos. A construção que é feita do *sertão* pelos naturalistas na maioria das vezes não é explícita, e carece de uma observação mais atenta.

Os viajantes não poderiam descrever de maneira objetiva e isenta de juízo de valores os locais e a cultura que visitavam. Cada um carregava consigo um vocabulário, uma *schemata*, para retomar as discussões de E. Gombrich ou compartilhavam de uma tradição de referências aos signos, sem a qual a comunicação seria impossível, segundo C. Ginzburg e

Wolf. O conjunto imagético dos viajantes do final do período colonial em grande parte é uma herança dos relatos anteriores sobre o Novo Mundo. Mesmo perdendo o caráter medieval dos relatos maravilhosos e supostamente fantasiosos dos primeiros séculos das descobertas, muitos elementos permanecem e repetidamente figuram nos relatos analisados, o que os torna pouco *originais*.

Maria de Fátima Costa, analisando os relatos que, desde o século XVI, narravam a região do Pantanal Matogrossense afirma que “acompanhando-os testemunha-se a criação das primeiras representações acerca do homem e do ambiente pantaneiro. Ao definir recortes narrativos, estes primeiros cronistas criam emblemas norteadores para as outras leituras.”²⁶⁹. O clima tropical insalubre, a ignorância dos habitantes e a vastidão desértica dos sertões – os índios muitas vezes não são considerados – continuaram a estar presente nos relatos de viagem do XVIII e XIX. Em relação ao sertão, observa-se fenômeno semelhante. Entretanto, outras imagens começam a aparecer na metade do XVIII, continuam a se repetir nos relatos do XIX e, chegando no cerne dessa pesquisa, constroem o imaginário sobre a região que até hoje é reproduzido e reforçado, já que, mesmo com muitas mudanças e transformações, muito da sua base ainda é mantida.

Para tentar entender as visões e narrativas sobre o sertão em fins do período colonial, elas serão divididas em cinco pilares fundamentais, representando cada uma das facetas da região, as quais foram narradas, em maior ou menor grau, por cada viajante. Juntas, as partes formam o emaranhado e complexo universo chamado singularmente de *sertão*.

Foram retiradas das fontes e tomadas como fundamentais as características que eram mais recorrentes e, por isso, supõe-se que fossem as que mais interessavam, preocupavam, atraíam ou extasiavam os autores das descrições. Essa pesquisa, assim como os relatos do sertão, não está isenta dos recortes narrativos próprios da construção historiográfica e, dessa forma, também é um meio de reprodução do imaginário que aqui analisamos.

Em geral, os relatos estudados mostram mais recorrentemente aspectos do *clima* do sertão, através dos períodos de secas e cheias; das *doenças*, mostrando a insalubridade das

²⁶⁹ COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente. O pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo : Kosmos, 1999, p. 64.

paragens e dos vários males tropicais que atormentavam as jornadas; dos *recursos naturais*, desde plantas medicinais, minérios e sais, e ainda da *criação de gado*, costumeira e uma das únicas ocupações da mão de obra local. O gado foi o grande responsável pela marcha a oeste dos limites territoriais da porção luso da América, como já discutido nesse e em outros trabalhos. No caso em questão, o sertão, tal como ele foi narrado, formou-se como a expansão a oeste das capitanias da Bahia e Pernambuco. Como forma de trabalho, ora foi subestimado, ora valorizado pelos viajantes, como veremos, com mais vagar, adiante.

Finalizando, nos relatos figura ainda o interesse – e, por vezes, o desinteresse – das expedições frente aos *habitantes*. Mestiços, europeus e índios vivem no mesmo território. No entanto, eles diferem quanto à forma como são apresentados nas narrativas e os tornam mais ou menos presentes na paisagem a depender do relato. Não será escopo dessa pesquisa a análise das descrições a respeito das populações indígenas que aparecem nos relatos. Sabemos que boa parte das referências aos habitantes das regiões visitadas pode dizer respeito aos índios, mas, na maioria das vezes, os naturalistas deixam claro quando estão a tratar deles. Assim, mesmo que esse trabalho acabe por tangenciar o tema algumas vezes, uma análise mais detida deve ser tema de uma eventual continuação da pesquisa²⁷⁰. No geral, os habitantes ora aparecem, ora somem da descrição. Não são observados e descritos a partir de uma perspectiva antropológica, que surgiria no decorrer do século XIX, mas apenas como mais um adendo à paisagem. A observação tanto do clima, quanto das doenças, dos minérios ou das plantas, como do gado ou do *sertanejo* despertava o mesmo interesse nas narrativas da maioria dos viajantes.

²⁷⁰ Sobre os índios, o capitão Francisco de Paula Ribeira travou inúmeras lutas com as populações indígenas da capitania do Maranhão e constrói uma memória sobre eles, intitulada *Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: análise de algumas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes têm dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las*. A memória foi publicada no mesmo volume utilizado e já citado nessa pesquisa. Além dele, Antonio Bernardino Pereira do Lago, que realizou sua viagem em 1820, versa sobre os índios. Em um ponto interessante de seu relato ele escreve: “Distinguirei três qualidades de índios: 1º civilizados que são aqueles que observam nossas leis, usos e costumes; 2º domesticados, aqueles que vivem aldeados, conservando porem seus usos, mas plantando e sem commetterem hostilidades; 3º selvagens aquellos errantes sem domicilio certo e commettendo assassínios sempre que podem”. LAGO, op.cit. , p. 411.

3.1. O SERTÃO DO CLIMA

O clima nos sertões das capitanias do Maranhão, Piauí e Ceará é muito marcado pela contraposição entre a seca, presente na maior parte do ano e alguns meses de chuva concentrada em algumas regiões, características presentes nos climas tropicais. A seca – mesmo sendo mais citada e recorrente – se contrapõe, nos relatos, aos períodos de chuva, nos quais as cheias dos rios da mesma maneira que a falta de água tornavam a viagem doentia e perigosa. Seco ou com muita chuva, o clima é descrito repetidamente como insalubre. Independentemente da salubridade real, ele é um recurso narrativo usado para enfatizar o quanto a jornada era dramática, longa e cansativa.

Períodos de cheia são pouco descritos se comparados aos de seca no sertão. É provável que nesses períodos os viajantes fossem obrigados a interromper a viagem, por alguns dias ou meses, como conta Joaquim José Pereira em seu Diário:

saindo a quatro de Maio para Oeiras, cheguei a esta Cidade por impedimento das chuvas, a oito do mesmo mês para continuar no Real Serviço, em Companhia do Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, o qual chegou a mesma Cidade e pelo mesmo motivo, a doze de Abril, saindo de Aldeias Altas a dezesseis de Março.²⁷¹

Os períodos de cheia, portanto, não eram de viagem. Sendo assim, é normal que sejam menos descritas nos relatos. Enquanto nos períodos de seca os viajantes estavam seguindo viagem e portanto, sofrendo com ela, nas cheias aguardavam o cessar das chuvas, sem a preocupação constante com a continuidade da expedição. A maior parte dos relatos sobre as cheias está relacionada às doenças que assolavam as equipes e portanto, será analisada no capítulo referente à insalubridade do sertão.

Outro grande problema apresentado nas narrativas foi a seca. Ela é um dos grandes pilares da construção da imagem do que é hoje o sertão nordestino. Causa de muitas das suas idiossincrasias e flagelo da população do sertão, a seca como fenômeno climático sistemático da região foi pela primeira vez percebida e registrada pelo padre Joaquim José Pereira. O texto do padre sobre a Ribeira de Apodi, escrito em 1798, começa falando sobre esse

²⁷¹ PEREIRA, Joaquim José. *Diário ou Memória, Setembro 1799, Cidade do Maranhão*. AHU, Maranhão, caixa 127, doc. 9555

fenômeno:

A investigação d'esta carta temporária nasceu de uma atenta e escrupulosa observação feita e meditada sobre a estação dos anos de 1792 e de 1793, nos quais a cada passo se esperava a morte. Ella devastou, pelo excesso a que chegou, e despovoou os sertões por falta das chuvas, que se esperavam do céu, de que resultaram tristíssimas conseqüências e desgraçados fins.²⁷²

Além da caracterização da seca, principal motivação do padre para a escrita, o autor também arrola os anos em que as secas atingiram a população de Apodi, desde a década de 1720. Aqui é interessante uma comparação fecunda com a literatura posterior. Já discutidos os parâmetros, métodos e limites dessa ferramenta no primeiro capítulo, é proveitoso uma rápida passagem pelo *Os Sertões* de Euclides da Cunha para analisar alguns trechos importantes sobre a seca²⁷³. Mesmo que o livro não faça parte do *corpus* documental dessa pesquisa, ele será utilizado por ser um grande veículo de constituição do *sertão*.

O romance é um grande clássico da literatura brasileira, publicado em 1902. Ele trata da expedição militar ao Arraial de Canudos, no final do século XIX. O autor, Euclides da Cunha, era jornalista e fazia parte da expedição, daí o caráter extremamente descritivo dos detalhes do livro.

A reflexão de Márcia Naxara, já citada, a respeito de *Os sertões* e a tradição de romances de fundação é importante quando tomamos o relato de Euclides como fator constituinte de um imaginário a respeito da região, no caso, do sertão nordestino.

O notável fenômeno das secas foi apresentado ao grande público, como sistemático e recorrente, através da obra de Euclides da Cunha. No entanto, o autor atribui a primazia da descrição do fenômeno das secas ao senador Tomás Pompeu, no século XIX:

Revelou-o [o fenômeno das secas], pela primeira vez, o senador Tomás Pompeu, traçando um quadro por si mesmo bastante eloqüente, em que os aparecimentos das secas, no século passado e atual, se defrontam em paralelismo singular, sendo de presumir que ligeiras discrepâncias indiquem apenas defeitos de observação ou desvios na tradição oral que as registrou.²⁷⁴

Entretanto, como vimos, o vigário de Valença já havia escrito sobre as grandes

²⁷² PEREIRA., *Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody*, p.180.

²⁷³ A edição utilizada nesse trabalho é CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 39.ªEd. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves Editora, 1997.

²⁷⁴ CUNHA, op.cit., p.26

estiagens nordestinas na década de 1790. No texto de Euclides da Cunha, encontramos igualmente uma lista das secas, bem mais completa, já que trata de toda região do sertão e não apenas da Ribeira de Apodi. Mas a intersecção das listas mostra uma notável semelhança, inclusive destacando a seca dos anos de 1791, 92 e 93. Segundo Joaquim José Pereira,

no ano de 1792 sucedeu a rigorosa seca, de que se faz principal menção neste lugar, que assolou o sertão do Apody, e toda a capitania de Pernambuco, onde se acabaram todos os víveres, e morreram os gados, e a mesma gente que os habitavam perderam as vidas (...) No ano de 1793 ainda grassava a mesma seca com a mesma penúria²⁷⁵.

Em Cunha, encontramos a seguinte passagem: “E ao terminar a seca lendária de 1791-1792, a "grande seca", como dizem ainda os velhos sertanejos, que sacrificou todo o Norte, da Bahia ao Ceará”²⁷⁶. Mais uma vez, mesmo sem utilizar diretamente como fonte os viajantes luso-brasileiros do século XVIII, Euclides da Cunha nada mais faz do que apresentar novamente dados já observados pelo menos um século antes.

Spix e Martius usam sua eloqüente narrativa para apresentar um quadro inóspito da região e, além disso, mais uma vez fazer a comparação com a região das Minas Gerais: “Entretanto, o sol causticamente já tinha ressecado o verde viçoso da vegetação, e, em vez dos frescos ares de montanha do Distrito Diamantino, a atmosfera em torno de nós era quente, leve, seca.”²⁷⁷. Não é difícil perceber o mesmo tom expressivo nas páginas de Euclides da Cunha:

Fere [a terra] o sol e ela absorve-lhe os raios, e multiplica-os e reflete-os, e refrata-os, num reverberar ofuscante: pelo topo dos cerros, pelo esbarrancado das encostas, incendeiam-se as acendalhas da sílica fraturada, rebrilhantes, numa trama vibrátil de centelhas; a atmosfera junto ao chão vibra num ondular vivíssimo de bocas de fornalha em que se pressente visível, no expandir das colunas aquecidas, a efervescência dos ares; e o dia, incomparável no fulgor, fulmina a natureza silenciosa, em cujo seio se abate, imóvel, na quietude de um longo espasmo, a galhada sem folhas da flora sucumbida.²⁷⁸

Toda a primeira parte d’Os Sertões gira em torno da descrição de um terreno muito árido e hostil, que na segunda parte é transformado na causa da qual deriva o argumento

²⁷⁵ PEREIRA, *Memória sobre a extrema fome...* p. 177

²⁷⁶ CUNHA, *op.cit.*, p.40.

²⁷⁷ SPIX e MARTIUS, *op.cit.*, p.75.

²⁷⁸ CUNHA, *op.cit.*, p.22.

principal do trabalho de Euclides da Cunha: *o sertanejo é, antes de tudo, um forte.*²⁷⁹

Da mesma maneira, Guimarães Rosa, em trecho do já citado *Grande Sertão : Veredas* retrata um sertão parecido com o sertão de Euclides. O objetivo e os argumentos de Guimarães Rosa são outros e portanto, o autor não busca, pelo menos não de maneira tão direta, mostrar o sertanejo como um forte. Descrevendo a travessia do *Liso do Sussuarão*, tentada primeiramente por Joca Ramiro, mas levada a cabo somente posteriormente por Riobaldo, Guimarães relata:

Nada, nada vezes, e o demo: esse, liso do Sussuarão, é o mais longe – pra lá, pra lá, nos ermos. Se emenda com si mesmo. Água, não tem. Crer que quando a gente entesta com aquilo não avança, espia só o começo, só. Ver o luar alumando, mãe, e escutar como quantos gritoso vento se sabe sozinho, na cama daqueles desertos. Não tem excrementos. Não tem pássaros.²⁸⁰

Mais adiante, sobre o mesmo local:

Mas mor o infernal a gente também media. Digo. A igual, igualmente. As chuvas já estavam esquecidas, e o miolo mal do sertão residia ali, era um sol em vazios. A gente progredia dumas poucas braças, e calcava o reafundo do areião – areia que escapulia, sem firmeza, puxando os cascos dos cavalos para trás. Depois, se reparaçava um entranço de vice-versa, com espinhos e restolhos de graviá, de áspera raça, verde-preto cor de cobra. Caminho não se havendo. Daí, trasla um duro chão rosado ou cinzento, grotoso e escabro – no desentender daquilo os cavalos arupanavam.²⁸¹

A mesma paisagem hostil, que quase ganha vida pela sua dinâmica interna aparece também em Guimarães Rosa. O deserto que *se emenda com si mesmo* é, mais do que apenas grande geograficamente, um terreno denso de obstáculos para quem deseja atravessá-lo, no caso de Rosa, ou viver ali, como os sertanejos de Euclides da Cunha.

A paisagem árida do sertão também é chamada de catinga ou caatinga por alguns viajantes. A grafia caatinga, do tupi caa, só aparece no Brasil avançado o século XIX. Em Portugal ainda grafa-se catinga. A adoção da dupla vogal no Brasil, faz parte do esforço dos nossos românticos em integrar os vocábulos tupi-guarani, de uso corrente, na língua culta brasileira. Segundo dicionário Tupi de Gonçalves Dias, caatinga é “pasto onde o mato é rasteiro, de côr esbranquiçada e a terra muito areienta: sustenta-se de flores a maior parte do

²⁷⁹ CUNHA, op.cit., p.81.

²⁸⁰ ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19.^a Edição. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2001, p.50.

²⁸¹ ROSA, op.cit., p. 65.

tempo”²⁸². Uma das mais completas caracterizações da caatinga é feita por outro viajante luso-brasileiro do período, Manuel Arruda Câmara. Em sua *Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher e ensacar*, publicada em 1799, o naturalista distingue três tipos de terreno em que se costumam cultivar os algodoeiros. Um deles é a catinga, que

em todo o rigor do termo, entende-se por hum terreno cheio, ou cuberto de huma espécie de cássia, não descrita ainda por Lineo, a que eu tenho dado o nome de *moscata*;mas *lato modo* também se chama catinga hum terreno cuberto de outro qualquer arbusto baixo, como he o marmeleiro, velame (...) e tem-se generalizado tanto este nome, que até chamão hoje catinga em algumas partes tudo o que não he vargem, inda que seja cuberto de mata virgem²⁸³

Segundo o naturalista, a catinga deixou de ser apenas os terrenos cobertos por arbustos baixos e passa a carregar também a conotação de oposição às vargens. Dessa forma, chega mais perto da aridez e por isso mesmo pode ser quase sinônimo de *sertão*.

A dificuldade em se viver ou viajar pela aridez da caatinga é retratada por nossos viajantes, apontando para mesma direção do que os literatos escreveriam, um ou dois séculos mais tarde. Em uma de suas memórias, o naturalista e bacharel Vicente Jorge descreve o clima do sertão do Piauí:

O ar é quente e úmido, paudozo, e doentio: digo que é úmido por que produz no ano duas vezes uvas depois de podada a sepa suposto que não chegam a perfeita maturação como no clima da Europa: as carnes frescas se corrompem em 24 horas, e as que se guardam secas criam um gusmo, ou mucosidade. O calçado colerece não tendo trato: os que viajam, e dormem no campo acham as roupas úmidas quando as querem vestir de manhã. (...) o calor é perpetuo, os corpos estão sempre em actual transpiração sensível, e copiosa: o seu terreno é humoso, arenoso, pedregoso, montanhoso, e fértil, banhado de perenais regatos: (...) desde Agosto até Outubro tempo em que a atmosfera parece querer abrasar de calor, não só pelo dos incêndios como pela disposição, em que se acha o tempo para descarregar novas chuvas²⁸⁴

²⁸² DIAS, Antônio Gonçalves. *Diccionario da lingua tupy: chamada lingua geral dos indigenas do Brazil*. Dresden: F.A. Brockhaus, 1858, p.33.

²⁸³ CAMARA, Manuel Arruda da. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher e ensacar*. Lisboa : Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

²⁸⁴ PEREIRA, Joaquim José. *Memorias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, emais Produççoens Nativas Inventas na Capitania de Piauhy e Maranhão* No original: “O ar he quente e humido, paudozo, edoentio: digo que he humido por que produz no anno duas vezes uvas depois de podada a sepa supposto que não chegão aperfeita maturação como no clima da Europa: as carnes frescas se corrompem em 24 horas, e as que se goardão secas crião hum gusmo, ou moncozidade. O calçado colerece não tendo tracto: os que viageam, e dormem no campo achão a ropas humidas quando as querem vestir de manhã. (...) o calor he perpetuo, os corpos estão sempre em actual traspiração sencivel, e copioza: o seu terreno he humozo, arenozo, pedregozo, montanhoso, efertil, banhado deperenais regatos: (...) desde Agosto até Outubro tempo em que a atmosfera parece querer abrazar de calor, não só pelo dos insendios como pela despozição, em que se acha otempo para des carregar novas chuvas.”

A mistura do calor, da seca, da umidade, da geografia e do terreno montanhoso faz dos sertões um lugar inóspito para se viajar. A geografia da região é peça chave no início de cada trecho de descrição. Na maior parte das vezes, numa primeira caracterização da região estudada, todos os viajantes, escritores, aventureiros e cientistas começam a narrativa com a descrição da geografia física da área. Vejamos a descrição de Euclides da Cunha:

Mostram-no as serras Grande e do Atanásio, correndo, e a princípio distintas, uma para NO e outra para N e fundindo-se na do Acaru, onde abrolham os mananciais intermitentes do Bendegó e seus tributários efêmeros. Unificadas, aliam-se às de Caraíbas e do Lopes e nestas de novo se embebem, formando-se as massas do Cambaio, de onde irradiam as pequenas cadeias do Coxomongó e Calumbi, e para o noroeste os píncaros torreantes do Caipã. Obediente à mesma tendência, a do Aracati, lançando-se a NO, à borda dos tabuleiros de Jeremoabo, progride, descontínua, naquele rumo e, depois de entalhada pelo Vaza-Barris em Cocorobó, inflete para o poente, repartindo-se nas da Canabrava e Poço-de-Cima, que a prolongam.²⁸⁵

A descrição passa pelas montanhas e serras e demais modificações do terreno. Os rios também são muito citados (“*depois de entalhada pelo Vaza-Barris*”). O mesmo padrão de descrição é observado nas memórias de outro importante viajante da região, Francisco de Paula Ribeiro. Como já mencionado, Ribeiro era militar e viajou pelo sertão na segunda década do século XIX, inclusive em expedições demarcatórias nas divisas das províncias do Maranhão e Goiás. Sua experiência é interessante por ser brasileiro e conhecedor desses territórios. Todavia, o fato de o autor conhecer detalhadamente o território não faz, necessariamente, com que ele *descreva* de maneira mais verossímil e objetiva a paisagem. Aliás, trabalhamos aqui com a noção de que os relatos do *sertão* são narrativas constitutivas da imagem do *sertão*. Segundo Tzvetan Todorov, “quando um autor comete um erro ou mente, seu texto não é menos significativo do que quando diz a verdade; o que importa é que o texto possa ser recebido pelos contemporâneos, ou que seu produtor tenha acreditado nele. Nessa perspectiva, a noção de *falso* é não pertinente”²⁸⁶.

Ribeiro sempre seguiu com zelo as ordens que recebia para suas viagens e,

²⁸⁵ CUNHA, op.cit., p. 19.

²⁸⁶ Além da referência de Todorov (*A conquista da América, a questão do outro*. São Paulo : Martins Fontes, 2003, p.75.) devo fazer referencia ao trabalho já citado de Maria da Fátima Costa, *História de um país inexistente*, que muito auxiliou essa discussão.

consequentemente, seus relatos seguiam as instruções dadas. Tanto que, como a introdução de Manoel de Jesus Barros Martins nos conta, o viajante teve uma carreira militar brilhante, sendo promovido várias vezes. Não podemos deixar de lado a existência de uma rede de dávidas e mercês unida à rede administrativa no Antigo Regime. Longe de ser exclusividade da Coroa portuguesa, esse sistema de troca de favores era um fator determinante no tipo de relato escrito pelo viajante. Mais do que mostrar qualquer objetividade, verossimilhança ou *o que realmente viu*, – o que, como já ponderamos, seria impossível – há a busca por cumprir as ordens e agradar ao alto escalão administrativo²⁸⁷. No seu *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815*, o viajante escreve:

A capitania do Maranhão, que está dividida da capitania do Piauí pela margem oeste do rio Parnaíba, da do Pará pela margem leste do rio Turi, e da do Goiás ao sudoeste pelo rio Manuel Alves Grande, até este desembocar no rio Tocantins, que correndo de sul ao norte lhe fecha com a do Pará aquela sua divisão de oeste, se estende no seu cumprimento, linha nordeste-sudoeste desde o mar até o dito rio Manuel Alves Grande²⁸⁸

Lendo os trechos em destaque, vemos claramente a semelhança entre as duas fontes, ou, entre as duas narrativas que podem ser tomadas como fonte²⁸⁹. Euclides da Cunha e Ribeiro escreveram no século XIX – mesmo que a obra de Euclides tenha sido publicada no início do século XX. Entretanto, podemos encontrar narrativas da região, com o mesmo caráter *objetivo*, ou talvez ainda maior, já no século XVIII. O padre Joaquim também faz sua descrição daqueles sertões em seu *Discurso Preliminar e Histórico sobre o clima da*

²⁸⁷ Certamente a noção de mercê é muito mais complexa do que trato aqui. Entretanto, simplifico o conceito por não estar ao alcance desse trabalho sua melhor explanação. Para o tema ver: **OLIVAL**, Fernanda. *Um rei e um reino que viviam da mercê*. In: _____. *As ordens militares e o estado moderno; Honra, mercê e venalidade em Portugal. (1641-1789)*. Lisboa : Estar, 2001; **PEREIRA**, Magnus R. M. *Carreira e rede de mercês entre militares luso-brasileiros: O “desterro d’Angola” de Elias Alexandre da Silva Corrêa (1782-1789)*. História: Questões & Debates, Curitiba, 2007; **RODRIGUES**, Victor Luís Gaspar. *Sebastião Lopes Lobato: um exemplo de ascensão social na Índia portuguesa de quinhentos*. Revista da Universidade de Coimbra. Vol. XXXVI, ano 1991. pág. 375-388; e **HESPANHA**, António Manuel. *La economía de la gracia*. In: _____. *La Gracia del Derecho*; Economía de la cultura en la Edad Moderna. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

²⁸⁸ **RIBEIRO**, Francisco de Paula. *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815*. In: _____. *Memórias dos sertões maranhenses, reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros Martins*, p.27-105.

²⁸⁹ Refiro-me aqui as páginas 19 e seguintes da edição citada d’*Os Sertões*, onde o autor faz uma primeira descrição da região.

*Capitania de Maranhão e Piauí em geral*²⁹⁰:

Achão-se as Capitânicas do Maranhão, e Piauí limitadas pelo Norte com o oceano, pelo Sul com o continente dos Serroens de planícies, bosques, emontanhas, pelo nascente com a Serrania da Biapaba que divide estas Capitânicas da Capitania de Pernambuco, pelo puenete com os rios caudellozos, egentilidade que medeya entre a Capitania do Pará, e esta do Maranhão: tem de longitude 250 legoas, delatitude perto de 200, e de circunferencia 500 pouco mais ou menos²⁹¹.

A aridez do sertão algumas vezes é encontrada nas narrativas. A descrição geográfica não é exceção no tipo da narrativa nos relatos. Grande parte deles segue o mesmo teor objetivo e direto.

As fontes utilizadas por Euclides da Cunha e pela grande maioria de outros escritores e diretores literários ou cinematográficos que apresentaram o *sertão* de alguma maneira são os relatos de naturalistas estrangeiros que viajaram pelo Brasil a partir da segunda década do século XIX. Essas descrições, entretanto, remetem a uma tradição que vinha dos relatos científicos da segunda metade do século XVIII – e possivelmente ainda de antes, mas a extensão desse trabalho não permitiu a busca pelas origens dessa tradição.

A seca aparece também na *Descrição da capitania de São José do Piauí* feita pelo ouvidor da capitania do Piauí Antônio José de Moraes Durão. O ouvidor viajou pela capitania no início da década de 1770, descrevendo as principais vilas da região. Segundo ele, “esta [vila] de Marvão é a pior de toda a capitania, porque se acha no sítio mais seco e fúnebre da mesma. Tem únicas três casas ou moradores, para melhor dizer, pois ainda que aquelas são mais, não tem inquilino algum.”²⁹².

Além disso, Durão ainda faz uma descrição interessante a respeito do clima da Capitania em geral. Ele é um dos únicos viajantes que não considera que o clima era nefasto:

²⁹⁰ O título completo da obra é: *Discurso Preliminar e Histórico sobre o clima da Capitania de Maranhão e Piauí em geral origem das Serranias dos seus Serroens, e Resultados Salinos das Rochas da mesma; Propriedade do seu clima para a nitrificação das terras; Sobre as nitreiras artificiais, e methodo econômico de as fabricar em pequeno*. Era característica dos cientistas e demais viajantes da segunda metade do século XVIII descrever, no título, sobre tudo o que trataria o relato. Conservo nos trechos utilizados, salvo algumas exceções assinaladas, a grafia original, transcrita a partir dos manuscritos.

²⁹¹ PEREIRA, *Memorias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, emais Produçõens Nativas Inventas na Capitania de Piauí e Maranhão*.

²⁹² DURÃO, Antônio José de Moraes. *Descrição da capitania de São José do Piauí*. in: MOTT, Ruiz R. B. *Descrição da capitania de São José do Piauí*. 1772. REVISTA DE HISTÓRIA, São Paulo, v.56, n.112, 1977, p.560.

E o clima sadio, posto que calidíssimo; mas os muitos bosques, lagoas e outros lugares lodimosos produzem muita sezão e malignas nos fins das chuvas. (...) As mais enfermidades são menos freqüentes, mas incuráveis, porque em todo este sertão se não acha um médico nem cirurgião capaz.²⁹³

Ora seco, ora inundado. O clima do sertão não favoreceu as expedições científicas. Mesmo bem organizadas e planejadas na teoria, a parte prática – a viagem, as travessias –, não eram fáceis em regiões pouco conhecidas, exploradas ou desenvolvidas. Francisco de Paula Ribeiro descreve num tom diferente os sertões da região de Pastos Bons, localizado na região sudeste do atual Maranhão, quase no limite do Piauí. Segundo o militar,

Não é alli demasiadamente frio e inverno, que de ordinário principia, como na Europa, em outubro, e acaba em abril, nem o verão caloroso; às chuvas que até este mez produzem e criam os pastos se seguem de maio em diante os grandes orvalhos ou neblinas que, ensopando de noite a terra, os conservam até agosto; d'este mez até setembro os fogos queimam e limpam os campos de todo o hervanço inutil, para que as próximas águas tornem mais viçosamente a reverdece-los. (...) É por esse motivo que os rigores da sêcca não fazem sentir alli seus effeitos tanto como n'aquelles terrenos de campina, que não tem assim de mistura os matos com os campos por entre os montes, a coberto do qual são mais susceptíveis de preservar as seccuras do sol as águas correntes.²⁹⁴

Encaminhando a discussão para a conclusão, a imagem geral que se tem do clima do *sertão* através dos relatos de viagem é de uma preocupação excessiva – e bem fundamentada – por parte dos viajantes com as intempéries do clima.

Quando o foco são as cheias, a narrativa segue o caminho das doenças e enfermidades. Quando o foco são as secas, o relato surge sob a improdutividade daquelas paragens. Com a seca, somente o gado sobrevive. Os cultivos de alimentos, que já não são numerosos, literalmente não dão frutos. Além de contribuir para a pobreza do sertão e de seus habitantes, as secas tornam o sertão, no geral, ausente de uma grande produção nativa aproveitável pelo Estado lusitano. Alguns produtos aparecem nos relatos, variando muito de intensidade e volume. O clima prejudicial não é norma geral. Lê-se no trecho de Francisco de Paula Ribeiro um clima equilibrado. Aliás, podemos supor pela comparação que o militar conhecia a Europa ou já havia lido sobre ela. Ler os relatos anteriores parece mesmo um grande direcionador de opiniões e descrições. Naturais do sertão, mineiros, cariocas e alemães descrevem um *sertão* via de regra muito parecido, para um conjunto de percepções muito

²⁹³ DURÃO, op.cit., p.553.

²⁹⁴ RIBEIRO, *Descrição do Território de Pastos Bons*, p.130.

diferentes. Cada viajante tem um universo simbólico e cultural diferenciado, além de suas próprias *schematas*, como já discutido. Mesmo assim, os relatos se aproximam.

Além disso, os olhos interessados em objetivos claros deitam-se apenas nas características aproveitáveis da paisagem. Portanto, segundo a discussão feita no capítulo 2.3, as paisagens não são objetivas. Sua melhor compreensão, segundo Denis Cosgrove, é quando a analisamos como um texto cultural, carregada portanto de intenções e camadas de significado²⁹⁵. A paisagem construída nos relatos de viagem não remete a totalidade física e geográfica do sertão. Remete ao que mais preocupava ou interessava os viajantes. No caso do clima, a seca e por vezes as cheias davam o tom aos relatos. Cotidianamente uma delas estava presente junto ao viajante, limitando suas ações, colocando por vezes sua vida em risco, por isso são recorrentes nos relatos, tornando-se forte característica da imagem do sertão nordestino.

3.2. O SERTÃO DAS DOENÇAS

As doenças provocadas pelo clima das paragens do interior do território americano eram narradas como um constante risco à sobrevivência de europeus. É esse um dos motivos que possivelmente levaram a Coroa portuguesa a incentivar que filhos de colonos brasileiros fossem estudar na Universidade de Coimbra e recebessem a formação de naturalistas. Acostumados, em alguma medida, com o clima dos trópicos, esses viajantes teriam mais chance de sobreviverem às doenças tropicais e às agruras do clima das colônias portuguesas²⁹⁶.

As doenças do sertão atacam às comitivas exploradoras, matando em muitos casos seus integrantes, tornando-se por isso presença certa nos relatos. Mesmo os viajantes luso-brasileiros, mais adaptados e provavelmente mais imunes às moléstias sofreram com o clima do sertão. O padre-naturalista Joaquim José Pereira foi vítima dos males causados pelo clima

²⁹⁵ COSGROVE, op.cit., p. 97.

²⁹⁶ A esse respeito ver a discussão proposta por PEREIRA, *Um jovem naturalista num ninho de cobras* e CRUZ, *As viagens são os viajantes*.

e pelas águas dos caminhos percorridos. Ele era Vigário de Valença, no Piauí, e possivelmente natural de algum lugar do imenso sertão do nordeste. Além disso, já havia realizado viagens pela região a mando direto de D. Rodrigo de Souza Coutinho²⁹⁷. Mesmo assim não resistiu a dureza da viagem e adoeceu. Quem nos informa disso é D. Diogo de Souza, governador da capitania do Piauí àquela altura. A carta-resposta à correspondência do padre foi escrita em 22 de novembro de 1799 – portanto menos de três meses depois da partida dos viajantes. Nela, D. Diogo escreve que

Receby as duas cartas de onze d`outubro, edois do corrente mez que vossa mercê me enviou antes de partir do Iguará, edepois de chegar ao Arraial [ileg.]que as [ileg] da insalubridade daquela Ribeira atacam toda cometiva e que vossa mercê estivese tão infermo como aqui me informarão algumas testemunhas oculares = o banho tepido todas as noites ate ábucha das pernas, para acalmar apertubação dos fluidos, motivada pela acção do calor, e algumas gotas de bom vinagre tansadas n`ágoa sempre que se beba, como uzavão os exercitos Romanos para aliviarem ás currupsoens internas, são segundo a minha esperiencia os melhores, mais faceis prezervativos aque pode Recorrer um viajante²⁹⁸

O governador não se limita apenas a mostrar conhecimento sobre as enfermidades do viajante, mas dá-lhe algumas receitas que poderiam ajudá-lo na cura. Até um exemplo dos clássicos da antiguidade aparece, quando o governador lembra o que faziam os soldados das legiões romanas atacados por doenças.

Toda a comitiva dessa viagem filosófica foi acometida pelas doenças. O companheiro de viagem do padre, Vicente Jorge Dias Cabral, também discorreu sobre suas enfermidades. Além de informarem aos seus superiores sobre o estado das expedições, o relato das doenças serve ainda como motivo de desculpa por alguma falha que porventura ocorra nos diários e memórias. Cada um a seu modo, os naturalistas procuravam mostrar que sua enfermidade era mais grave que as outras. O bacharel menciona também a enfermidade do padre:

Entretanto que não chega o Pintor, então recebo as ultimas ordens de V.Ex.^a, aqui irei convalescendo

²⁹⁷ Refiro-me as memórias já citadas do padre: *Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody*. RIHGB, v. 20, pp. 175-185, 1857; e *Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro e secretario de estado dos negócios da marinha, e domínios ultramarinos, etc., etc.*, etc. RIHGB, v. 20, p. 165-169, 1904.

²⁹⁸ PEREIRA, *Documentos diversos*.

da molestia sabem que sendo a demora muita já encontrarei chuvas pelo caminmho d'Oeiras, o que é muito penozo. Os soldados também adoecerão todos, e o Vigario de Valensa o que indica o mau estado de salubridade das aguas do Iguará, porém todos mais felizes do que eu na enfermidade²⁹⁹

E, em outra memória completa o quadro:

A agoa, que ahi nasce, he salobra bastantemente, e cauza froxidão no ventre aos que a bebem, como succedeo aos soldados da minha comitiva, o que atribuo ao Sal de Glauber em dissolução, derivado do terreno da mina, que abunda muito do dito Sal p.^f toda a sua extensão e a ocorrer do riacho secco, e de carnahubas sempre ordinarios nos terrenos desta natureza³⁰⁰

Sobre a presença de enfermidades nos diários, é interessante o que observa Alexandre Rodrigues Ferreira quando de passagem pelo Mato Grosso, em sua conhecida expedição pelo interior sul americano. Segundo Maria da Fátima Costa, analisando as memórias do naturalista, “em Mato Grosso não havia possibilidade de se estar sadio”³⁰¹. O relato sobre a passagem de Alexandre pela então capital da capitania, Vila Bela, demonstra o quão insalubre eram aquelas paragens e as terras sertão adentro do Brasil. A então capital da Capitania do Mato Grosso fora construída em terreno sabidamente insalubre. Porém a posição geográfica estratégica frente às missões indígenas e terras espanholas recomendaram sua construção naquele local. Chegando à capital, a expedição de Alexandre Rodrigues perdeu o jardineiro-botânico, que não resistiu às febres e corrupções do ar e da água. Certamente o fato influenciou na descrição da cidade e da paisagem ao redor, que, segundo Alexandre Rodrigues Ferreira “se achava atacada das horrorosas epidemias de catarrais, sarampo, garrotilhos, pontadas e disenterias”³⁰². Para a expedição, a situação era calamitosa. Os dois riscadores, Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, e ainda o naturalista-chefe, haviam adoecido no trecho da viagem em que a comitiva desceu os rios Negro, Amazonas e Madeira até a capital do Mato Grosso. A paisagem se mostra mais hostil e a viagem mais difícil a medida que as expedições adentram no sertão.

As cheias em algumas regiões do sertão estão sempre associadas à insalubridade

²⁹⁹ CABRAL, *Análise botânica da planta denominada velame grande*.

³⁰⁰ CABRAL, Vicente Jorge Dias. *Continuação das Observações feitas sobre diversos saes na parte inferior do Piauíhy desde Junho de 1800 até Março de 1801*, AHU, Maranhão, caixa 127, doc. 9555.

³⁰¹ COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências, Saúde*. Mangueiras, vol. VIII (suplemento), 993-1014, 2001, p.1002.

³⁰² COSTA, *Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso*, p.1001.

nos relatos. Não há, nos trechos analisados, uma sistemática comparação entre as regiões sujeitas a cheias frente àquelas sujeitas a secas. Aparecem, na maioria das vezes como dois fatos isolados, em regiões diferentes, porém descritas sob a mesma designação, *sertão*. Os naturalistas alemães que viajaram na segunda década do século XIX também deixaram registrado o problema das cheias:

Para os homens, as exalações das terras inundadas, *sobreagoadas* depois que baixa a enchente, são freqüentemente de maléficas conseqüências. A folhagem dos capões despidos e muitos resíduos animais, que ficam pendentes das arvores ou sobre as margens, - as vezes a carcaça de um boi em topo de arvore ou a de tatu nos galhos, - empestam o ar e determinam, dentro um pouco, ou septicemia ou as febres intermitentes crônicas.³⁰³

Não só as cheias, mas o recuo das águas é também retratado como grande responsável pelas doenças. Os naturalistas não estão sozinhos nessa afirmação. É interessante observar a descrição de outro viajante do sertão, Antonio Bernardino Pereira do Lago, coronel do Real Corpo de Engenheiros. Viajando pelo extremo noroeste da capitania do Maranhão, partindo de São Luiz até os limites da capitania do Pará, o coronel observa a condição da Vila de Santa Helena no ano de 1820. Segundo ele, apesar do local da povoação não ser desagradável,

o excessivo calor que alli se observa (...) a superfície alagada, barrentas águas, e máo sustento de pequenos peixes, tudo isto torna S. Helena durante nove mezes em lugar só de penúria e doença³⁰⁴

Para o oficial, no período em que as águas da chuva voltam ao nível normal, deixando a mostra os corpos dos animais mortos, “ninguém escapa a sezões (...) e muitos contam a idade pelos annos em que têm estado doentes”³⁰⁵. Essa última afirmação do viajante vai ao encontro do que foi analisado por Maria de Fátima Costa nos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira. Em ambos os casos, a condição de habitante do sertão se imbrica com o estado de patologia de tal forma que os naturalistas, ao que parece, convivem com isso cotidianamente, já que o tema ocupa tantas páginas dos relatos. E, se a paisagem da povoação de Santa Helena pode ser tomada como base, durante nove meses do ano – ou, em apenas três

³⁰³ SPIX e MARTIUS, op.cit., p.92.

³⁰⁴ LAGO, op.cit., p. 394.

³⁰⁵ LAGO, op.cit., p.394.

meses a situação é diferente – algumas partes do sertão apresentam somente “penúria e doença”. Por vezes aparecem pessoas doentes auxiliadas pelos naturalistas que, na maior parte dos casos utilizam os próprios métodos e remédios locais. As terras sujeitas às enchentes são sempre *insalubres*, habitadas por epidemias e febres. Somente algumas vezes aparecem povoadas. Os habitantes cedem lugar às doenças à medida que os relatos são escritos.

O *sertão*, já construído negativamente em grande parte dos relatos de viajantes, tem reforçada essa característica quando se trata do clima. Aliado as teorias que por vezes circulavam no Velho Mundo a respeito da insalubridade do clima tropical, o *sertão* do bacharel Vicente Jorge é representado com contornos ainda piores: segundo o naturalista, a natureza local é pródiga em remédios para suprir as doenças que também tiveram origem nas terras do *sertão*. Segundo o bacharel, “Parece que a natureza tem sabido prodigar remédios antivenéreos naquele mesmo Clima, em que uma tal enfermidade teve origem”³⁰⁶. A inversão é notável. Ao invés de constatar que os europeus trouxeram grande parte das doenças que assolam as mais remotas paragens do sertão americano – notadamente as venéreas, o naturalista afirma que esses males tiveram origem no Novo Mundo. Felizmente, a natureza ofereceu aos homens, junto com o veneno, seu antídoto, encontrado também nas terras tropicais do Império português.

Os relatos mostram, no geral, a doença como um recurso narrativo, utilizado para apresentar a paisagem hostil do sertão. Dessa forma, a recorrência do tema na descrição com a presença constante de doenças entre os membros das expedições, transforma a paisagem local em doentia – extremadamente seca ou úmida – além de pouco fértil, sem civilidade e com todas as demais caracterizações que compõe o sertão descrito. Como qualquer outro tema dos relatos, as doenças devem ser olhadas com cuidado, já que, do contrário, corremos o risco de construir uma paisagem onde a patologia era regra geral, como se todos que por ali passassem também padecessem de algum mal. O quadro hostil que se desenha provavelmente diz respeito apenas ao estado dos viajantes. A população que vivia naquelas paragens já estava habituada às intempéries o clima e, portanto, não deveriam ser tão facilmente

³⁰⁶ CABRAL, Vicente Jorge Dias *Análise Botânica da planta denominada Manacá*. AHU, Maranhão, caixa 128, doc. 9595.

acometidas pelas doenças. Mais uma vez, o olhar dos viajantes filtra do todo da paisagem as características que mais se destacam – no caso das doenças, que mais preocupam.

3.3. O SERTÃO DAS MATÉRIAS PRIMAS ESTRATÉGICAS

A busca por matérias primas estratégicas fazia parte da pauta das *viagens filosóficas* organizadas pela Coroa portuguesa. A tentativa de conhecer o interior dos territórios, os pormenores e os detalhes do mundo natural estava muito ligada à economia do reino. A ciência setecentista dava o tom às expedições, mas outras questões administrativas estavam intimamente ligadas na preparação das viagens. A busca pelos recursos naturais estava inserida num contexto em que a maior parte das riquezas fabulosas do Novo Mundo, que haviam encantado centenas de exploradores durante séculos, já não existia. Os tesouros reais já haviam sido descobertos e os mistérios das riquezas mitológicas desvendadas.

Dessa forma definimos aqui dois dos principais objetivos das *viagens filosóficas* portuguesas: conhecimento dos interiores dos territórios e aproveitamento econômico dos produtos da natureza.

Como já foi discutido nesse trabalho, ciência e economia andavam juntas no século das Luzes. A descoberta de novas espécies do mundo natural – animal, vegetal ou mineral – trazia status para a nação que a descobrisse, já que a corrida por novas espécies era bastante acirrada no período. Por outro lado, um novo olhar era lançado em direção à natureza. Uma análise mais atenta e minuciosa do mundo natural fazia com que muitas espécies desconhecidas fossem descobertas. A tentativa de catalogar a natureza em sua totalidade – ideal utópico da ciência setecentista –, passava pela descoberta de minérios, sais, animais exóticos, plantas medicinais, diamantes, metais preciosos etc. Os territórios mais longínquos das colônias eram vasculhados por naturalistas que viajavam sob a égide da ciência, porém com instruções e patrocínio de um Estado interessado nas potencialidades econômicas do Novo Mundo.

Dessa forma, muitos dos relatos apresentados aqui mostram profundos interesses

em comum. O salitre natural, por exemplo, era objetivo principal e declarado da viagem de Joaquim José Pereira e Vicente Dias Cabral. Porém, nenhum dos outros relatos omite-se a respeito dele, sendo o produto que ocupa a maior parte das descrições que vimos estudando sobre o sertão nordestino. Isso nos leva a crer que havia um grande interesse pelo produto na época. Formado através da decomposição da matéria orgânica, o salitre, ou nitro, é matéria-prima essencial da pólvora. Daí sua importância e grande interesse por parte do Estado lusitano³⁰⁷, numa conjuntura internacional onde a proteção dos territórios coloniais era essencial. A primazia ibérica nos oceanos e territórios fora da Europa nos séculos XV e XVI, já não existia. No cenário mundial do século XVIII outros estados europeus eram potências marítimas e ameaçavam as colônias ibéricas, principalmente Inglaterra, Holanda e França.

Plantas utilizadas como remédio, dentre elas a quina do Piauí, também são presença certa nos relatos. Os viajantes, muitas vezes por necessidade, experimentavam as plantas locais para testar seu efeito. A quina, planta utilizada como antifebril era largamente utilizada na Europa e muito explorada também pela Espanha. A busca era registrada nos diários e memórias dos viajantes.

Nos relatos, a descoberta e descrição dos produtos naturais – ou *produções inventas da Natureza, produções nativas*, ou ainda *drogas simples* – serve também para legitimação e veracidade dos relatos. Vicente Jorge Dias Cabral em sua *Memória sobre as nitreiras naturais do Piauí* escreve:

Não farei portanto pomposas relações guiado da ambição do premio nem colocarei a pobreza das Nitreiras Naturais deste Sertão mas encarando-a com a pluralidade dos lugares em que encontrei salitre. Acrescento com tudo que antes de partir do Maranhão predisse a V. Ex.^a que no Sertão se não havia de achar grande quantidade de Nitro nativo, mas sim boa disposição para estabelecimento de Nitreiras naturais. (...) Tenho pois a satisfação de patentear a V. Ex.^a a verdade neste meu papel, bem certo que V. Ex.^a sabe apreciar a verdade. Não espere V. Ex.^a uma exatíssima análise de todos os objetos dignos de atenção: a pluralidade deles as longas viagens, e a falta de meios são legítimas causas de desculpa.³⁰⁸

A ausência do produto natural e não a sua presença, no caso do trecho acima, serve

³⁰⁷ Segundo Vicente Jorge Dias Cabral, “o Nitro depois da invenção da polvora se tornou de necessidade p.^a a defeza do Estado. huma Nacção cercada de inimigos não tendo forças internas, está inteiramente destruída.” CABRAL, *Memoria Sobre as Nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauí*

³⁰⁸ CABRAL, *Memoria Sobre as Nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauí*

de argumento para o naturalista dar credibilidade ao seu relato, mostrando seu intuito de falar a verdade ao invés de fazer *pomposas relações guiado da ambição do prêmio*. Dessa forma o viajante refere-se diretamente a uma questão que já foi mencionada nesse trabalho. A feitura dos relatos de viagem integra o sistema de dádivas e gera expectativas de retribuição por parte da Coroa.

No trecho mencionado ainda temos conhecimento de que o naturalista já havia se informado de antemão a respeito do salitre na região. Mais uma vez o viajante sabia muito bem sobre como seria sua viagem e seus achados. Logicamente isso não significa ausência de surpresas, obstáculos ou novas descobertas. Entretanto, nos leva mais uma vez à discussão sobre o que o viajante via na paisagem observada. A leitura de outros relatos, ofícios, correspondências ou notícias a respeito da região a ser visitada e suas produções, predispõe no naturalista a observação daqueles elementos que ele já sabe que vai encontrar. Além disso, a tentativa de padronização dos relatos com as instruções dá pouca margem para que a paisagem vista seja diferente daquela que já é conhecida de antemão.

3.3.1. O salitre natural

Usando a definição de Spix e Martius, o salitre “é uma terra muito fina, de cor avermelhada, raramente amarela ou cinzenta, que aparece nas cavidades da pedra calcária, e, sobretudo, no chão, em buracos, ou embaixo de saliências”³⁰⁹. Os locais onde normalmente se procurava salitre eram úmidos: em várzeas, encostas rochosas, currais de gado ou lugares com depressão no relevo. A busca por salitre natural não era novidade no século XVIII. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, em trabalho já citado, a busca pelo salitre já era de interesse das primeiras gerações de desbravadores do sertão, desde os primeiros Gárcia

³⁰⁹ SPIX e MARTIUS. *op.cit.*, p.81.

D'Ávilla³¹⁰. Na conjuntura setecentista essa busca também já era de longa data. Segundo a historiadora Clarete Paranhos da Silva, “desde pelo menos o ano de 1735 se tem notícias de que o governo português buscava inventariar possíveis recursos minerais na região que abrange o atual estado do Ceará.”³¹¹ Esses esforços foram ainda mais concentrados nas viagens de João da Silva Feijó à região, que passou a explorar, purificar e enviar o salitre à Lisboa.

O resultado que aparece nas memórias de Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira é interessante. Num primeiro momento, Dias Cabral comunica à Coroa em correspondência datada de 07 de abril de 1803 que

quanto ao Nitro, ou Salitre suposto seja de boa qualidade, muito inflamável, tendo pouco muriático, e heterogêneo, não é em quantidade que possa dar interesse a Real Coroa naqueles centros, como explano nas minhas observações. (...) não ha no Piauí, como faliamente pessoas pouco inteligentes tem afirmado a S.A.³¹²

Joaquim José Pereira reforça o quadro da escassez do nitro nos lugares visitados: “E sobre o resultado das nitreiras naturais, ou minerais devo dizer que não é este bastante para acudir as necessidades publicas, pelo desabrigo em que se acham”³¹³. Todavia, o quadro não parece ser tão desolador. O bacharel escreve, em outro trecho de seu relato: “Voltemos ao Sítio do Brejo já mencionado para dele falar agora mais amplamente, como o mais rico de Salitre, e apto para o estabelecimento das Nitreiras Naturais e artificiais”³¹⁴. Enfim, na própria pena de Vicente Jorge Cabral vê-se a dúvida: “A vista da minha narração concluir-se-hia que o Estado poderia tirar daqui annualmente nomerosos quintaes de Salitre, a que não pode ser. Muitas cauzas se opoem, e destroem o calculo vantajozo”³¹⁵.

³¹⁰ BANDEIRA, op.cit., p. 544.

³¹¹ SILVA, Clarete Paranhos da. *As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760-1824) no Ceará*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, p. 179-201, 2007. Editora UFPR, p.183.

³¹² CABRAL, *Analyze Botanica da planta denominada Manacá*

³¹³ PEREIRA, *Memorias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, emais Produccõens Nativas Inventas na Capitania de Piauhy e Maranhão*

³¹⁴ CABRAL, *Memoria Sobre as Nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhy*

³¹⁵ CABRAL, *Memoria Sobre as Nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhy*

De uma maneira ou de outra, os locais investigados na região seriam aqueles adequados para o estabelecimento de *nitreiras artificiais*. Segundo o vigário, a quantia de salitre necessária para suprir as necessidades públicas, que não podem ser supridas com as nitreiras naturais,

somente se pode conseguir pelas Nitreiras artificiais construindo-se as mesmas nesta Capitania, e nos mais climas dos domínios de V. Alteza Real, por serem climas próprios para socorrerem por este meio as necessidades do Estado: sendo bem útil, e econômico serem empregados na construção das nitreiras artificiais, e no fabrico do mesmo salitre os corpos Militares, que saem desta Capital destacados para os Sertões desta Capitania.³¹⁶

A construção das nitreiras artificiais toma grande parte dos diários e das memórias do padre. O tema é recorrente nos escritos e as instruções a esse respeito são pormenorizadas. Na *Memória sobre nitros naturais, sal de Glauber, Quina e mais produções inventadas na capitania do Piauí e Maranhão* o padre divide o texto com os subtítulos: *Propriedades deste Clima para a nitrificação; Nitreiras Artificiais em pequeno; Methodo de Preparar o pavimento; Escolha das Terras; Tempo em que se devem buscar-se; Plantas que entrão nas terras; Construção da Matriz; Preparação da Terra; Methodo de tirar as decoadas e Methodo de Secar o Sal*. Todas essas partes do texto são dedicadas à preparação da terra e do preparo do salitre. O processo é formado, basicamente, pelo acúmulo de matéria orgânica em um buraco feito no solo, que deve ser regado constantemente, até que a matéria se decomponha e o salitre possa ser retirado. Spix e Martius também descrevem o processo de fabricação do salitre na região, praticamente da mesma forma que o descreve o padre. Para os naturalistas alemães o produto também era importante: “Outro objeto, para o qual se volvia nossa observação, era o salitre, que já tinha sido extraído daqui aos milhares de arroba”³¹⁷.

A possibilidade de produzir nitro artificialmente baseava-se em exemplos vindos de outros Estados europeus, como a França. Segundo o padre Pereira:

É bem verdade que o grande Príncipe Luiz 14 de França por motivo de Guerras continuadas no seu dilatado Reino, viu-se obrigado a fazer dobrar, e triplicar as fabricas dos Salitres (...) desta sorte está a França na inteligência de que ela somente pode socorrer as necessidades do seu estado sem dependência dos salitres de fora ainda por meio das **nitreiras artificiais** de que usam em vários

³¹⁶ PEREIRA, *Memorias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, emais Produççoens Nativas Inventas na Capitania de Piauhy e Maranhão*

³¹⁷ SPIX e MARTIUS, op.cit., p.81.

departamentos, e que são comuns naquele Reino³¹⁸

Dias Cabral reforça o exemplo do padre e acrescenta ainda o da Suíça:

Pode servir de exemplo recente a Republica Francesa, que vendo-se atacada por mar e por terra, recorreu as multiplicadas e pequenas Nitreiras artificiais. Até então desprezados as quais merecendo desde então os socorros e atenção do Governo subministrarão o Salpetra necessário e suficiente para as fabricas de pólvora. Na Suíça há vantajosas Nitreiras artificiais e em outras partes da Europa. Ora se tanto pode a industria e trabalho dos homens quanto mais se na terra já se encontram naturalmente os princípios Nitrosos, os quais se aumenta com excesso por meio da Arte!³¹⁹

A Espanha não fica fora do grupo dos produtores de nitros por meios naturais e artificiais, mencionado pelos dois viajantes. A sombra espanhola paira sobre as descrições dos produtos naturais, desde os metais preciosos, passando pelas plantas medicinais e chegando no salitre. Normalmente a abundância dos recursos da América espanhola é anotada pelos naturalistas: “Tudo parece concorrer para aumentar a massa do Salitre e contudo está bem longe de ser igual, ao que o Botânico Francês Tombei refere a M. Rozier ter visto perto de Lima, isto é, ajuntar-se o Salitre aos montes com rodo³²⁰.”

As riquezas naturais encontradas pelos espanhóis – *los dorados* – parecem estar sempre à frente das que os portugueses encontravam em terras brasileiras. Esse mesmo comportamento irá se repetir quando se trata da quina e foi amplamente verificado no caso dos metais preciosos, com a descoberta do Império Inca e da montanha de Prata de Potosí pelos espanhóis.

Em contrapartida, a boa qualidade do salitre sertanejo é exaltada:

O Salitre destes lugares é bom, inflamava prontamente; contem pouca terra, e quase nenhum muriático, a inda que em partes seja empregado de ocre de ferro. Aqui deixei quantidade assim empregada e de boa qualidade por evitar o risco de alguma pedra que provavelmente cairá rompendo-se a sua base.³²¹

No final da análise sobre o salitre natural, principalmente na leitura dos relatos de Dias Cabral e José Pereira, fica a dúvida quanto à construção das nitreiras artificiais. O

³¹⁸ PEREIRA, *Memorias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, emais Produççoens Nativas Inventas na Capitania de Piauhy e Maranhão*

³¹⁹ CABRAL, *Memoria Sobre as Nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhy*

³²⁰ CABRAL, *Memoria Sobre as Nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhy.*

³²¹ CABRAL, *Memoria Sobre as Nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhy.*

sertanejo pouco propenso ao trabalho, as distâncias daqueles terrenos e o clima extremo seriam obstáculos aos ideais lusitanos. A dúvida é latente: "E que lucro se tirará então sendo as Nitreiras deixadas a descrição do povo? Eu julgo que nenhum tentará este estabelecimento."³²². Sobrevêm a idéia de uma *a-memória*, que ao mesmo tempo em que é escrita, coloca argumentos que praticamente tiram sua validade. O salitre natural é pouco, o artificial seria a solução. Entretanto, toda a descrição de como se constroem as nitreiras se anula se elas não forem levadas a cabo.

3.3.2. As plantas medicinais e a quina

A busca por matérias primas estratégicas extrapolava as fronteiras militares e entrava também no campo da medicina. A procura intensa por plantas com propriedades medicinais era presença certa nas viagens filosóficas.

Um dos produtos mais procurados, justamente por essas características, era uma árvore chamada quina. Das cascas do tronco se extraem diversos alcalóides, dos quais o principal é a quinina³²³. Suas cascas eram utilizadas desde tempos remotos, mas apenas no século XVII foram analisadas e observadas pelos médicos. No mesmo século, Fernão Mendes, um médico português de origem judaica apresentou-se como inventor de um líquido chamado *água da Inglaterra*. Entretanto, a difusão do medicamento ocorreu apenas no século XVIII, através de outro médico português – e também judeu – residente na Inglaterra: Jacob

³²² CABRAL, *Memoria Sobre as Nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhy*.

³²³ Segundo a descrição botânica feita pelo Padre Joaquim José Pereira, "A arvore hé quasi da grossura de dois pez amais grossa e de altura de dez ate dezasete pez. As folhas sam lizas, oblongas dehum verde escuro lustroso e estreitão para a ponta. As flores sam brancas com afigura das dos Jacintos singellos, porem duas vezes quasi maiores. Os frutos q. sucedem as flores são chatos capsulares. As arvores que produzem esta milagroza casca crecem nos lugares dematos asperos pedregozos emontanhozos, baixos onde a melhor hé a Fazenda da Alagoa que pertence a Freguezia de Vallença. A casca hé delgada, emuito amarga com algum sinal de adstringencia, partida tem o cheiro nincoroza, a cor he cinzenta pela parte externa / na mescla dos pintores hé brancacenta amarelada suja / pela parte interna hé dehuma cor rixigada fusca. / Na mescla dos pintores hé cinzenta pouco avermelhada." PEREIRA, *Memorias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, emais Produçcoens Nativas Inventas na Capitania de Piauhy e Maranhão*

de Castro Sarmiento. Ele fez suas próprias *Águas da Inglaterra* e tornou o medicamento largamente utilizado na Europa no século XVIII³²⁴.

Segundo Rômulo de Carvalho, a produção da *água*, as imitações feitas, as questões levantadas e os negócios a que se prestou, constituem uma longa história³²⁵. A busca pela casca da quina ultrapassa, dessa forma, as fronteiras do Império português.

O Vigário de Valença inicia sua *Memória em crédito da quina do Piauí* com uma narrativa interessante:

O mecanismo humano desconcertado pela alteração dos humores preternaturaes, que tiram o equilíbrio aos líquidos, e sólidos do mesmo costumam levar á sepultura os miseráveis enfermos. Os remédios novos, e ainda não usados representam desertos não cultivados, e feras carnívoras de espessos bosques aos desarmados; porem se o temor da guerra não tivesse destros, guerreiros, e valiosos Capitães, que animassem os ânimos fracos, e desfalecidos nunca poderiam contar Vitórias, e nunca seriam alistados entre os Heróis dos séculos os seus Generais (...) Este tempo escuro, que ainda reina entre os miseráveis que habitam nos desertos e entre os selvagens, a quem socorre a Providencia pela sua Onipotência, e Misericórdia; porque atende aos seus gritos, e a sua dor tentam o remédio vegetal pelos meios mais oportunos a sua necessidade sem conhecimento algum de seus princípios; mas assim mesmo em que obrigarão não ficamos ao seu uso, que nos tem revelado por este meio tantos remédios os mais eficazes³²⁶

Há nos relatos do padre Pereira algumas passagens como essa, de narrativa mais rebuscada. Nas memórias anteriores à viagem feita com o bacharel, trechos assim são mais recorrentes, principalmente no início das memórias. Isso torna-se um dado importante quando percebemos que, na maior parte do relato da viagem ao Maranhão e Piauí a escrita do padre é muito mais simples e rígida: apenas a descrição rápido dos objetos que mais lhe interessam naquele momento. Vemos mais uma vez que os objetivos da viagem e a finalidade dos relatos influenciam o que é observado – no caso, apenas produtos vegetais e minerais economicamente aproveitáveis – e, conseqüentemente, a forma da escrita dos diários e memórias – mais simples e apontando diretamente para o produto, o local onde foi encontrado

³²⁴ Jacob Sarmiento, por ser judeu, foi perseguido pela inquisição portuguesa e exilado, por isso residia na Inglaterra. Ele inclusive publicou uma pequena obra com o título: “*Do uso e abuso das minhas Águas da Inglaterra*”. Segundo Rômulo de Carvalho, esses exemplos se repetiam em Portugal, devido ao rigor da Inquisição. **CARVALHO**, *A História Natural em Portugal no Século XVIII.*, p.22.

³²⁵ **CARVALHO**, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, p.23.

³²⁶ **PEREIRA**, *Memoria ou addendo, á continuação do Diário em credito da quina quina do Piauí.*

e sua finalidade.

A quina não era apenas de interesse lusitano. Na América espanhola, a busca pela planta também foi intensa. Segundo Antonio González Bueno, houve no século XVIII uma querela entre os funcionários régios sobre o comércio e a pureza das *cascarillas* – nome pelo qual a planta era conhecida em espanhol. Os vice-reinos de Nova Granada e do Peru disputavam o controle do comércio. Para o autor,

Se inicia así una doble polémica en la que los únicos asuntos que parecen claros son los de índole comercial; por un lado pugnarán J.C. Mutis y M. Santisteban por el control de la quina novo-granadina; por otro entrarán en conflicto los intereses económicos de quienes controlaban el comercio de la quina de Loja con los promotores de las de procedencia novo-granadina.³²⁷

As disputas envolvendo a quina foram recorrentes. Pode ter sido esse um dos motivos que levaram o botânico Hipólito Ruiz López a publicar, em 1792, um tratado destinado à quina. Hipólito era primeiro botânico da Expedição ao Peru, agregado ao Real Jardim Botânico de Madri e membro da Real Academia Média Matritense. A *Quinologia* trata da descrição das sete espécies de quina encontradas no Peru. O título completo da obra nos informa de seus interesses e objetivos:

O tratado del árbol de la quina ó cascarilla, con su descripción y la de otras especies de quinos nuevamente descubiertas en el Perú; Del modo de beneficiarla, de su Elección, Comercio, Virtudes, y Extracto elaborado con Cortezas recientes, y de la Eficacia de este, comprobada con observaciones; á que se añaden algunos experimentos Chemicos, y noticias acerca del Analisis de todas ellas.³²⁸

A partir dessa publicação e dos embates apresentados, somos levados a crer que a quina teve uma importância muito grande para o Império espanhol. Em solo luso, o Frei naturalista Mariano Velloso foi o responsável pela publicação da *Quinografia portuguesa*³²⁹, para discutir e aprofundar os conhecimentos sobre a espécie, cujo nome científico era *Cinchona officinalis*, segundo a nomenclatura binominal proposta por Lineu.

O exemplo espanhol é também utilizado para comparar a qualidade da quina

³²⁷ GONZÁLEZ BUENO, Antonio. *Uma visión utilitária de la Natureza: la recepción de la materia médica vegetal americana en Espana*.

³²⁸ RUIZ, Hipólito. *Quinologia*. Madri : em la oficina de la viuda é hijo de marin, 1792.

³²⁹ VELLOSO, Frei José Mariano. *Quinografia portuguesa ou Collecção de varias memórias sobre vinte e duas espécies de quina, tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil*, Oficina de João Procópio Correa da Silva, Impressor da Santa Igreja Patriarcal : Lisboa, 1799.

encontrada em terras brasileiras. Dessa feita, o Padre Joaquim José escreve um longo trecho destinado a mostrar como a quina lusitana poderia ser explorada e comercializada tanto quanto a espanhola:

Presentemente não deve ter a quina do Peru maior merecimento que a nossa quina piauiense, pelas razões que passo a ponderar. A primeira, por que a nossa quina é prodigiosa anti-febril e anti-séptica. A segunda, é hum simples do próprio país. A terceira que não é adulterada com misturas de outras cascas, o que se poderia bem separar por uma inspeção sobre ela. A quarta, que a mesma inspeção conhecerá bem a avaria que pode sofrer, não somente no transporte de mar, como na demora que poderia arruinar. A quinta, que pode ser conduzida mais depressa, em razão da longitude dos portos desta America Portuguesa. Isto mesmo parece, é o que recomendam muito os maiores práticos da Medicina entre estes M. Sientand: Que hum dos deveres indispensável, e essencial [sic] dos que praticam a Medicina é conhecer perfeitamente, e ter sempre em vista a natureza das diferentes substancias que se acham nos mercados, para distinguir os simples que são bom dos que são maus para os usados remédios, e dos que estão alterados, misturados, falsificados, muito antigos, e arruinados: por cujo motivo deve preceder o conhecimento, e uso dos remédios do próprio pais, e aonde os houver se deverá somente fazer uso deles, e desterrar os de fora que sofrem a mistura e toda a avaria pela avareza: ficando o nosso pais sujeito a pagar toda a usura, quase todo o remédio deve o seu préstimo a casualidade.³³⁰

Há uma necessidade de legitimar o uso da planta perante aos outros Estados. Isso se deve provavelmente ao grande desenvolvimento científico e a uma espécie de *corrida* pelo descobrimento de espécies úteis tanto na medicina quanto na economia em geral, como já discutido na sessão 2.1.

A exploração das quinas foi recorrente na segunda metade do século XVIII e, quando a planta não era encontrada, seja em territórios portugueses ou espanhóis, outras plantas com propriedades medicinais eram descritas pelos naturalistas. O mesmo Antonio González Bueno afirma que

otros febrífugos, como la raíz de simaruba, la raíz de chininga, la sumidad florida de canchalagua o

³³⁰ PEREIRA, *Memoria ou addendo, á continuação do Diário em credito da quina quina do Piauhÿ*. No original: “Prezentemente não deve ter a quina do Perú maior merecimento que a nosa quina hé prodigioza anti-febril e anti-septica. A segunda, hé hum simples do proprio paiz. A terceira que não hé adulterada com misturas de outras cascas, o que se poderia bem separar por huma inspeccão sobre ela. A quarta, que a mesma inspeccão conhecerá bem a avaria que pode sofrer, não somente no transporte de mar, como na demora que poderia arruinar. A quinta, que pode ser conduzida mais depressa, em razão da longetude dos portos desta America Portuguesa. Isto mesmo parece, hé o que recomendão muito os maiores praticos da Medecina entre estes M. Sientand: Que hum dos deveres indispensavel, e essencial [sic] dos que praticam a Medecina hé conhecer perfeitamente, e ter sempre em vista a natureza das diferentes substancias que se achão nos mercados, para distinguir os simples que são bom dos que são mãos para o uzados remedios, e dos que estão alterados, misturados, falcificados, muito antigos, e arruinados: por cujo motivo deve preceder o conhecimento, e uso dos remedios do proprio pais, e aonde os houver se deverá somente fazer uso deles, e desterrar os de fora que sofrem a mistura e toda a avaria pela avareza: ficando o nosso pais sujeito a pagar toda a uzura, quazi todo o remedio deve o seu prestimo a cazualidade”.

el croton febrífugo, también gozaron de un cierto protagonismo en las sesiones científicas de las Academias Médicas, a menudo a la estela, o como remedio alternativo, de la todopoderosa y omnipresente quina.³³¹

Nos relatos de viagem de Joaquim José e Vicente Jorge encontramos, além da descrição da quina feita pelo padre, a análise detalhada – e a posterior recolha e envio a Portugal – de outras duas plantas supostamente medicinais: o manacá e o velame grande³³². Por vezes, porém, os olhos dos naturalistas se detinham sobre outras plantas, normalmente citadas pelos *naturais* como útil para curar enfermidades. São arroladas pelo padre Pereira – com breves comentários sobre suas virtudes, mas sem uma descrição botânica detalhada – das plantas Velame, Ipecaquanha branca, Pinhão, Para Tudo, Carnaúba, Caninana, Betônica, Apostemeira, Angico Vermelho e Angélica³³³. A busca principal, entretanto, era pela quina. Vicente Jorge, em trecho de seu relato escreve aos seus superiores que “Tão bem não ha quina quina [ileg], mas sim uma arvore semelhante, a cujo cortex se atribui a virtude antifebril, e outras muitas cascas e raízes medicinais”³³⁴. Em outras passagens, como veremos adiante, a escassez da quina dá lugar a sua abundância. É interessante observar que mesmo descrevendo os habitantes como *rústicos* em grande parte dos relatos, os naturalistas necessitavam do auxílio dessas pessoas para completar sua viagem. Desde aprender caminhos, atalhos e obstáculos, até saber qual planta ou mineral tinham alguma utilidade.

A conclusão dos naturalistas sobre a quantidade de quina em terras luso-brasileiras é polêmica. Já vimos o trecho em que o bacharel comunica que não há quina no Piauí. Cremos que o comentário do naturalista se refere a uma quantidade suficiente para uma eventual importação por parte do Reino e produção em larga escala das *Águas da Inglaterra* ou similar. Entretanto, em correspondência de D. Diogo de Souza comentando os escritos do bacharel, o panorama muda um pouco:

³³¹ GONZÁLEZ BUENO, Antonio. *Uma visión utilitária de la Natureza: la recepción de la materia médica vegetal americana en Espana*, p.02.

³³² As memórias correspondentes são *Análize Botânica da planta denominada Manacá e e Descrição Botânica do Velame Grande ou Marmeleiro Branco*, ambas escritas por Vicente Jorge Dias Cabral.

³³³ PEREIRA, *Memorias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, emais Produççoens Nativas Inventas na Capitania de Piauhy e Maranhão*

³³⁴ CABRAL, *Análize Botânica da planta denominada Manacá*

Ponho na presença de V. Ex.^a a inclusa Cópia de uma Carta, em que o Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral me participa a existência nesta Ilha de muitas plantas medicinais achadas, e classificadas primeiramente na Capitania do Piauí entre as quais também a Quina Piauiense, que assim como as mais se pode exportar daqui a menor preço, que d'aquela Capitania: e a vista da dita Carta sobre a consideração do estrago causado pelo fogo nas mencionadas plantas, se dignará V. Ex.^a, segundo a exigência delas resolver como julgar a propósito concernentemente a pôr também aqui em pratica, ou não as Ordens expedidas em Aviso N.º 59 de 19 de Setembro de 1799 proibindo na referida Capitania o Corte, queima, ou Desbaste das Matas onde houvesse quina.³³⁵

Os relatos, entretanto, não dizem respeito ao mesmo lugar. Haveria quina em abundância na Ilha de São Luiz do Maranhão, como sugere a carta. A dificuldade é a exploração da quina no sertão. Pelos mesmos motivos do salitre – distância, dificuldade no transporte, escassez de mão-de-obra – outro produto procurado não deve ser encontrado no *sertão*. A citação do *Avizo n.º 59*, que proíbe o corte, a queima ou o desbaste das matas em que houvesse quina, mostra o interesse do Estado luso em conservá-lo. Certamente não há ainda, no século XVIII, uma preocupação propriamente ambiental, mas uma forma de preservar a espécie que pode ser útil economicamente. O mesmo acontece com as matas próximas a rios navegáveis, de onde se podia tirar madeira para a construção naval com facilidade. Exemplos como esse se multiplicam desde a Idade Média, quando as florestas eram *protegidas* para servirem de campo de caça para os nobres. De uma maneira não preocupada com questões ambientais, as leis de proteção possibilitaram a preservação de algumas áreas³³⁶.

Na busca dos viajantes pelas *produções inventas da natureza*, a escrita dos relatos evidencia dois fatores fundamentais na construção de uma imagem textual do sertão: o objetivo da viagem e a seleção dos elementos descritos. Esses dois eixos perpassam a análise feita aqui e levam à construção parcial do sertão. A paisagem representada nos relatos, vale repetir, não é a paisagem total, real, universal da região – se é que ela existe. É uma paisagem selecionada, filtrada. Os produtos descritos seguem claramente as instruções de se observar tudo o que fosse economicamente viável e útil para a Coroa, em sua preocupação que conhecer os pormenores naturais de seus territórios. Assim, conforme o objetivo da viagem e

³³⁵ CABRAL, *Análise Botânica da planta denominada Manacá*

³³⁶ Sobre esse tema ver, entre outros, PÁDUA, José Augusto: *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 - 1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 e SCHAMA, op.cit.

do relato, a descrição muda, formando várias imagens de sertão que aos poucos foi sendo unida e cristalizada como o significado do termo e como paisagem da região.

3.4. O SERTÃO DOS HABITANTES

Atualmente, quando nos referimos à população que vive no sertão nordestino, utilizamos o termo *sertanejo*, que abrange desde o criador de gado até os moradores das pequenas cidades da região. Entretanto, assim como o termo *sertão*, a designação de seus habitantes foi aos poucos sendo construída e caracterizada ao longo dos dois últimos séculos. O início do uso do termo remete, mais uma vez, aos relatos de viagem do século XVIII, ainda que parcamente. O padre Joaquim José Pereira utiliza, algumas vezes, o termo *vaqueiro* para designar os trabalhadores do gado: “[esses] pastos são de propósito incendiados pelos vaqueiros”³³⁷. Na única vez em que o padre utiliza o termo *sertanejo*, a palavra aparece em itálico e denomina um grupo envolvido com práticas magias ou feitiçaria. Vale anotar o humor do padre, quando compara os supostos feiticeiros do sertão com os filósofos que tentavam descobrir a pedra filosofal:

Porque eles *sertanejos* dizem que estas pedras significam marcas de posses em outro tempo, e que aqueles lugares assim assinalados denotam tesouros escondidos por gente estrangeira; cujo entusiasmo, de que estão cheios, os tem levado a fazer esforços tais, como o de escavá-los, e por ultimo acham tanto quanto acharam os filósofos no descobrimento da *pedra-philosophal*, em cujo trabalho foram tão insanos, que ele não fez mais crescer as orelhas de Midas, enchendo volumes, traçando fornalhas, e saindo d’este trabalho por ultimo com as mãos vazias, não lhes ficando ao menos a receita pela despesa.³³⁸

O termo em itálico pode significar que ele ainda não era amplamente utilizado no

³³⁷ PEREIRA, *Memória sobre nitros naturais, sal de Glauber, Quina e mais produções inventadas na capitania do Piauí e Maranhão*

³³⁸ “Porque elles *sertanejos* dizem que estas pedras significam marcas de posses em outro tempo, e que aquelles logares assim assinalados denotam thesouros escondidos por gente estrangeira; cujo entusiasmo, de que estão cheios, os tem levado a fazer esforços tais, como o de escava-los, e por ultimo acham tanto quanto acharam os philosophos no descobrimento da *pedra-philosophal*, em cujo trabalho foram tão insanos, que ele não fez mais crescer as orelhas de Midas, enchendo volumes, traçando fornalhas, e saindo d’este trabalho por ultimo com as mãos vazias, não lhes ficando ao menos a receita pela despesa”. PEREIRA, *Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão*, p.167.

período em que o padre escreveu, ainda no século XVIII. Desde então, o termo foi sendo paulatinamente difundido e, provavelmente, só no século XIX passou a fazer parte do imaginário dominante sobre a população local, transformando o *habitante do sertão* em *sertanejo*. O termo também sofreu uma mudança de significação nesse período. Se acompanharmos os dicionários mais utilizados da época, veremos que no princípio do século XVIII Raphael Bluteau vai caracterizar *sertanejo* apenas como “cousa do sertão” sem nenhuma referência aos habitantes. Um século mais tarde, no *Diccionario da Língua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, o termo já aparece definido como o “que vive no sertão, ou matos interiores, e longes da costa.”³³⁹. A pequena inclusão da referência a quem vive no sertão define o habitante como *sertanejo*. A partir daí, principalmente no decorrer do século XIX e início do XX – notadamente depois da publicação de *Os Sertões* de Euclides da Cunha – o sertanejo receberá várias outras significações idiossincráticas.

Os relatos da época nos sugerem que uma das mais fortes características associadas à figura do sertanejo é o trabalho com o gado. As incontáveis fazendas do *sertão* piauiense e maranhense apresentavam um certo tipo de empregado especializado: o *vaqueiro*. Para defini-lo, escreve Francisco de Paula Ribeiro:

Vaqueiro é aquele homem encarregado da criação dos bezerros, e de amansá-los ao menos por tempo de três meses no curral, para que quando criados novilhos não fiquem touros bravos, sem deixar conduzir-se, nem conduzir o gado aos currais (...) É também encarregado de os curar das grandes chagas, que em pequenos geralmente adquirem por intervenção da mosca ou inseto a que chamam *varejeira*, e que infalivelmente os mata, quando se lhes não aplica um pronto e escrupuloso curativo. O vaqueiro queima os campos em tempo próprio, e não todos de uma vez, para que no entanto que estas queimadas, como ali se chamam, produzem novos pastos tenros e viçosos (...). Ele é que procura extinguir as onças ou tigres que aparecem nas fazendas, matar os morcegos e cobras venenosas, que vivem nas tocas ou buracos das pedras e das arvores. É o que ajunta e aquieta os gados nas malhadas: malhadas são certos lugares escolhidos, em quais se costumam os gados a pernoitar, não faltando ali ao por do sol uma só vez (...) É finalmente aquele que para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou que ao menos as madrugadas não o achem em casa, especialmente de inverno, sem atender as maiores chuvas e trovoadas, porque n'esta estação costuma a nascer a maior parte dos bezerros³⁴⁰

³³⁹ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa recopilado dos vocábulos impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*. Lisboa : Typographia Lacerdina, 1813, e BLUTEAU, op.cit.

³⁴⁰ RIBEIRO, *Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão, propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*, p.149.

Esse tipo de empregado, ora é descrito como especializado, ora aparece apenas como única ocupação que os homens da região poderiam ter. O trabalho do *vaqueiro* teria um peso muito grande na caracterização do *sertanejo*. O trabalho com o gado nas fazendas, na *caatinga* e nas matas do sertão aparece nos relatos do período colonial e tem presença garantida no imaginário sobre o sertanejo até hoje. Grande parte da literatura, cinema e telenovelas que de alguma forma buscam retratar a região, mostram o trabalho do vaqueiro pelos sertões da região.

Outro relato que pode auxiliar a definição do *vaqueiro* e dos trabalhadores das fazendas é a *Descrição da capitania de São José do Piauí* feita pelo ouvidor da Capitania do Piauí, Antonio José de Moraes Durão, em 1772. Durão, quando descreve a Vila de Jeromenha, escreve sobre os agregados, empregados e moradores das fazendas, que segundo ele, são de dois tipos: “uns que em algumas ocasiões servem como criador inerente às famílias, outros que nem servem, nem na família se incluem, antes têm fogo separado, posto que dentro da mesma fazenda. Os primeiros, dado que maus, são toleráveis, mas os segundos, são péssimos e danosos em todo o sentido”³⁴¹. Dessa forma o ouvidor começa a delinear os contornos de outra espécie de *tipo* de habitante do sertão, que posteriormente seria chamado de *jaçunço*.

A descrição de Durão mostra os agregados prestando serviços aos fazendeiros, pratica que se tornaria comum em várias regiões do Brasil: “os donos das fazendas os toleram com semelhante vida e com prejuízo seu, parte por medo (...) porque se fazem mais respeitados com o seu auxílio; e quando se querem vingar de alguém têm prontos os seus agregados para toda a casta de despique”³⁴². As práticas desses *agregados* também são descritas pelo ouvidor:

Enquanto porém se lhes permite esta depravada vida, com perda dos gados que furtam, com irreparável dano das gentes que matam, das mulheres que violentam, arrebatadas umas dos regaços de suas próprias mães e outras dos lados de seus maridos, sem lhes aproveitarem as lágrimas e humildes rogativas e enquanto finalmente vivem como brutos cometendo todo o fato horroroso em toda espécie de delitos, desempenhando o nome de monstros e dando o mais escandaloso exemplo a

³⁴¹ DURÃO, op. cit., p.557.

³⁴² DURÃO, op. cit., p.558.

sociedade³⁴³

As descrições feitas por Durão, ainda na década de 1770 servem para corroborar as hipóteses aqui lançadas a respeito da filtragem e seleção do que é escrito nos relatos. Todos os outros relatos analisados nesse trabalho omitem quaisquer informações a respeito dos agregados. Mesmo assim, supõe-se que eles eram figuras presentes nas fazendas, a serviço dos fazendeiros.

A maioria dos relatos da virada dos séculos XVIII e XIX se concentra em tecer comentários e descrições sobre o vaqueiro e suas atividades, mas ao termo ainda não haviam sido atribuídos todos os significados que posteriormente o construiriam como característico do sertão. Como já discutido, durante todo o século XIX e início do XX, a idéia do *sertanejo vaqueiro* será reforçada constantemente até ganhar seus contornos definitivos.

O trabalho com o gado, feito pelo vaqueiro foi a atividade de maior interesse e representação nos diários de viagens. Tanto que até hoje a pecuária permanece no imaginário sobre o nordeste. A *lenta marcha* do gado para oeste, como definiu Emanuel Araújo, é observada pelos naturalistas no decorrer das expedições científicas. De acordo com os relatos, o *sertão* apresentava mais bois que homens. Muitas vezes ambos eram tratados em conjunto. Francisco de Paula considerava que o clima do sertão “presta auxílio à fecundidade e conservação”³⁴⁴, pois ele encontra muitos homens com mais de cem anos e percebe que a taxa de fecundidade das mulheres é alta. Entretanto, o assunto desse parágrafo é o gado. Curiosamente, a conclusão a que ele chega é que o clima ajuda na fecundidade tanto das mulheres quanto do gado, sem diferenciar uma espécie da outra³⁴⁵.

Grande parte da descrição do habitante do sertão passa muitas vezes pelo trabalho com o gado. Para os naturalistas, de forma geral, esse trabalho é feito com muito orgulho

³⁴³ DURÃO, op. cit., p.558.

³⁴⁴ RIBEIRO, *Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão, propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*, p.140

³⁴⁵ RIBEIRO, *Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão, propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*, p.140.

pelos habitantes, além de ser um dos únicos para o qual se encontra mão-de-obra disponível. O padre Pereira fala sobre o gado no início de sua descrição sobre as *produções nativas do sertão*. Supõe-se que essa descrição, por ser bem generalizada e colocada inicialmente no texto, sobrevoe o sertão com as primeiras impressões – ou as que mais chamaram atenção do naturalista. Assim escreve o padre:

os habitantes se aplicam a cultura e ainda mais a criação dos gados vacum e cavalari e de que subsistem, cujos gados vivem errantes sem pastos; eles povoam as brenhas do mesmo Sertão no numero de mais de 2600 cabeças, os quais só são tratados e procurados no tempo de pagar Dízimos a Deus; na Junta das Boiadas, e na parição da vacaria para beneficiarem os bezerros com as suas diferenças: as planícies e serrarias são cheias de grammas a que os habitantes chamam capim agreste, sua raiz é vivasse³⁴⁶

Repetidas vezes o mesmo sistema de criação de gado é descrita nos relatos. O que se vê é sempre boiadas soltas e esparsas nos vastos terrenos do sertão. O gado só é procurado, tratado e contado, segundo os relatos, em três momentos: para pagar o dízimo – que era cobrado a partir de uma porcentagem da posse de cada um; no tempo da *junta da boiada*, provavelmente época em que se contava o gado e se dava aos empregados a sua parte, como pagamento pelo trabalho; e ainda na *parição da vacaria*, época em que o gado demandava maior trabalho dos vaqueiros, que deveriam cuidar das vacas e de suas crias.

Essas características são reforçadas pelos naturalistas, cada um à sua maneira. Spix e Martius mais uma vez colocam a questão de forma *romântica*. A narrativa do século XIX coloca o sentimento junto com a descrição científica. Como já discutido no capítulo 2.2, razão e sensibilidade andam juntas no oitocentos e as narrativas de viagem também apresentam essa *afinidade eletiva*³⁴⁷. Para os alemães, “o gado, que pasta em grandes rebanhos nestas campinas, procura o sal com avidez, e lambe os barrancos abruptos (barreiros), às vezes em filas longas, numa camaradagem pacífica”³⁴⁸.

³⁴⁶ “Os habitantes se aplicam a cultura e ainda mais a criação dos gados vacum e cavallar e de que subsistem, cujos gados vivem errantes sem pastos; elles povoam as brenhas do mesmo Sertão no numero de mais de 2600 cabeças, os quaes só são tratados e procurados no tempo de pagar Dizimos a Deos; na Junta das Boyadas, e na parição da vacaria para beneficiarem os bezerros com as suas diferenças: as planices eserrarias são cheyas de grammas a que os habitantes chamão capim agreste, sua raiz é vivace” **PEREIRA**, *Memória sobre nitros naturais, sal de Glauber, Quina e mais produções inventadas na capitania do Piauí e Maranhão*

³⁴⁷ O termo, já citado, é utilizado por **SALLAS**, op.cit.

³⁴⁸ **SPIX** e **MARTIUS**, op.cit., p. 78.

Em nenhum relato, entretanto, o gado ocupa tantas páginas como no de Francisco de Paula Ribeiro. Além do interesse econômico inerente às viagens, o naturalista escreveu uma memória somente para descrever os *sertões de Pastos Bons*, que, como o nome sugere, guarda uma grande quantidade de cabeças de boi, que viviam dispersas nas suas muitas fazendas de gado. Segundo ele, os animais ali criados eram famosos em outras regiões, onde eram comercializados. Em decorrência foi através do comércio do gado que alguns caminhos de comunicação começam a interligar aqueles sertões com o restante da colônia, notadamente com o litoral da Bahia³⁴⁹. O comércio – e conseqüentemente a região – só não era mais desenvolvido e lucrativo, segundo Francisco de Paula, em razão dos métodos utilizados pelos criadores de gado. Um dos problemas constatados foi a morte de muitas vacas prestes a parir novos bezerros:

Bem se vê, pelo que respeita aqueles açougues das vacas novas, deverem ser muito raras aquelas que ao abrir-se depois de mortas, não fazem ver em seus ventres os filhos ou filhas também mortas, que estavam para vir a luz, perdendo-se não só estes frutos, porém todos os mais que em cada ano poderiam produzir, não só elas em quanto vivas, mas ainda mesmo aquela perdidas crias, que principiariam também a procriar aos três anos de nascidas³⁵⁰

A crítica feita aos métodos extensivos de agricultura e de exploração das riquezas naturais empregados no período colonial não aparece apenas nos relatos sobre o *sertão*. José Augusto Pádua, autor de *Um sopro de destruição* – analisa outras fontes documentais do mesmo período. Preocupado com a *história ambiental*, o historiador reserva um capítulo inteiro de seu trabalho para tratar dos *processos verdadeiramente selvagens* utilizados na exploração e coleta predatória tanto no período colonial quanto no pós independência³⁵¹.

³⁴⁹ **RIBEIRO**, *Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão, propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*, p.129.

³⁵⁰ **RIBEIRO**, *Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão, propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*, p.141.

³⁵¹ **PÁDUA**, op.cit., p. 204 e seguintes. Ainda sobre a agricultura predatória no Brasil e suas conseqüências, principalmente na Mata Atlântica, ver **DEAN**, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. O autor começa seu livro sugestivamente com o provérbio: “quem vier depois, que se arranje”.

Os relatos e a historiografia deixam claro que a atividade pecuária tinha grande força no sertão nordestino do século XVIII. A partir da concentração de sesmarias nas mãos da família D'Ávila, como discutido no primeiro capítulo, grande parte daqueles sertões foi utilizada para a criação de gado³⁵². Assim, a pecuária extensiva – como poderíamos chamá-la hoje – era vastamente utilizada, aparecendo em grande parte dos relatos. De todas as descrições do sertão utilizadas no presente trabalho, apenas o relato de José Machado Gaio se omite a esse respeito. Gaio sequer cita a criação de gado na capitania do Ceará, local por onde viajou. Os relatos de Joaquim José e Vicente Jorge pouco falam sobre o assunto, entretanto, quando citam o vaqueiro ou o gado, o tom do relato é o mesmo que se faz presente nas páginas de Paula Ribeiro ou Spix e Martius.

Mais uma vez fica claro que o objetivo das viagens dá o tom aos relatos escritos. A presença ou não de certos elementos construtivos da paisagem sertaneja nos relatos depende muito do fim ao qual eles são destinados. Esse interesse por determinadas produções nativas é um grande obstáculo a se transpor quando analisamos os relatos. Saltam à vista, numa primeira análise, apenas as descrições a respeito dos objetivos primários de cada viagem. Como resultado das intencionalidades, muitas vezes o *sertão* deixa de ser inóspito, seco, doentio, habitado, para ser apenas o sertão onde há quina, ou salitre, ou gado. É necessário lembrar, mais uma vez, que os relatos setecentistas tinham uma utilidade prática imediata: informar a Coroa sobre as condições da colônia. Portanto, o que é escrito nos relatos remete primeiramente às instruções recebidas pelos viajantes no sentido de observar todas as produções que poderiam ser economicamente úteis e, num segundo momento, às preocupações e vivências diárias dos viajantes. O gado espalhado pelas capitanias percorridas cruzou por várias vezes os caminhos de nossos narradores. Dessa forma, mencionado em maior ou menor grau, é um dos pilares fundamentais da construção da paisagem sertaneja.

Os relatos de viajantes apresentam outras características, além do trabalho com o gado, que desempenharam um papel de relevo na construção do termo sertanejo – senão o papel principal. Entretanto, descrever os costumes, o tipo físico, a organização familiar e

³⁵² BANDEIRA, op.cit.

social, a cultura do povo que habitava o sertão na virada dos séculos XVIII e XIX era tarefa bem mais complicada que apenas designá-los ou rotulá-los.

Em um dos capítulos do livro *As morais da História*, Tzvetan Todorov se depara com um problema muito parecido com o que enfrentamos: a análise da descrição e conseqüente construção do outro. Na verdade, o problema é enfrentado sempre que trabalhamos com relatos de viagens e, indo mais além, com a representação da realidade em qualquer nível e forma. As perguntas que iniciam o capítulo iniciam também a instigante investigação por suas respostas: “Para melhor conhecer um povo, deve-se vê-lo do interior ou do exterior? Quem é capaz de ajuizar com maior perspicácia acerca de um grupo: aquele que lhe pertence ou que o observa do exterior?”³⁵³.

A questão de *conhecer o outro* é o cerne de grande parte das problemáticas nas quais se debruçam os pesquisadores das ciências humanas. O problema reaparece a cada análise documental, já que a própria fonte histórica é, em última análise, a representação de um *outro* que viveu, produziu e reproduziu em um presente histórico diferente do nosso. Se *conhecer o outro* é uma questão complexa, o trabalho de *descrevê-lo* é ainda mais. A questão que incomoda Todorov no trecho citado percorre também a presente dissertação, uma vez que ela também envolve a descrição do *outro* por um interessado em descrevê-lo. No presente caso temos a seguinte situação: tentamos ver através dos relatos de *um* – ou *uns*, viajantes que percorreram o sertão da América portuguesa – a imagem de um *terceiro*. Sabemos de antemão que são imagens construídas pelos primeiros, entretanto, dispomos somente delas como instrumentos que tornam possível a tentativa de entender e apreender os terceiros.

No caso de Todorov, a preocupação é entender e conhecer a Bulgária, através dos relatos dos franceses. O autor analisa relatos de viagem do século XVIII e XIX, o que mais uma vez o aproxima desta pesquisa. O conceito utilizado como ferramenta para tentar responder às perguntas iniciais é a *exotopia*, termo criado por Mikhail Bakhtin (originalmente,

³⁵³ TODOROV, *As morais da história*, p.25. O capítulo a que me refiro nesse trecho é *A Bulgária em França*, pp. 25-35 e o seguinte “*Post-scriptum*”: *o conhecimento dos outros*, p. 37-40.

unenakhodimost) e utilizado por Todorov³⁵⁴. Segundo Bakhtin, “No domínio da cultura, a exotopia é a mais poderosa das alavancas de compreensão. É apenas aos olhos de uma cultura *outra* que a cultura estrangeira se revela da forma mais completa e mais profunda”³⁵⁵.

De acordo com esse conceito, a melhor maneira de se aproximar de uma cultura é através de relatos exteriores a ela, já que esses não trariam a ingenuidade inerente aos indivíduos daquela cultura quando se auto-retratam. Aí entram os escritos dos viajantes. Para tentar entender como os búlgaros eram representados, ou, como os franceses viam e representavam os búlgaros, Todorov utiliza o relato de Voltaire, filósofo do século das Luzes e de Lamartine, poeta do século XIX.

Da mesma maneira, o objetivo aqui não é entender quem eram os *sertanejos*, ou os *habitantes dos sertões* da América portuguesa no fim do período colonial, mas sim como alguns viajantes os viam e construía. Todorov analisa os relatos do iluminista francês sobre os búlgaros em dois momentos: primeiro, no romance *Cândido* e, segundo, em um verbete do *Dictionnaire philosophique*. No primeiro caso, é levado em conta o gênero da obra, um romance, o que significa que sua análise não está esperando da fonte um comprometimento com a realidade. Mesmo assim, a imagem dos búlgaros assusta:

Era uma aldeia árabe, que os búlgaros tinham queimado de acordo com as leis do direito público. Aqui, velhos crivados de golpes viam mulheres morrer degoladas com os filhos suspensos nos seios ensangüentados; mais além, raparigas com os ventres abertos, depois de terem saciado as necessidades naturais de alguns heróis, davam os últimos suspiros; outras, meio queimadas, suplicavam que acabassem que as matar.³⁵⁶

A detalhada descrição, no entanto, não dizia respeito aos búlgaros. Segundo Todorov, “até o leitor mais desatento de *Cândido* sabe que não é dos búlgaros que se trata nessas páginas (...). O país visado por Voltaire é a Prússia”³⁵⁷. Entretanto, a melhor maneira encontrada pelo filósofo para falar da desconhecida Prússia foi aproximá-los – aqui inclusive

³⁵⁴ Vale lembrar que Todorov encontrou o termo que traduzia o neologismo russo para a língua francesa. Depois da tradução de Helena Ramos para o português, mais uma aproximação foi feita, para que o termo fosse traduzido para o português. Não tive acesso à publicação original para utilizar o termo em francês.

³⁵⁵ **TODOROV**, *As morais da história*, p.26.

³⁵⁶ **VOLTAIRE**. *Cândido*; in. **TODOROV**, *As morais da história*, p.30.

³⁵⁷ **TODOROV**, *As morais da história*, p.30.

trocando o nome – de algo que ele conhecia bem: os crimes cometidos na Guerra dos Sete anos. Dessa maneira, Voltaire fala de búlgaros que não são, de fato, *búlgaros*; o significante e o significado dessa palavra nunca se cruzam na análise³⁵⁸. Entretanto, Todorov não entra em uma discussão mais aprofundada na análise, buscando resolver a questão de por que os prussianos são descritos como búlgaros. Certamente isso diria algo sobre o que pensa Voltaire sobre os habitantes da Bulgária.

De certa forma, essa busca por explicar o desconhecido através do conhecido é recorrente nos relatos de viagem, como já discutido nesse trabalho. Isso pôde ser feito, no entanto, por meio da tentativa de sobrepor essas categorias, mesmo que o desconhecido não se ajustasse a nenhum tipo de categorização já elaborada do conhecido. Dessa forma, o que não encontra correspondência é considerado inferior. Assim, os elementos observados nas viagens – sejam físicos, econômicos ou culturais – que puderam ser inseridos em alguma categoria, na maior parte dos casos foi considerado inferior.

Um exemplo disso é como os viajantes descreviam o *trabalho* das populações locais. Vamos direto à fonte: “No decurso das minhas jornadas vi em todas as fazendas homens ociosos cheios de nudez e de miséria que senão resolviam a plantar algodão p.^a vestir, e o pão para matar a fome”.³⁵⁹ O bacharel Vicente Jorge Dias Cabral várias vezes se queixa da falta de mão de obra para sua expedição, que ele traduz em falta de vontade de trabalhar. Ele a retrata também na memória *Continuação das Observações feitas sobre diversos saes na parte inferior do Piauhj*:

Os habitantes do Sertão ainda não conhecem os seus interesses entregues à ociosidade desprezam os presentes da natureza de que eles têm maior necessidade: o sal comum é de suma necessidade para as carnes secas de que usam; e com tudo não aproveitam e esperam que venhas do Reino, ou da Capitania vizinha.³⁶⁰

O militar Francisco de Paula Ribeiro também discorre sobre o tema:

Pobres os seus habitantes e sem indústria alguma, apenas vivem do peixe que pescam, não do rio, que cria em si muito pouco, porém do mar, de que eles estão perto; tudo o mais que além desse

³⁵⁸ TODOROV, *As morais da história*, p.31.

³⁵⁹ CABRAL, *Memória sobre as nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhj*.

³⁶⁰ CABRAL, *Memória sobre as nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhj*.

artigo precisam para viver lhes vem por água da cidade de São Luiz do Maranhão, 20 léguas distante, até a mesma farinha-de-pau, que podiam lavrar com abundância, se um tanto inimigos não fossem do trabalho³⁶¹

Voltando algumas décadas, encontramos o relato de José Machado Gaio, naturalista formado em Coimbra na década de 1780. A opinião de Gaio a respeito do trabalho dos *habitantes do país* – como ele se refere aos moradores das regiões por onde passou – vai na mesma direção que a dos outros viajantes: “Os habitantes do país não fazem uso dos poços, ou cisternas, porque mal desfrutam aqueles bens que a natureza pródiga lhes oferece, e eles aceitam sem trabalho”³⁶².

Avançando para o outro extremo das balizas temporais dessa pesquisa, o relato de Spix e Martius também não se omite a esse respeito: “O único meio de obter melhor água seria cavar poços no xisto quartzítico; mas a indolência da gente satisfaz-se com as cisternas, que muitas vezes ainda pioram o mal”³⁶³

Mesmo que não concordem na análise – para Gaio os habitantes não se dão ao trabalho sequer de construir cisternas, enquanto que para os alemães os habitantes *só* se contentam com as cisternas, sem cavar poços – a conclusão aponta na mesma direção: a falta de vontade para o trabalho. Tais caracterizações da inapetência pelo trabalho são possivelmente um eco das primeiras narrativas acerca das populações indígenas que viviam no litoral americano. A *natureza pródiga* descrita por Gaio figura na grande maioria dos relatos sobre o Novo Mundo e muitas vezes é tomada como a causa da suposta ociosidade dos habitantes. Desde os primeiros cronistas, os índios são descritos como populações que apenas se contentam com o que a natureza lhes oferece, sem tentar se apropriar ou tirar proveito dela. A natureza ainda virgem, intocada e não domesticada, culturalmente falando, incomoda os europeus. No Velho Mundo a proporção recursos / número de habitantes não permitia a sobrevivência por meio da simples coletas fossem feitas, ou seja, era preciso cultivar para poder colher. Além disso, o conhecimento e a domesticação da natureza para que servisse ao

³⁶¹ RIBEIRO, *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815*, p.71.

³⁶² GAIO, *op.cit.*

³⁶³ SPIX e MARTIUS. *op.cit.*, p. 78.

homem era um pressuposto do racionalismo iluminista, como já salientado, e não uma preocupação geral entre os habitantes a América. Mesmo os índios que praticavam a agricultura, como os tupi-guarani do litoral, eram considerados como pouco propensos ao trabalho nos inúmeros relatos elaborados durante o período colonial.

Os viajantes deixam claro, apesar de algumas contradições em seus textos, que o tipo de trabalho ao quais os habitantes não se dedicavam era o trabalho como o concebiam os europeus. Aqui a categoria cultural *trabalho*, como pensada pelos viajantes, não consegue dar conta do que os habitantes da América realizavam. Desde o descobrimento, passando pelo século XVIII, essa confusão de significado ainda pairou sobre muitos estereótipos sobre os trópicos. Mesmo quando concordavam que a atividade local descrita poderia ser chamada *trabalho*, os viajantes continuavam escrevendo que os habitantes não gostavam de trabalhar. Dias Cabral é exemplo disso, quando refere-se ao trabalho a cavalo realizado pelos locais:

A mão d'aobra aqui he muito cara quero dizer os jornaes dos trabalhadores. Não há q.^m queira trabalhar nem por bons modos nem sendo obrigados. Se algum se rezolve atura poucos dias e não mais enunca sem o interesse da comida (...). Eu os convidava p.^a me ajudar no trabalho prometendo-lhes fartura seg.^a que o Serviço Real os livraria da recluta (do que no Certão há grande horror) não forão suficientes os meios lembrados. Em huma palavra só o trabalho a cavalo em perseguição dos gados fazem de boa vontade não sendo aturado por muito tempo outro qualquer trabalho, dizem elles he proprio dos escravos cativos.³⁶⁴

O trecho deixa explícita a questão: mais do que apenas não querer trabalhar, os habitantes não queriam trabalhar da forma *como* os viajantes entendiam o trabalho e nem *para* eles. O trabalho das populações locais é desvalorizado pelos viajantes, porém essa prática não é exclusividade de autores do século XVIII. Essa desvalorização reflete os relatos de séculos de colonização ibérica sobre a América e mostra o quanto a discussão já feita nos primeiros capítulos desse trabalho pode ser válida: qualquer que seja a narrativa em questão, ela deve remeter a algum referente preexistente, para que a compreensão ocorra.

No caso dos relatos, ela remete a outros autores, a imagens se que se produziram e reproduziram nas inúmeras viagens e relatos pelo novo mundo, algo compartilhado por viajantes do século XVIII e por todos os que pretendem descrever *objetivamente* algo. Os

³⁶⁴ CABRAL, *Memória sobre as nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhj*.

viajantes que escreveram mais de um relato, como o capitão Francisco de Paula Ribeiro ou o padre Joaquim José Pereira, visivelmente utilizam elementos de uma narrativas anteriores para compor as outras.³⁶⁵ O papel dessa análise não é julgar nem condenar os viajantes pelo que escreviam ou deixavam de descrever. Ao contrário, busca-se apenas entender o porquê das descrições e, de maneira aproximada, como esses autores estavam *entendendo* a população local.

É provável que o ambiente do sertão também tenha desempenhado um certo papel nessa desvalorização. Já foi salientado que o sertão é aqui tratado como uma categoria complexa e, sendo assim, muitas vezes o *sertão* geográfico não representa necessariamente o *sertão* que está sendo descrito. Em algumas descrições, como na da Lagoa das Aves de Spix e Martius, o maravilhoso e exótico ambiente da lagoa faz parecer que ela está fora do sertão, mesmo estando geograficamente dentro.

O *trabalho* também sofre mudança quando analisado em outro espaço. Se, por todo o sertão os habitantes não dispostos aos trabalhos oferecidos eram taxados de indolentes, quando se saía dele, a situação era diferente. Descrevendo suas jornadas pela Serra dos Matões, no extremo norte do Piauí, ou seja, quase no litoral, escreve Vicente Jorge Dias Cabral sobre seus habitantes: “Nesta distancia os habitantes dela nenhum negocio fazem, vendendo pouco mantimento para a mantença das fazendas vizinhas, vivem fartos e contentes naquele Cantão, livres dos incômodos inerentes aos povoados.”³⁶⁶

De um momento para o outro a indolência vira liberdade, e o pouco trabalho realizado é visto com olhos bucólicos, quase românticos. Os habitantes não estão sem trabalhar, estão vivendo “fartos e contentes” e ainda “livres dos incômodos” dos povoados. A mudança da concepção de trabalho só se dá com a mudança do ambiente percorrido. Dias Cabral deixa isso bem claro quando descreve a Serra dos Matões:

Cansado de ver os campos secos sem uma única arvore verde subindo, a serra dos Matões foi para mim hum belo espetáculo ver aquela altura coberta de verdura continuada, cortada de riachos de água pura, e cristalina, muito fresca; com excelentes terras de plantações, que me fizeram acordar as

³⁶⁵ RIBEIRO, *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815*, p.22

³⁶⁶ CABRAL, *Memória sobre as nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhj*.

de Minas Gerais, densos matos, grandes arvores frutíferas, quando é ao contrario na serra Grande, que não é longe dali; campos secos, água salobras, e sem corrente, mato áspero, ferrenho, seco e sem frutos, as que chamam catinga na linguagem vulgar. Que diversidade tão notável!³⁶⁷

A serra, aliás, já era conhecida pelo naturalista, provavelmente por intermédio de outro relato, já que, na *Memória sobre as nitreiras naturais do Piauí*, ele a cita como “muito célebre pelas belas terras e matos de plantações, pela sua altura, finalmente por causa da imensidade de alume plumoso, e Vitriolo de Marte”.³⁶⁸ A serra já é célebre por suas produções naturais e, talvez por isso, ela seja descrita como mais exuberante.

Os habitantes são descritos de outra maneira. Mesmo que seu comportamento seja o mesmo observado no restante da viagem, o fato de estarem *fora do sertão* faz com que sejam vistos com outros olhos. Talvez o simples fato da prática de venda de mantimentos nas fazendas tenha feito com que os viajantes lembrassem de certas práticas econômicas bastante utilizadas no Velho Mundo. Assim, essa prática foi considerada um *trabalho* relevante e, mais importante, que se encaixava nas categorias européias.

Um paralelo pode ser feito com o relato de Martius e Spix sobre a população de Capão. Nesse relato, da mesma forma que no relato do bacharel, a descrição da população traz um tom mais ameno. Aliás, é interessante notar que a Fazenda Capão é onde os naturalistas encontraram a Lagoa das Aves que, como vimos, parecia deslocada do restante da paisagem. Além disso, segundo os naturalistas, o comércio “desbravou a primitiva selvajaria, e imprimiu-lhe o mesmo aspecto de paz e sossego, que deu a muitas das nossas paisagens européias a sua feição civilizada”³⁶⁹. Note-se que os naturalistas podem estar utilizando o termo comércio no sentido, amplo, de atividade econômica, opondo-o à atividade de simples subsistência, praticada pelo restante dos sertanejos.

Enquanto para Vicente Jorge Dias Cabral a tranqüilidade está fora do sertão geográfico, para os naturalistas alemães os aspectos de “paz e sossego” europeu se encontram, não por acaso, na fazenda onde a esplêndida lagoa fez com que os viajantes esquecessem do

³⁶⁷ CABRAL, *Memória sobre as nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhj*.

³⁶⁸ CABRAL, *Memória sobre as nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhj*..

³⁶⁹ SPIX e MARTIUS, *op.cit.*, p.90

sertão e fossem “transportados a um país completamente diverso”³⁷⁰.

Qualquer semelhança possível de ser traçada com a Europa deixa o sertão mais civilizado para os viajantes, mesmo que a maioria dos relatos aqui analisados seja de viajantes luso-brasileiros. O ideal de *civilidade* europeu e urbana era compartilhado por esses viajantes. Na maior parte dos casos, a incivilidade do interior americano era, de antemão, retratada por eles Spix e Martius, descrevendo o Arraial das Formigas, apresentam um dos estereótipos dos habitantes que certamente ocupou muitas linhas dos relatos de viagem: “Os habitantes deste pequeno povoado constituído de algumas filas de cabanas baixas, todas de barro, são, como filhos do sertão, mal afamados como brigões e por seu banditismo, e não pareciam possuir a bela virtude da hospitalidade dos seus vizinhos”³⁷¹.

Filhos de um sertão incivilizado, os moradores são também incivilizados. A contraposição da civilidade do litoral colonizado frente aos ermos sertões já foi discutida nesse trabalho. Vale lembrar que a *incivilidade* anda, na maioria dos casos, no mesmo passo que o *vazio desértico* e o *clima inóspito*. Essas três características, implícita ou explicitamente, norteiam grande parte dos relatos do final do período colonial. A civilidade vem sempre junto com algum aspecto conhecido, familiar, *europeu*. Mesmo os poucos habitantes considerados *europeus* – provavelmente já mestiços – davam um ar de alguma civilização aos povoados. Esses normalmente faziam comércio, enquanto os *outros*, sem lavouras ou produções, viviam em condições de miséria e precariedade:

São europeus pela maior parte os seus habitantes estabelecidos ali com lojas de fazendas secas ou molhadas: todo o resto é gente pobre, e vive miseravelmente. Não tem espécie alguma de lavoura, ainda mesmo entre os últimos, para manter-se, assim por natural indolência sua, como porque a natureza estéril daquele pedaço de terreno arenoso a ela não os convida.³⁷²

Aqui, a natureza árida é a responsável pela falta de interesse nas lavouras, já que deixa o terreno arenoso e estéril. O conjunto imagético reproduzido sobre sertão do nordeste ainda hoje carrega consigo esses elementos. Porém, no século XVIII, o *sertão* ainda era

³⁷⁰ SPIX e MARTIUS, op.cit., p. 88.

³⁷¹ SPIX e MARTIUS, op.cit., p. 79.

³⁷² RIBEIRO, *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815*, p.72.

maior, englobando sob sua denominação todo o território do interior. Nem por isso, entretanto, era homogêneo. E, se o *sertão* era diferente, seus habitantes também o eram:

O acolhimento, por toda parte neste sertão, não era menos hospitaleiro do que nas outras terras de Minas; porém, quão diferentes nos pareceram os habitantes destas regiões solitárias, em confronto com os sociáveis e cultos cidadãos de Vila Rica, de São João d'El-Rei etc! .³⁷³

A região das Minas Gerais era culta e sociável. Não se pode esquecer que grande parte do ouro brasileiro que alimentou a economia do reino saiu dessa região, nem tampouco ignorar o fato de que a concentração de reinóis deveria ser maior naquela região do que no interior do Piauí. Fica claro nos relatos que ser um habitante do sertão, ser chamado *sertanejo*, remete a uma condição e não a uma origem:

Ademais, só a mínima parte dos sertanejos é de origem puramente européia; a maioria consta de mulatos, na quarta ou quinta geração; outros são mestiços de índios com negros ou de europeus com índios. Escravos negros são raros, devido a miséria geral dos colonos; os trabalhos da lavoura e da criação de gado são feitos pelos próprios membros da família.³⁷⁴

Em uma sociedade que ainda respirava os ares do Antigo Regime, uma região como o sertão piauiense, maranhense ou cearense, com poucos europeus e muitos índios, escravos e mestiços, não poderia ser bem vista. Já nas Minas, uma concentração maior de reinóis e de vilas que cresceram com a mineração dava um ar europeu e civilizado à paisagem.

A discussão a respeito da civilidade no território português na América chegou até os versos das poesias satíricas de cordel. No *Discurso que fizeram duas senhoras portuguesas*, poesia do gênero, o assunto aparece no decorrer da ação, na resposta de duas mulheres às acusações de um *brazileiro*. Se o tema chegou até a literatura de cordel, possivelmente era corrente em Lisboa. Na poesia, duas mulheres falam a respeito da origem de certo brasileiro, que havia difamado as mulheres de Lisboa:

Diz que he filho da Bahia:
Creio que não; na verdade;
Pois ouço dizer a alguns
Que há já lá civilidade.
Será talvez do Certão,

³⁷³ SPIX e MARTIUS, op.cit., p. 76.

³⁷⁴ SPIX e MARTIUS, op.cit., p. 76.

Ou de algumas toscas matas,
Onde se chamão senhoras
As Pretas, e ás Mulatas.³⁷⁵

No trecho fica evidente a oposição entre o litoral, representado pela Bahia – onde *há já lá civilidade* – e o interior, que é dividido entre as *toscas matas* e o *sertão*. O sertão, além de ser o oposto do litoral e também o oposto das matas, portanto, a região seca e árida do interior da América portuguesa.

A incivilidade do sertão e dos seus habitantes marca os relatos de viagem aqui analisados. Entretanto, não era *o* habitante, ou ainda *um* habitante que aparece descrito nos relatos. A categoria *habitante* é tratada de modo geral, universal. É raro encontrar nos relatos de viagem uma descrição que corresponda a um indivíduo em especial, a alguém que foi conhecido durante o percurso. Personagens assim pouco aparecem, apenas alguns dos soldados que acompanham as expedições, alguns fazendeiros e, por uma ou duas vezes, o nome de algum prático que ajuda nos serviços³⁷⁶.

Como não podemos admitir um imenso território habitado apenas por um trabalhador, dois ou três soldados e mais alguns fazendeiros, fica claro que a descrição do sertão não consegue ou não se propõe a dar conta de todos os elementos e da realidade dos locais visitados. O sertão, mesmo lembrado muitas vezes como desértico, pouco povoado, certamente tinha um número muito maior de habitantes do que o descrito nos relatos. Mostra disso são os mapas populacionais apresentados no final de alguns deles, como é o caso da memória de Joze Machado Gaio e do padre Joaquim José Pereira, por exemplo (Figura 04 e anexo 05) Os habitantes eram observados e contados. Entretanto, a depender da finalidade da memória ou do relato, não eram arrolados como indivíduos, mas permaneciam como a

³⁷⁵ *Discurso que fizeram duas senhoras portuguesas depois de lerem o papel dos Conselhos, que deu hum Brasileiro a todos os seus Patrícios, que viessem a esta Corte: a que elle chama advertências saudáveis contra o gênero Femenino.* Lisboa : Typografia Lacerdina, 1805.

³⁷⁶ Apenas uma vez em todos os relatos encontrou-se o nome de um trabalhador – excetuando aqui os soldados que por vezes aparecem. O trecho que segue fala do *contrato* firmado com o trabalhador Vicente Pinto, que acompanharia a expedição de Vicente Jorge Dias Cabral: “Na Junta da Fazenda se abre praso ao pratico Vicente Pinto; e foi deliberado que vossa mercê lhe pague desde onze d’Outubro, em que entrou a servir metendo-o em folha com o jornal, que no Sertão costuma dar-se nos comboieiros”. Normalmente se omitem quaisquer informações a respeito dos trabalhadores das expedições. **CABRAL**, *Análise botânica da planta denominada velame grande*.

categoria universal. Esse procedimento estava previsto nas Instruções que circulavam entre os viajantes na virada do século. A observação do mundo natural englobava também a observação do homem. Tanto que Joze Machado Gaio, cujo relato é emblemático em relação às instruções, ao descrever o Reino Animal, escreve:

Sendo o reino animal tão interessante aos usos da vida que ministra ao homem até as matérias de primeira necessidade, pareceu-me justo individuar atentamente as suas produções, principiando pelo homem como animal, que o soberano artífice da Natureza distinguiu entre os mais pela sua construção assim física como moral.³⁷⁷

O homem tem um lugar especial na natureza, não nos relatos. Além disso, mesmo que os habitantes sejam seguidamente taxados de rústicos ou ignorantes, a descrição geral do homem do sertão mostra repetidamente a *boa índole* dos habitantes.

Em sua *Memória relativa às capitanias do Piauí e Maranhão*, Francisco Xavier Machado, personagem que viajou pelas províncias nos anos de 1810, dedica uma parte de seu texto, ainda que pequena, à índole e ao caráter da população do sertão³⁷⁸. Suas observações são, majoritariamente, sobre as condições econômicas dessas províncias, seus rebanhos – inclusive com o arrolamento do número de cabeças de gado de cada freguesia –, a grande escravaria que se faz presente na capitania e a notável produção de algodão do Maranhão³⁷⁹. Sob o título de “Caracter dos habitantes d’estes vastos sertões”, o autor deixa escrito que a

³⁷⁷GAIO, op.cit. A grafia foi modificada. Na transcrição do original, se lê: “Sendo o reino animal tão interessante aos usos da vida q’ ministra ao homem até as matérias de primeira necessidade, pareceu-me justo individuar atentamente as suas produções, principiando pelo homem como animal, que o soberano artífice da Natureza distinguiu entre os mais pela sua construção assim física como moral”. Um ponto interessante dessa passagem é quando Gaio se refere ao “soberano artífice da Natureza”. As discussões iluministas iam contra alguns preceitos religiosos, o que não significava que os naturalistas não continuam a crer na Igreja. O naturalista não usa o termo Deus, mas chega bem próximo disso.

³⁷⁸MACHADO, . *Memória Relativa às capitanias do Piauí e Maranhão*, p.63.

³⁷⁹ A exportação de algodão no ano de 1809, segundo Francisco Xavier Machado, chegou ao valor de 1.630 contos de réis. (MACHADO, *Memória Relativa às capitanias do Piauí e Maranhão*, p.68) Sobre a produção algodoeira maranhense, ver o texto de Dauril Alden. O autor traz a análise do período final do século XVIII, a que chama “renascimento agrícola” do Brasil. ALDEN, Dauril. *O período final do Brasil Colônia: 1750-1808*. in. BETHELL, Leslie (org.) América Latina Colonial, vol. II. São Paulo: Editora da USP. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p.564.

**Mappa geral do Sertão da Capitania de
S. Luiz do Maranhão.**

NOMES DAS FREGUEZIAS	NUMERO DAS DITAS	PESSOAS DE AM- BOS OS SEXOS DE. . . . A. . . .	LONGITUDE	LATITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
Marvão.	1	2,000	20 leg.	8
Campo Maior . . .	1	4,000	30 »	12
Parnahiba.	1	4,000	25 »	10
S. Bernardo. . . .	1	3,000	22 »	9
Aldêas Altas. . . .	1	5,000	18 »	11
Oeiras	1	5,000	40 »	16
Pastos Bons. . . .	1	3,000	24 »	10
Parnaguá.	1	3,000	30 »	12
Jurumenha	1	2,000	21 »	10
Valença.	1	2,000	20 »	10
TOTAL. . .	10	33,000	250 leg.	108	50	120

Figura 04. Mappa Geral do Sertão da Capitania de São Luiz do Maranhão. In.: PEREIRA, Joaquim José. *Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão...* . RIHGB, v. 20, p. 165-169, 1904.

índole “d’estes povos é boa, e fáceis de levar aonde necessário for”³⁸⁰. Em contrapartida, sua educação é “má, porque não tiveram de quem herdar”. São diferenciados, na análise do viajante os “mais ricos e abundantes” dos pobres. Os primeiros vivem num sertão com “caça, cães, espingardas, cavalos, etc.”, enquanto a descrição dos pobres é mais completa:

Os pobres são sujeitos à bebida da cachaça, a pitar, e às danças e toques próprios do país, fáceis em cometer crimes, logo que a isso os induzam, desmazelados e preguiçosos: talvez a abundancia do país concorra para estes males, porque, atividade sem precisão, raras vezes se encontra³⁸¹

Essa descrição do habitante se torna, no decorrer dos relatos, um *topoi* narrativo, ou uma *schemata*, para retomar as discussões feitas por Gombrich. Para este autor, a observação

³⁸⁰ MACHADO, *Memória Relativa às capitánias do Piauí e Maranhão*, p.63.

³⁸¹ MACHADO, *Memória Relativa às capitánias do Piauí e Maranhão*, p.63.

e construção através da descrição passam pelo crivo seletor do que ele denomina *schemata*. Ela é o *vocabulário* de que o artista ou, no nosso caso, o narrador, precisa³⁸². As descrições dos habitantes nos relatos analisados formam um bloco e são repetidas com as mais variadas formas e adendos.

No mesmo sentido, Francisco de Paula Ribeiro, depois de tecer vários comentários a respeito da pouca educação e da falta de comércio nos sertões, fala que:

Apesar disso, não tem em si, além do seu adusto modo de tratar, outros defeitos que escandalizem a humanidade: ao menos prudentemente os dirigem, porque enfim são hospitaleiros, agasalhadores, e tratam aos passageiros, de que sempre tem concorrência, com aquele agrado próprio sim da sua rusticidade, porém sincero e de boa-fé, facilitando tudo o que possuem aquele que carinhosamente os sabe enganar, e sem que se acautelem dos prejuízos que muitas vezes se lhe têm seguido de sua credulidade: finalmente, entre os povos sertanejos este foi o menos desumano que em outro tempo conheci.³⁸³

Em outro trecho em que se debruça sobre a análise dos habitantes, o parágrafo 11 de sua *Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão*, Ribeiro repete a mesma passagem sobre os sertanejos, além de complementar aos comentários sobre a *boa índole* dos homens, escrevendo que “Por maiores que sejam os despotismos que se lhes faça sofrer, não conhece como recurso contra eles as intrigas nem as representações populares”³⁸⁴. Francisco Ribeiro era um oficial militar de carreira e, em várias vezes durante sua trajetória, como é realçado no prefácio da obra por Manoel de Jesus Barros Martim, é reforçada sua vontade e zelo por bem servir seus soberanos. Escrever que os habitantes não conhecem as “representações populares”, longe de ser um elogio ao pacifismo da população, é, antes de tudo, uma mostra de que, com ele no comando militar dessas regiões, um levante popular contra os soberanos portugueses não iria acontecer.

A descrição que seria feita por Spix e Martius, menos de uma década depois de Paula Ribeiro ter realizado a sua viagem, é surpreendentemente semelhante. A narrativa dos dois naturalistas alemães traz alguns aspectos diferenciados, que os aproximam mais de uma

³⁸² GOMBRICH, op.cit., p.74.

³⁸³ RIBEIRO, *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815*, p.89.

³⁸⁴ RIBEIRO, *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815*, p.112.

narrativa romântica do que da descrição do militar ou dos outros viajantes aqui arrolados. Na descrição da paisagem, esses aspectos já ficaram claros. Na descrição do sertanejo, as características encontradas são as mesmas, mas a narrativa torna-se diferente. A *boa-fé* dos habitantes é insistentemente lembrada:

Em casa, o homem traja apenas umas calças de algodão branco, curtas e abertas nos joelhos, e, por cima, uma camisa do mesmo tecido ou de chita estampada de flores em cores diversas. Igualmente simples é o vestuário das crianças e das mulheres, as quais, além de tudo, são privadas do privilégio dos chinelos. Nas caçadas ou no serviço de campeiro, o sertanejo usa calças compridas, de couro de capivara ou de veado, que vestem, com uma só peça, as pernas e os pés, e uma jaqueta curta; cobre a cabeça com um chapéu de copa hemisférica baixa de aba larga, com uma pala presa, para proteção contra os espinhos, quando, na perseguição do gado, galopa em disparada pelo meio das brenhas. Um facão metido na bota ou no cinturão é a sua arma ordinária; de resto, ele maneja tão bem o laço, como o peão das províncias do Sul. O sertanejo é criatura da natureza, sem instrução, sem exigências, de costumes simples e rude. Envergonhado de si próprio e de todos que o cercam, falta-lhes o sentimento da delicadeza moral, o que já se demonstra pela negligência no modo de vestir; porém, é bem intencionado, prestativo, nada egoísta e de gênio pacífico. A solidão e a falta de ocupação espiritual, arrastam-no para o jogo de cartas e dados e para o amor sensual, no qual, incitado pelo seu temperamento insaciável e pelo calor do clima, gozam com requinte. O ciúme é quase a única paixão que o leva ao crime.³⁸⁵

Além da boa índole, a inclinação dos moradores para a bebida, para os jogos e para o “amor sensual” foi estereotipada no período. Esse imaginário aparece já na descrição de José Machado Gaio, feita quase meio século antes de Paula Ribeiro e dos naturalistas alemães. Apesar de Gaio estar se referindo aos índios e não aos sertanejos, o estereótipo é semelhante:

E o americano do país de cor vermelha, a qual usa pintar de azul, ou escarpado; tem o temperamento colérico, estatura regular, sem defeito na maquina e órgãos sensórios, cabelo grosso, negro, e direito, nariz chato fazes redondas e sub imberbes igualmente engenhoso que [ileg] e desconfiado; mais propenso à lei natural, que á lei da Graça despreza a lei e a razão, segue o costume e por ele se governa minimamente inclinado á gula, e bebidas espirituosas; não pensa de futuro e de passado; iguala a riqueza á indigência. Só se considera infeliz quando não pode praticar os desejos p.^a que o encaminha uma razão, que não sendo em seu principio mais do que uma disposição, pela qual se podem conseguir alguns conhecimentos úteis ele a cultiva de sorte que a faz depravada.³⁸⁶

Formado na mentalidade Iluminista da Universidade de Coimbra reformada, Gaio

³⁸⁵ SPIX e MARTIUS, op.cit., p. 76.

³⁸⁶ “E o americano do pais de cor vermelha, a qual uza pintar de azul, ou encarpado; tem o temperamento colérico, estatura regular, sem defeito na maquina e órgãos censorios, cabelo grosso, negro, e direito, nariz xato fazes redondas e sub imberbes igualmente engenhozo que [ileg] e desconfiado; mais propenso à lei natural, que á lei da Grasa despreza a lei e a razam, segue o costume e por ele se governa minimamente inclinado á gula, e bebidas spirituozas; nam pensa de futuro e de pasado; iguala a riqueza á indigenica. Só se considera infelis quando nam pode praticar os desejos p.^a que o encaminha uma razam, que nam sendo em seo principio mais do que uma dispozissam, pela qual se podem conseguir alguns conhecimentos úteis ele a cultiva de sorte que a faz depravada”. GAIO, op.cit.

aponta várias vezes para a falta de razão dos *americanos*. Além disso, cita textualmente o fato de os *americanos* não apresentarem defeitos na máquina e órgãos sensoriais. A comparação do corpo humano com uma máquina também mostra o interesse dos naturalistas em entender todos os mecanismos de funcionamento do mundo natural.

Visando uma conclusão, voltamos ao início do capítulo e à utilização do conceito de *exotopia* proposto por Tzvetan Todorov. Se o relato dos autóctones sobre si mesmos é ingênuo e impossibilita uma análise mais completa de sua cultura, utilizando os relatos de viagem corremos o risco de cair no outro extremo do problema: a constatação de que os relatos dizem mais sobre seu autor do que sobre o objeto. A *exotopia* desloca o problema:

A imagem suficiente e ingênuo do autóctone sobre a sua própria cultura é exactamente simétrica do quadro superficial e condescendente descrito pelo estrangeiro. É precisamente por imaginarem que a cultura francesa está no centro do mundo que os viajantes franceses são cegos em relação à cultura dos outros, nesse caso os búlgaros. Não basta ser outro para ver, porque, do seu próprio ponto de vista, o outro é um eu e todos os outros são bárbaros.³⁸⁷

Todorov é taxativo ao questionar e problematizar a utilização de seu conceito. Ele afirma, no fim de suas reflexões: “O que essas páginas nos comunicam é o clima intelectual, cultural, político no qual nasceram [os viajantes]; alguma coisa ficaremos a saber sobre a França dos séculos XVIII e XIX, mas nada sobre a Bulgária”³⁸⁸. A solução proposta por Todorov é a utilização do *exilado*, seja ele do interior ou do exterior, para descrever sua cultura. Vivendo em terras *estranhas*, o exilado é capaz de saber sobre sua cultura como autóctone e, ao mesmo tempo, conseguir fazer a diferenciação entre a *sua* cultura e *a* cultura e os *seus* valores e *os* valores³⁸⁹.

Em nosso caso podemos considerar alguns dos viajantes aqui utilizados – principalmente os que tiveram sua formação em Portugal – como *exilados*. Entretanto, sua análise difere pouco das propostas pelos outros viajantes que supostamente nunca saíram das terras hoje brasileiras ou nunca aqui haviam pisado. A formação naturalista, as instruções pormenorizadas de algumas viagens, os objetivos bem definidos de cada uma e os relatos

³⁸⁷ TODOROV, *As morais da história*, p.35.

³⁸⁸ TODOROV, *As morais da história*, p.35.

³⁸⁹ TODOROV, *As morais da história*, p.35.

anteriores sobre a região visitada filtram, selecionam e norteiam grande parte das observações. Autóctone, estrangeiro, ou *exilado*, a análise feita se aproxima muito mais do extremo da *exotopia* do que da ingenuidade autóctone.

No final do percurso percorrido através relatos, nos momentos em que versam sobre os habitantes, quase não os vemos. Aparecem como sombras, como cenário do teatro da natureza, como mais uma peça do mundo natural. Por vezes, quando sua presença é invocada, é por algum motivo especial. Ou são donos das fazendas em que pernoitam os viajantes, ou militares que acompanham as expedições ou governadores e superiores administrativos que são citados.

Há uma singular passagem em que o nome de um dos trabalhadores que acompanha a expedição é citado. Todavia, o prático Vicente é lembrado pelo governador D. Diogo de Souza, e não pelos viajantes: “Agradei ao Capitão Eugenio Fernandes o interesse, e atividade dos bons serviços que prestar para a pronta expedição da diligencia; - porem ele não mandou as pirites - Na Junta da Fazenda se abre prazo ao pratico Vicente Pinto”³⁹⁰.

³⁹⁰ PEREIRA, *Documentos diversos*.

PARTE FINAL

A PAISAGEM SELECIONADA, OU O SERTÃO CONSTRUÍDO

Após percorrer os caminhos traçados pelos viajantes no sertão, é possível responder a indagação principal desse trabalho: como era construído o sertão nos relatos de viagem do período estudado? Através das inúmeras páginas dos relatos, em meio a uma infinidade de observações, plantas, medos, animais, euforia e entusiasmo, algumas imagens são delineadas constantemente, tornando-se parte fundamental da construção do imaginário do sertão, tanto setecentista ou oitocentista, quanto o atual.

As imagens construídas ao longo dos relatos são importante para entender o olhar destinado à paisagem pelos viajantes, uma vez que são fruto da concepção deles a respeito da região. Segundo Silva,

Partindo dessa premissa, podemos considerar que as imagens do sertão elaboradas pelos escritores coloniais foram produzidas a partir da idéia de sertão conhecida pelo cronista, idéia dominante na sociedade da qual ele era um elemento constituinte. Esses discursos literários tinham como limite não a imaginação do autor, mas a imaginação do público leitor, e suas crenças, não no que poderia ser verídico, mas no que poderia ou não ser verossímil ³⁹¹

Sendo assim, os relatos de viagem são importantíssimos na construção do sertão pois, ao mesmo tempo em que veiculam a concepção desse espaço dos viajantes e da sociedade em que estavam inseridos, reproduzem e reforçam essa idéia, completando o ciclo dialético que constrói o imaginário nas sociedades.

Poderíamos pensar também a respeito da veracidade dos relatos de viagem produzidos por viajantes e cronistas no decorrer da colonização portuguesa. Entretanto, como já discutido no decorrer do trabalho, esse não é o foco da discussão. É impossível falar sobre veracidade, primeiramente, pela discussão que faz Todorov, já citada nesse trabalho. Para o autor, a noção de *falso* não é pertinente, quando trabalhamos com esse tipo de fonte. É possível ir mais além, não pensando na abordagem que se faz do relato – caracterizando-o

³⁹¹ SILVA, *O sertão na obra de dois cronistas coloniais*, p. 47.

verdadeiro ou não – mas sim em sua produção. A impossibilidade da descrição total, da *realidade*, é dada aqui pelos diversos elementos estudados no decorrer da pesquisa.

A partir das concepções do relativismo lingüístico, podemos pensar que a apreensão de mundo de cada um é descrita por termos diferentes e, mesmo quando os termos são iguais, o significado que cada um dá a eles é diferente. Portanto, a idéia de *sertão* de cada viajante é própria e teoricamente impossível de ser passada adiante, a não ser de maneira aproximada. Deixando de lado esse aprofundamento lingüístico – que por vezes prevê a comunicação como um caos – passamos ainda pelo vocabulário utilizado, que sempre remete a uma tradição de crônicas e relatos de viagem. Presos, de certa forma, a essa tradição, muito do que os viajantes descrevem já foi dito ou descrito anteriormente. Esse vocabulário comum é o meio possível para que a comunicação possa ser feita, segundo Carlo Ginzburg³⁹².

Esse vocabulário comum conforma também imagens e idéias a respeito da paisagem local. Portanto, são também de grande utilidade as discussões de E. Gombrich a respeito das *schematas* – ou o vocabulário que o artista utiliza, sempre descrevendo a paisagem total do desconhecido a partir de um conjunto de elementos que lhe são familiares. Mais uma vez vale lembrar que essas discussões são emprestadas dos estudos das representações pictóricas a respeito das paisagens. Elas são válidas graças à tentativa que fazemos aqui de entender as descrições dos relatos de viagem como *imagens textuais*. Os textos formam, tal qual as pinturas, uma paisagem que aos poucos vai se delineando sob nossos olhos, a ponto de vermos o sertão pelos olhos dos viajantes coloniais. Quase tudo que pode ser dito das imagens pictóricas é aplicável também a essas imagens textuais.

Além de todas essas discussões teóricas a respeito da impossibilidade da descrição do total, da *realidade*, devemos lembrar ainda dos problemas intrínsecos à descrição. Não é possível passar para o papel todas as sensações, medos, sentimentos e observações de qualquer nível que se faça. O que vai para o papel é repetidas vezes filtrado. Essa seleção levanta indagações a respeito dos motivos que levam os viajantes a fazê-las, que também puderam ser respondidas com esse trabalho.

³⁹² Já citado no capítulo 2.3 dessa dissertação.

É necessário deixar claro que há mais semelhanças do que diferenças entre os relatos do século XVIII *iluminista* e do XIX *romântico*. Mesmo essa divisão, muitas vezes feita levianamente, deve ser cuidadosa. A diferença entre os relatos estudados é muito mais de *função* do que de *forma*.

No período estudado, Portugal havia perdido a maior parte de suas possessões no Índico. O Brasil, por sua vez, permanecia como maior e mais importante colônia do Império. Sendo assim, uma espécie de protecionismo luso é repetidamente mencionado pela historiografia, como se houvesse uma tentativa de deixar o Brasil longe dos olhos das potências rivais. Por esse motivo, a finalidade dos relatos feitos pelos cientistas luso-brasileiros não era a divulgação para o grande público, mas sim o uso interno, administrativo, imediato. Muito diferentes eram os relatos aqui analisados aqui feitos por estrangeiros no século XIX. Grande parte da historiografia brasileira sobre o tema insiste em negligenciar a produção feita por esses viajantes com fins científicos, calcando-se sempre nos trabalhos feitos com a finalidade de informar e divertir cientificamente o público europeu.

Certamente a finalidade dos relatos teve grande influencia no tipo de narrativa. Enquanto os cientistas luso-brasileiros produziam um material mais conciso, relatando na maioria das vezes apenas o necessário para o proveito da Coroa. Os trabalhos publicados por franceses, ingleses e alemães tinham uma linguagem e uma narrativa diferente, escrita para entreter ao mesmo tempo em que informava.

O que o presente estudo pretendeu, com a escolha dessas fontes, foi justamente abarcar uma boa parte desse universo de descrições que foram escritas na virada do século XVIII e XIX. Os relatos comparados, que em um primeiro momento podem parecer integrantes de categorias incompatíveis são, na verdade, complementares para se entender a idéia que se tinha de sertão. Infelizmente, Portugal tinha um pequeno mercado editorial no período. Esse fato, aliado a vontade portuguesa de *esconder* o Brasil, ao que se supõe, fez com que poucos relatos da época tenham sido publicados e menos ainda com o intuito de atingir o público geral europeu. A maior diferença entre os relatos de viagem analisados, portanto, não está entre portugueses e estrangeiros, ou entre setecentistas e oitocentistas; e sim na finalidade.

De qualquer forma, buscou-se também estabelecer aproximações entre as diversas modalidades de descrições. As semelhanças são muitas. O sertão, afinal, é construído nos relatos de viagem sobre alguns eixos principais e estruturantes: o clima, em especial a seca; as criações de gado; as doenças; as matérias primas estratégicas e a escassez e a rusticidade populacional. Como bastante discutido no último capítulo, essas categorias formaram a base do imaginário do sertão.

A região foi vista, ao longo das viagens, de maneira muitas vezes dualista: seco e úmido; selvagem e civilizado, deserto e habitado, árido ou abundante. Paraíso ou inferno, o sertão mostrou diversas faces para os viajantes. Os produtos procurados diferenciavam os vários tipos de *sertões* percorridos. Além dessa diferenciação, a região passou a ser enquadrada em categorias diferentes. A principal mudança na concepção do *sertão* no fim do período colonial foi nesse nível: o sertão geográfico, apartado do mar e oposto ao litoral, como era concebido até então deu lugar a outros sertões. Deixa de ser meramente categoria geográfica e passa a ser categoria cultural, social. Além de região longe do mar, o sertão passa a ser região deserta, infértil, incivilizada.

Muito desse imaginário ainda se faz presente nas práticas discursivas atuais, seja através das novelas, filmes, teatros, ou na mentalidade coletiva. Além disso, pode-se observar, nos relatos, um início de transformação da imagem dos habitantes. O trabalho com o gado, a falta de interesse em outras atividades, as roupas e os modos começam a formar o sertanejo, que passaria a figurar em filmes, telenovelas, romances e outras produções durante todo o século XX e XXI. Essas características receberam reforços no decorrer dos séculos, mas, sua base vem dos relatos de viagem do período analisado. Já sabemos muitos dos principais núcleos imagéticos ou narrativos não eram novidade para aqueles viajantes, pois toda uma tradição de relatos de viagem, que remontam aos primeiros descobrimentos portugueses, formavam imagens prévias nos olhos recém formados dos naturalistas. Eles viam o habitante do sertão, mas viam com filtros e lentes específicas e, dessa maneira, também ajudaram na formação e reiteração das imagens dessas populações.

Assim, quando vemos ou imaginamos um sertanejo com suas roupas de couro, andando pelas caatingas atrás do gado, estamos percorrendo uma longa trajetória que em

grande medida foi construída e reforçada pelos relatos de viagem do final do período colonial.

A tentativa de entender como viajantes situados em um longo período temporal construíam e reconstruíam o sertão, ou ainda como mais olhares externos construíram esse imaginário pode ser um tema possível para a continuação do trabalho. Essa análise de fontes limitada, certamente não dá conta da pluralidade de viagens e construções diferentes do espaço geográfico aqui denominado sertão. Esses relatos mostram apenas alguns pequenos pilares frente às grandes estruturas que sustentam atualmente o imaginário da região.

Para finalizar, vale a reflexão acerca de nosso trabalho enquanto pesquisadores. De certa forma, a busca do viajante por objetos, plantas, animais ou atividades humanas que fossem úteis, enquanto fazia sua pesquisa pelo sertão em fins do período colonial, remete ao trabalho do historiador que, *mutatis mutandis*, faz a mesma coisa: ao passo que o viajante procurava uma utilidade econômica, descrevendo apenas esse tipo de objeto, o historiador olha apenas para fontes que possam ser pertinentes ao seu trabalho, *seleccionando* documentos ou passagens que possam ajudá-lo. Não podemos criticar o método do cientista setecentista, ou estaremos a ponto de criticar o nosso próprio método. O olhar que seleciona o mundo e a teoria que filtra a realidade faz parte do método científico desde o seu nascimento. O historiador, mesmo vivendo um incessante conflito na fronteira entre os métodos da ciência e da hermenêutica, compartilha desse problema.

REFERÊNCIAS

FONTES

Impressas

- BLUTEAU**, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra : Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712.
- DURÃO**, Antônio José de Moraes. *Descrição da capitania de São José do Piauí*. in: **MOTT**, Ruiz R. B. *Descrição da capitania de São José do Piauí*. 1772. REVISTA DE HISTÓRIA, São Paulo, v.56, n.112, 1977. p.543-566.
- LAGO**, Antonio Bernardino. Itinerário da província do Maranhão por Antonio Bernardino Lago, coronel do real corpo de engenheiros começado em janeiro de 1820. RIHGB, v. 44-45, pp. 385-422, 1872.
- MACHADO**, Francisco Xavier. *Memória relativa às capitanias do Piauí e Maranhão por Francisco Xavier Machado*. RIHGB, n. 17, pp. 56-69, 1854;
- PEREIRA**, Joaquim José. *Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão....* . RIHGB, v. 20, pp. 165-169, 1904.
- PEREIRA**, Joaquim José. Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody. RIHGB, v. 20, pp. 175-185, 1857.
- RIBEIRO**, Francisco de Paula. *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815*. RIHGB, n. 10, pp. 5-81, 1848;
- RUIZ**, Hipólito. *Quinologia*. Madri : em la oficina de la viuda é hijo de marin, 1792.
- SPIX e MARTIUS**. *Viagem pelo Brasil (vol. II)*. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia. São Paulo : Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.
- MAXIMILIANO**, Príncipe de Wied-Neuwied. *Sobre a maneira de se empreenderem no Brasil viagens relativas à história natural*. In.: _____. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia. São Paulo : Ed. Da Universidade de São Paulo, 1989.
- VANDELLI**, Domingos. *Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar*. 1779. Academia de ciências de Lisboa, série vermelha, 405.
- Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e noticias pertencentes a historia da natureza para formar um Museo Nacional*. Lisboa : Tipografia da Academia, 1781.
- SÁ**, José Antônio de. *Compêndio de Observações que formam o plano da Viagem Política e Filosófica que se deve fazer dentro da pátria*. Lisboa: Officina de Francisco Borges de Sousa, 1783. Impresso.
- RUIZ**, Hipólito. *Quinologia*. Madri : em la oficina de la viuda é hijo de marin, 1792.

Manuscritas

- CABRAL, Vicente Jorge Dias. *Memória sobre as nitreiras naturais da parte inferior da Capitania do Piauhý*. 1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.
- _____. *Análise botânica da planta denominada manacá*. 1803. AHU. Maranhão. Caixa 128, doc. 9595.
- _____. *Análise botânica da planta denominada velame grande*. 1803. AHU. Maranhão. Caixa 108, doc. 8487
- _____. *Documentos diversos*. AHU. Maranhão. Caixa 128, doc. 9574.
- _____. *Documentos diversos*. AHU. Maranhão. Caixa 128, doc. 9595.
- _____. *Documentos diversos*. AHU. Maranhão. Caixa 125, doc. 9471.
- _____. *Documentos diversos*. AHU. Maranhão. Caixa 115, doc. 8926
- CABRAL, Vicente Jorge Dias e PEREIRA, Joaquim José. *Documentos diversos*. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.
- GAIO, João Machado. *Viagem Filosófica na Serra de Ibiapaba, capitania do Siara Grande*. AHU. Maranhão. Caixa 64, doc. 5719.
- PEREIRA, Joaquim José. *Memória sobre nitros naturais, sal de Glauber, Quina e mais produções inventadas na capitania do Piauí e Maranhão*. 1803. AHU, Maranhão, Cx.127, doc.9556.
- _____. *Diário ou Memória*. 1799. AHU, Maranhão, Cx.127, doc.9556
- _____. *Observações deste diário ou Memória sobre as Produções naturais*. 1799. AHU, Maranhão, Cx.127, doc. 9556.
- _____. *Memoria ou addendo, á continuação do Diário em credito da quina quina do Piauhý*. 1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.
- _____. *Suplemento á dizertação ou memoria sobre o Sal de Glauber ou sulfato de soda remetida do Iguará no anno de 1799*. 1800-1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.
- _____. *Memoria sobre o sal aluminozo de plumas. Alumen plumosum*. 1800-18001. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.
- _____. *Breve memoria sobre o alumen farinaceo, ou mina aluminoza volcanica de solfatara*. 1800-1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.
- _____. *Memorias de mineralogia dos diferentes metaes achados na parte inferior do Piauhý*. 1800-1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555
- _____. *Memoria sobre o salitre natural na continuação do diario*. 1801. AHU. Maranhão. Caixa 127, doc. 9555.
- _____. *Documentos diversos*. AHU, Maranhão, Cx.127, doc.9556.
- _____. *Memória sobre o Nitro*. In: *Memorias Economicas e Físicas que não tiveram lugar nas Collecções da Academia*. Tomo 1, p.175-180. (A.C.L, Azul 17).
- Méthodo de recolher, preparar, remeter, e conservar os produtos naturais. Segundo o plano que tem concebido, e publicado alguns naturalistas, para o uso dos curiosos que visitam os sertões, e costas do mar*. Lisboa : 1781.

BILIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. 7ª ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (1)

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.** . *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (3 edição). 3a. ed. São Paulo\Recife: Cortez\Massangana, 2006. v. 3000. 338 p.
- ALDEN, Dauril.** *O período final do Brasil Colônia: 1750-1808.* in. **BETHELL, Leslie** (org.) América Latina Colonial, vol. II. São Paulo: Editora da USP. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de.** *O aprendizado da Colonização.* In.: _____, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.* Companhia das Letras : São Paulo, 2000.
- AMADO, Janaína.** *Região, sertão, nação.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 145-151
- ARAÚJO, E.** *Tão vasto, tão ermo, tão longe : o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais.* In.: **DEL PRIORE, M.** *Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história.* Rio de Janeiro : Campus, 2000.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz.** *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BARROSO, G.** *Vida e história da palavra sertão.* Salvador: UFBA / CEB, 1983. (Extrato de: *À margem da história do Ceará.* Fortaleza : Imprensa Universitária, 1982)
- BELLUZZO, Ana Maria.** *A propósito do Brasil dos viajantes.* In REVISTA USP, Dossiê Brasil dos viajantes. n.30, 1996
- BERQUE, Augustin.** *Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural.* In: **CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny** (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura.* Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123 p.84-91.
- BLUTEAU, Raphael.** *Vocabulario Portuguez e Latino.* Coimbra : Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712.
- BORGES, J. L.** *Obras Completas.* Buenos Aires : Emecé, 1974.
- BOURGUET, Marie Noeile.** *O Explorador.* In. **VOVELLE, M.** *O Homem do Iluminismo.* Lisboa: Presença, 1997.
- GONZÁLEZ BUENO, Antonio** *Alexander von Humboldt (1769-1859). Una nueva vision del mundo natural.* Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/cesima/textoAGB3.htm>
- _____; *Uma visión utilitária de la Natureza: la recepción de la materia médica vegetal americana en Espana.* Disponível em: www.pucsp.br/pos/cesima/textoAGB7.htm.
- BURKE, Peter.** *Testemunha Ocular: história e imagem.* Bauru, EDUSC, 2004, p.163
- CARVALHO, Rômulo de.** *A História Natural em Portugal no Século XVIII.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- _____. *A Astronomia em Portugal no Século XVIII.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985..
- _____. *A física experimental em Portugal no séc. XVIII.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.
- CASTRO, Demian Garcia.** *Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da geografia.* Disponível em: <http://www.pucsp.br/~diamantino/PAISAGEM.htm>
- CERTEAU, Michel de.** *Segunda parte: A produção do tempo. Uma arqueologia religiosa.* In.: *A escrita da história.* Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2002,
- CHARLES, Boxer.** *O império colonial português.* Lisboa: Edições 70, 1981.
- CONRAD, Joseph.** *Coração das Trevas.* Porto Alegre : L&PM, 2002.
- CORRÊA, Dora Shellard .** *Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil.* Revista Brasileira de História, v. 26, p. 63-87, 2006.
- CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z.** *Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura.* In. _____(orgs.) *Paisagem, tempo e cultura.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1925/1998.

- COSGROVE**, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: **CORRÊA**, Roberto Lobato & **ROZENDAHL**, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123 p.92-123
- COSTA**, Maria de Fátima. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a Capitania de Mato Grosso. Imagens do interior*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. 8 (suplemento), pp. 993-1014, 2001.
- COSTA**, Maria de Fátima. *História de um país inexistente. O pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo : Kosmos, 1999.
- CRUZ**, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *As viagens são os viajantes. Dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII*. História: Questões & Debates, Curitiba, n.36, pp. 61-98, 2002. Editora UFPR.
- _____. *Verdades por mim vistas e observadas, Oxalá foram fábulas sonhadas*. Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba : Universidade Federal do Paraná, 2004 (Tese de Doutorado).
- CUNHA**, Euclides da. *Os sertões*. 39.^aEd. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves Editora, 1997
- DEAN**, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAS**, Maria Odila da Silva. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Revista do IHGB, vol. 278, p. 105-170, primeiro trimestre: 1968.
- DÖBLIN**, Alfred. *O romance histórico e nós*. Tradução: Marionilde Brepohl Magalhães. História : Questões & Debates, Curitiba, n.44, p.13-36, 2006. Editora UFPR
- DOMINGUES**, Ângela. *Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português, em finais do setecentos*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. 8 (suplemento), p. 823-838, 2001.
- DORÉ**, Andréa. *As atuações no Reino do Congo e na Costa da Pescaria: aproximações para o estudo do Império português no século XVI*. In.: _____. **LIMA**, Luis Felipe Silvério; **LIMA**, Luiz Geraldo (orgs.) *Facetas do Império na História. Conceitos e métodos*. São Paulo : Hucitec, 2008
- DURAND**, G. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988
- FARIA**, Francisco. *Significado da paisagem das Américas*, Edição Policopiada.
- FERRAZ**, Márcia Helena Mendes. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo : Fapesp, 1997.
- FOUCAULT**, Michel. *A governamentalidade*. in.: **FOUCAULT**, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro : GRAAL, 1979.
- CHICANGANA-BAYONA**, Yobenj Aucardo. *Do Apolo de Belvedere ao Guerreiro tupinambá: etnografia e convenções renascentistas*. História. São Paulo, v.25, n.2, p. 15-47, 2006.
- GINZBURG**, Carlo. *De A. Warburg a E. Gombrich: notas sobre um problema de método*. In.: _____. *Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo : Cia das Letras, 2007.
- _____. *O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII*. In.: _____. *Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo : Cia das Letras, 2007.
- GOMBRICH**, E. H. *Arte e Ilusão, um estudo da psicologia da representação pictórica*. Martins Fontes : São Paulo, 1986.
- GREENBLATT**, Stephen. . *Possessões maravilhosas*. EDUSP : São Paulo, 1996.
- GOUVÊA**, Maria de F. Silva. *Trajetórias administrativas e redes governativas no Império Português (1668-1698)*. In: VI Jornada Setecentista; Conferências e Comunicações. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006
- HAZARD**, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

- HESPAÑA**, Antonio Manuel. *A constituição do Império Português: revisão de alguns enviesamentos correntes*. In.: **BICALHO**, Maria Fernanda, **FRAGOSO**, João, et alii. *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro, 2001.
- HOLANDA**, Sergio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- KURY**, Lorelai. *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1), p. 109-129, 2004.
- _____. *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. 8 (suplemento), p. 863-880, 2001.
- LACAPRA**, Dominick. *História e Romance*. Dossiê História – Narrativa. Revista de História Unicamp, IFCH, Campinas, 1991
- LE GOFF**, Jacques. *Documento / Monumento*. In.: _____. *História e Memória*. 4.ed. Campinas:Unicamp, 1996
- LEITE**, Miriam L. Moreira. *Naturalistas viajantes*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, v. 1, n.2, 1995
- MARTINS**, Paulo Emílio Matos. *A reinvenção do Sertão*. Rio de Janeiro : FGV, 2001.
- MAXWELL**, Kenneth. *Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz & Terra, 1997
- MENDES**, Elizabeth. *apud LAHUERTA*, F. Medeiros. *Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822)*. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (64). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>> [ISSN: 1138-9788].
- Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro**, Curitiba : Editora Educacional Brasileira S. A, 1983.
- MOTA**, Antônio da Silva. *Família e fortuna no Maranhão setecentista*. In.: **COSTA**, Wagner Cabral da (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. EDUFMA : São Luis, 2004.
- MORSE**, Richard. *O espelho de próspero*, Companhia das Letras : São Paulo, 1991
- NAXARA**, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília : Editora UnB, 2004.
- _____. *Historiadores e texto literário: alguns apontamentos*. História : Questões & Debates, Curitiba, n.44, p.37-48, 2006. Editora UFPR
- NEVES**, Erivaldo Fagundes. *Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural*. Politéia: historia e sociologia. Vitória da Conquista, v. 3, n.1, pp. 153-162, 2003.
- PÁDUA**, José Augusto: *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 - 1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PATACA**, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Campinas : UNICAMP, 2006. (Tese de Doutorado)
- _____. **PINHEIRO**, Rachel. *Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro*. REVISTA DA SBHC, v.3, n.1, 2005, p. 58-79.
- PEREIRA**, Magnus R. de Mello. *Um jovem naturalista num ninho de cobras. A trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde em finais do século XVIII*. História: Questões & Debates, Curitiba, n.36, p. 29-60, 2002. Editora UFPR.
- _____. **CRUZ**, Ana Lúcia Barbalho. *Instructio peregrinatoris. Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII*.
- _____. **CRUZ**, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *A história de uma ausência. Os colonos cientistas da América portuguesa na historiografia brasileira*. In.: **FRAGOSO**, João et alii. *Nas rotas do Império. Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória : Edufes; Lisboa : ICT, 2006.
- _____. **CRUZ**, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, no século XVIII*. Edição policopiada.

- PORTELLA**, José Roberto Braga. *Descrições, memórias, notícias e relações. Administração e Ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do século XVIII*. Curitiba, 2006. Tese de Doutorado defendida na UFPR.
- PRATT**, Mary Louise. *Humboldt e a invenção da América*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4. n. 8, 1991, p. 151-165
- RAMA**, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985
- RAMINELLI**, Ronald. *Viagens e inventários. Tipologia para o período colonial*. História: Questões & Debates, Curitiba, n.32, pp. 27-46, 2000. Editora UFPR.
- _____. *Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol VIII (suplemento), 969-92, 2001.
- ROSA**, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19.^a Edição. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2001
- ROSSATO**, Luciana. *A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a capitania de Santa Catarina (1763-1822)*. Itajaí : Editora da Universidade do Vale do Itajaí, 2007.
- SALLAS**, Ana Luisa Fayet. *Ciência do homem e sentimento da natureza. Viajantes alemães no Brasil do século XIX*. Curitiba, 1997. Tese de Doutorado defendida na UFPR.
- SANDEVILLE JUNIOR**, Euler. *Paisagem*. Paisagem e Ambiente, São Paulo, v. 20, p. 47-60, 2005.
- SAUER**, C.O. *A morfologia da paisagem*. In: **CORR A**, R.L., **ROSENDAHL**, Z.(orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1925/1998. p. 12-74.
- SCHAMA**, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- SEEMANN**, Jörn. *Geografia, geograficidade e a poética do espaço: Patativa do Assaré e as paisagens da região do Cariri (Ceará)*. Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v.1, n.1. setembro 2007, pp.50-73.
- SILVA**, Francisco Carlos Teixeira da. *História das Paisagens*. In.: **VAINFAS**, Ronaldo e **CARDOSO**, Ciro Flamarion. *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Elsevier: Rio de Janeiro, 1997.
- SILVA**, Kalina V. *O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII)*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 2, p. 43-63, dezembro 2006.
- SILVA**, Vicente de Paulo da. *Paisagem: concepções, aspectos morfológicos e significados*. Sociedade & Natureza, Uberlândia, **19** (1): 199-215, jun. 2007
- STUDART FILHO**, Carlos. *Fundamentos geográficos e históricos do estado do Maranhão (com breve estudo sobre a origem e evolução das capitanias feudais do Norte e meio norte)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, n. 68, pp. 84-122, 1954.
- _____. *A capitania do Piauí*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, n. 81, pp. 112-131, 1967.
- SÜSSEKIND**, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Palavras loucas, orelhas moucas. Os relatos de viagem dos românticos brasileiros*. In. REVISTA USP, Dossiê Brasil dos viajantes. n.30, 1996
- REVISTA USP, Dossiê Brasil dos viajantes. n.30, 1996.
- TODOROV**, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993
- _____. *As morais da história*. Portugal, Publicações Europa – América LTDA, 1991.
- THOMAZ**, Luiz Filipe. *A 'política oriental' de D. Manuel I e suas contracorrentes*. In.: _____. *De Ceuta a Timor*. Lisboa : DIFEL, 1994
- TORRINHA**, Francisco. *Dicionário Latino Português*. 8.^a Edição, Gráficos Reunidos Lda : Porto, 1942.
- VANDELLI**, Domingos. *Memórias de História Natural* (Introdução e Coordenação: José Luis Cardoso). Coleção Ciência e Iluminismo. Porto: Porto Editora, 2003.

VARELA, Alex. *As Viagens Científicas Realizadas Pelo Naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada na Capitania de São Paulo (1800-1805)*. Edição Policopiada.

VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru : Edusc, 2003.

VIEIRA, Daniel de Souza L. *Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Setembro 2006. Vol 3, Ano III. Disponível em www.revistafenix.pro.br.

WEHLING, Arno. *O fomentismo português no final do século XVIII*. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.316, 1978.

ANEXOS

ANEXO 1

Mappa Geral Itinerario noactual Servisso do Principe
Regente N.S. Relativo aos annos de 1799 1800 e
1804. P. P.^e J. J. P.

Freguezias	Producoes Nativas	Penhas	Jor na das	Legoas
S. ^{ma} M. ^a de Icatu	Sulfato de Soda Ferro	Terra bolárca	Arraial de Thomas de Mattos e Flores 4. Olho de Ágoa 2 ½. Riacho da Crus 3. Onça 3. Boca da Catinga 3. Urucú 2 ½. Capivara 2 ½. Varzea Corrupta vocábulo do salitre 3.	23½
Aldeas altas	Caninana	Terra bolárca	Boca da Matta 3. Bamburral 3. Crus 1 ½. Canindé 1 ½. Morro 2. Limoeiro 2. Aldeas Altas 2. Bacaba 8. Surucuiú 4. S. ^o Antonio beira do Rio da Parnaiba 6. aoe volta?	33
Oeyras	Caninana, Capa roxa, Carbonato de Soda, Croa, Lac- aluminis-nitrato, Macambira, Melão de São Caetano, Quina, Salitre, Sulfato de Soda.	Granito nitrato e Muriatic o Schistozas	Tombadouro 5. São Francisco 5. Todos os Santos 4. São Pedro 4. Buriti 4. Coite 3. Citio do [ileg.] 3. Mancinha 4. Arraial 3. Gamelheira 5. Canindé 2. Alegre 3. Cidade de Oeyras 6. Bority do Soares 3. Cana Vieira 3. Riacho da Mina 2. Torta do Genipapeiro 4. Boqueirão 2. Sambambaia 4. Bocaina 4. Brejo 3. Bocaina outra vez 3. Melancias 4.	83
Valença	Caninana, Capa roxa, Croa, Lac-aluminis-nitrato Melão de S. Caetano, Quina, Salitre, sulfato de Soda.	Granito nitrato e Muriatico	Campos 4. Lagoa 3. Tapera 3. Mocambo 2 ½. Cana Brava 5. Boqueirão 4. Cadoz 1. Sacco 2 ½. Brejo da Onça 4. Almas 4. Ribas, Buriti, Cabesseiras 4.	37
Marvão	Cappa roxa, Carbonato de Soda, Cobre, Cristal Montano,	Granito nitrato	Crauatá 6. Pimbauba 2 ½. S. ^{ta} Ritta 3. S. Gonçalo 3. Crus 3. Angicos 2. Penhas 2. Várzea Grande 2. Moquem 1. Iuca 2. Santa Anna 2. Onça 2. Barra	70½

³⁹³ AHU, Maranhão, caixa 127, doc. 9555, transcrição do autor.

	Croa, Lac-aluminis-nitrato, Macambira, Melão de São Caetano, Mica, Quartzo Crist. ^{no} Quina, Salitre, Spúculas, Sulfato de Soda	e Schistozas	2. Lagoa 3. Piranhas 4. Riacho dos Cavallos 5. Tortado 3. Tucuns 2. Cana brava 6. Cambé 3. Tucuns tres. Salinas 2. Engeitado 3. Mel 2. Porteiras 2.	
Piracuruca ou Parnaíba	Capa roxa, Chumbo, Cobre, Carbonato de alumen, Croa, Lac-aluminis-nitrato, Macambira, Melão de S. Caet. ^o , Muriático aluminoso, nitrato, pedra hume, quina, salitre, sulfato de soda.	Granito nitrato e Schistozas	Varzea 3. Capivara 3 ½. S. Luis 3 ½. Phillippe 3. S. ^{ta} Anna 2 ½. S. Joze 1. Capusme 2. Carcandas 4. Angico branco 3. Ingazeiro 2. Piripiri 2 ½. Piedade 5. Piracuruca matris 5. Lontras 6. Ginipapeiro 2. Ladino 2. Boqueirão 3. Gameleira 4. Tabua 3. Pindoba 2 / outra tanto caminho para a dita Matris 22/ Gameleira 5. Hyús de baixo 4. Imboramas 3.	96
Campo Mayor	Carbonato de Soda, Cobre, Lac-aluminis-nitrato, Macambira, Melão de S. Caetano, Quartzo Cristalino, Quina, Salitre	Granito nitrato e Schistozas	Sapucaia 1. Monte vidio 4. Tapera 2. Porteiras do Peres 3 /outro tanto outra vez para a Tapera 3/ Spirito Santo 3. Madeira Cortada 3 ½. Villa de Campo Mayor 4 ½. Abilheiras 4. Furnas 4. Cascavelhas 3. Juazeiro 5. Jatuba 4. Burity 7.	51
Marvão			Boqueirão 2. Ingá 3. Salto da Pedra 2½. Vila de Marvão ½. Retiro 3. Tapera do Brejo 2. Boa Vista 4. Onça 2.	19
Valença			S. Nicolau 3. Serra Negra 5. Ponta da Serra 2. Brejo 2. Campinhos 3. João Piru 3. Vila de Valença 3 ½. Gado bravo 6. Sacco 2.	[29 ½]
Oeyras			Furtalha volta 3. Tamandoá 2. Curreal velho 3. Cidade de Oeyras 5.	13
				455 ½

ANEXO 2

Viagem Filozofica que por ordem e despeza do Il^{mo} e Ex^{mo} Snr' Joze Telles da Silva fes João Machado Gaio na Serra da Ipiapaba Capitania do Siara Grande termo da Villa Viçozza Real, desde 13 de julho de 1784 the 6 de agosto do d.^o anno.³⁹⁴

Prolegomens

Duzentas e vinte legoas á Sul do Maranhão está formada a famoza Serra Ibiapaba ou lugar em que descobrindoce omar pareceo ao gentio terminar se aterra.

Contesta asua baze pello sul com o sertam do Acaraeu de que fica sobranseira legoa e meya. Pello norte com a cappitania de S. Joze do Piauhy na priminensia de meya legoa.

Tem de largura na sua sumidade em superfficie orizontal deza sete legoas. Pelo leste escondece no Oceano, e vay formar os baixos, e Ilha de Fernando Noronha.

Pello este iginora ce onde termine por atravesar a Capitania de S. Paulo onde tem o nome de Cubatam, e parecer muito avante.

Eu so.^e descreverey o termo de Vila Viçozza Real prinsipiando pella dezcrição Fizico-Geografia do terreno e acabando pela Hiztoria Natural das suas produçoens.

Descrição Fizico-Geografica

Esta grande serra hé terminada na parte que viagey por estradas e rios que correm da Sumidade suztenta em sy sobreportos muitos piquenos montes denominados serrotes; muitos vallos, algumas alagoas, e muitos bosques. O clima hé frigidicimo, expozto no verão, aos ventos gerais, e no inverno, a nebrinas, tão espeças que so.^e se dissipão pello meyo do dia que o Sol, tem mayor forsa no porpendiculo.

O ar atm moz ferico é puro, livre, e iz.^{to} de vapores, e particollas danozas, apezar das Minas, de que abunda ezta maravilhosa montanha; Hé saudavel aoz corpoz i gual m.^{te} animais que vegetaes.

Alguns serrotes cercando em rodas a grande Villa Viçozza Real, empedem a direção do ar mas não em tanta forsa, que sucite furacoens, rodomoinhos, e outros semelhantes fenomenos que seceguem da direção do ar modificada por serras arvoredos, e outros tais abustacos.

As trevoadas são raras e insertas. Noticiaramme, que no monte Ita'culumem, seis legoas a Leste de Villa Vissoza ávia h~u volcão que se deixava ver nas noites de inverno, e se ouvia atroar em suas emtranhas, como tambor. Esta noticia padece alguma inserteza pellos diferentes modoz de que me contarão alguns Americanos do Páys.

Das quatro istaçoens q'. regullão o anno remetome a silencio, por acontecer viajar na Cadeya que prende o fim do inverno com o prinsipio do Verão.

Tenho final m.^{te} comcloido aquella disquerição que me-esforcei fazer sacrificando as forsas e os conhecimentos, igual m.^{te} que os dezejos.

Historia Natural

Paso a gora a historaNatural das suas produçoens elegandome as regras q'. nos prescreve Lineo explicadas eim parte corregidas pello Sapienticimo D. Vandelio dividirey o meu hiscritho em quatro partes – ou – Reinos da natureza

Hidrologia

³⁹⁴ AHU. Maranhão. Caixa 64, doc. 5719, transcrição do autor.

Zoologia
 Botanica
 Minarologia

Reino Aquatico

Sendo as agoas esencial objeto do viajante passey a fazer sobre ellas as minhas observaçoens, e prinsipiando pello mar,

Observey que esta formaza Villa esta situada treze legoas ao este de Villa da Granja, ou Camocim, honde atentam.^{te} vy huma serra dezembarrada de baixos de pedras e bancos de areya, que dá livre emtrada as embarçaçoens que a ella vão negociar. Este hé o Porto de mar mais proximo e Conveniente a Villa Viçozza Real.

Observey em todo o seu termo quarenta e tantos rios, huns, precepitandoce do alto da montanha, emcontrão outros que levão as suas agoas aotaves e formão indiversos lugares h~u só Riyo navegavel, pella ensuficiensia, e direcção.

Huns escondem o seu limite nas areas; outros vão formar lagos emozlugares que lhe ficão subordinadoss, huns correm de conserto a enriquecer o Rio Camocim que desemboca no oceanno e outros se devidem e subdividem em regattos que só correm com o auxilio do Inverno.

Observando as suas areyas conhecy indícios d'algumas producões do Reino Mineral, de que traterey em seu lugar. Estas agoas so.^e tem o ordinário uso por serem possoidas de homens semelhantes aqueles aquém chamamos homens da natureza.

Observey algumas fontes na Sumid.e e fraldas do monte, edas pouco exzatas observações, que me foy possível fazer sobre agravid.e das águas, nellas encontrey algum pezo specífico, cor cristalina, gosto saborozo, tão fria que igual m.te leizongea e comprime o paladar, alguas são perenes, eentre estas destenguy pormelhores a Itacaranha contígua a Villa, e o Inferno q' tendo quazy igual diztansia não sepode aproveitar senão nabaze da Serra por seprecipitar emdiressam perpendicular. As Alagoas que observey são pouco notáveis por conterem agoas [ileg] assim pella sua extagnação como por servir lhe defundo argilla negra q' produzindo alguns vegetaes passam estes no mesmo lugar ostres tempos prescritos pella economia da Natureza.

Os abitantes da Paiz não fazem uso dos possos, ou cisternas, porque mal desfrutão aquelles bens que anatureza prodiga lhes oferece, e elles aseitão sem trabalho.

Reino animal

Sendo o reino animal tão interessante aos uzos da vida q' ministra ao homem athe as matérias deprimeira mececid.^{de}, pareceume justo individuar atenta m.^{te} as suas produçoens, prinsipiando pello homem como animal, que o soberano artífice da Natureza distinguio entre os mais pela sua construçam assim fízica como moral.

E o americano do pais de cor vermelha, a qual uza pintar de azul, ou encarpado; tem o temperamento colérico, estatura regular, sem defeito na maquina e órgãos censorios, cabelo grosso, negro, e direito, nariz xato fazes redondas e sub imberbes igualmente engenhozo que [ileg] e desconfiado; mais propenso à lei natural, que á lei da Grasa despreza a lei e a razam, segue o costume e por ele se governa minimamente inclinado á gula, e bebidas spirituozas; nam pensa de futuro e de pasado; iguala a riqueza á indigenica. Só se considera infelis quando nam pode praticar os desejos p.^a que o encaminha uma razam, que nam sendo em seo principio mais do que uma dispozissam, pela qual se podem conseguir alguns conhecimentos úteis ele a cultiva de sorte que a faz depravada.

Uns uzam de espingardas, outros de facas curtas, e todos de arco e três espécies de flexas nessessarias ao diário exercicio da cassa, e sendo maravilhoso o numero dos abitantes

como notei no mapa junto, os quais só se sustentam dos animaes, que passam com as suas flexas, nenhum animal novo recolhi em q. pudese exercer as funssões de Naturalista tendentes á Zoologia, e observei que nutrindo-se os americanos dos animais igualmente puros que impuros, nem costumam estes produzir aqueles efeitos de que nos desvia a Medicina.

Reino Vegetal

Sendo a Botânica uma parte da Historia Natural, que inventou em si todos os bens e nessessidades do gênero umano exige do viajante aquele trabalho com o q.¹ se pode conseguir tam nessessario fim.

Observei que este monte e reveste em grande parte de vegetaes; alguns por miniamente conhecidos dispensaram-me do trabalho de os recolher a erbario, outros porem figurando-se-me desconhecidos tomei o cuidado deos reduzir pelo sistema de LÍneo. Entre eles encontrei um vegetal e que depois de longo trabalho nam pude determinar gênero, passei a recolhe-lo e fazer uma rigorosa descriçam p.^a o determinar com o nome Telhezissem em comtemplam ao Il.mo e Ex.amo Snr' Jose Telles da Silva meo governador e Cap.m General, que me lhe mandou viajar dando-me as necessárias e sabias instrussões, que mais felis mente do que eu aprendeo do sapientíssimo D.or Vandeli, nosso mestre na Universidade de Coimbra.

Observei abundancia de Yrucú [sic] cujo escarlata se deve apreciar como da Coxonilha.

Observei Toncena, cujo amarelo tam vivo, e tam fino, q. deve preferir áquele que os chimicos costumão tirar dos seos laboriozos processos e resolussões.

Observei Soncega cuja folha depois de fermentada deixa precipitada no fundo do vazo imensidade de partículas azuis.

Por me faltarem os convenientes para as opiniões nam passei das teóricas constrangido e descontente.

Notei atentamente o copiozo numero de palmeiras de cujo pericarpio costumam os americanos extrair óleo com que fazem algum negocio de Comutassam nessessarioá satisfassam das primeiras nessessidades.

Observei madeiras, que podem ministrar a construssam dos navios, outras que podem ter diferentes uso depois de modoficadas pelo artífice; entre estas notei por mais densa, de melhor cor, e durassam o Gonssalo Flz'. A qual juntamente com as outras nam reduzi por terem já frutificado e estarem irreduzíveis.

Sam inumeráveis as plantas que tem uso na Medicina dos Americanos, cujo conhecimento conservam no mais obstinado silencio no qual consideram grande parte da sua felicidade.

Reino Mineral

Este é o ultimo reino da natureza em que apesar dos perigos e contingências que ocorrem nas suas respectivas observações expus os meos cuidados mais [sic] temerário, que prudente, á satisfassam dos meos deveres.

Observei e recolhi alguas espécies de [ileg] que vam reduzidas na colessam. E o desejo de ser abreviado no meo escrito evita o supérfluo trabalho de as referir.

Observei áreas de diferentes espécies – [ileg] – Colorata – Glarca – Sabulum – Ochracea – [ileg]. Nenhum uso fazem os americanos desta tam excelente parte da mineralogia, por q. tanto lhes falta o gênio p.^a o trabalho, quanto [sic] inoram os meios de fazer úteis aquelas produssões, que nos suministra a natureza p.^a o remédio das nossas nessessidades.

Prinssiando a observar as pedras pela sua origem; observei, reduzi e recolhi

pedras umozas, calcareas, argiláceas, arenatas e agragatas, que constam da colessam; os americanos uzam unicamente das arenatas pela sua qualidade suntilante.

Sam as Minas a chave mais rica de toda mineralogia, e por isso deveo-me incessante eficácia a sua observassam, considerando como o nervo da sociedade, que forma o mais vantajozo dos estabelecimentos umanos.

Observei sais, sulfatos e Metaes e por isso nam deixarei em silencio os dois opulentos rios denominados Jozé e Curimatá, q. tem diressam da fralda da Serra p.^a o Certam do Acaracu; n'eles corre igualmente o oiro, q. a água e por estarem secos não fiz sobre eles aquelas observassões dignas de um tal objeto.

Tendo concluído a Viagem Filosófica da Ibiapaba, o amor próprio nam me-domina tanto que escuressa a minha vista os seus defeitos; sirva porem de os desculpar o pouco e importuno tempo em que viajei e os infalíveis inconvenientes, q. me-sobrevieram apesar da despesa e vigilância com que providenciou este projeto o Il.^{mo} e Ex.^{mo} Snr' Jozé Telles da Silva Governador, Capitam General do Estado.

ANEXO 3

Memoria Sobre as Produçoens Nativas

Memorias Sobre os Nitros naturais, sal de Glauber, Quina, emais Produçoens Nativas Inventas na Capitania de Piauh^y e Maranhão de baixo dos Auspicios e de Ordem de sua Alteza Real e Principe Regente Nosso Senhor.

Pelo

P. Joaquim Joze Pereira³⁹⁵

Vigario de Valença natural de Carnoza Correa. Anno de 1803

Senhor

Tenho a honra de apresentar a V. Alteza Real todos os trabalhos de minha viagem, desde mil setecentos noventa e nove, até mil oito centos, e dois em que me recolhi a esta Capital de Maranhão. Sendo o Salitre natural, ou mineral o primeiro objecto das Reais Ordens de V. Alteza Real, e principal obrigação do meu mayor dever, e dis velho, em que tive a distinta honra ser empregado, e munido de um Avizo de mil setecentos noventa e nove, que depois de ajoelhar ao Trono, ebeijar amão a V. Alteza Real a Companhei e entreguei ao Governador e Capitão General deste Estado de Maranhão D. Diogo de Souza, para ter o seu devido effeito emvirtude de qual recebi o officio dequatro de setembro de mil sette centos noventa e nove aqui insirido, que ponho na presença de V. Alteza Real Aindagação desta materia da primeira necessidade me deo oportuna efavorável occazião para fazer repetidas tentativas sobre as muitas e diversas terras salinas do continente desta Capitania do Piahu y e Maranhão dos dominínios de V. Alteza Real para descobrir outros muitos sais, que estão nelles como occultos aos chymicos, e Naturalidades patricios, eseu uso e intrresse publicos, onde não podião chegar osfaliveis conhecimentos dos Rusticos habitantes deste clima; pois pizavão os mesmos com desprezo aquelles proprios sais minerais de que as naçoens extranhas terão grandes interesses, os quaes se não perdoa depagarem os Direitos Reais, pois os pagão conforme aqualidade de seo genero, ou Sorte. O que tenho podido alcançar das rochas da estença Serrania q'. toda emgeral tem o mesmo habito de produzir o salitre natural, ou mineral pela pluralidade dos lugares contemplados relativamente nos paragrafos de meu Diario. Esobre o resultado das nitreiras naturaes, ou minerais devo dizer que não he este bastante para acodir as necessidades publicas, pelo dezabrigio em que se achão, o que só mente sepode conseguir pelas – Nitreiras artificiais construindo-se as mesmas nesta Capitania, enas mais clima dos domínios de V. Alteza Real, por serem climas proprios para só correrem por este meyo as necessidades do Estado: sendo bem util, e economico serem empregados na construção das nitreiras artificiais, enofabrico do mesmo salitre os corpos Militares, que sahem desta Capital destacados para os Sertoens desta Capitania, cujos estabelecimentos devem primeiramente serem pequenos, emultiplicados como de hum só telheiro, ou Cabana: Nesta Capitania deve haver huma alpendrada na Cidade do Maranhão outra na Villa de Alcantra, e reciprocamente em Aldeas Altas, na Matriz de S. Bernardo, nade S. Maria do Icatu, na Villa de S. João da Parnahiba, na Matriz da Friguezia de Itapucuru na Villa de Valença ena Cidade de Oeyras: ecompreendo-se nesta generalidade as Capitancias de Pernanbuco, Bahia e &t seconhecerá bem depois qual dellas, ou em que lugares das mesmas, hé aprodução doSalitre mais avantajosa para serem conservadas etratadas, como boas nitreiras, eprovidenciar-se omais que for util aobem público da conservação das mesmas, das quaes também tracto conforme os meus curtos conhecimentos, eobservaçoes por mim feitas noReal estabelecimento da Nitreira de Crasso dePrata, que frequentei noserviço de V. Alteza Real por Avizo de 1798.

³⁹⁵ AHU, Maranhão, caixa 127, doc. 9555, transcrição do autor.

Além daquelle objecto da primeira necessidade há outro que aprovado pela Medecina Portuguesa pela sua virtude eficaz novamente descoberta muito digno de ser olhado p.V. Alteza Real para ser depois de aprovado hum donativo publico, e interessantes aos enfermos dapatria comigual avantajem a quina quina do Perú: por quanto a grande soma de quina que se exporta para oReino de Portugal, e dominios de V. Alteza Real tanto em substancia, como extrahida della as diversas agoas chamadas de Inglaterra, sefazem conhecer por inuteis, como dizem as atestaçoens do Doutor Norberto Antonio Chalbert, Joze Antonio de Couto medico; o Doutor Joze Pinto de Azevedo Ferico Mor do Reino de Angolla dos dominios de V. Alteza Real expendidas nofolheto: Avizo aopublico arespeito d'agoa de Inglaterra em 1799 no qual sedescobre oviciozo comercio da quina do Peru, e como assim mesmo tem tido aceitação oseu uso podendo amesma soma que com ella se dispende ficar no Reino, e dominios de V. Alteza Real, aprovada que seja a quina quina do Piauh^y. Não devendo regeitar-se também os saes descobertos uteis, eacreditados tanto na Medecina como nas Artes deque os livros do Comercio, artes, e Chimica estão cheios depaginas enteressantes. Tenho remetido de Salitre onze arrobas, e cinco libras; de sorte que tenho cruzado na indagação do mesmo os brenhozos Sertoens de S. Maria do Icatu, de Aldeas Altas, de Oeiras, de Valença, de Marvão, da Parnahiba, de Campo Maior, de Ioromenha, de Parnaguá, e a prenas faltou a S. Bento de Pastos bons, andando repetidas vezes pelos mesmos lugares cumprindo em tudo com o meu dever, e ainda socorrendo com [ileg.] os individu-os ocupados no mesmo Real Serviço, quando enfermos, para assim adiantar oserviço de V. Alteza Real: como fiel vassalo aos ceos rogo pela conservação da precioza vida de V. Alteza Real, unico bem eo mayor amparo que posuimos para a segurança e filicidade de todo oReino e Dominios dafeliz Regemia de V. Alteza Real.

De V. Alteza

humilde e subdito

o P. Joaq^m Joze Per.^a

ANEXO 4

Memoria

Sobre as Nitreiras naturaes da parte inferior da Capitania do Piauhy offerecida ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Dom Diogo de Souza³⁹⁶

Do conselho do Principe Regente Nosso Senhor Governador Capitam General do
Maranhão p.^r

Vicente Jorge Dias Cabral B.^{el} Formado em Filozofia Dirt.^o Civil, Opp.^{os} aos lugares
de Letras

Anno de 1801.

Já em outro escrito Il.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor, dice que o Nitro era hum Sal neutro compozto de alkalifixo vegetal, ou potassa, e de acido nitrozo: dice igualmente quaes erão os signaes externos da sua figura, quais os do gosto, que o distinguão dos mais sais, e em que terras era mais ordinario en contrar-se. resta só agora dizer o que observei em aparte inferior do Piauhr no giro que dei desde a Cidade de Oeiras athé o meu regresso am.^{ma} Cidade, tendo sempre em vista a probidade do te epencialissimo aos escritores afim de não iludir a V. Ex.^a e ao Ministerio.

Não farei portanto pompozas relaçoens guiado da ambição do premio nem colocarei a pobreza das Nitreiras Naturais deste Sertão mas carando-a com a pluralid.^c dos lugares em que encontrei salitre. Acrescento com tudo que antes de partir do Maranhão predice a V. Ex.^a que no Certão se não havia de achar grande quantid.^c de Nitro nativo, mas sim boa dispozição para estabelecimento de Nitreiras naturais.

A minha aperias então era fundada na combinação que fez das relaçoens dos noticiadores, os quais se persuadião que sem mais exame merecerão, como V. Ex.^a ajuizadam.^{te} dice, o premio de huma comenda agora he confirmada com as observaçoens feitas no giro que dei por espaço de nove mezes

Tenho pois asatisfação de potentiar a V. Ex.^a averdade neste meu papel, bem certo que V. Ex.^a sabe apreciar averd.^c

Nem serão outras asminhas vistas na relação dos mais objectos que explorei na continuação das minhas memorias nas quaes me proponho falar, inverio ordine dos trez Reynos da Natureza, Mineral, Animal, Vegetal.

Não espere V. Ex.^a huma exactissima análise detodos os objectos dignos de attenção: apluralid.^c delles as longas viàgens, eafalta de meios são legitimas cauzas de desculpa.

De V. Ex.^a

Vicente Jorge Dias Cabral

O mais reverente subdito

³⁹⁶ AHU, Maranhão, caixa 127, doc. 9555, transcrição do autor.

ANEXO 5

Relassam dos Índios abitantes da Vila Vissoza Real no ano de 1784³⁹⁷

Criassas de 7 anos completos – maxos: 1800
Fêmeas: 1701

Rapazes de 7 anos até 15: 612
Raparigas de 7 anos até 15: 534
Omens de 15 anos até 60: 1003
Molheres de 14 anos até 40: 1306
Velhos de 60 anos até 90: 104
Velhas de 40 anos até 90: 394

Naceram no d.º ano: maxos: 256
Fêmeas: 250
506

Morreram no d.º ano: maxos: 67
Fêmeas: 66
133

Tem vivos velhos

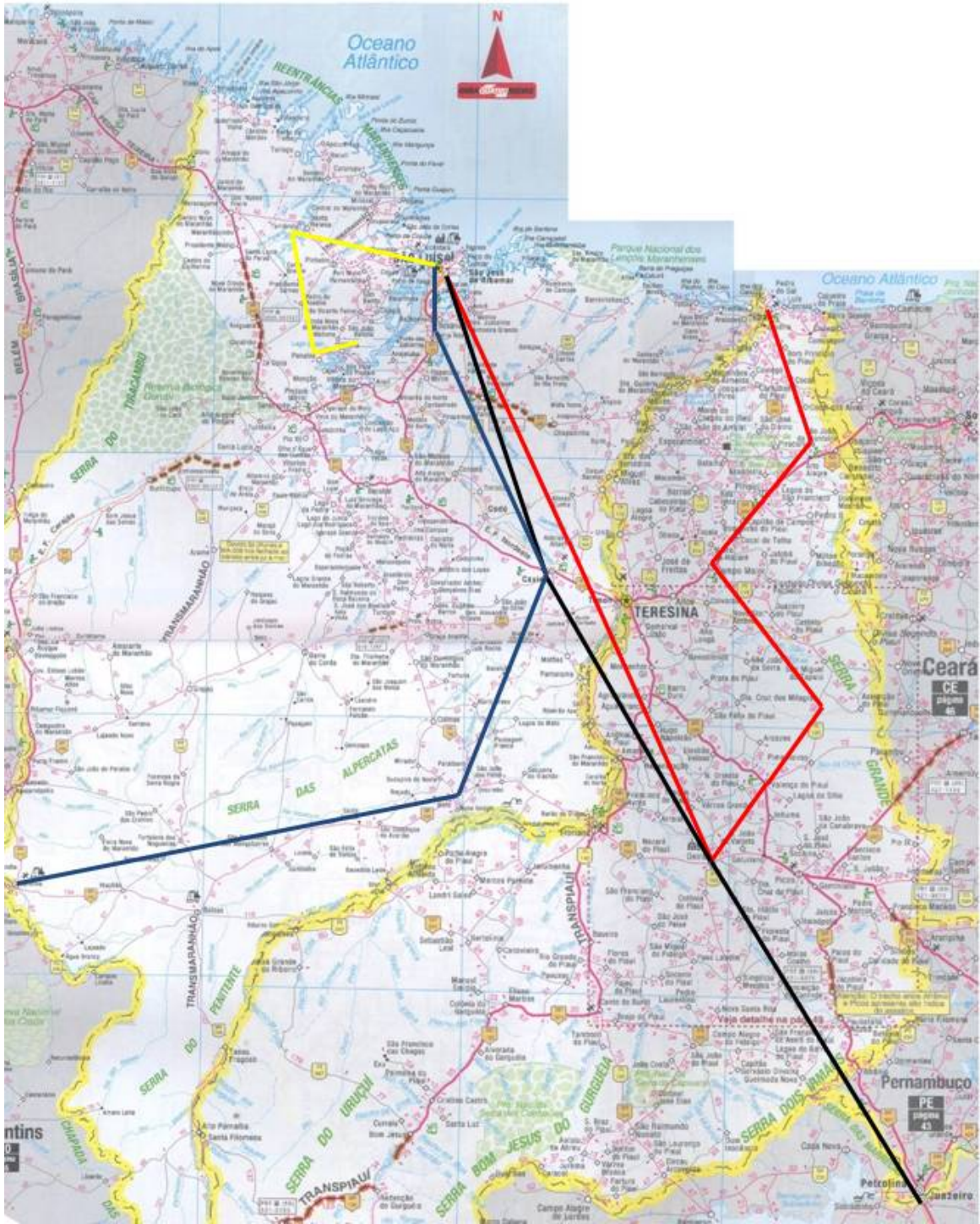
4 de 103 añ
2 de 99 añ
2 de 98 añ
1 de 97 añ
3 de 96 añ
1 de 94 añ
1 de 91 añ
1 de 100 añ

Tem vivas velhas

1 de 103 añ
1 de 98 añ
5 de 96 añ
3 de 95 añ
3 de 94 añ
1 de 93 añ
1 de 92 añ
Soma total dos vivos: 7857

³⁹⁷ Trecho da memória da *Viagem Filozofica que por ordem e despeza do Il^{mo} e Ex^{mo} Snr' Joze Telles da Silva fes João Machado Gaio na Serra da Ipiapaba Capitania do Siara Grande termo da Villa Viçoza Real, desde 13 de julho de 1784 the 6 de agosto do d.º anno*, AHU. Maranhão. Caixa 64, doc. 5719.

ANEXO 6



Extraído de Guia Quatro Rodas, Editora Abril, 2006.